

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM  
HISTÓRIA

**Antonio José Vieira da Cruz Vitória**

**POPULAÇÃO E ESCRAVIDÃO NA FREGUESIA DE  
NOSSA SENHORA DAS NEVES (1809-1822)**

Niterói  
2020

ANTONIO JOSÉ VIEIRA DA CRUZ VITÓRIA

LINHA DE PESQUISA  
SOCIEDADE, MOVIMENTOS  
POPULACIONAIS E DE CULTURAS

**POPULAÇÃO E ESCRAVIDÃO NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS  
NEVES (1809-1822)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vitória Fernanda Schettini

NITERÓI  
2020

### CIP - Catalogação na Publicação

Vitória, Antonio José Vieira da Cruz  
V845 População e escravidão na freguesia de Nossa Senhora das Neves  
(1809-1822). / Antônio José Vieira da Cruz Vitória. -- Niterói, RJ,  
2020.  
xiv, 1-147p.; il., graf., tabs.  
[Numeração da publicação: [1] –xiv, 1-147]  
Referências: P. 136-147.

Orientadora: PhD. Vitória Fernanda Schettini.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de  
Oliveira, 2020.

1. Registros eclesiásticos – Macaé (RJ) - 1809-1822. 2. Macaé (RJ) –  
História – Escravidão. 3. Igreja católica - Nossa Senhora das Neves. I.  
TÍTULO.

CDD 981.098153

Elaborado pela Biblioteca Rachel de Queiroz, com os dados fornecidos pelo (a) autor (a), sob a  
responsabilidade de Sirléia Rodrigues de Mattos - CRB-7/5230.

**ANTONIO JOSÉ VIEIRA DA CRUZ VITÓRIA**

**“POPULAÇÃO E ESCRAVIDÃO NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS  
NEVES (1809-1822)”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 01 de outubro de 2020 pela banca examinadora, composta pelos professores:



---

**Prof.ª Dr.ª Vitória Fernanda Schettini**

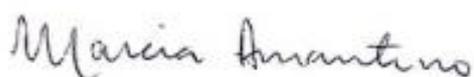
Professora do PPGH em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



---

**Prof.ª Dr.ª Maria da Conceição Vilela Franco**

Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé – (FAFIMA)



---

**Prof.ª Dr.ª Márcia Sueli Amantino**

Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

*A meus pais:*

*Evaristo Vieira Vitória e Tereza da Cunha Vieira da Cruz*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e toda glória. A Ele primeiramente agradeço por ter me ajudado ao longo de toda essa trajetória, que não começou há dois anos, mas muito antes disso. Agradeço por ter me dado forças nos momentos de fraqueza, angústia e desespero, por ter colocado em meu caminho pessoas maravilhosas a quem começo a agradecer neste momento.

Agradeço a minha querida, amada e paciente orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vitória Fernanda Schettini, por toda dedicação e compreensão, pelas palavras de encorajamento, incentivo e, principalmente, por ter acreditado em mim, um psicólogo a se tornar também um historiador. Muito, muito, muito obrigado!

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil – PPGH, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, por me acolher e em especial, à Coordenadora do Programa Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Sueli Amantino.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Vilela Franco, pelo apoio e por contribuir de maneira ímpar para o presente trabalho.

A todos os amigos e parentes.

MUITO OBRIGADO!!!

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ACDRJ/Macaé – Arquivo Colleção Dona Rosa Joaquina/Macaé

ACMRJ / VISITAS PASTORAIS / VP 12. – Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro/ Visitas Pastorais/ Visita Pastoral 12. Cedido gentilmente pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Vilela Franco.

AINSNM – Arquivo da Igreja de Nossa Senhora das Neves

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AN – Arquivo Nacional

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Entrada de Africanos no Rio de Janeiro e Brasil (1781–1830) .....	18
<b>Tabela 2:</b> Índice de faixa etária da população da freguesia de Neves (1809 - 1822) .....	65
<b>Tabela 3:</b> Estimativas populacionais para Campos dos Goitacazes em 1799.....	66
<b>Tabela 4:</b> Estatística populacional de Macaé - 1844.....	67
<b>Tabela 5:</b> Índice de legitimidade da população da freguesia de Neves (1809 – 1822) .....	68
<b>Tabela 6:</b> Casamentos realizados na paróquia da freguesia de Neves (1809 – 1822) .....	76
<b>Tabela 7:</b> Quadro V.14 Legitimidade nas Freguesias Rurais do Rio de Janeiro Séculos XVII e XVIII .....	78
<b>Tabela 8:</b> Índice de faixa etária de óbitos da freguesia de Neves (1809 – 1822) .....	90
<b>Tabela 9:</b> Índice de óbitos de escravos por sexo na freguesia de Neves (1809 – 1822) .....	91
<b>Tabela 10:</b> Batismos de escravos nas fazendas da freguesia de Neves (1809 – 1822) .....	104
<b>Tabela 11:</b> Casamentos escravos nas fazendas da freguesia de Neves (1809 – 1822) .....	105
<b>Tabela 12:</b> Óbitos de escravos em grandes unidades produtivas na freguesia de Neves (1809 – 1822) .....	106
<b>Tabela 13:</b> Batismos, óbitos e casamentos de escravos nas fazendas da freguesia de Neves (1809 - 1822) .....	108
<b>Tabela 14:</b> Batismos de escravos crioulos e africanos nas fazendas da freguesia de Neves (1809 - 1822) .....	119
<b>Tabela 15:</b> Índice de batismo e de óbitos de escravos na freguesia de Neves (1809 -1822) ....	124
<b>Tabela 16:</b> População de pais com filhos batizados na freguesia de Neves (1809 - 1822) .....	129
<b>Tabela 17:</b> População de pais com filhos falecidos na freguesia de Neves (1809 -1822) .....	131

## LISTA DE GRÁFICOS

**Gráfico 1:** Entrada de Africanos no porto do Rio de Janeiro – Século XIX.....12

**Gráfico 2:** Casamentos na Igreja da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1809-1822.....69

## LISTA DE QUADROS

Quadro das fazendas da freguesia de Nossa Senhora das Neves e dos escravos e seus senhores.....	24
Quadro V.14.....	78

## LISTA DE IMAGENS

<b>Figura 1:</b> Mapa: Mapa de Macaé - século XIX .....	9
<b>Figura 2:</b> Mapa: Representação espacial da região da Freguesia de Nossa Senhora das Neves em 1798 .....	38
<b>Figura 3:</b> Diagrama 2 - Família Extensa da Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé .....	43
<b>Figura 4:</b> Diagrama 2 .....	102

## RESUMO

Esta pesquisa pretende analisar as fontes paroquiais como os registros de batismo, casamentos e óbitos da Igreja da freguesia de Nossa Senhora das Neves, no Sertão do Rio Macaé, entre os anos de 1809 a 1822, com o objetivo de avaliar o perfil da população e da família escrava. Situada na porção norte fluminense, a região, durante o período do aumento da demanda por alimentos, gerada pela vinda da coroa portuguesa ao Brasil, passou por um intenso crescimento das culturas de café, açúcar e milho, voltado tanto para o seu abastecimento quanto para o envio à capital do país. A ocupação nos espaços de Neves ajudou a ampliar a expansão social e econômica que caracterizou o processo de povoamento do território. Nesse sentido, a mão de obra escrava foi de extrema importância para o desenvolvimento das atividades produtivas, da ocupação de terras e do estabelecimento das pessoas.

**Palavras-chave:** Macaé, registros paroquiais, ocupação, família escrava

## **ABSTRACT**

This research intends to analyze the parish sources such as the baptism, marriages and death records of the Church of the parish of Nossa Senhora das Neves, in the Sertão do Rio Macaé, between the years 1809 to 1822, with the objective of evaluating the profile of the slave family. Located in the northern portion of Rio de Janeiro, the region, during the period of increased demand for food generated by the Portuguese crown's arrival in Brazil, underwent an intense growth of coffee, sugar and corn crops, both for its supply and for the sending to the country's capital. The occupation of Neves' spaces helped to expand the social and economic expansion that characterized the process of populating the territory. In this sense, slave labor was extremely important for the development of productive activities, in the occupation of land and in occupation of land and in the establishment of people.

**Keywords:** Macaé, parish records, occupation, slave family.

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I – A Sociedade e a Economia Macaense na Era de Dom João VI .....</b>	<b>16</b>
1.1 Apresentação social e econômica de Macaé .....	16
1.2 Produção econômica da freguesia de Nossa Senhora das Neves .....	23
1.3 O cotidiano da sociedade macaense no início do século XIX .....	39
<b>Capítulo II – Os Assentos Paroquiais .....</b>	<b>54</b>
2.1 As fontes e suas possibilidades - os livros de assentos paroquiais da freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé .....	54
2.2 O livro de assentos de batismo da freguesia de Neves .....	61
2.3 O livro de assentos de casamento da freguesia de Neves .....	72
2.4 O livro de assentos de óbito da freguesia de Neves.....	81
<b>Capítulo III – As Escravarias e os Registros Paroquiais .....</b>	<b>98</b>
3.1 Análise das escravarias e as famílias escravas .....	98
3.2 As origens dos escravos da freguesia de Nossa Senhora das Neves .....	110
3.3 O perfil dos casamentos escravos .....	116
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>133</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>136</b>
<b>Fontes Utilizadas.....</b>	<b>136</b>
<b>Fontes Manuscritas Paroquiais.....</b>	<b>137</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>137</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho proposto é resultado de um projeto mais amplo iniciado no ano de 2006 e organizado pelos professores Márcia Amantino, Roberto Guedes Ferreira, Maria da Conceição Vilela Franco, Cláudia Rodrigues, Carlos Engemann e Jonis Freire, intitulado “Macaé em fontes primárias”, que teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/Faperj. Por meio de uma minuciosa pesquisa documental, esse trabalho foi elaborado em uma série de levantamentos de fontes manuscritas na Paróquia da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé. Fontes essas cujos dados foram digitalizados, incluindo os livros de batismos, casamentos e óbitos, dentre outros, a partir do 1º livro de 1809 até o livro de 1888, e a datação da documentação é relativa a um período histórico entre 1798 - 2001.

No ano de 2018, propomos junto ao Programa de Pós-graduação de História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) um projeto de mestrado, intitulado: “Análise do perfil populacional escravo em Macaé nas duas primeiras décadas do século XIX”. O projeto inicial foi elaborado sob a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vitória Fernanda Schettini e, de lá para cá, foi modificado a partir de sugestões de professores desse Programa. O que apresentaremos é o resultado de dados extraídos dessas fontes e que têm como pano de fundo à freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé, no período de 1809 a 1822, na qual fizemos um levantamento com base nos arquivos alocados na Igreja Matriz dessa freguesia e que nos foram repassados em formato digital.

Essa temática também representa uma opção para uma nova pesquisa histórica em Neves, diante do pressuposto de que os arquivos paroquiais são documentos que nos fazem construir e reconstruir uma memória coletiva e guardam um rico acervo histórico. Estudar a história dos assentos paroquiais da freguesia de Neves significa também preservar o registro das lembranças e as suas relações com a história na freguesia e na região da antiga Macaé. Segundo Jacques Le Goff, “O tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta”.<sup>1</sup> Além disso, os assentos paroquiais de Neves guardam informações nas quais aparecem a sua importância como ferramenta de construção de um conhecimento e de uma explicação da história Fluminense.

Sobre as técnicas de demografia histórica, apropriamo-nos dessas técnicas e montamos tabelas para analisar os registros paroquiais da freguesia de Nossa Senhora das Neves de 1809 a 1822, no sentido de perceber a formação familiar. Para além de uma análise quantitativa da

<sup>1</sup> LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória*; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. p, 14.

documentação, preocupada somente com números, tivemos como alvo entender o contexto social, suas permanências e suas rupturas.

Posicionamo-nos a favor da demografia histórica de Robert Wayne Slenes, o autor nos permitiu observar que os casamentos entre escravos poderiam ser aceitos pelos senhores, como abordaremos neste trabalho. De acordo com Manolo Florentino e José Roberto Goés, os casamentos escravos também poderiam ser aceitos pelos senhores.<sup>2</sup> Por este e outros motivos, não desprezamos e também nos posicionamos a favor da teoria de Florentino e Goés, de que era necessário haver paz nas senzalas, e que cabia à família a fundamental importância para manter a paz nas senzalas.

Seria leviano de nossa parte, imaginarmos que as senzalas estavam livres de conflitos, pois, se os escravos eram retirados a força de suas nações de origem, colocados nos porões dos navios usados no tráfico transatlântico, e logo após sua chegada ao Brasil, eram levados para as senzalas, e forçados a trabalharem exaustivamente, por muitas horas ao longo dos dias. Era evidente que a escravidão para os escravos importados da África e os que nasceram no Brasil, não era nada acolhedora e pacífica, e para que não houvesse conflitos e/ou guerra entre eles e também contra os senhores, era necessário se usar de um mecanismo capaz de produzir paz e solidariedade nas senzalas.

Florentino e Goés afirmam que o cativo contribuía para acentuar as diferenças entre os escravos em diversos sentidos.<sup>3</sup> No entanto, para Slenes as divergências entre os escravos, mesmo os de etnias diferentes, não seriam tão acentuadas quanto para Florentino e Goés. Segundo Slenes, os escravos no Sudeste caminhavam espertamente em meio a culturas e identidades diferentes,<sup>4</sup> ou seja, o autor nos leva a entender que os cativos eram espertos e podiam viver em grupos.

As afirmações de Florentino e Goés, de que manter os cativos em constante estado de guerra nas senzala pelo tráfico africano, impediria a formação de grupos, também impediria os escravos se voltarem contra seus senhores, e que cabia à família manter a paz nas senzalas,<sup>5</sup> e as afirmações de Slenes de que os cativos podiam “circular ladinamente entre tradições culturais e estratégias identitárias diferentes,”<sup>6</sup> que poderiam formar grupos, e se tornarem uma ameaça ao sistema da escravidão,<sup>7</sup> fez-nos refletir, se os mancípios ao viverem em guerra permanente

<sup>2</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997, p. 35.

<sup>3</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...*p. 35.

<sup>4</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. p. 48.

<sup>5</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...*p. 37.

<sup>6</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...* p. 48.

<sup>7</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...* p. 135.

não podiam se unir para ir contra os senhores, ou se eles eram ladinos ao ponto de se unirem para derrubar o sistema da escravidão.

Percebemos que a teoria de manter os escravos em estado de guerra constante era um mecanismo que não funcionava, pois, os cativos deveriam ficar em paz para poder se casarem, não fugirem, trabalharem juntos e sistematicamente como, por exemplo, na extração de madeira, conforme afirma Sheila de Castro Faria<sup>8</sup> no capítulo II. Desse modo, a lógica da autora era, para que os cativos não ficassem em guerra por todo o tempo e não houvesse fugas, eles deveriam se casar e formar famílias.

Acreditamos que os escravos poderiam ficar em estado de guerra, e que a escravidão, não era propícia para o afago de emoções mais complacentes,<sup>9</sup> como afirmam Florentino e Goés, mas, acreditamos também que os cativos não viviam em guerra permanente, e sim por um período, por exemplo, quando eram recém-chegados ao Brasil. Segundo as Constituições Primeiras da Bahia, os recém-chegados eram “tão buçaes, que conste não terem entendimento,”<sup>10</sup> Entendemos, que com o passar do tempo, mesmo que eles fossem de nações e culturas diferentes, ou vinham de nações com culturas semelhantes e falassem a mesma língua ou não, conseguiam se comunicar em português, para se conhecer; assim, relacionando-se e se casando.

Florentino e Goés afirmam que, quase todos os cativos chegados da África no período por nós recortado, falavam a língua Bantu, e eram originários de áreas do Congo-Angolano e de Moçambique.<sup>11</sup> Percebemos, pela afirmação dos autores que, a maioria dos escravos importados para o Brasil tinham etnia bem semelhantes e falavam a mesma língua. Embora, em nossa pesquisa nos assentos paroquiais de Neves, não observamos um número expressivo de casamentos de cativos com etnias diferentes, pudemos observar um grande número de casamentos de escravos com escravas e de cor preta.<sup>12</sup> Encontramos nesses assentos somente alguns casamentos endogâmicos e/ou casamentos exogâmicos por etnia, e não houve condições de possibilidades para sabermos o total desses casamentos.

Slenes discorda da teoria de Florentino e Goés por estes optarem pela manutenção de um estado de guerra constante entre os cativos. Slenes assegura que a maioria dos cativos vindos

<sup>8</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 327.

<sup>9</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 35.

<sup>10</sup> Constituições Primeiras da Bahia Título XIV nº 57. Dizia-se de escravo negro recém-chegado da África que ainda não falava o português. Ver in. MICHAELIS... Acesso: 04 jun. 2020.

<sup>11</sup> FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das Senzalas...* p.171.

<sup>12</sup> Nos registros paroquiais de Neves, havia um número insignificante de anotações contendo as nações de origem dos escravos, comentaremos este assunto neste trabalho.

para região sudeste, além de falarem a mesma língua, tinham uma visão de mundo parecida, poderiam formar grupos, e com isso ameaçar o mecanismo escravista.<sup>13</sup>

Slenes percebeu que havia uma relação de poder entre os escravos e o senhor, em que o senhor poderia vender a esposa do cativo, porém, para que se dedicassem ao trabalho, o senhor os deixava ficar suas esposas nas senzalas, assim, os cativos permaneciam unidos as suas famílias e não fugiam do cativeiro. Segundo Slenes, “o casamento era uma instituição comum entre os escravos [...] não apenas muitos escravos se juntavam como casais, mas, esses matrimônios, em geral, parecem ter sido bastante duradouros.”<sup>14</sup> Florentino e Góes mostram que os escravos casados, também não escapam de um mecanismo de poder em que os senhores podem separar os casais<sup>15</sup> e acreditam que os cativos se casavam para procriarem.<sup>16</sup>

Slenes afirma: “há indícios de que dentro do precário ‘acordo’ que os escravos extraíam de seus senhores, o casar-se significava ganhar maior controle sobre o espaço da ‘moradia’”,<sup>17</sup> a afirmação do autor nos leva a entender que eles desejam casar-se. Para Florentino e Góes, havia um desejo dos escravos de formarem família que era manifesto.<sup>18</sup> Para Slenes, Florentino e Góes, havia um desejo dos cativos se casarem e ficarem unidos à família. Nesse ponto as teorias desses três autores, dos escravos desejarem o casamento, assemelham-se, e isso interessa para pesquisa.

O que nos interessa é a valorização que os escravos e os senhores davam ao casamento. A maioria dos cativos queriam se casar, procriar e formar famílias, e eles também queriam um casamento que durasse muito para morarem juntos por muito tempo. Porém, o querer desses escravos, também dependia da vontade de seus senhores. No decorrer da pesquisa, refletiremos sobre as teorias de Slenes, Florentino e Góes, e também sobre qual o mecanismo de poder foi usado pelos senhores e os cativos para haver casamentos e formação de famílias escravas.

Embora as teorias desses autores apresentem divergências em muitos pontos, como, por exemplo, Florentino e Góes trabalharem a paz nas senzalas e Slenes assegurar que a paz nas senzalas não existe, e se há alguma tentativa de paz está ligada a formação identitária dos escravos nos plantéis. Por outro lado, as teorias desses autores se convergem em outros pontos, pois, mostraram-nos como os senhores e os escravos usavam de um mecanismo que circulava uma produção de efeitos de poder, para satisfazer os desejos de ambos para: não haver revoltas contra o sistema escravista; não haver fugas; induzir ao prazer de se casar, procriar e se formar

<sup>13</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...* p. 135.

<sup>14</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...* p. 149.

<sup>15</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 105.

<sup>16</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...*p. 105.

<sup>17</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...* p. 150.

<sup>18</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas ...*p. 173-174.

famílias nas senzalas. Esse mecanismo de poder produzia efeitos e era aceito tanto pelos senhores, quanto pelos cativos.<sup>19</sup> Segundo Michel Foucault:

Quando se define os efeitos do poder pela repressão [...] identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso.<sup>20</sup>

Porém, se os senhores desejassem que seus escravos, não se casassem e não se reproduzissem, o poder era uma lei que dizia não. Embora, os desejos desses senhores, pudesse fazer com que houvesse, conflitos, guerras nas senzalas e reprodução natural.<sup>21</sup> Existe aí, um paradoxo sobre o que era a ‘liberdade’ dos escravos para a escolha dos parceiros em seus matrimônios, batizar seus filhos, e enterrar seus parentes. O que parece estar relacionado com uma livre escolha dos cativos, para se casar, batizar seus filhos e fazer a extrema unção de seus entes queridos, na verdade, isto tudo não acontecia sem o consentimento do senhor, ou seja, nada acontecia sem que ele permitisse.

Desse modo, a formação de uma família escrava institucionalizada ou não pela Igreja, deveria passar, primeiramente, pelo conhecimento de seu proprietário. Se o senhor não desejasse que seus cativos formassem suas famílias, ele iria fazer o possível para que eles não efetivassem o casamento sacramentado, mesmo que possuíssem família sem reconhecê-la.

Sendo assim, a aceitação para que seus mancipios tivessem os sacramentos católicos era de acordo com a vontade de seu proprietário e, não dos escravos que tinham a falsa ilusão<sup>22</sup> de que haviam encontrado a ‘liberdade’ para realizar os sacramentos de batismos e/ou casamentos e/ou óbitos. Não podemos negar que o escravo continuava a ser mantido em uma senzala, e que a escravidão não era nada de suave e tranquila para eles. Segundo Joaquim Nabuco.

Encontram-se, por fim, declarações repetidas de que a escravidão entre nós é um estado muito brando e suave para o escravo, de fato melhor para este do que para o senhor, tão feliz pela descrição, que se chega a supor que os

<sup>19</sup> Não queremos fazer generalizações, estamos nos referindo a maioria dos senhores e dos cativos. Fazemos referência a um mecanismo de poder que pode ser aceito, tanto pelos senhores, como para os escravos. Porém, sabemos que existe uma subjetividade, ou seja, uma maneira particular de amarmos, vivermos, experienciar, e ver mundo.

<sup>20</sup> FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal LTDA. 15ª Edição. 2009. p, 8.

<sup>21</sup> Reprodução nas escravarias via nascimento de crianças escravas.

<sup>22</sup> Usei o termo falsa ilusão, como conceito pleonasma, um recurso linguístico que utilizei a repetição do termo para dar maior ênfase ou clareza.

escravos, se fossem consultados, prefeririam o cativeiro à liberdade; o que tudo prova, apenas, que os jornais e os artigos não são escritos por escravos, nem por pessoas que se hajam mentalmente colocado, por um segundo, na posição deles.<sup>23</sup>

Percebemos que no início do século XIX, a repressão, a sujeição, onde havia um escravo subordinado e submisso ao trabalho, ainda era aceita, afinal, a própria palavra escrava significa “aquele que vive privado da liberdade, em absoluta sujeição a um senhor ao qual pertence como propriedade [...] ou aquele que se encontra dominado pela vontade de outrem.”<sup>24</sup> Achille Mbembe afirma que, “a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral).”<sup>25</sup> No Brasil do período de Dom João VI ao imperial, o escravo era, como afirma Roger D. Abrahams,

Tratado como se não existisse, exceto como mera ferramenta e instrumento de produção, o escravo, apesar disso, é capaz de extrair de quase qualquer objeto, instrumento, linguagem ou gesto uma representação, e ainda lapidá-la. Rompendo com sua condição de expatriado e com o puro mundo das coisas, do qual ele ou ela nada mais é do que um fragmento, o escravo é capaz de demonstrar as capacidades polimorfas das relações humanas por meio da música e do próprio corpo, que supostamente era possuído por outro.<sup>26</sup>

Foucault assegura que “O poder sobre o corpo [...] tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX.”<sup>27</sup> Era um período, em que os senhores tinham poder sobre os corpos dos escravos, e eles eram mantidos em cativeiro. Contudo, os senhores começaram a perceber que os cativos tinham desejos, e perceberam também que esse poder sobre o corpo do escravo era um suposto poder, pois, poderia haver revoltas e fugas. Então, os escravos, deveriam ser submissos e subordinados, por outro mecanismo de poder, para não haver revoltas e fugas.

Estava claro que os escravos tinham desejos, no entanto privá-los totalmente de realizá-los, era um mecanismo que não funcionava, pois, eram ladinos a ponto de formarem grupos

<sup>23</sup> NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. 161 p. ISBN: 978-85-7982-070-0. Available from SciELO Books. p, 80.

<sup>24</sup> MICHAELIS. Dicionário da língua portuguesa. Disponível em: michaelis.vol.com.br > busca 2020. Acesso: 02 jan. 2020.

<sup>25</sup> MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Revista do PPG de Artes visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ, n. 32, p. 132, dez. 2016. p, 131.

<sup>26</sup> ABRAHAMS, Roger D. *Singing the master: the emergence of African American culture in the plantation South*. New York: Pantheon, 1992. *apud* MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte & Ensaios*, Revista do PPG de Artes visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ, n. 32, p. 132, dez. 2016.

<sup>27</sup> FOUCAUT, Michel. *Vigiar e Punir...* p, 12.

para ameaçar o mecanismo escravista, como afirmou Slenes. O uso de mantê-los em guerra gerava outra forma de violência, em que também eles poderiam se unir para se rebelar contra seus senhores, como afirmam Florentino e Goés. Acreditamos que, no Brasil do século XIX, começava a surgir uma nova engrenagem de poder. Mas, o poder do patriarca, do senhor, do chefe da casa, do dono da família e dos escravos que os matinha submissos e subordinados ainda continuava a existir.

Posicionamo-nos a favor do conceito de família patriarcal de Gilberto Freire, mas, somente para as famílias dos senhores escravos, pois, eles eram os chefes, os patriarcas que mantinham uma hierarquia de poder sobre suas esposas, filhos e também sobre agregados e escravos, formando assim famílias extensas.<sup>28</sup> embora discordamos da visão preconceituosa em alguns trechos da obra de Gilberto Freyre, que nos reportava a um ditado usado pelo senso comum que dizia ser a “branca pra casar, mulata pra f[...], negra para trabalhar[...].”<sup>29</sup> Acreditamos que um conceito de família extensa, como o de Freire, pode ser abordado por nós neste estudo.

Existe uma possibilidade de ter existido famílias conjugais/nucleares escravas em Neves, com pai e mãe presentes na vida do filho ou dos filhos. Porém, como iremos ver no capítulo III, os registros paroquiais não nos permitem saber se o casal escravo apresentou mais de um filho e se havia mais parentes deste filho. Também, não temos como afirmar se algumas dessas famílias escravas eram extensas, contando com a presença de três gerações e o convívio entre irmãos adultos e seus referentes filhos, tios, sobrinhos, primos e outros.

Entendemos que não podemos nos prender a um conceito produzido por um intelectual teórico, que não aceite o de família patriarcal extensa, quando nossas fontes permitem e mostram que esse conceito afirma exatamente o que elas nos dizem: —os senhores da freguesia de Nossa Senhora das Neves formavam uma extensa familiar.<sup>28</sup> Analisamos o que essas fontes podem nos falar sobre as histórias dos senhores e dos cativos, como se eles próprios nos falassem sobre suas vidas. Nesse caso entendemos que fizemos um revezamento de teoria e prática, e de prática e teoria. Gilles Deleuze assegura que:

A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro. Por exemplo, você começou analisando teoricamente um meio de reclusão [...] no século XIX, na sociedade capitalista. Depois você sentiu a necessidade de

<sup>28</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2003.

<sup>29</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala ...*, p. 35.

que pessoas reclusas, pessoas [...] começassem a falar por si próprias, fazendo assim um revezamento.<sup>30</sup>

De acordo com Sheila de Castro Faria, “nas décadas de 1950 e 1960, as teorias de Freyre foram duramente criticadas. O patriarcalismo, conceito central de seu livro mais conhecido, ‘Casa Grande e Senzala’, foi identificado como ‘paternalismo’.”<sup>31</sup> Essas críticas se transformaram em barreiras, ou seja, um muro que necessitava ser atravessado para que essas teorias se desenvolvessem. Atravessamos o muro com a teoria e a prática. Entendemos, dessa forma, que os senhores e os escravos sentiram a necessidade de falarem por si próprios por meio dos assentos paroquiais de Neves, e fizeram um revezamento de uma teoria a outra e de uma prática a outra, para livrar a teoria de Freyre de uma barreira, ou seja, para atravessar um muro. Achou-se imperativo escutar a voz do cativo e dos senhores por meio de nossas fontes.

Trazemos, pois, uma análise histórica diretamente ligada à perspectiva demográfica e populacional dos escravos que habitaram essa região nesse período recortado. Com a necessidade de anteceder um pouco o período histórico para melhor compreensão desse trabalho, acompanhamos o crescimento populacional e o crescimento econômico, bem como as trajetórias dos sujeitos que na freguesia habitavam.

Notamos que a toponímia da região mudou historicamente em inúmeras denominações. Alberto Lamego afirma que: “A localidade de Macaé, no princípio do século XVII, não passava de um pequeno arraial, habitado pelos goitacás e por mamelucos. Só no alvorecer do século seguinte começou a desenvolver-se demograficamente”.<sup>32</sup> A posse de uma sesmaria foi solicitada pelos padres da Companhia de Jesus no ano de 1630, região pertencente na altura a Capitania da Paraíba do Sul, em terras situadas entre os rios Macaé e Leripeco (atual Rio das Ostras), a qual futuramente iria constituir parte<sup>33</sup> do território macaense. No século XVIII, foi criada a freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé.

Franco analisa a criação da Aldeia de Nossa Senhora das Neves e faz menção a Arlindo Rupert sobre a concepção desse povoado “em 1747,”<sup>34</sup> e cita Monsenhor Pizarro e Araújo para afirmar que a povoação foi criada,

pelo missionário secular e presbítero, padre Antônio Vaz Pereira, a aldeia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio Macaé, também

<sup>30</sup> DELEUZE, Gilles. Os Intelectuais e o Poder. in. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder...* p, 41.

<sup>31</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *Cotidiano dos Negros no Brasil Escravista* Disponível em: [www.larramendies.>centenario>grupo](http://www.larramendies.>centenario>grupo). Acesso em 11 jun. 2019. p, 5.

<sup>32</sup> LAMEGO, Alberto Frederico de Morais. Macaé à luz de documentos inéditos .... p, 66.

<sup>33</sup> FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte contra a vida ...* p, 24.

<sup>34</sup> Cf. RUPERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)*. Rio Grande do Sul: Editora Pallotti, 1988, vol. III, p. 110. *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida:...* p, 23.

chamada Aldeia de Macaé, destinava-se à catequese dos índios guarulhos, habitantes dos sertões dos rios São Pedro, Macaé e Macabu.<sup>35</sup>

De acordo com Franco, Monsenhor Pizarro e Araújo, em seu livro das visitas pastorais, apontava para provisão real de 24 de dezembro de 1765 como o ato da criação da freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio Macaé. Foi constituída a partir de uma pequena capela pertencente à antiga Aldeia dos índios conhecidos na região como *Sacurus*, *Saruçus* ou *Guarulhos*, sob a denominação de Aldeia de Macaé, situada no Sertão e distante em um dia da barra do rio do mesmo nome.<sup>36</sup>

Franco ainda afirma que, Arlindo Rupert parece ter se equivocado ao afirmar que o padre José das Neves Ribeiro foi nomeado como cura encomendado da antiga Aldeia dos índios e permaneceria nesta função por vários anos na “aldeia de Macaé, encontrando-se em 1795 na aldeia de Santa Rita – depois chamada de Nossa Senhora das Neves.”<sup>37</sup> Franco assegura que, “na verdade, se tratava da mesma aldeia.”<sup>38</sup> Acredito que o monsenhor não tenha dado conta do fato.

Lamego menciona que, no século XVIII, os jesuítas criaram dois engenhos para lavoura de cana de açúcar. Um deles próximo à foz do Rio Macaé foi mais tarde denominado de Fazenda de Macaé ou de Santana.<sup>39</sup> Podemos observar no mapa abaixo a localização da fazenda Macaé.

Figura 1 - Mapa de Macaé século XIX



<sup>35</sup> ARAÚJO, José de Souza Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, vol. 5, p.125. *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida...*p.23

<sup>36</sup> ARAUJO, José de Souza Pizarro Azevedo e. *Memórias Históricas...* p.125. *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida...* p.23.

<sup>37</sup> Cf. RUPERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil: expansão territorial...* p. 110. *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida...* p, 24.

<sup>38</sup> Ver: FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte contra a vida...* p, 24.

<sup>39</sup> Ver in: LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos ...*p. 2. Obs. Lamego não faz referência sobre o autor do mapa.

Fonte: Estações Ferroviárias do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [estacoesferroviarias.com.br](http://estacoesferroviarias.com.br). Acesso: 15 jun. de 2019.

O processo de construção das freguesias em Macaé contou, inicialmente com a criação da freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio do Macaé em 1765.<sup>40</sup> Lamego ainda afirma que a região de Macaé se dividia em sete paróquias e uma delas era a Paróquia de Nossa Senhora das Neves, elevada a esta categoria no ano de 1803 – antiga aldeia dos índios Guarulhos.<sup>41</sup> No início, havia diversos inconvenientes para os moradores, pois sofriam com a “fala de pronta administração da Justiça”.<sup>42</sup> Quando os moradores de Macaé necessitavam ir à justiça “uns eram obrigados a procurá-la na cidade de Cabo Frio e outros na vila de São Salvador, distâncias 19 e 30 léguas respectivamente”, então os moradores suplicaram a D. João VI, “a graça de erigir a vila de Macaé [...] A sua súplica foi ouvida, como se vê no alvará”.<sup>43</sup>

Assim se deu a criação da Vila de São João de Macaé, que se constituiu por meio do Alvará de 29 de julho de 1813.<sup>44</sup> Esse acontecimento passou a ser um marco histórico para Macaé, havendo uma ruptura no processo ocupacional da região. O território de Macaé foi desmembrado da Vila de Campos e da Cidade de Cabo Frio.

Lamego ainda assegura que, no dia em que se erigiu a vila de Macaé, foi fixado um pelourinho como forma de demarcar a jurisdição da vila, o Ouvidor Geral exclamou por três vezes em voz alta, “Viva o Príncipe Regente, Nosso Senhor” – e todos os que estavam presentes repetiram a exclamação.<sup>45</sup> De acordo com Cláudia Rodrigues e Conceição Franco, essa região que era chamada de arraial passou para condição de vila de São João de Macaé<sup>46</sup> e anos mais tarde para cidade de Macaé.<sup>47</sup>

Lamego também afirma que o “pelourinho servia para expor ou castigar criminosos, em praça pública; feito de uma coluna de pedra, contendo argolas de ferro nele cravadas”.<sup>48</sup> Porém, o pelourinho não servia apenas como forma de castigo para os escravos. O pelourinho servia

<sup>40</sup> ARAUJO, José de Souza Pizarro Azevedo e. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* ...125.

<sup>41</sup> LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos...* p, 138.

<sup>42</sup> LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos...* p, 138.

<sup>43</sup> LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos...* p, 138.

<sup>44</sup> Ver in: LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos...* p, 66.

<sup>45</sup> MELLO, Luiz José de Carvalho de – Monsenhor Miranda – Por despacho da Mesa do Desembargo do Paço de vinte nove de setembro de mil oitocentos e treze. *apud*, LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos ...*p, 66.

<sup>46</sup> RODRIGUES, Cláudia & FRANCO, Maria da Conceição. *Notas Sobre a Presença e a Atuação da Igreja Católica na Antiga Macaé*. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis (Orgs.). *Povoamento, Catolicismo e escravidão na antiga Macaé. (séculos XVII ao XIX)* ed. Apicuri. Rio de Janeiro, RJ, 2011, p.80.

<sup>47</sup> KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, Fundação Macaé de Cultura*. 2001, p. 86.

<sup>48</sup> LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos...* p. 68-69.

como símbolo da justiça, era um monumento obrigatório nos núcleos urbanos das Vilas e Cidades, marcando o centro do poder local.<sup>49</sup>

Sobre a prática do pelourinho, observamos que ela tinha o apoio da Coroa, Kirsten Schultz assegura que era uma “prática de oficialmente dar punição em nome dos senhores de escravos”, uma prática que reafirma “o apoio da Coroa [...] ela também dava à Coroa [...] maior número de oportunidades para definir as características da escravidão na cidade”.<sup>50</sup> Do mesmo modo que o pelourinho definia uma das características da escravidão, ele já estava ficando em desuso e também os castigos físicos. A escravidão, também era definida por outras características como por exemplo: o tráfico e a venda de cativos, e assim os escravos eram levados e formavam as populações de outras regiões do Brasil e do Rio de Janeiro.

Para historiarmos o nosso trabalho, fizemos uma apreciação da população escrava desse período para traçar um balanço do perfil populacional desse grupo, tendo como fonte principal os nascimentos, casamentos e óbitos. A fim de acompanharmos a trajetória de algumas famílias, analisamos o aspecto demográfico da população escrava, observando as variáveis existentes, tanto para os escravos como para outros da sociedade, nos modelos de família,<sup>51</sup> de índices e comportamento em quadros de desigualdades econômicas e políticas.

Como afirmado acima, os dados que constam em nossas planilhas foram digitalizados e colhidos a partir dos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito da Matriz da Igreja de Nossa Senhora das Neves entre os anos de 1809 a 1822.<sup>52</sup> Também pesquisamos e catalogamos documentos como Arquivo Acervo Coleção Dona Rosa Joaquina/Macaé (doravante ACDRJ/Macaé) – Manuscrito do Visconde de Araruama (Cópia de Documento Inédito),

<sup>49</sup> No Brasil Colônia o pelourinho foi símbolo da justiça, era monumento obrigatório nos núcleos urbanos das vilas e cidades, marcando o centro do poder camarário. Mas também foi usado publicamente para o castigo dos escravos condenados à pena de açoite. Ver In. SANTOS, Wilson Pereira dos. *Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista*. Enciclopédia biosfera - Centro Científico Conhecer – Goiânia: v.9, n.16. 2013, p. 2393-2408 e OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Entre o local e o provincial: os Conselhos Gerais de Províncias e as Câmara Municipais, São Paulo e Minas Gerais (1828-1834). Almanack. Guarulhos, n.09, p.92-102, abril de 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320150907>. Acessado em 09/02/2019 apud: FRANCO, M. Conceição V. *De Campo santo a necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2019 (Tese de Doutorado);

<sup>50</sup> SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial*. Rio de Janeiro, 1808-1821. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > scielo. 2008. Acesso 09 mai. 2019. p,18.

<sup>51</sup> “família” é para estudiosos [...] bastante controverso, já que são inúmeras formas de organização humana que se podem enquadrar nesta mesma denominação [...] não se pode negar [...] que as sociedades humanas tiveram sempre presentes algum padrão familiar, podendo ser ele de diferentes matrizes [...]. Ver in: FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento...*p. 39.

<sup>52</sup> Os registros de batismos foram a nós, concedidos pelo mestre Fábio Francisco dos Santos, que recebeu seu título na Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói.

caderno I, período de 1788-1811 (mimeo), cedidos, gentilmente pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Vilela Franco. Os registros eclesiásticos e outras fontes que tivemos acesso ao longo do nosso trabalho contêm informações distintas, todas elas ligadas à paróquia e à freguesia local, com capacidade de auxiliar no entendimento das características da população.

A importância dessas fontes, analisadas ao longo da nossa pesquisa, trouxe à luz questões sobre os mecanismos de controle social e econômico usados pelos senhores de escravos e o papel da Igreja e da Coroa como forma de manter esse domínio senhorial. Questões em que se mantêm a atenção para se observar detalhes, como, por exemplo, o crescimento econômico e social da freguesia, e também para se atentar em relação a alguns dados que serão discutidos posteriormente. Dados que nos vão servir de base de informações para entender a sociedade da época e que são de extrema importância para a compreensão da região.

Acreditamos que a Igreja atuou com enorme autoridade sobre o domínio senhorial e ela também participava ativamente no controle de algumas decisões da coroa portuguesa. Sheila de Castro Faria esclarece que o catolicismo era a religião oficial no reino português e prevalecia sobre as outras.<sup>53</sup> Observamos que a Igreja esteve presente em todo processo de ocupação, povoamento no período colonial e imperial também na região de Macaé, principalmente, na freguesia de Nossa Senhora das Neves.<sup>54</sup> No presente trabalho, será analisada sua influência e como as leis estabelecidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia contribuíram para divisão hierárquica na sociedade de Neves.

Observamos se haveria uma complexidade das hierarquias sociais modeladas pela Igreja onde alguns tomavam os lugares mais no topo da pirâmide hierárquica e pela própria escravidão. E, entre os cativos, sempre existiam conflitos dentro das senzalas, como afirma Hebe Maria Mattos<sup>55</sup>. Para a autora, as hierarquias sociais no cativeiro eram maquinadas, e alguns escravos ocupavam posições mais relevantes do que outros<sup>56</sup>. Contudo, de acordo com

<sup>53</sup> FARIA, Sheila de Castro. A Família e Morte Entre os Escravos. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. p.1274.

<sup>54</sup> As paróquias ou freguesias assinalavam a presença do Estado metropolitano através do 'padroado régio', que representava uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa portuguesa para patrocinar as missões católicas e as instituições eclesiásticas no além-mar. Em troca de recolher o dízimo eclesiástico, a Coroa se obrigava a sustentar a propagação do catolicismo nas áreas de conquistas e prover condições para o culto, podendo propor a criação de dioceses e paróquias, erigir ou permitir a construção de igrejas, apresentar bispos e demais cargos eclesiásticos (como a nomeação de sacerdotes) e recolher o dízimo. Representava, assim, a aliança estreita e, por muitos séculos, indissolúvel entre a Cruz e a Coroa, o trono e o altar, a fé e o império. Ver In. BOXER, Charles R. *A Igreja e a expansão Ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 98-101; TORRES-LONDOÑO, Fernando. *Op. Cit.*, p. 55; SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa: O império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editora Estampa, 1986, vol. VIII, p. 309; RUPERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil...* Apud FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte contra a vida...*

<sup>55</sup> MATTOS, Hebe María. *A Cor Inexistente. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 127.

<sup>56</sup> MATTOS, Hebe María. *A Cor Inexistente...* p. 127.

a nossa análise dos registros paroquiais da freguesia de Nossa Senhora das Neves, o que acreditamos é que havia uma grande preferência dos cativos em se relacionarem afetivamente por meio dos casamentos legalizados pela Igreja Católica enquanto a menor parte instituíam relações não legalizadas.

O trabalho será dividido em três capítulos. No capítulo I, procuramos apresentar a sociedade e a economia da freguesia de Nossa Senhora das Neves nos anos de 1809 a 1822, que decorre desde a vinda da corte portuguesa para o Brasil até a sua independência. Analisamos traços da administração de Dom João VI, dos primeiros aos últimos anos de seu governo e sua influência na economia e sociedade macaense. A administração do príncipe regente tornou mais acelerada a regulamentação do tráfico de escravos. Essa aceleração fez do Rio de Janeiro o centro de comércio dos navios negreiros e o porto de Macaé um dos principais portos do tráfico negreiro desta cidade e de todo o Brasil.

Havendo mais rapidez e ficando mais regular a entrada de escravos importados, no Rio de Janeiro e em Macaé, houve mais enriquecimento e poder nos responsáveis pelo tráfico negreiro. Um português chamado de Amaro Velho da Silva, era considerado por Manolo Florentino um dos maiores traficantes<sup>57</sup> de escravos do Brasil,<sup>58</sup> Amaro Velho foi proprietário da fazenda Atalaia, uma das mais importantes da freguesia de Neves.

Ainda no primeiro capítulo, procuramos, também, realizar um reconhecimento espacial desse local estabelecido geograficamente, na hoje, região serrana de Macaé, onde situavam as fazendas e os proprietários no período analisado, e que nos serviram como apoio para a análise dos capítulos II e III. Dentre as fazendas, podemos citar: a fazenda da Atalaia; a fazenda Nova da Carreira Comprida; a fazenda do Lírio; a fazenda do Morro da Onça; a fazenda Sapucaia; a fazenda Bom Sucesso; a Fazenda do Frade; a fazenda Ponta da Alfândega; a fazenda Nova do Rio São Pedro; a fazenda da Coroa; e a fazenda do Deitado.

No capítulo II, analisamos às informações existentes na documentação paroquial, como os assentos de batismo, casamento e óbito, que são de extrema importância para a investigação das populações do passado. Ao realizar uma abordagem sobre as fontes mencionadas, Maria Luiz Marcílio enfatiza que,

A riqueza de informações contidas nesses documentos de primeira ordem, para a reconstrução da história social e cultural das populações católicas e a potencialidade de explorações que permitem, para desvendar o passado em várias direções. Pobres e ricos, plebeus e nobres, brancos, negros e índios,

<sup>57</sup> No período estudado, segundo o dicionarista Raphael Bluteau, traficante significava: Negociante, experto, fino ver in BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino (1712)*. São Paulo: USP, p. 264, verbete “traficante”; Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 15 de janeiro de 2020.

<sup>58</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 216.

homens e mulheres, todos sem exceção, quando batizados, casados ou falecidos tinham esses fatos vitais registrados em livros especiais, que eram conservados pela Igreja. A vida estava assim marcada com uma ata individual, com dados pessoais, nos seus momentos vitais: do nascimento, do casamento e da morte.<sup>59</sup>

Além da análise sobre os documentos da paróquia de Neves, consultam-se também outros tipos de fontes produzidas pela Igreja Católica como: as visitas pastorais, pedidos para construção de oratórios privados, entre outras. Essas fontes estão assim distribuídas: Arquivo Nacional/RJ, Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro/ACMRJ e Biblioteca Nacional, cedido gentilmente pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Vilela Franco. Ainda foram utilizados documentos de cunho iconográfico, tais como fotografias e mapas, entre outros. Esses documentos, mais os três livros de Batismo, Casamento e Óbito determinados de acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia nos ajudaram a entender como ocorreu o surgimento da população da freguesia de Neves.

Os registros paroquiais de Neves seguiam as cláusulas das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que (ou às quais) ditavam normas que tinham peso em todas as paróquias do Brasil e, obrigavam as Igrejas a terem três livros de registros, nos quais era ordenado se fazer os assentos com o nome e os dados de cada freguês. O registro paroquial tinha a função de ser um documento que provava e reconhecia a existência dos fregueses, não só na freguesia de Neves, mas por todo o mundo católico. Nesse capítulo, observaremos com mais clareza as determinações das Constituições Primeiras.

Além do exposto, neste trabalho, também iremos ressaltar que o batismo cristão era almejado não somente pelos escravos, mas também por seus proprietários. Os registros de batismo eram desejados pelos senhores de escravos no período recortado, pelo motivo de ser um documento que funcionava como uma escritura pública. Por meio do batismo, o proprietário assegurava o domínio do cativo. O registro de batismo funcionava como um instrumento de controle não somente social, mas social e temporal.

No capítulo III, analisamos as escravarias e suas famílias, consideramos a quantidade numérica dos fazendeiros, suas fazendas, o tamanho de seus plantéis. Observamos o número de escravos batizados, mortos e casados que foram assentados nos livros da paróquia da freguesia de Neves no período de 1809 a 1822. Por intermédio de uma observação em tabelas, analisamos os senhores e suas fazendas de Nossa Senhora das Neves e os escravos que nelas moravam.

<sup>59</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia historia*, nº 31. Janeiro 2004 Disponível em: [static1.squarespace.com](http://static1.squarespace.com). Acesso em 01 mar. 2019, p. 15-16.

Ao estudarmos as origens dos cativos moradores nessas fazendas, constatamos que os vigários da Paróquia não anotavam em todos os seus assentos quais eram as regiões que vieram os escravos. Em pouquíssimos assentos podia-se observar se os escravos eram africanos ou crioulos. Desse modo, como já mencionamos nesta introdução, ficamos sem condições de saber quais eram as nações dos africanos que foram registrados nos livros paroquiais no período. Os vigários de Neves também fizeram menção de um número insignificante da etnia da população escrava nos assentos paroquiais, apenas seis cativos foram assentados com os sobrenomes indicando suas respectivas nações.

Ao analisarmos o perfil dos casamentos escravos, fizemos uma observação nas formas de renovação dos plantéis nas escravarias utilizadas pelas famílias da elite agrária em Neves. Para isso, tivemos como objetivo analisar as formas de substituição dos escravos, e se elas se davam por via tráfico Atlântico ou pela reprodução natural.

Por meio da observação do cruzamento dos dados que se encontram nas tabelas elaboradas, percebemos que a maioria dos proprietários dos cativos da freguesia de Neves davam preferência à reprodução natural, mas não deixavam de fazer opção pela reprodução via tráfico atlântico para manter ou aumentar os plantéis de suas escravarias. Essa observação corrobora com a hipótese de Faria e Slenes de que os cativos ao se casarem não iriam fugir das senzalas, ou seja, o casamento era uma forma de haver maior harmonia e estabilidade entre os escravos das diversas origens que viviam nas senzalas e de manter os cativos nos seus fogos.

Ao se casarem, os cativos formavam famílias que viviam, trabalhavam e faziam parte da história da sociedade e da economia de Macaé, em um período que apresentou diversas mudanças procedentes da vinda da corte portuguesa para o Brasil, como iremos ver a seguir.

## CAPÍTULO I – A SOCIEDADE E A ECONOMIA MACAENSE NA ERA DE DOM JOÃO VI

### 1.1 Apresentação social e econômica de Macaé

O capítulo proposto engloba uma temporalidade que transcorre desde a vinda da corte portuguesa para o Brasil até a sua independência. Em 1809, todo o Brasil, inclusive Macaé já sentia as mudanças oriundas do Império Português com a recente vinda do príncipe Dom João VI para a cidade do Rio de Janeiro, o que trouxe uma transformação e uma nova administração tanto para a cidade do Rio como para Macaé. De acordo com Manuel de Oliveira Lima, o Rio:

Com suas novas instituições de crédito, suas transplantadas especulações e seus incipientes jogos de bolsa, ofereceria o moderno tipo mercantil. Conservava a outra mais a tradição nos negócios como em toda a economia. Era o empório da velha cultura do açúcar: no ano 1808, o da passagem da família real. Era também o centro do comércio de escravos, onde afluíam os carregamentos de africanos, cujo valor regulava 140 a 150 mil réis cada um, e onde se detinham os alforriados, negros do ganho e negras quitandeiras.<sup>60</sup>

Oliveira Lima argumenta que, antes do ano de 1808, havia muita burocracia e lentidão nos processos judiciais e com a administração de Dom João VI pôde-se observar que nos primeiros anos de seu governo as coisas mudaram.<sup>61</sup> Segundo o autor, na justiça, onde a burocracia era lenta na alfândega, os processos andaram com mais ligeireza e esse acontecimento tornou mais rápido e constante o tráfico de escravos.<sup>62</sup> Devido a esse evento, o Rio de Janeiro se tornou o centro de comércio dos navios negreiros e com maior agilidade na burocracia de regulamentação na entrada e no desembarcar dos navios negreiros. Nesse sentido, há inúmeras pesquisas que apontam para um aumento considerável na população dos escravos nesse período. Conforme traremos a seguir.

Mary C. Karash informa que, em 1808, Napoleão invadiu Portugal e isso fez com que a corte portuguesa fugisse do exército francês e se mudasse para o Brasil. Esse acontecimento provocou uma transformação de um “tranquilo posto colonial”<sup>63</sup> que era a cidade do Rio de Janeiro, no centro de um movimentado e populoso império aberto para o mundo.<sup>64</sup>

<sup>60</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil* (3ª Ed.). Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 144.

<sup>61</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil* ...p. 144

<sup>62</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil* ... p. 144

<sup>63</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 28-29.

<sup>64</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*...p. 28-29.

O porto abriu-se para os navios do mundo, a cidade prosperou e cresceu em população. A fim de dar seguimento à nova situação, o Príncipe Regente D. João VI, os nobres e comerciantes portugueses e os europeus atraíram para a corte do Brasil toda mão de obra necessária. Enquanto o declínio das minas de ouro, nas Minas Gerais, tinha diminuído, a importação de escravos, para talvez uma média de 10 mil por ano em 1808, a chegada da corte imperial logo empurrou a média para acima de 20 mil, com o próprio soberano participando do negócio. Em consequência, o ano de 1808 marcou também o começo do significativo tráfico africano para o Rio de Janeiro, que trouxe grandes volumes de negros do Centro-Oeste Africano para a cidade.<sup>65</sup>

Kirsten Schultz assegura que a chegada da corte teve muita influência sobre o aumento das importações de negros africanos, segundo o autor:

Enquanto a maior parte do crescente número de africanos trazidos à força para o porto do Rio era em seguida enviada para o Sul ou para as plantações vizinhas, muitos escravos permaneciam na cidade. Em 1818, o intendente relatou que [...] dos “Trinta mil brancos que de pancada aqui chegarão” com o príncipe regente e a família real, a população de “negros” da cidade e de seu interior tinha aumentado para algo entre 60 e 80 mil.<sup>66</sup>

De acordo com Manolo Florentino, nunca iremos saber quantos africanos desembarcaram no porto do Rio de Janeiro. “A falta de fontes o explica [...] que, a partir de indicações fragmentárias muitas vezes [...] meras conjecturas os autores que se dedicaram ao tema, ora estabeleceram estimativas gerais, ora detectaram os desembarques em um pequeno número de anos.”<sup>67</sup> O autor faz referência a Maurício Goulart, Mary Karasch e David Eltis, para fazer uma estimativa de quantos africanos desembarcaram no porto do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. <sup>67</sup> Com Flávio Gomes, na citação a seguir, podemos ter uma noção da proporção do número de africanos entrando no porto nessa primeira metade do século.

Para o primeiro quartel do século XIX, há ainda maior impacto do tráfico atlântico para o Rio. Segundo Goulart (1975), só entre 1801 e 1830 desembarcaram no Rio de Janeiro 570 mil africanos. A partir dos cálculos de Karasch (2000, p.67 e ss.), esse número – entre 1800 e 1843 – ultrapassaria os 600 mil. Revisando cálculos dos estudos clássicos de Philip Curtin, Eltis destaca que, só para o período de 1811 a 1830, o número de africanos aportados no Rio de Janeiro chegou a aproximadamente 470 mil (Behrendt, Eltis, Richardson, 1999, p.21-32; Eltis, 2000, p.224-257). Além de outras revisões de Eltis, considerando o volume do tráfico para várias regiões das Américas, as pesquisas mais conclusivas para o Rio de Janeiro apareceram nos estudos e metodologia de quantificação originalmente desenvolvida e

<sup>65</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro...* p. 29.

<sup>66</sup> SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização...*p. 15.

<sup>67</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*p. 42-43.

apresentada por Klein (1973, 1978) e tão somente revisada por Florentino (1995) a partir de registros de desembarques de navios.<sup>68</sup>

Com os dados conjecturados na citação acima, podemos observar que a média anual, de acordo com Goulart, nos anos de 1801 e 1830, foi de 19.656 africanos entrando no porto do Rio de Janeiro. Já para Karasch, nos anos de 1800 e 1843 foi de 13.954 africanos e para Curtin e Eltis, nos anos de 1811 e 1830 foi de 24.747, ou seja, podemos ter uma ideia que entre 1811 a 1830, o número de entrada de africanos no porto do Rio de Janeiro foi bem mais ampla, em relação aos outros anos.

Devido as dificuldades encontradas para aferição total de desembarcados, Manolo Florentino optou por detectar as flutuações do tráfico a partir das entradas de navios negreiros provenientes da África.<sup>69</sup> Na tabela abaixo, é possível identificar as estimativas das médias anuais de escravos africanos desembarcados no Rio de Janeiro e no Brasil, entre os anos de 1781 a 1830, segundo o autor.

Tabela 1 Entrada de Africanos no Rio de Janeiro e Brasil, 1781 – 1830.

Período	Rio de Janeiro	Brasil (Eltis)	%	Brasil (Curtin)	%
1781 – 1790	-	16.090	-	17.810	-
1791 – 1800	9.878	23.370	42,3	22.160	44,6
1801 – 1810	10.832	24.140	44,9	20.620	52,5
1811 – 1820	18.895	32.770	57,7	26.680	70,8
1821 – 1830	30189	43.140	70,0	32.500	92,9

**Fonte:** Manolo Florentino *Em costas negras: uma história do tráfico negro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*.

Pelos dados acima, também podemos observar que de 1811 a 1830 o número de entrada de negros, oriundos da África no porto do Rio de Janeiro, foi bem mais amplo em relação aos outros anos e que a partir de 1810, esse número cresceu substancialmente. Florentino assegura que de “qualquer modo, se durante a primeira década do século XIX o porto do Rio continuou a deter quase a metade das importações de africanos, a partir de então sua participação subiu vertiginosamente, variando de 70% a 80% em todo o país”<sup>70</sup>. O autor também afirma que “a partir da emancipação de fato do Brasil, ocorrida em 1808 e reafirmada juridicamente em 1822, a secular economia escravista não se manteve intacto o seu mecanismo de reprodução, como

<sup>68</sup>GOMES, Flávio. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso: 15 jan. de 2019. p. 94.

<sup>69</sup>FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*p, 43.

<sup>70</sup>FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*p, 43.

também ampliou”.<sup>71</sup>

De fato, houve muitas mudanças com a chegada da corte no Rio de Janeiro, e um dos indicadores dessa mudança, foi que a metade da população da nova sede imperial era composta, na sua grande maioria, por escravos.<sup>72</sup> A população escrava aumentou após a vinda de D. João VI tanto que, em 1816, o intendente Paulo Fernandes Viana relatou que: “Nossa população é de pretos [...] escravos talvez dez vezes maior que o número de brancos”.<sup>73</sup> O crescimento populacional de escravos influenciou sobremaneira para a transformação e o desenvolvimento social e econômico do Rio de Janeiro, e também em uma mudança no seu interior e no seu litoral, como o norte fluminense.

A Vila de Macaé, situada no norte fluminense, no seu processo de transformação econômica e criação, contou com o apoio de D. João VI e sua influência para a elevação à condição de vila, e o aumento da sua população escrava. Com isso, na freguesia de Nossa Senhora da Neves<sup>74</sup> também teve uma transformação e aumento de sua população.

Evidentemente, a partir desse aumento, houve facilidade de se conseguir mão de obra, e os senhores da Vila de Macaé e de Neves não tiveram dificuldades para conseguir trabalhadores para o laboro no desenvolvimento e a transformação dessas duas regiões.

Com o intuito de evidenciar como ocorreram os desdobramentos que levaram a elevação e transformação da freguesia de Neves e da Vila de Macaé, nos dois parágrafos a seguir, optamos por evidenciar os relatos de viajantes que passaram pela região durante o recorte proposto e também os trabalhos de autores que trataram sobre a temática. Nas duas informações, nos subitens, iremos enfatizar primeiramente, o acontecimento de mudança e elevação da Vila de Macaé, para depois, em outros parágrafos esclarecer o acontecimento da elevação da Igreja de Neves à condição de freguesia.

**A) – Acontecimento da elevação da Vila de Macaé.** Sobre o processo de transformação e criação de Vila de Macaé, alguns viajantes testemunharam a mudança. Um deles foi Auguste de Saint Hilaire, botânico e naturalista francês que viajou pelo Brasil entre os anos de 1816 a 1822, que testemunhou em sua passagem pela Vila de Macaé o momento da transformação urbana da recém-criada vila. Saint Hilaire relata que a povoação estava situada em uma posição “encantadora”, dividida pelo rio Macaé em duas partes distintas. Sendo a parte maior a que fica

<sup>71</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*p, 69.

<sup>72</sup> SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização...*p.14.

<sup>73</sup> VIANA, Paulo Fernandes. Representação, 24 de novembro de 1816, f11, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios do Brasil (referido a partir daqui como ANJR MNB), caixa 6J 83. *apud*, SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização...*p. 16.

<sup>74</sup> A elevação da Igreja de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão de Macaé, a ascensão à condição da freguesia do mesmo nome antecipou a criação da Vila de Macaé. Ver in. FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida...*p. 31.

na margem direita; porém não possuía mais de sessenta ou oitenta casas, baixas e pequenas. Nesse mesmo lado direito, existia uma grande praça ainda em formação, com o propósito de se tornar conhecida a classificação da cidade na ordem judiciária e administrativa, foi erguido um marco da justiça.<sup>75</sup>

**B) - O acontecimento da elevação da Igreja de Neves à condição de freguesia.** Sobre o processo de elevação da Igreja de Neves a condição de freguesia, Paulo Knauss afirma, equivocadamente, que a elevação à condição da vila de Macaé antecedeu a criação da freguesia de Neves, num acontecimento único e no processo que decidia naquela época a formação de novas vilas. Segundo o autor, anexado à Vila de Macaé estavam as freguesias de Nossa Senhora das Neves, Santa Rita do Sertão do Rio Macaé e a de Nossa Senhora do Desterro de Quissamã, territórios que na época foram desmembrados da cidade de Cabo Frio e da antiga Vila de São Salvador dos Campos.<sup>76</sup>

Por discordarmos do autor acima mencionado, examinamos o caso de Macaé e Neves segundo as perspectivas de Franco. Para esta autora, “somente na década de 1790 que a Igreja de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé seria elevada à série das igrejas permanentes e, portanto, coladas (por determinação do Alvará de 22 de dezembro de 1795).”<sup>77</sup> Ademais, Alberto Lamego informou que a povoação de Nossa Senhora das Neves foi elevada à freguesia no ano de 1803.<sup>78</sup> Logo, podemos observar baseado nas concepções de Franco e Lamego que, à elevação da Igreja de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão de Macaé mais a ascensão à condição da freguesia de mesmo nome antecederam à criação da Vila de Macaé.

Lamego ainda afirma que na região houve a transformação de uma capela chamada de Nossa Senhora da Santa Virgem para uma Igreja Matriz chamada de Nossa Senhora e Santa Rita do Sertão de Macaé no final do Setecentos. “A povoação de Nossa Senhora do Destêrro de Quissamã, antigamente denominada Nossa Senhora do Destêrro do Furado, e depois Capivari, foi alçada em freguesia no ano de 1749. A das Neves ocorreu em 1803”.<sup>79</sup>

Rodrigues e Franco relatam sobre a elevação da freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão de Macaé afirmando que “a criação da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé” não foi o resultado do crescimento natural de um arraial.<sup>80</sup> “A

<sup>75</sup> SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 362-363.

<sup>76</sup> Ver in: KNAUSS, Paulo. *Macaé: História e Memória*. Macaé... p. 86.

<sup>77</sup> FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida...* p. 31.

<sup>78</sup> LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos...* p. 66.

<sup>79</sup> LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos...* p. 66.

<sup>80</sup> RODRIGUES, Cláudia & FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *Notas Sobre a Presença...* In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis (Orgs.). *Povoamento, Catolicismo...* p. 64-65.

localidade de Macaé, no princípio do século XVII, não passava de um pequeno arraial, habitado pelos goitacás e por mamelucos. Só no alvorecer do século seguinte começou a desenvolver-se demograficamente”.<sup>81</sup> O recebimento de um cura encomendado indica que embora a freguesia de Nossa Senhora das Neves tenha sido criada por ordem do Estado metropolitano, ela não fazia parte do rol das paróquias coladas e [...] mantidas por meio do padroado régio”.<sup>82</sup>

Contudo, a projeção econômica e o adensamento populacional da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, nos primeiros anos do século XIX, regeram a criação da vila de Macaé, em 1813, como acima afirmou Lamego e a sua progressiva transformação na cidade durante o período imperial.

De certo modo, o advento do processo urbanístico macaense se deve aos desdobramentos do desenvolvimento econômico iniciado na primeira metade do século XIX. Desde final do século XVIII, a economia macaense estava voltada para o comércio interno e a produção de alimentos. O adensamento demográfico da região foi impulsionado pela atração de população livre que buscava condições favoráveis à expansão das lavouras de alimentos.<sup>83</sup>

De acordo com as Constituições Primeiras da Bahia, em alguns Bisposados, o exame da suficiência era a primeira diligência das Ordens para os que queriam aprovar as Igrejas do Padroado Real e, se fossem reprovados, os ordenandos deveriam arcar com seus gastos.<sup>84</sup> O Estado que transformou a aldeia em freguesia eximiu-se de sustentá-la e deixou que o seu pároco a sustentasse com os seus próprios meios.<sup>85</sup> “Somente na década de 1790 é que a freguesia de Nossa Senhora das Neves seria elevada à série das igrejas permanentes, portanto coladas”.<sup>86</sup>

Segundo Ana Lúcia Nunes Penha, as “observações do viajante Saint Hilaire, que apontaram para a expansão do café na vila de Macaé e arredores”, foram constatadas no final da década de 1820. Essa expansão econômica, com certeza, contribuiu para a criação da vila. A nova vila agregou pessoas importantes da classe senhorial que se dedicavam à produção do café e do açúcar. Uma produção agrícola que incidiria para a projeção política e econômica da nobreza macaense<sup>87</sup>. Além do café, o açúcar era também um produto de fundamental

<sup>81</sup> LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. Macaé à luz de documentos inéditos...p. 66.

<sup>82</sup> RODRIGUES, Cláudia & FRANCO, Maria da Conceição Vilela. Notas Sobre a Presença...p. 64-65.

<sup>83</sup> FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. *Op. cit.*, pp. 14-31 *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida...*p. 46.

<sup>84</sup> Constituições Primeiras da Bahia Título LII nº218.

<sup>85</sup> RODRIGUES, Cláudia & FRANCO, Maria da Conceição Vilela. Notas Sobre a Presença...p. 69.

<sup>86</sup> RODRIGUES, Cláudia & FRANCO, Maria da Conceição Vilela. Notas Sobre a Presença...p. 71.

<sup>87</sup> PENHA, Ana Lúcia Nunes. *O Município de Macaé: Fortunas Agrárias na Transição da Escravidão para o Trabalho Livre*. Universidade Federal Fluminense, 2001 (Dissertação, mestrado em História). p 29, 34-40. *apud* FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A Antiga Macaé – Ocupação e Povoamento*. www.macaie.rj.gov.br, 2018.

importância para economia local, Ana Penha ainda esclarece que a “atividade açucareira, na primeira metade do século XIX, constituiu a base da fortuna dos fazendeiros locais”.<sup>88</sup>

Podemos observar, pela afirmação de Lamego, como o trabalho escravo contribuiu para a produção do café na região: “Outrora, o café se cultivava em maior escala, principalmente nas freguesias de Neves e de Macabu. Com a abolição da escravatura, veio a falta de braços e grande parte dos cafezais foi abandonada”.<sup>89</sup> Nota-se também que em Neves se produzia açúcar, o “cultivo da cana de açúcar era preferido pelos lavradores das freguesias de Neves, Barreto e Carapebus, onde levantaram as suas engenhocas”.<sup>90</sup> A fala desses autores nos ajudou a entender que Neves produziu açúcar e café com o auxílio de braços escravos.

Entendemos até aqui que por muitos anos, o cultivo da cana de açúcar foi um dos alicerces da economia de Macaé e responsável por um expressivo crescimento demográfico nos séculos XVIII e XIX. Contudo, a região não produziu apenas o açúcar e o café, ela contou também com a produção de outros “alimentos como mel, feijão, toucinho, sal, cachaça, milho e peixes,”<sup>91</sup> que fez parte de sua capacidade econômica. Esses produtos foram destinados ao próprio consumo e ao do Rio de Janeiro. Observa-se aí, que a freguesia de Nossa Senhora das Neves era uma área de atração populacional, provavelmente, também pelas condições favoráveis à extração da madeira e à expansão das lavouras de alimentos.<sup>92</sup>

Penha relata que essa região esteve implantada no circuito de abastecimento do porto do Rio de Janeiro<sup>93</sup> e seu desenvolvimento e sua criação contou com a presença e a atuação da Igreja Católica.<sup>94</sup> Por constar no circuito de abastecimento de produtos que desembarcavam no porto da província do Rio de Janeiro, o crescimento populacional das famílias escravas que habitaram a freguesia de Macaé, de Campos dos Goitacazes e tantas outras freguesias que constavam nesse mesmo circuito, se deu de maneira parecida.<sup>95</sup> Conforme Penha:

No sudeste escravista, em fins do século VIII, a frequência dos desembarques no porto do Rio de Janeiro de mel, feijão, arroz, toicinho, sal, cachaça, milho

<sup>88</sup> PENHA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão...*p. 37.

<sup>89</sup> LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos...*p. 141.

<sup>90</sup> LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos...*p. 141.

<sup>91</sup> Ver in. PENHA, Ana Lúcia Nunes. *O Município de Macaé: Fortunas Agrárias...*p 29. apud FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A Antiga Macaé – Ocupação e Povoamento...*

<sup>92</sup> Ver in: PENHA, Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias...* p. 20. Além da madeira os cultivadores da região, cultivavam cana de açúcar, café e outros produtos para serem consumidos no Rio de Janeiro.

<sup>93</sup> PENHA, Ana Lúcia Nunes. *A Pesquisa Histórica e Sua Contribuição Para Construção da Memória Macaense.* In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis (Orgs.). *Povoamento, Catolicismo e escravidão na antiga Macaé...*p. 175.

<sup>94</sup> RODRIGUS, Cláudia & FRANCO, Maria da Conceição. *Notas Sobre a Presença...*p. 61.

<sup>95</sup> PENHA, Ana Lúcia Nunes. *A Pesquisa Histórica e Sua Contribuição Para Construção da Memória Macaense.* In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis (Orgs.). *Povoamento, Catolicismo e escravidão na antiga Macaé...*p. 175.

e peixes – oriundos de Parati, Ilha Grande, Campos, Macaé, Cabo Frio, e outras localidades – apontam para uma extensa rede intra e inter-regional de alimentos que abastecia a capital do Rio de Janeiro.<sup>96</sup>

Entendemos com isso a importância das culturas de alimentos para a freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé, e também como o cultivo da cana de açúcar era um produto de extrema importância para a exportação nessa região. Não é à toa que os portugueses plantaram a cana de açúcar e o café em muitas freguesias como a freguesia de Neves, e as plantações se tornaram o sustentáculo da produção e da exportação das freguesias de Macaé e de Neves. Essas lavouras foram de especial importância para essa região.

Entretanto, cultivar café, cana de açúcar, outros tipos de alimentos e extrair madeira eram atividades que demandavam trabalho intensivo e longas jornadas nos campos da região como já afirmaram os historiadores citados neste trabalho. E, esses produtos proporcionavam lucro e crescimento econômico para os senhores de Neves.

Na próxima seção, observaremos que, na história de Macaé, as questões sobre o controle dessas terras, dessas riquezas e desses homens foram constantes durante séculos, e o crescimento do povoamento na freguesia de Neves se deu em função da empresa agrícola. Com a agricultura, as fazendas agruparam a maior parcela da população de mão de obra das famílias escravas, um acontecimento que marcou o ritmo da vida econômica e social da região.

## **1.2 Produção econômica da freguesia de Nossa Senhora das Neves**

Ao consultar o livro de registros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé, referente ao período entre 1809 e 1822, percebemos que os vigários fizeram menções há, pelo menos, onze fazendas.

<sup>96</sup> PENHA, Ana Lúcia Nunes. A Pesquisa Histórica e Sua Contribuição Para Construção da Memória Macaense...p. 175.

**Quadro das fazendas da freguesia de Nossa Senhora das Neves e dos escravos e seus senhores.**

<b>Fazenda</b>	<b>Donos da fazenda</b>	<b>Senhores de escravos</b>
Atalaia	Manoel Ferreira Maia e sua esposa D. Anna Joaquina de São José, Amaro Velho da Silva, Custódio José Teixeira Pinto e Luiz Antonio Pires.	Manoel Ferreira Maia e sua esposa D. Anna Joaquina de São José, Amaro Velho da Silva, Custódio José Teixeira Pinto e Luiz Antonio Pires.
Nova da Carreia Comprida	Manoel Ferreira Maia e sua esposa dona Anna Joaquina de São José	Manoel Ferreira Maia e sua esposa dona Anna Joaquina de São José
Lírio	José Ferreira Maia	José Ferreira Maia
Morro da Onça	Manuel Gomes Braga e Custódio Gomes Braga	Manuel Gomes Braga e Custódio Gomes Braga
Sapucaia	Manoel Joaquim Figueiredo	Manoel Joaquim Figueiredo
Bom Sucesso	Lourenço Antonio Ferreira	Lourenço Antonio Ferreira
Lírio	Alvaro Pinto da Cunha	Alvaro Pinto da Cunha
Lírio	João José Ferreira	João José Ferreira
Ponta da Alfândega	Manoel Joaquim de Figueiredo	Manoel Joaquim de Figueiredo
Ponta da Alfândega	Manoel Joaquim de Figueiredo	Dona Esmericianna Dantas e Cunha
Coroa	Francisco José de Paula	Esmericianna Dantas e Cunha
Nova do Rio São Pedro	Antonio José Lopez de Araújo e Manoel José de Araújo.	Antonio José Lopez de Araújo e Manoel José de Araújo.
do Deitado	Manoel Lopez da Cruz.	Manoel Lopez da Cruz.

**Fonte:** AINSNM - Arquivos da Igreja de Nossa Senhora das Neves, em Macaé. Livro 1 de batismo, Livro (sem nome) de casamento e Livro I de óbito (1809 – 1849).

No quadro acima podemos observar: a fazenda da Atalaia que pertenceu a Manoel Ferreira Maia e sua esposa D. Anna Joaquina de São José,<sup>97</sup> depois a Amaro Velho da Silva<sup>98</sup>, Custódio José Teixeira Pinto e Luiz Antonio Pires.<sup>99</sup>

As outras fazendas, como: a Nova da Carreia Comprida pertenceu a Manoel Ferreira Maia e sua esposa dona Anna Joaquina de São José; a do Lírio foi propriedade de José Ferreira Maia; a do Morro da Onça teve como seu senhor Manuel Gomes Braga<sup>100</sup> e Custódio Gomes Braga; Manoel Joaquim Figueiredo foi dono da Sapucaia;<sup>101</sup> as terras da fazenda Bom Sucesso eram de Lourenço Antonio Ferreira.

<sup>97</sup> AINSNM - Livro I de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809 - 1849); Livro (sem número) de Casamento da freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809 - 1822). Livro I de Óbito da freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809 - 1849).

<sup>98</sup> De acordo com Manolo Florentino, Amaro Velho da Silva e Leonarda Maria Velho da Silva, estão entre os maiores traficantes de escravos do Rio de Janeiro in FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*p. 216.

<sup>99</sup> Para o leitor não ficar confuso Luiz Antonio Pires era casado com Emerenciana Francisca de Campos visto por nós no Livro I de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809 - 1822).

<sup>100</sup> Segundo Alberto Lamego, Manuel Gomes Braga era vereador. Ver in LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. Macaé à luz de documentos inéditos...p. 70.

<sup>101</sup> Em 1920 mandaram para vila de Macaé 5 praças do 1º Regimento da Cavalaria do Exército e, se criou um Corpo de Ordenança e Manuel Joaquim de Figueiredo foi nomeado para ser o seu capitão-mor. Ver in. Alberto Lamego, Manuel Gomes Braga era vereador in LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. Macaé à luz de documentos inéditos...p. 80.

A fazenda do Lírio pertenceu a Alvaro Pinto da Cunha, mas, em 21/11/1814 aparece no Livro I de Óbito como proprietário do Lírio, João José Ferreira. De acordo com o Livro I de Óbito, a propriedade da Ponta da Alfândega do Rio Nova do Rio São Pedro pertenceu a Manoel Joaquim de Figueiredo. Manoel era casado com Maria Gertrudes, de acordo o registro de óbito da filha do casal na citação abaixo:

Aos quinze de Abril de mil oitocentos e Dose nesta Igreja Parochial de Nossa Senhora das Neves do Rio de Macaé digo aos quinze de Mayo do anno Supra faleceu de vida presente Laurina inocente filha Legítma de Manoel Joaquim de Figueiredo e de sua mulher Gestrudes Maria digo Maria Gertudes enterrada em Santa Anna de Macaé de idade de hum anno de que para constar fiz esse assento et Spra.

Vigário João Bernardo da Costa Resende.<sup>102</sup>

Na data de três de abril de 1820, no o Livro I de Óbito, Dona Esmericianna Dantas e Cunha<sup>103</sup> aparece como senhora de escravos na fazenda da Ponta da Alfândega, de propriedade de Manoel Joaquim de Figueiredo. Nos Livros, I de Óbito e I de Batismo, podemos observar Esmerianna Dantas e Cunha, como senhora de escravos nas terras da Coroa, essas terras eram de propriedade de Francisco José de Paula. A fazenda Nova do Rio São Pedro desta freguesia teve como donos Antonio José Lopez de Araújo e Manoel José de Araújo. A fazenda do Deitado foi propriedade de Manoel Lopez da Cruz. Todas as onze fazendas que observamos nos registros paróquias possuíam escravos e seus respectivos senhores.<sup>104</sup>

Mas, como as fazendas da região se tornaram uma referência para economia e seu crescimento foi atrelado aos braços escravos? A resposta a essa questão está na sua história. Nesse período, segundo o botânico e naturalista francês Augusto Saint Hilaire, o comércio principal de Macaé era o da madeira e a maioria dos cultivadores se dedicavam a essa atividade. Contudo, a madeira não era o único comércio, existiam outras culturas para serem cultivadas e exploradas nessa região, como a cana de açúcar, em que o botânico francês afirma ser o produto mais apropriado para o cultivo. Ele também afirma que havia vinte engenhos nos arredores da localidade, porém, a cana de açúcar, não renderia muito se não fosse cortada no seu amadurecimento.<sup>105</sup> Pelo motivo de a cana de açúcar não render muito em quantidade e valor, alguns fazendeiros começaram a se dedicar ao cultivo do café, o que era para eles mais lucrativo

<sup>102</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

<sup>103</sup> Dona Esmerecianna Dantas e Cunha consta nos livros paroquiais desta mesma freguesia como senhora de escravos em duas fazendas da região a fazenda da Ponte da Alfândega e a fazenda da Coroa, os livros paroquiais não mostram se Esmerecianna Dantas era casada, viúva, sobrinha ou filha de alguém. O fato dela ser senhora de escravos em duas fazendas é um fato que pode ser pesquisado em trabalhos futuros.

<sup>104</sup> AINSNM. Livro 1de Batismo e Óbitos (1809-1849).

<sup>105</sup> SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil...* p.363-366.

e não necessitava de muita mão de obra escrava. Muitos desses fazendeiros desenvolviam, ainda, o plantio de algodão, milho, arroz e mandioca, mas para o seu próprio consumo.<sup>106</sup>

Oliveira Lima assegura que em 1806, por todo o Brasil, as exportações, como a de aguardente, de fumo, de algodão, de café, de arroz, de couros, de madeiras, e especialmente a de açúcar, tiveram uma alta do ano de 1813 até o ano de 1816, em conto de reis de 192,08%.<sup>107</sup> Esses números explicam o motivo de os fazendeiros macaenses cultivarem outros produtos e não se interessarem para produzir o açúcar antes de 1813<sup>108</sup> e nos anos seguintes, a produção de açúcar voltou a interessar aos produtores da região.

De acordo com Sheila de Castro, o “século XVIII foi um período de transição da pecuária para a cana-de-açúcar, processo concluído em inícios do século XIX [...] Paraíba do Sul tornou-se interessante para a agroexportação”.<sup>109</sup> Isso nos leva a entender também de que maneira poderia se organizar o trabalho escravo, a forma de como se gerava a produção dessas agriculturas, e a necessidade da chegada de muitos braços para o laboro nas atividades agrícolas.

Em 1809, a mão de obra escrava usada há anos anteriores no cultivo e na produção de açúcar nos engenhos, com o incentivo de D. João VI, aumentou vastamente, como podemos ver com Oliveira Lima, ao mencionar que a decisão de D. João VI de estimular o tráfico de cativos se explica por cálculos de uma política econômica favorável ao país.<sup>110</sup> Lima assegura que nesse período se iniciou uma certa pressão inglesa para extinguir o tráfico negreiro e isso fez com que o príncipe regente tomasse uma iniciativa a favor do tráfico. Segundo o autor, no tratado de paz e amizade de 1810, a Grã-Bretanha, iniciava uma campanha de quase meio século para a abolição do tráfico de escravos, porém, em 30 de dezembro de 1817, houve uma comunicação de que Dom João VI teria que continuar com o comércio atlântico, por julgar ser necessário para a economia brasileira<sup>111</sup>. Segundo Florentino, de 1808 a 1822, “a secular economia escravista não só manteve intacto o seu mecanismo de reprodução como também o ampliou”.<sup>112</sup>

Observamos, com Augusto Saint Hilaire, que todas essas atividades contavam com a mão de obra cativa.<sup>113</sup> Fato que nos levou a investigar se a freguesia de Neves era uma região que se formou e se ampliou, predominantemente, por uma população escrava que trabalhava nos campos.

<sup>106</sup> SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil...* p. 363-366.

<sup>107</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil...* p. 112.

<sup>108</sup> 1813 - Ano em que houve a transformação que elevou o povoado à categoria de Vila de São João de Macaé ver na página 17 in PENHA, Ana Lucia Nunes.

<sup>109</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...* p. 33.

<sup>110</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil...* p. 112.

<sup>111</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil...* p. 271.

<sup>112</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 69.

<sup>113</sup> SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil...* p. 366-367.

Penha assegura que, a dinâmica local a levou a fazer uma investigação sobre a relação dessa freguesia com a mão de obra escrava e com o perfil socioeconômico dessa região no século XIX. Para a autora, em 1808, com a mudança da Corte Portuguesa para o Brasil, houve uma expansão nas áreas ligadas ao abastecimento do Rio de Janeiro, com um incentivo ao comércio desse abastecimento por meio de “abertura de estradas, doações de terras, financiamentos etc.”. Neves estava inserida em uma dessas áreas.<sup>114</sup>

Ainda, conforme a autora, desembarques frequentes de alimentos, oriundos de diversas regiões, entre elas, Macaé, apontam para a existência de uma ampla rede comercial, responsável pelos alimentos que abasteciam a Capitania do Rio de Janeiro e a própria região e de lá também abasteciam outros portos<sup>115</sup>. Sendo a freguesia de Neves uma região de Macaé, onde os proprietários de lucrativas terras tinham nomes de imigrantes portugueses, acreditamos que a Coroa Portuguesa cedeu grandes porções de terrenos, e outras regalias, para esses estrangeiros e suas famílias. Tal afirmativa é confirmada na fala de Oliveira Lima.

Em 1811, de acordo com o autor, o príncipe mandou distribuir lotes de terras aos imigrantes que viessem para o Brasil e desejassem se fixar como agricultores, eles teriam gado, instrumentos de lavoura e mesada nos primeiros tempos.<sup>116</sup> Além de doar os lotes aos imigrantes, D. João VI também doou terras e títulos para famílias transmigraram com a corte, como vimos com Oliveira Lima. Esses títulos eram chamados de mercês.

De acordo com Nuno Gonçalo Monteiro, o posto de mercês era alcançado pelo grupo dos "grandes", composto por senhores de terras, comendadores e possuidores dos principais cargos do Reino; também poderia ser alcançado pelos bacharéis e licenciados, oficiais das tropas, negociantes de grosso trato, vereadores e juizes que operavam nas colocações das câmaras.<sup>117</sup> Os títulos e os cargos eram lançados de acordo com essa hierarquia, de modo que a "elementar nobreza" abarcava as melhores titulações e posições, fechadas a base da sociedade. Essa divisão difundia-se entre as elites, e de acordo com o poder econômico no topo da pirâmide hierárquica. Havia muita dificuldade para se alcançar as principais mercês régia.<sup>118</sup>

Quando às principais famílias transmigraram com a corte, o rei D. João VI concedeu os melhores títulos e cargos, e distribuiu lotes de terras, porém, na base da pirâmide hierárquica

<sup>114</sup> PENHA, Ana Lúcia Nunes. A Pesquisa Histórica e Sua Contribuição Para Construção da Memória...p. 176.

<sup>115</sup> PENHA, Ana Lúcia Nunes. *O Município de Macaé: Fortunas Agrárias na Transição da Escravidão...*pp. 14-31. apud FRANCO, Maria da Conceição Vilela. A Antiga Macaé – Ocupação e Povoamento...

<sup>116</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil...* p. 145.

<sup>117</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 249-253.

<sup>118</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo; Editora Unesp, 2005, p. 15.

aglutinava-se os escravos que, com seus braços, sustentaram a estada da corte e as transformações urbanas praticadas a partir de 1808.

A partir do exposto, podemos perceber o grande apoio dado pela coroa portuguesa aos fazendeiros imigrantes nessa época, sobretudo, aos portugueses. Mariana Muaze assegura que Amaro Velho da Silva era português, imigrou de uma região entre o Douro e o Minho, e foi capitão.<sup>119</sup> A história de Amaro nos chamou atenção não somente pelo fato de ter sido um dos maiores traficantes de escravos do Brasil, como afirma Manolo Florentino.<sup>120</sup> Mas, por ter sido “um abastado negociante e capitalista, Tenente – Coronel de Milícias [...] Conselheiro Real, Vereador da Imperatriz, agraciado posteriormente, com os títulos de Barão de Macaé e Visconde de Macaé”.<sup>121</sup>

Observamos, em Mariana de Aguiar Ferreira Muaze, que havia uma relação intrínseca de Amaro Velho da Silva e seu irmão Manuel Velho da Silva com a coroa portuguesa. “A rápida ascensão social dos irmãos Velho da Silva [...] está, com certeza, ligada [...] à existência de uma rede de relações [...] onde cidadãos, através da troca de favores e de serviços com a coroa, adquirem honras, liberdades, mercês e privilégios”.<sup>122</sup>

O nome de Amaro Velho da Silva consta nos assentos de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé, como proprietário de diversos escravos que apadrinharam filhos de outros cativos<sup>123</sup>. Pelo visto, ele era um homem que despertava certo interesse por mancipios apadrinharem filhos de outros escravos, talvez por entender que poderia haver um bom relacionamento entre os cativos, se eles ampliassem seus laços familiares. O que seria bom para sua escravaria.

Amaro Velho da Silva, um imigrante português que desejava escravarias, riqueza e a nobreza. Muaze afirma que Amaro, gostava de viver como um nobre e que acumulou diversas funções: “de Conselheiro do monarca, Comendador da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e tenente-coronel das milícias da Corte [...] requereu sua carta de brasão das armas, onde se dizia pertencente a ‘Casa de Fervença’ uma das mais distintas de Portugal”.<sup>124</sup>

Outros imigrantes que foram para Neves também tiveram ajuda da coroa portuguesa. Embora na freguesia de Nossa Senhora das Neves e em outras freguesias do norte fluminense

<sup>119</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa – Família e Poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro. RJ. Jorge Zahar ed. 2008, p. 27.

<sup>120</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*p. 216.

<sup>121</sup> CARDOSO, Lino de Almeida, *O Som social – Música, poder e sociedade no Brasil (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX)*. 1ª edição São Paulo. Edição do autor 2011, p. 226.

<sup>122</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império de Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840 – 1889)*. Tese apresentada ao Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF. 2006, p. 74.

<sup>123</sup> Ver in. AINSNM. Livro 1 de Óbitos (1809-1849).

<sup>124</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império de Retrato...*p. 71.

existissem imigrantes portugueses, havia também imigrantes de outras nacionalidades interessados em terras e que além de cultivá-las, poderiam defendê-las de invasores, como observamos em dois ofícios citados nos Anais da Biblioteca Nacional. O primeiro ofício, datado em 22 de março de 1806, aparece o nome “Manuel Ferreira Maia, solicitando continuar na posse de uma sesmaria de terras em Macaé, distrito da Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacases, obtida por cessão do coronel Joaquim Silvério dos Reis”.<sup>125</sup> O segundo ofício, foi datado em 6 de setembro de 1822, ao encarregado de Polícia, notifica que os colonos suíços denunciam de invasão de suas terras. Na denúncia, anexaram mapas da região e seus arredores, com a especificação da delimitação do território de Nova Friburgo com os distritos de Macaé e São João de terras que lhes foram concedidas pela coroa as margens do rio Macaé,<sup>126</sup> que nos apontam para problemas oriundos de demarcação de terra na região.

Podemos observar acima, que o ofício dos colonos suíços, é datado um dia antes da Independência do Brasil e, mais ou menos, um ano e quatro meses que D. João VI havia voltado para Portugal. Embora, tanto no período de governança do príncipe D. João VI, como no do Imperador D. Pedro I existissem muitos problemas e conflitos com delimitação de terras, como já observamos neste trabalho, e mesmo com o país caminhando para a independência de Portugal, o Estado contribuía para que os imigrantes estrangeiros, povoassem as terras no Brasil, como afirma abaixo Márcia Maria Menendes Motta:

O Estado operou na dinâmica local no sentido de permitir a fluidez das fronteiras internas, não impondo uma regularização fundiária que delimitasse claramente as fazendas e os sítios. Assim sendo, a perpetuação de conflitos permitia que ele [Governo Imperial] assegurasse sua presença na consagração da fronteira nacional sem ferir os interesses dos terratenentes no jogo de poder para a criação/recriação das fronteiras internas<sup>127</sup>.

Capitães, tenentes, barões e outros membros da nobreza, escravos, e outros imigrantes, vieram povoar as terras da freguesia de Neves, no início do século XIX. Nesse período, Neves alargou extremamente, sua população, a quantidade de suas fazendas, e a sua economia. Maria de Fátima Silva Gouvêa menciona que, no início do século XIX, a economia fluminense conhecia um momento de expansão, que já vinha acontecendo desde 1810.<sup>128</sup> Esse momento de crescimento que a economia fluminense experienciava teve uma intrínseca ligação com a vinda

<sup>125</sup> Ver in. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL VOL. 104. 1984 - RIO DE JANEIRO – 1987. p,10 e 81.

<sup>126</sup> Ver in. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL VOL. 104... p,10 e 81.

<sup>127</sup> MOTTA, Márcia Maria Menendes. “Fronteiras internas no Brasil do século XIX”. In: *Revista Vivência*. Nº 33, 2008, p. 58.

<sup>128</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, *O império das províncias: Rio de Janeiro 1822 - 1889*. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira, 2008, p. 42.

de colonos para freguesia de Neves. Maria Gouvêa afirma que, com o advento dos novos colonos chegados de São Paulo e Minas Gerais, para a produção agrícola do Rio de Janeiro, a província se transformou em uma das áreas mais importantes da região sudoeste.<sup>129</sup>

Até aqui nos parece que, houve importantes transformações em Macaé e em Neves, porém, aconteceram sucessivos problemas com a demarcação de terras da freguesia que pesquisamos, e também havia dificuldade na delimitação de Nova Friburgo com os distritos de Macaé e São João, como vimos. Manuel Martinz do Couto Reis, em seus manuscritos, afirma que a freguesia de Nossa Senhora das Neves, no início de sua formação, era uma região que não tinha a certeza dos limites de suas fronteiras, ou seja, era uma região da qual não se sabia os limites fronteiriços. A freguesia de Neves

é a mais moderna, situada na margem do Macaé no lugar da denominada Aldeia de Índios, não tem território com limites certos, os seus habitantes são pobríssimos e muito pouco[s] em números dispersos: chamam-se Fregueses desta todos os que habitavam na vizinhança do Rio de São Pedro, e da Barra desde por uma outra Margem do Macaé acima.<sup>130</sup>

Em 1785, a freguesia pesquisada, era a mais recente dos Campos dos Goytacazes e já teve moradores muito pobres<sup>131</sup> e despossuídos de terras. Foi formada aos arredores de uma pequena capela pertencente a uma antiga aldeia dos índios, e após alguns anos, passou a ser residida por habitantes muito ricos, como o “Barão de Macaé”<sup>132</sup> e muitos escravos, pois, o cultivo do açúcar era extremamente vantajoso economicamente em suas fazendas. Yuval Noah Harari assegura que:

Do século XVI ao século XIX, por volta de 10 milhões de escravos africanos foram importados para a América. Cerca de 70% deles trabalharam nas plantações de açúcar. As condições de trabalho eram abomináveis. A maioria dos escravos viviam uma existência curta e miserável, e outros milhões morriam durante guerras travadas para capturar escravos ou durante a longa viagem do interior da África à costa da América. Tudo isso para que os europeus pudessem saborear seus doces e chás adoçados – e para que os barões do açúcar pudessem desfrutar de lucros enormes.<sup>133</sup>

<sup>129</sup> GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, *O império das províncias...*p. 42.

<sup>130</sup> REYS, Manoel Martinz do Couto. Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reis. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, Coleção Fluminense, p.105.

<sup>131</sup> Ver: “*com pouco número de habitantes pobres*” in. RODRIGUS, Cláudia & FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *Notas Sobre a Presença...* p.71-72.

<sup>132</sup> Ver in. CARDOSO, Lino de Almeida, *O Som social...*p. 226.

<sup>133</sup> HARARI, Yuval Noah. *Sapiens Uma Breve História da Humanidade*, Tradução Janaína Marcoantonio – 49 ed. Porto Alegre, RS. L&PM, 2019. p. 340-341.

Observamos, que havia fazendas com terras fecundas e produtivas, localizadas na freguesia de Neves e a beira dos rios. Podemos observar a importância dos rios para a economia da região com Pizarro.

Sendo a terra de Cabo Frio cortada por muitos Rios (24 dos quaes misturam as suas aguas com as d' esse pedaço de Costa), fazem-se mais dignos de memoria. os de navegação por canoas, e pequenas lanchas, conductoras dos efeitos do paiz. He 1º o de Macahé, fermentado na Serra do mesmo nome, e situado 13 legoas ao Norte, a quem prestam vassalagem, os Corregos de João Manoel, da Atalaia, do Rio Morto, a Lagoinha, a Lagoa Pão Ferro. o Rio de S. Pedro. o de Crubixaes (e n' este o Corrego chamado Homem Deitado), o Carrego da Serra Verde. o Rio do Ouro. o das Aduellas, o Corrego de Janipápo, a Lagoa de Traira, os Carregos do Sabiá. de Jururnirim, e de Boassica, do qual, distante uma legoa, continúa o Macahé a sua correnteza até o mar. onde faz barra. Por ella sahem as lanchas carregadas de madeiras, caixas de assucar, aguas-ardentes, arrozes e outras produçoens das lavouras.

134

O autor faz menção a navegação de canoas e lanchas pequenas sobre o córrego da Atalaia, o que também nos leva perceber a importância da fazenda da Atalaia para região. Renata Azevedo Lima afirma que nas primeiras décadas do século XIX, na região noroeste fluminense, a “importância dos rios para a economia regional é bem evidente”, e muitos colonos viviam em busca “de terras mais férteis em meio a matas fechadas”,<sup>135</sup> assim como os fazendeiros, colonos suíços e imigrantes de outras partes da Europa. Sérgio Buarque de Holanda afirma que, através dos rios, os colonizadores percorreram antigos caminhos orientados por eles. Muitas vezes se seguia o curso dos rios à busca de terras, a água revelava o caminho, a fixação era garantida pela ótima qualidade da água e dos ares. Os caminhos e as fronteiras tinham na água seu componente fundamental.<sup>136</sup>

Sobre a importância dos rios para a economia nesse período, Cláudia Maria das Graças Chaves faz uma análise sobre a ocupação da região de Campos dos Goitacazes. Chaves nos assegura que a região se encontrava vinculada a um projeto de integração territorial da América portuguesa que, após 1808, foi reforçado por meio do aumento da circulação por rios navegáveis como o Paraíba do Sul e outros.<sup>137</sup> Esta afirmação nos permite obter indícios de que o Rio Macaé possa estar neste projeto de integração territorial.

<sup>134</sup> ARAÚJO, José de Souza Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro...* vol. 2, p.174, 175.

<sup>135</sup> LIMA, Renata Azevedo. *A Questão da Terra no Noroeste Fluminense da Primeira Décadas do Século XIX*. Disponível em: [www.encontro2012.rj.anpuh.org/.../1338479007\\_ARQUIVO\\_ANPUH2012final.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/.../1338479007_ARQUIVO_ANPUH2012final.pdf). Acesso em 18 abr. 2019.

<sup>136</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*, 3, ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 44.

<sup>137</sup> Ver in: CHAVES, Cláudia Maria das Graças. A construção do Brasil: projetos de integração da América Portuguesa. *Rev. hist. [online]*. 2002, Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18945>. Acesso em 10 mai. 2019. p. 79-80.

Escravos, cana de açúcar, terras férteis, água em abundância, e um porto para escoar a produção, são atributos que os agricultores desejavam, para ter uma vida economicamente estável, principalmente os fazendeiros da freguesia de Neves. Devido a esses atributos acreditamos que era muito rentável possuir terras nessa região.

Os motivos acima explicam o interesse dos colonos nas terras da região serrana de Macaé, uns solicitando em continuar na posse de uma sesmaria de terras e se fixarem nelas; e outros, além de se fixarem às margens do rio, tinham que defender seus limites de outros colonos que viviam a procura de terras para viverem. “Se a restrição do acesso à terra era uma realidade, os despossuídos tinham que decidir entre se agregar em terra alheia, ou migrar em direção às zonas de fronteira, onde hipoteticamente o acesso à terra devoluta seria mais fácil”,<sup>138</sup> tal como ocorreu com o caso de Manoel Ferreira Maia e dos colonos suíços.

Para sabermos como se deu o movimento populacional para a freguesia de Nossa Senhora das Neves em Macaé, fizemos um estudo e um balanço sobre as histórias dos habitantes dessa região, procurando observar o povo que viveu nessas terras. Isso nos possibilitou identificar as particularidades da formação econômica e social das pessoas que imigraram para o Brasil e foram parar na freguesia de Neves.

Segundo Ana Silvia Volpi Scott, antes da segunda metade do século XIX, o comportamento da população natural masculina de São Tiago de Ronfe (Conselho de Guimarães noroeste de Portugal), por falta de oportunidades da economia, era de não permanecer na sua terra natal, ou seja, os homens imigravam para outras regiões.<sup>139</sup> Muitos homens do noroeste português e de outras regiões de Portugal imigraram para diversas regiões do Brasil a procura de novas oportunidades econômicas e também fugindo das destruições causadas pelos franceses, como é possível observar nesse trabalho. Esses acontecimentos, colaboraram para que os homens não permanecessem em sua terra natal e muitos vieram buscar novas oportunidades no Brasil.

Alguns desses portugueses se tornavam senhores de fazendas e de escravos no Brasil, como Amaro Velho da Silva e, muitos proprietários de fazendas, que desejavam ser importantes senhores de terras e também a nobreza. Entende-se, desse modo, que possuir terras era o caminho mais curto para ser um importante nobre, e como consequência, ter vantagens

<sup>138</sup> BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 14, n. 1, 2008, p. 125-126. Disponível em: [repositorio.usp.br](http://repositorio.usp.br). Acesso em 11 jun. 2019.

<sup>139</sup> SCOTT, Ana Silvia Volpi. *A reconstrução de Famílias à reconstrução de comunidades históricas: um exemplo do Noroeste de Portugal*. Disponível em: [http://historia\\_demografia.tripod.com/bhd26/asv.pdf](http://historia_demografia.tripod.com/bhd26/asv.pdf).

políticas. Para se viver como um nobre era recomendado possuir um oratório na fazenda, pois, quem era nobre mostrava-se como importante para a sociedade, como veremos a seguir.

Na análise da Mariana Muaze, a autora observa que a aquisição de terras e produtos agrícolas, onde um homem era “propriedade de outro homem, ou seja escravo”,<sup>140</sup> eram elementos hierarquizadores, fundamentais na sociedade imperial, onde havia uma lógica simbólica de aquisição de prestígio, e isso fazia com que a elite mercantil gastasse boa parte de sua fortuna na obtenção de mercês, honrarias e títulos da coroa. Para Muaze, a aquisição de prestígio por parte do comerciante de grosso trato, mesmo que neste processo perdesse dinheiro e “gastasse boa parte de sua fortuna” o imprescindível era que aumentassem “o seu *status* social [...] para isso também contribuía financeiramente para diversas irmandades religiosas e procuravam se tornar provedor, tesoureiro, secretário, e outros.”<sup>141</sup>

O viver “à maneira de nobres” ou “conforme as leis da nobreza” era a justificativa que mais aparecia nos textos das aprovações.<sup>142</sup> Para concorrer à posse de um altar na fazenda, era fundamental o candidato possuir poder e certa parcela de bens.<sup>143</sup> O fato de existirem oratórios em fazendas indicava a importância dos seus proprietários, um lugar no topo de uma pirâmide social que deveria ser autorizada por uma autoridade eclesiástica.<sup>144</sup> De acordo com Sérgio Chahon, os oratórios indicavam a importância de seus proprietários. Quem possuísse um altar em sua propriedade estava incluído no circuito mais especial da hierarquia social.

Havia um grande interesse de se tornar um nobre e permanecer no topo da hierarquia social de Neves. Conceição Franco afirma que Antonio Lopes de Araújo e sua mulher Dona Mariana Vitória Dionísia de Araújo e Azambuja pediram um oratório ao Papa para a Fazenda Nova de sua propriedade<sup>145</sup>. Claudia Rodrigues e Conceição Franco, afirmam que as propriedades possuíam oratórios mediante a licença do bispo, e eles deveriam ser considerados decentes e “separados do uso doméstico.”<sup>146</sup> Segundo Franco, no fim do século XVIII e no início do século XIX, pode-se fazer uma dedução da projeção econômica na região, por intermédio dos pedidos feitos pelos fazendeiros para que alcançassem, mediante o aval do Papa, um oratório nas suas moradas. Na solicitação tinha que constar condições econômicas extremamente favoráveis de seus solicitantes.<sup>147</sup> Eram indispensáveis condições mínimas para

<sup>140</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império de Retrato...*p. 54.

<sup>141</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império de Retrato...*p. 54.

<sup>142</sup> CHAHON, Sérgio. *Aos pés do Altar e do Trono: as irmandades e o poder régio no Brasil: 1808-1822*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 1996, p. 61-63, 67, 81.

<sup>143</sup> CHAHON, Sérgio. *Aos pés do Altar...*p. 61-63, 67, 81.

<sup>144</sup> CHAHON, Sérgio. *Aos pés do Altar...*p. 61-63, 67, 81.

<sup>145</sup> FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida...*p. 33-34.

<sup>146</sup> RODRIGUES, C.; FRANCO, M. C. V. *Notas sobre a presença...*p. 72

<sup>147</sup> FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida...*p. 34.

aquisição de um oratório, como podemos observar em um despacho datado de 28 de março de 1813:

[...] pela mesma Autoridade Apostólica que me foi concedida, o aprovo, e hei por aprovado, para que os ditos Imperantes acima nomeados, e cada um deles per si possam fazer e uma só Missa cada dia, a exceção dos dias de Natal, Páscoa da Ressurreição, Pentecostes, e das outras festas mais solenes do ano, em que se não poderá celebrar Missa alguma, assistido a ela com todos os seus parentes por consanguinidade e afinidade seus hospedes nobres, familiares e criados, que com eles juntamente viveram, com tantos que os mesmo Imperantes ou qualquer deles sejam presentes a celebração da Missa, e que os criados, que não forem atualmente necessários ao seu serviço a vão ouvir a qualquer Igreja pública para cumprirem o preceito.<sup>148</sup>

A citação acima nos leva a observar uma divisão nessa sociedade, com o aval da religião, reproduzindo o *status quo*. Identificamos, desse modo, a Igreja pública para os criados e a Igreja particular para os senhores donos das fazendas. Temos uma população que se reunia nos dias sagrados na paróquia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita, e senhores possuidores de bens e privilégios, que rezavam suas missas nas suas casas. Como menciona Franco: “a estrutura eclesiástica representava um canal de confirmação de determinado *status* e prestígio social na Macaé escravista de fins de Setecentos”.<sup>149</sup> Macaé, com o passar dos anos, cresceu economicamente e as suas relações de poder. No ano de 1799 em diante a freguesia de Neves,

teve um aumento populacional excepcional e que quatorze anos depois, em 1799, sua situação havia se transformado radicalmente de quarenta habitantes passou a ter 1.691 (um aumento de 4.227,5% e de 102 cativos, aumentou para 3.640 (em termos populacionais, a elevação foi de 3.568,6%). Outros dados significativos deste crescimento foi o aumento da população identificada por Couto Reis como “branca”, que saltou de 43%, em 1875, para 63%, em 1799, indicando o surpreendente aumento do número de proprietários na freguesia criando a demanda para pelos oratórios particulares citados na visita pastoral deste ano de 1799, a exemplo do caso de Antonio Lopes de Araújo e sua mulher.<sup>150</sup>

No entendimento de Oliveira Lima, a política de proteção “aos nobres” do governo da monarquia os poupava de humilhações com suas leis que envolviam gastos e despesas para manter os “nobres” com “luxo”.<sup>151</sup> Esses fazendeiros, pelo visto, migravam ou imigravam por vontade própria, mas os cativos não. Como o observado nos trabalhos dos historiadores, os

<sup>148</sup> ACMRJ. Breve Apostólico. 321. 1799, *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida...*p. 34.

<sup>149</sup> FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida...*p. 34.

<sup>150</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*p. 327.

<sup>151</sup> LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil...* p. 142.

escravos imigravam para o Rio de Janeiro<sup>152</sup> em navios negreiros, após o desembarque, muitos eram vendidos para as diversas fazendas da cidade e de outras regiões fluminenses. Ressaltamos, que foram observados escravos de cinco nações africanas nos registros paroquiais da freguesia pesquisada.

Durante essa pesquisa, percebemos que muitos cativos africanos foram trazidos para freguesia de Neves. Jorge Prata Sousa e Jonis Freire explicam que muitos escravos adultos e inocentes foram batizados na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé, pois os registros de batismos, entre 1808 e 1858, assinalam para uma presença de batismos de escravos adultos e na sua grande maioria, africanos.<sup>153</sup> Segundo Jonis Freire, Neves é uma localidade que, do ponto de vista demográfico e econômico, possui certa representatividade. A população escrava aponta para um perceptível aumento, por meio do tráfico atlântico, de escravos adultos e também indica para um aumento de natalidade de crianças. Nessa freguesia muitos adultos e crianças foram batizados.<sup>154</sup>

O leitor deve estar se perguntando: 'o que seriam inocentes, ou qual a idade dos inocentes? No que diz respeito a inocentes e as idades da infância Philippe Ariès assegura que:

Os textos da Idade Média sobre esse tema são abundantes. Le Grand Propriétaire de toutes choses trata das idades em seu livro VI. Aí, as idades correspondem aos planetas; em número de 7: “A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes, como dizem Isidoro e Constantino.”<sup>155</sup>

<sup>152</sup> Em momentos em que o tráfico era permitido o tráfico negreiro, os escravos imigravam para o Rio de Janeiro em navios negreiros, após o desembarque, muitos eram vendidos para as diversas fazendas da cidade e de outras regiões fluminenses, como Macaé, depois não mais. Com a proibição esses escravos iam para portos periféricos e Macaé era um deles. Segundo Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira e Thiago Campos Pessoa José Bernardino de Sá, barão/visconde português, foi proprietário de navios que entre 1825 e 1851, desembarcaram milhares de africanos “atuava no Atlântico, e no lado brasileiro estabeleceu fazendas praieiras em Ubatuba e São Sebastião, ao norte da província de São Paulo, espalhando-se pelo litoral fluminense, mantendo palacetes e casas de negócios na Corte e fazenda negreira em Macaé.” PEREIRAI, Walter Luiz Carneiro de Mattos e PESSOA, Thiago Campos. Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o Sudeste brasileiro (c.1830 – c.1860). Disponível em: [www.scielo.br > scielo](http://www.scielo.br/scielo). 2008. Acesso 09 mai. 2019. p.88.

<sup>153</sup> FREIRE, Jonis. & SOUSA, Jorge Prata de. O Tráfico Ilícito no Litoral Norte Fluminense, C. 1831 – C. 1851. *Revista Eletrônica – Documento e Monumento*. Universidade Federal de Mato Grosso Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR. Disponível em: [www.ufmt.br/ndihr/revista](http://www.ufmt.br/ndihr/revista). Acesso: 15 mai. 2019. p. 30 e 38.

<sup>154</sup> FREIRE, Jonis. Batismo e Tráfico Ilegal de Escravos no Norte Fluminense, c. 1798 e c. 1858. In Orgs. RIBEIRO, Gladys Sabina; FREIRE, Jonis; ABREU, Martha Campos & CHALHOUB, Sidnei. *Escravidão e Cultura Afro-Brasileira – Temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Editora Unicamp – Campinas, SP. 2016, p. 299 e 300.

<sup>155</sup> Le Orand Propriétaire de toutes choses, très utile et profitable pour lenir íe corps en saruê, por B. de Glanville, traduzido para o francês por Jean Corbiçhcm, 1556. *apud*, ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Tradução de Dora Flaksman. 2º ed. Segunda edição. Editora Guanabara. Rio de Janeiro. RJ. 1981. p.36.

De acordo com Ariès, na Idade Média, na Erasmus Desiderius em *Le Mariage Chrétien*, a “duração da infância era reduzida [...] De criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude.”<sup>156</sup> E no século XII, o uso da “expressão ‘petit enfant’ (criança pequena ou criancinha) começou a adquirir o sentido que lhe atribuímos.”<sup>157</sup> O autor afirma que, na tradução de Erasmus se faz menção a *La Fontaine* para mostrar que “em 1714 [...] havia uma referência a uma ‘jeunefilie’ (jovem menina; hoje em dia *jeune filie* designa uma moça) que ainda não tinha cinco anos.”<sup>158</sup>

Segundo Ariès, a palavra “inocente! se referia a uma a criança que acabou de nascer, e lança uma questão: “Vocês não achavam que essas expressões não remontavam além do século XIX?”<sup>159</sup> Porém, os franceses, “em seus esforços para falar das crianças pequenas, a língua do século XVII foi prejudicada pela ausência de palavras que as distinguissem das maiores. O mesmo, aliás, acontecia com o inglês, em que a palavra ‘baby’ se aplicava também às crianças grandes.”<sup>160</sup> Na Idade Média, no começo “dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas [...] aproximadamente, aos sete anos de idade.”<sup>161</sup>

Com relação à idade dos escravos no século XIX, a autora Katia Mattoso refere-se a documentos que mencionam a seguinte categoria etária: criança (molequinho, molequinha) de 0 a 7 anos, criança (moleque, moleca) de 8 a 14 anos, adolescente (molecão, molecona) de 15 a 18 anos, adulto (negro ou negra) de 19 a 35 anos e velho ou uma velha acima de 35 anos.<sup>162</sup> Segundo o dicionário Michaelis: Moleque - mo-le-que – sm -1 Menino de pouca idade. 2 Menino novo, negro ou mulato. 3 Criança que faz travessuras.<sup>163</sup> De acordo com essas afirmações, entendemos que crianças poderiam ter a categoria etária de 0 a 14 anos.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia pressupunham que os escravos com a idade entre sete e doze anos já tinham juízo, e se tinham juízo, não eram inocentes.

E no que respeita aos escravos, que vierem de Guiné, Angola, Costa da Mina, ou outra qualquer parte em idade de mais de sete annos, ainda que não passem de doze, declaramos, que não podem ser baptizados sem darem para isso seu consentimento, salvo quando forem tão buçaes, que conste não terem entendimento, nem uso de razão porque não constando isto, idade de sete annos para cima tem por si a presumpção de ter juizo, quem chega a ella, e

<sup>156</sup> DESIDERIUS, Erasmus. *Le Mariage chrétien*, tratL de 1714. *apud*, ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança...* p,10.

<sup>157</sup> DESIDERIUS, Erasmus... *apud*, ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança...* p,10.

<sup>158</sup> DESIDERIUS, Erasmus... *apud*, ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança...* p,10.

<sup>159</sup> ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança ...* p,44.

<sup>160</sup> ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança ...* p,44.

<sup>161</sup> ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança ...*p,275.

por esta razão os Sagrados Canones tem ordenado, que depois de sete annos ninguem seja baptizado sem dar para isso seu proprio consentimento.<sup>162</sup>

Ariès nos assegura que Furetière citava provérbios que ainda nos são familiares: “É um enfant gâté (criança mimada) aquela a quem se deixou viver de um modo libertino [...] Il ny a plus d’enfant equivale a dizer que alguém começa a ter juízo e malícia cedo.”<sup>163</sup> As afirmações de Ariès, Katia Mattoso, Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e dos registros paroquiais de Neves nos leva a entender que as crianças eram consideradas como inocentes na idade entre sete a doze annos. Sendo assim, temos como afirmar que as crianças de zero a doze annos que foram assentadas pelos vigários podem servir de base para nossa análise, e embora encontrássemos nesses assentos, alguns inocentes com idade superior, não iremos levá-los em conta para montar as categorias etárias nas tabelas desta pesquisa.

Sobre o perceptível aumento, de escravos adultos por meio do tráfico atlântico podemos comparar com a análise feita por Carolina Perpétuo Corrêa. A autora comenta que em Minas Gerais, no século XIX, alguns cativos eram batizados com uma idade mais elevada, e em alguns registros paroquiais, há escravos com idade superior ou igual à de 7 annos notificados como adulto. “Na prática, tratavam-se, quase sempre, de cativos recém chegados da África, que no ato do batismo recebiam um nome e padrinhos”.<sup>164</sup> Fato curioso, pois, nos registros paroquiais da freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé encontramos anotações dos vigários fazendo menção a escravos inocentes de 9 e de 40 annos (acreditamos que o Vigário se equivocou ou se confundiu ao fazer menção a inocente com 40 annos). Também encontramos anotações fazendo menção a escravos adultos, batizando nesses mesmos registros paroquiais.<sup>165</sup>

Essas informações nos ajudam a analisar sobre a importação de braços escravos e o entendimento do processo de crescimento econômico da região. Portugueses que vieram à procura de terras e oportunidades contribuiram para que a freguesia pesquisada se transformasse em uma área de atração para moradores das mais diferentes regiões de Portugal. Paralelamente à chegada desses portugueses, houve a entrada de escravos de diversas regiões do Brasil e da África, com a escravidão, acompanhando a transformação desse espaço urbano, profundas mudanças sociais foram percebidas.

Com a intenção de reunirmos informações sobre o processo de mudança promovido por D. João VI, na sociedade da freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé, analisamos esse

<sup>162</sup> Constituições Primeiras da Bahia Título XIV nº 57.

<sup>163</sup> ARIÈS, Philippe. História Social da Criança ... p,44.

<sup>164</sup> CORRÊA, Carolina Perpétuo. Comércio de escravos em Minas Gerais no século XIX: o que podem nos ensinar os assentos de batismo de escravos adultos. Mestre em História pela UFMG. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br> 2019. Acesso em 10 mai. 2019. p. 2.

<sup>165</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

processo de crescimento populacional e econômico à luz das informações coletadas em diversas fontes. A leitura desses documentos nos revelou um movimento migratório na freguesia e nos fez pensar sobre a necessidade de buscar novos instrumentos para analisar a realidade dessa sociedade e seus problemas coligados à escravidão.

Entendemos que o crescimento econômico de Neves, após a fundação da vila em 1813, foi marcado pela divisão da sociedade macaense em diversas camadas hierárquicas. Na parte inferior da hierarquia encontram-se os escravos que viviam em senzalas e no topo encontram-se os nobres, esses viviam em suas casas, edifícios<sup>166</sup> e/ou fazendas com oratórios e outros bens.

Se notarmos Macaé no mapa da figura 1, neste capítulo, veremos que era situada geograficamente no litoral. Ao observarmos a freguesia de Neves em Macaé no mapa da figura 2, veremos que a sociedade que nela se reorganizava era situada geograficamente no sertão, onde as fazendas com suas populações estavam concentradas e escoavam seu produto para o porto de Macaé.

Figura 2



Figura 2 - Mapa: Representação espacial da região da Freguesia de Nossa Senhora das Neves em 1798. 18 – Mapa produzido pela Prefeitura de Macaé em 2007 - Acervo Gerson Nunes. *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida...* p. 24.

### Segundo Penha:

no final do século XVIII, Neves despontava como área de atração populacional devido às convenientes condições à expansão das lavouras de alimentos, fazendo parte do circuito de produção para o abastecimento do

<sup>166</sup> Sobre as casas e edifícios de Macaé, Lamego afirma que no dia seguinte da criação da vila de Macaé “foi lavrado o termo de demarcação do terreno em qual devia ser assentada, com os edifícios que os moradores construíssem”, pois o terreno que a vila foi fundada pertencia ao juiz Manuel José Ferreira Rabelo, onde os atuais moradores pagavam foro ao juiz que “pelo prazer que teve com a criação da vila, em benefício do público e a serviço de sua Alteza Real, o Príncipe Regente [...] doava o terreno de que era senhor e possuidor, para o aumento da vila e construção das casas dos seus moradores”. Ver in: LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. *Macaé à luz de documentos inéditos...* p. 72.

mercado interno. Através do porto de Imbetiba ou de Macaé, eram escoadas as produções de açúcar e demais alimentos de Campos dos Goitacazes e do território macaense.<sup>167</sup>

A freguesia Neves, desde fins do século XVIII e início do XIX, aparecia como área de expansão populacional de senhores e de cativos, por motivo de condições apropriadas para alargamento das agriculturas, aspectos que influenciaram os modos de vida dos imigrantes, vindos de outras culturas e de outros climas.

[...] aqueles aspectos, precisamente, em que tal civilização, colocada perante contingências do meio, pode aceitar, assimilar e produzir novas formas de vida, revelando-se até certo ponto criadora e não somente conservadora de um legado tradicional nascido em clima estranho.<sup>168</sup>

Evidentemente, pelo que vimos até aqui, a sociedade macaense se formou e cresceu economicamente em suas áreas urbanas e rurais; ampliou-se a construção de casas, edifícios e grandes fazendas, e também se desenvolveu a produção agrícola dessas fazendas, onde foi preciso uma ampla população de cativos para realizar os trabalhos nas diversas culturas como iremos ver a seguir.

### **1.3 O cotidiano da sociedade macaense no início do século XIX**

Notou-se acima, que a sociedade macaense, na primeira metade do século XIX, vivia em regiões urbanas e rurais. Para o seu crescimento econômico, necessitava de uma grande quantidade de mão de obra escrava para prover a produção agrícola de suas fazendas e se desenvolver. Durante o nosso acesso aos livros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos da freguesia de Nossa Senhora das Neves, extraímos os dados das famílias dos proprietários das fazendas da região e observamos que alguns deles formavam uma extensa sociedade parental de senhores de escravos, ou seja, empresas geridas por parentes – pais, filhos, irmãos, tios e sobrinhos, um pequeno cerco em que o matrimônio funcionava como um mecanismo que concentrava recursos, e fazia a união das fortunas desses senhores, conforme exemplificamos abaixo.

Podemos ilustrar com o caso da família “Velho da Silva”. Segundo Manolo Florentino, todas as irmãs Amaro Velho da Silva, na década de 1820, eram casadas com comendadores, conselheiros e desembarcadores do paço. A mãe de Amaro Velho, além de baronesa de Macaé,

<sup>167</sup>PENHA, Ana Lúcia Nunes. In. FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A Antiga Macaé...*p. 3.

<sup>168</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, Editora Brasiliense Ltda. São Paulo. SP. 2000. p. VIII.

era ‘dama de Sua Majestade a Imperatriz’.<sup>169</sup> Os “Velho da Silva” e a família “Ferreira Maia”, já foram proprietárias da fazenda da Atalaia na freguesia de Nossa Senhora das Neves.<sup>170</sup> Em 1810, o capitão Manuel Ferreira Maia passou a ser proprietário da Fazenda Nova da Carreira Comprida no rio Grande. O capitão faleceu em 1817<sup>171</sup> tendo sido casado com Ana Joaquina de São José<sup>172</sup> “do qual ficou viúva.”<sup>173</sup>

O capitão Manoel Ferreira Maia,<sup>174</sup> patriarca da família, foi um homem muito rico e influente. Nos apontamentos secretos sobre a visita de 1811 e 1812, a Matriz de Nossa Senhora das Neves de Macaé, o padre José Luiz de Freitas afirma que o “Capitão Manoel Ferreira da Maia, honrado Cidadão do Rio de Janeiro, Senhor da Pedreira da Glória é o mais rico e generoso povoador dos Sertões de Macaé”.<sup>175</sup> No mesmo documento, o padre José Luiz de Freitas informa que ouviu dizer que a Matriz da Igreja de Nossa Senhora das Neves foi fundada em seu terreno, conforme mencionamos a seguir.

Ouvi aqui dizer, que esta Matriz estava fundada em uma légua, ou duas de terreno de seu patrimônio, que lhe alcançara o Fundador Padre Antônio Vaz, outros diziam que estas terras eram da Coroa, a quem se pagava foro, outros finalmente que eram dos índios, e administradas pelo Ouvidor da Cidade. Nada sei. Veremos se na Câmara Eclesiástica, como me dizem, há papéis ou do dito Fundador, ou de um Vigário, Fulano Neves, que cobrou foros, rendas dinheiro.<sup>176</sup>

De acordo com o livro (sem número) de casamento em 1809, residia também na mesma freguesia o irmão de Manoel Ferreira Maia, José Ferreira Maia. José Ferreira foi casado pela primeira vez com Ana Maria de Jesus de quem ficou viúvo e depois se casou em Neves no dia 6 de fevereiro de 1810 com Bárbara Alexandrina Francisca de Campos.<sup>177</sup> Na data de 21 de novembro de 1810, o capitão Manoel Ferreira Maia e Rita Francisca Campos foram padrinhos de Anna, filha de José Ferreira Maia e de sua esposa Bárbara Alexandrina Francisca de

<sup>169</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*p. 218.

<sup>170</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

<sup>171</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

<sup>172</sup> AINSNM. Livro (sem número) de Casamentos (1809-1822).

<sup>173</sup> AINSNM. Livro I de Batismo (1809 - 1849).

<sup>174</sup> Manuel Ferreira Maia aparece mais acima neste trabalho, fazendo uma solicitação de continuar na posse de uma sesmaria de terras em Macaé, distrito da Vila de São Salvador dos Campos dos Goitacases, obtida por cessão do coronel Joaquim Silvério dos Reis.

<sup>175</sup> Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro - ACMRJ / Visitas Pastorais / VP 12. Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812. Nossa Senhora das Neves de Macaé. Esta visitação foi escrita pelo padre José Luiz de Freitas. As visitas pastorais dessa época foram feitas pelo bispo do Rio de Janeiro de então. Cedido gentilmente pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Vilela Franco.

<sup>176</sup> ACMRJ / Visitas Pastorais / VP 12...

<sup>177</sup> AINSNM. Livro (sem número) de Casamentos (1809-1822).

Campos.<sup>178</sup> Bárbara Alexandrina de Campos era sobrinha de Dona Anna Francisca de Campos e de seu marido Capitão Custódio José Teixeira Pinto. Anna e Custódio, também, foram proprietários da fazenda da Atalaia,<sup>179</sup> alargando assim e tornando mais fortes, os laços parentais entre a família Ferreira Maia, a família Campos e Teixeira Pinto.

Em 1816, as famílias dos Ferreira Maia e a dos Campos nos é apresentada na documentação como proprietárias e moradoras da fazenda da Carreira Cumprida na freguesia de Neves, como falado anteriormente.<sup>180</sup> O capitão Manoel Ferreira Maia tinha um sobrinho de mesmo nome, Manuel Ferreira Maia. Esse sobrinho era filho de José Ferreira Maia com Bárbara Alexandrina Francisca de Campos e afilhado de Custódio José Teixeira Pinto e de Anna Francisca de Campos.<sup>181</sup> Como se observa, nessa freguesia havia propriedades de senhores da mesma família.

Bárbara Alexandrina Francisca de Campos tinha como avós paternos Luis Teixeira Maia e Maria Luisa, da Villa de Macaé, e seus avós maternos José Francisco Campos e Francisca, natural de Macaé e moradores em São Salvador, Campos dos Goitacazes.<sup>182</sup> Observamos nos assentos de óbitos, a presença da família a Campos. Nesse entrelaçar familiar, constatamos nos assentos de óbitos que José Francisco Campos foi casado também com Eugênia Francisca, pais de Ana Francisca de Campos. Em 1808, Ana de Campos e Custódio José Teixeira Pinto já se encontravam na freguesia de Neves e morando na fazenda da Atalaia.<sup>183</sup> Nos registros paroquiais da freguesia de Neves, não conseguimos encontrar os pais de Emerenciana Francisca de Campos e de sua irmã Bárbara Alexandrina Francisca de Campos.

Emerenciana Francisca de Campos e sua irmã Bárbara Alexandrina Francisca de Campos também se relacionam com os Campos, pois notamos que eram sobrinhas de Anna Francisca de Campos e Custódio José Teixeira Pinto, e neta de José Francisco Campos e Francisca. Nesse assento de óbito, Emerenciana é notificada como a segunda esposa de Luís Antônio Pires.<sup>184</sup> Encontramos no Livro I de óbitos da freguesia de Neves datado em 06 de maio de 1815, Anna Francisca de Campos e Custódio José Teixeira Pinto, como proprietários da fazenda Atalaia.<sup>185</sup> Em 07 de maio de 1815, observamos no Livro I de Batismo, Luiz Antonio Pires e Esmeriana como senhores de escravos na fazenda Atalaia que era de propriedade de

<sup>178</sup> AINSNM. Livro 1de batismo (1809-1849).

<sup>179</sup> AINSNM. Livro 1de batismo (1809-1849).

<sup>180</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

<sup>181</sup> AINSNM. Livro 1de batismo (1809-1849).

<sup>182</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

<sup>183</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

<sup>184</sup> AINSNM. Livro 1de batismo (1809-1849).

<sup>185</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

Anna Francisca de Campos e Custódio José Teixeira Pinto.<sup>186</sup> Entendemos, com isso, que Luiz Antonio, Esmeriana, Anna Francisca e Custódio possuíam e tinham negócios envolvendo escravos na dita fazenda. Observamos desse modo, uma extensa rede parental em Neves. Uma rede formada por pais, mães, filhos, sobrinhos, netos, padrinhos e afilhados.

Para analisar como essas famílias de Neves eram extensas, embasamo-nos teoricamente nos conceitos abordados por alguns historiadores, esses autores tinham como base um modelo de família que vivia sobre o domínio de um patriarca. Embora, existam críticas a esse modelo de família patriarcal, acreditamos que as famílias, que viveram na freguesia por nós pesquisada, aproxima-se do modelo que Gilberto Freyre nos apresenta em sua obra, de uma descrição sobre família patriarcal brasileira, uma família cujo chefe é um patriarca que mantém uma hierarquia de poder sobre sua esposa, filhos e também sobre agregados e escravos, formando uma família extensa<sup>187</sup>. Acreditamos essa caracterização de família brasileira feita por Freire, acabou se tornando uma representação fidedigna da elite do Brasil.

Oliveira Viana menciona que a família senhorial ou patriarcal brasileira envolvia somente o grupo que vivia inserido na "fazenda" ("casa-grande", ao Norte)', casa do senhor ou patriarca, ou em suas dependências, porém preso, diretamente ou colateralmente, a este senhor ou patriarca, soberano do domínio. No grupo doméstico brasileiro, do norte ao sul, também eram incluídos os que, na antiga família portuguesa, foram denominados de "criados de senhor", na definição do direito antigo.<sup>188</sup>

Eni de Mesquita Samara relata que, conforme a nossa literatura, a família brasileira significaria a decorrência da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso espaço, com suas regras, tradições e costumes familiares; por sua vez influenciados pela sociedade europeia, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência.<sup>189</sup>

Para ilustrar essas famílias extensas que existiam na freguesia de Neves, utilizamos o seguinte exemplo: José Ferreira Maya foi unido conjugalmente com Bárbara Alexandrina Francisca de Campos. Bárbara foi neta de José Francisco Campos que foi casado com Eugênia Francisca de Campos. José Francisco Campos e Eugênia Francisca de Campos foram os pais de Ana de Campos que foi unida conjugalmente com o capitão Custódio José Teixeira Pinto, Ana e Custódio foram tios de Bárbara Alexandrina Francisca de Campos e Emerenciana

<sup>186</sup> AINSNM. Livro 1de batismo (1809-1849).

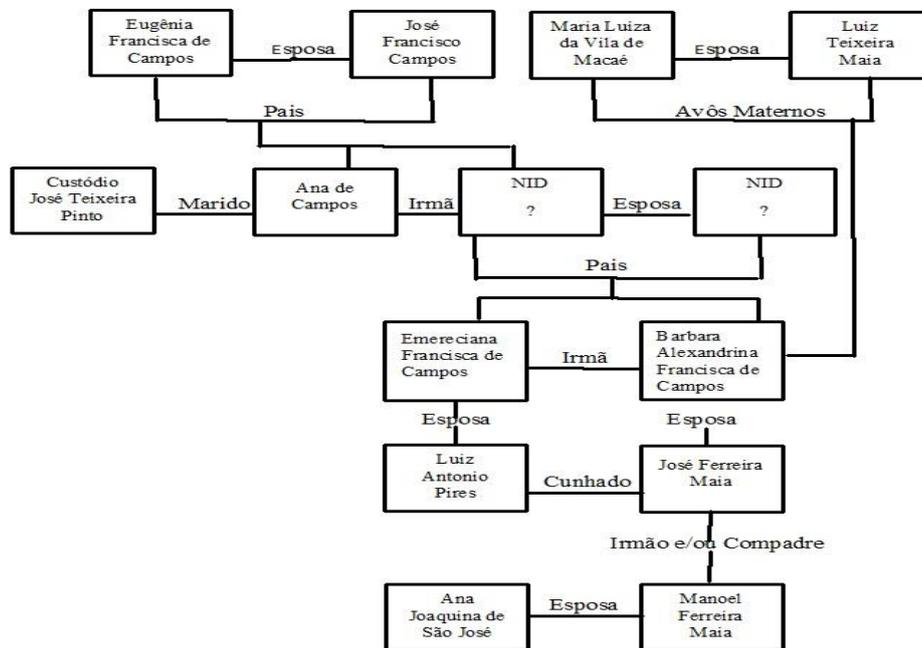
<sup>187</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala...*p,4

<sup>188</sup> VIANA, Oliveira. "O complexo da família senhorial e os clãs parentais" In: Instituições políticas brasileiras. Primeiro volume. Fundamentos sociais do Estado (Direito público e cultura). São Paulo: José Olimpio,1949, p. 123.

<sup>189</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 7-8.

Francisca de Campos. Emerenciana Francisca foi casada com Luís Antônio Pires. Todos os citados formam uma extensa família.<sup>190</sup> Conforme a figura a seguir:

Figura 3: Diagrama da Família Extensa da Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé



**Fonte:** AINSNM - Arquivos da Igreja de Nossa Senhora das Neves, em Macaé. Livro 1de batismo, Livro (sem nome) de casamento e Livro I de óbito (1809 – 1849).

Constatamos nesse diagrama que, além da relação de pais, avós, netos, tios e sobrinhos, havia uma relação com cunhados, cunhadas, sogros e sogras na qual estabeleceram relações de compadrio. A relação criada pelo apadrinhamento ultrapassava os laços da espiritualidade, no compadrio, ampliavam-se os vínculos familiares da mesma maneira que se expandiam os laços consanguíneos da família, como observa Sílvia Maria Jardim Brügger:

Além de estabelecer vínculos espirituais entre os envolvidos, o ato de apadrinhar criava ou reforçava relações sociais, que se constituíam em importantes alianças, ampliando os laços familiares para além da consanguinidade.<sup>191</sup>

A fazenda Atalaia que, antes pertencia aos Ferreira Maia,<sup>192</sup> foi vendida para família Velho da Silva, uma família que foi vista por nós, como uma extensa família de comerciantes e envolvida com o tráfico de escravos. Essa fazenda, depois passou para as mãos das famílias

<sup>190</sup> AINSNM. Livro 1de Batismo e Óbitos (1809-1849).

<sup>191</sup> BRÜGGER, Sílvia M. Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del-Rei Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007. p.287.

<sup>192</sup> Ressaltamos que Manuel Ferreira Maia, é visto na figura 3 fazendo parte das famílias Campos, Teixeira Pinto e Pires, que também foram proprietárias da fazenda da Atalaia.

Campos, Teixeira Pinto e Pires, vistas na figura 3 deste capítulo que formavam uma extensa sociedade parental. Para que o leitor entenda com mais clareza o que aconteceu com Atalaia, falamos um pouco de sua história no parágrafo que se segue.

A fazenda São Manuel de Atalaia teve na sua história como seus proprietários, Ferreira Maia e sua esposa D. Anna Joaquina de São José<sup>193</sup>, foi vendida em 24 de dezembro de 1803 a Amaro Velho da Silva (Barão de Macaé)<sup>194</sup>, a Custódio José Teixeira Pinto por si e em qualidade de procurador de sua mulher Dona Anna Francisca de Campos em 06 de novembro de 1829,<sup>195</sup> a José Bernardino de Sá (Comendador, Barão e Visconde de Vila Nova do Minho em 10 de outubro de 1842 e a Irineu Evangelista de Souza (Barão e Visconde de Mauá) e sua mulher (Viscondessa de Mauá)<sup>196</sup> em 22 de junho de 1875, ela foi judicialmente adjudicada “a Mauá, na questão da herança da Viscondessa de Vila Nova do Minho, por dívidas dela e dos seus herdeiros à casa bancária Mauá, Mac Gregor & Cia., v. g. o Sr. Antônio de Sousa Ribeiro (genro), irmão do grande jurista João de Sousa Ribeiro.”<sup>197</sup>

Podemos observar no Processo de Visconde de Mauá, em 22 de junho de 1875, a importância da fazenda

de São Manoel de Atalaia termo de São João de Macaé com duas mil braças de testada e uma légua de fundos com Engenho de assucar e mais pertences, um sitio de café e cana e de como o recibo assignou comigo Rio de Janeiro oito de Outubro de mil oitocentos e quarenta e dois.<sup>198</sup>

A fazenda da Atalaia e outras fazendas da freguesia de Neves foram de suma importância para o desenvolvimento econômico e social da região. Nelas, habitavam famílias extensas que aparecem nos livros paroquiais que pesquisamos como padrinhos de escravos e madrinhas de escravas. De acordo com o processo do Visconde de Mauá, em 10 de outubro de 1842, José Bernardino de Sá comprou a fazenda Atalaia e escravos “de nomes e nações”.<sup>199</sup> Num total de quarenta cativos do capitão Custódio Teixeira Pinto que “por si e em qualidade de procurador bastante de sua mulher Dona Anna Francisca de Campos pela procuração que hoje fiz lançada no livro e registro número setenta e um e como outorgado comprador o

<sup>193</sup> Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) em 22 de junho de 1875. Digitalizado e cedido gentilmente pelo projeto Solar dos Mellos em Macaé. E pertence tanto o arquivo digital como o arquivo físico.

<sup>194</sup> Processo de Visconde de Mauá...

<sup>195</sup> Processo de Visconde de Mauá...

<sup>196</sup> Processo de Visconde de Mauá...

<sup>197</sup> MAUÁ, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de, 1813-1889. Autobiografia / Visconde de Mauá; prefácio e anotações de Cláudio Ganns. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. 334 p.: il. – (Edições do Senado Federal, v. 148) p, 213.

<sup>198</sup> Processo de Visconde de Mauá...

<sup>199</sup> Processo de Visconde de Mauá...

Comendador José Bernardino de Sá”.<sup>200</sup> Vimos no processo do Visconde de Mauá, que nessa fazenda os senhores possuíam quarenta escravos, eles eram importados e/ou descendentes de outros cativos vindos da África. Era “uma sociedade dependente da importação de homens”.<sup>201</sup>

Sabemos que os senhores se firmavam economicamente e se sustentavam no topo da hierarquia social, às custas de um trabalho exaustivo do cativo. Manolo Florentino assegura que entre 1790 e 1830, principalmente no ano de 1815, a agricultura escravista de alimentos estava em plena expansão nas regiões do Rio de Janeiro, e o tráfico atlântico se colocava na variável principal para a representação da mão de obra escrava. O autor traz a ideia de que os cativos da agricultura açucareira fluminense estavam em maior concentração do que qualquer outra agricultura açucareira. “Até aqui demonstrou-se a disseminação da propriedade escravista por todo o tecido social fluminense [...] as grandes propriedades agroexportadoras em plena expansão física [...] concentrando cada vez mais escravos” e completa a ideia argumentando que para os escravos fundarem o pilar da economia e da hierarquia social dependia diretamente do desenvolvimento do tráfico negro.<sup>202</sup>

Florentino afirma que, dentre as 279 empresas que se responsabilizaram por 1.181 expedições entre 1811 e 1830, quatorze eram formadas por sociedades parentais.<sup>203</sup> Essas sociedades atendiam as grandes demandas de escravos para as regiões do norte fluminense, como a freguesia de Neves, onde população escrava assinala para um aumento via tráfico atlântico.<sup>204</sup>

Alguns historiadores afirmam que em todo o local onde havia concentração de muitas pessoas forçadas a trabalhar, a sociedade vivia às voltas entre muitos conflitos e tensões. Manolo Florentino e José Roberto Goés asseguram que um panorama em constante tensão entre os escravos era instaurado pela escravidão e, por muito tempo, foi alimentado pelo desequilíbrio entre os sexos e o tráfico transatlântico que espalhava nas senzalas enormes grupos de estrangeiros<sup>205</sup> vindos da África. Mas como eram formados esses grupos? De acordo com Sheila Castro de Faria:

Tratar dos “africanos”, como um grupo, significa incorporar mais um sem número de etnias no complexo cultural do Brasil. Antes de mais nada, é necessário frisar que o termo “africano”, para designar os negros oriundos do tráfico atlântico de escravos, é anacrônico para o período colonial e, mesmo,

<sup>200</sup> Processo de Visconde de Mauá...

<sup>201</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*p. 25.

<sup>202</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*p. 26, 27, 29 e 30.

<sup>203</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...*p. 216.

<sup>204</sup> Ver in. FREIRE, Jonis. Batismo e Tráfico Ilegal de Escravos... p. 299-300.

<sup>205</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 171.

para a primeira metade do século XIX. Só se generalizou na segunda metade do século XIX.<sup>206</sup>

A autora explica que “foi constante a transferência para o Brasil de rivalidades étnicas originárias da África [...] Tradicionalmente, a historiografia registrou que as tensões mais frequentes se davam entre escravos”.<sup>207</sup> A partir do que foi dito, podemos refletir sobre a presença de elementos étnicos desiguais nas sociedades desse período e a mistura desses elementos. Atentamos para a nossa observação nos livros de assentos de batismo, casamento e óbito, da Igreja da freguesia Nossa Senhora das Neves de Macaé e identificamos que havia pessoas de diversas qualidades e origens.

Tudo o que observamos e analisamos serviu para afirmarmos que, a sociedade macaense não existiria durante séculos de sua história, se não fosse por permitir a presença de elementos de outras regiões, de diferentes partes do Brasil e nações da África, em seu interior. Cada grupo de elementos era formado por pessoas que, embora houvesse conflitos, muitas se identificam umas com as outras, com base em suas semelhanças culturais ou biológicas da sua nação, acabaram por aceitar outros elementos vindos de grupos com suas diferenças culturais ou biológicas para formar uma família e trabalhar. Esses grupos, na maioria constituídos por escravos, formavam suas famílias.

A população escrava marcou a elite da sociedade de tal forma, que ela e os escravos foram obrigados a buscar diferentes formas para solucionar os problemas causados pelo sistema escravista. A elite da sociedade da freguesia de Neves não escapou da norma e conseguiu habituar-se aos seus cativos, de maneira pacífica ou não.

Conforme o exposto, havia uma hierarquia e na parte inferior da pirâmide estavam os escravos. Márcia Amantino se refere ao ano de 1814, um ano após na região ser criada a Vila, a Câmara iniciou suas tarefas de ordenamento urbano e social, derivando o início de um procedimento de concretização do espaço e do poder sob o comando da elite macaense.<sup>208</sup> Ao determinar as posturas do local, os camaristas aproveitaram para tentar sanar alguns dos problemas vivenciados pela população com respeito aos cativos<sup>209</sup>.

Destacamos, ainda, que pela postura da Câmara, ninguém poderia adquirir por meio de compra os produtos que os escravos ofereciam. Se alguns dos compradores fossem cativos, receberiam 200 açoites em praça pública; se fosse forro, permaneceria por 30 dias na cadeia.

<sup>206</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *Cotidiano dos Negros...* p. 5.

<sup>207</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *Cotidiano dos Negros...* p. 8.

<sup>208</sup> AMANTINO, Márcia Sueli. Quilombos em Macaé no século XIX. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 624.

<sup>209</sup> AMANTINO, Márcia Sueli. Quilombos em Macaé... p. 624.

Fora isso, pessoa alguma de qualquer qualidade ou condição que seja poderia ocultar escravos fugidos. No prazo máximo de três dias, deveria apresentar o fugitivo às autoridades ou ao seu senhor. Se a pessoa não o fizesse, deveria pagar a quantia de “seis mil réis de condenação e mais os jornais em dobro pelos dias que tiver ficado com a propriedade alheia”. Se fosse um escravo quem desse asilo ao fugitivo, “receberia 200 açoites e o senhor ainda teria que pagar ao açoitador a quantia de 640 réis pelo serviço prestado”.<sup>210</sup>

Em apenas um ano após a região ser elevada à condição de vila e a Câmara iniciar as suas tarefas de ordenamento urbano,<sup>211</sup> percebemos que, além de haver uma hierarquia nessa sociedade, nela se criavam grandes confrontos, principalmente entre a elite e os cativos, provocando uma divisão no tecido social. Márcio Soares assegura que:

Assim, volta e meia, nessas áreas aconteciam assuadas, quase sempre banhadas de sangue, cujos protagonistas eram quase sempre escravos, libertos e agregados a mando de um senhor contra outro. Casas e cercados eram derrubados; lavouras destruídas; gado morto ou roubado; e os escravos e forros que participavam desses confrontos quase sempre acabavam feridos, quando não sucumbiam mortos à bala, faca, facão ou golpes de foice.<sup>212</sup>

Essa divisão do tecido social gerou vários confrontos. Raquel Rolnik expõe que o espaço urbano, ao se organizar, foi marcado pela ação de uma separação espacial, que se iniciou no Brasil no século XIX. Entre ricos e pobres, havia uma visível distância na qual se observava os lugares ocupados pelas casas nobres, estilos de arquitetura e também a formação dos ambientes de mercado, tudo isso baseado e sustentado por uma política econômica. “Quanto mais visível é a diferença, mais acirrado será o poder de confronto”.<sup>213</sup>

Mas, o que seria a pobreza? Bronislaw Geremek assegura que na modernidade sobre a ideia de pobreza observa-se um padrão de “pauperização: a pobreza sócio-industrial, gerando as noções determinantes da desigualdade social do mundo moderno capitalista”. A Europa do século XVI, já “estava superpovoada: os pobres já constituíam um sinal de problema nas cidades e as massas de miseráveis, para as quais não havia lugar nem no campo nem na cidade

<sup>210</sup> AMANTINO, Márcia Sueli. Quilombos em Macaé... p. 625.

<sup>211</sup> “A partir da segunda metade do século XIX, se deu um processo de expansão urbana da Vila de São João de Macaé, planejado e projetado pelo engenheiro Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde.” p.46. Aqui é importante observar que Macaé só foi elevada à condição de cidade no ano de 1845. Ver in: FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte contra a vida: setenciamento, assassinatos e sepulturas como elementos de construção de memória macaense (1855 – 1910)*. Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em História do Brasil – Universidade Salgado de Oliveira, 2009, p. 42-46.

<sup>212</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo* alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c 1750 - e. 1830. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006. p, 206 e 207.

<sup>213</sup> ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. Coleção Primeiros Passos. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 52.

[...] um elemento constante da paisagem social [...] vivendo de trabalhos ocasionais e esmolas”.

<sup>214</sup> E no Brasil:

Até a abolição da escravatura, o Brasil já estava povoado de pobres, caracterizando uma pobreza rural extensiva aos centros urbanos. Numa sociedade marcada por extremos bem definidos – senhorial e escrava –, a população livre e pobre, num processo contínuo de desclassificação social, protagonizou a situação de carência, miséria e exclusão do Brasil colonial.<sup>215</sup>

De acordo com Vitória Fernanda Schettini, “Junto ao desenvolvimento, a população [...] vai tomando forma e ocupando novos espaços, o cenário toma características [...] a configuração econômica [...] consolida uma sociedade altamente hierarquizada, baseada no poder e domínio político local”.<sup>216</sup>

No século XIX, a sociedade era altamente hierarquizada, como descreve João Luís Fragoso, e produziam-se trabalhos de muitas horas que exigia muitos sacrifícios dos homens, e com pouca ou nenhuma remuneração. Fragoso, afirma que no sistema escravista colonial, “as relações de poder assumiam os papéis das relações de produção e a mobilidade social significava tornar-se senhor de homens.”<sup>217</sup>

Sujeitos, ficavam submissos à reprodução de um acamamento social que se empenhou em desigualdades como: o homem ser propriedade de outro homem e assim o universo do trabalho foi identificado com o escravo.<sup>218</sup>

Porém, muitos senhores e os membros da corte, permitiam e aprovavam os cativos que mantivessem seus modos de vida e se reunissem. De acordo com Schultz, os componentes da corte aprovavam “que, enquanto o Brasil mantivesse a instituição da escravidão, a mera presença pública dos escravos, suas reuniões e suas formas de vida, eram fatos sociais e políticos, bem como econômicos”.<sup>219</sup> Segundo o autor, no dia 06 de junho de 1814, o ministro

<sup>214</sup> GEREMEK, Bronislaw. Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia. 1400/1700. São Paulo: Cia das Letras, 1995. apud, SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzar. Pobreza no Brasil Colonial: Representação Social e Expressões da Desigualdade na Sociedade Brasileira. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, 2009. Disponível em: [www.historica.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br) Acesso: 10 mai. 2019. p. 4.

<sup>215</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzar. Pobreza no Brasil Colonial: Representação Social e Expressões da Desigualdade na Sociedade Brasileira. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, 2009. Disponível em: [www.historica.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br) Acesso: 10 mai. 2019. p. 4.

<sup>216</sup> ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1852-1888*. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2006, p. 50.

<sup>217</sup> FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 53.

<sup>218</sup> FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura...* p. 309.

<sup>219</sup> SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização...*

da coroa Marquês de Aguiar escreveu uma carta para o conde dos Arcos e solicitou permissões para facilitar reuniões de escravos:

Como o ministro da coroa Marquês de Aguiar admitiu ao conde dos Arcos, não somente era<sup>220</sup> “impossível” proibir reuniões de escravos, “que são os braços, de que todas as famílias se servem no Brazil, conduzam seus Senhores aos Templos, ao Theatro vão buscar agora nas fontes, e fação outros serviços desta natureza (...)”, como também o fato da natureza dessas atividades significava que as reuniões de escravos deveriam ser aceitas como “inevitável, ainda que daqui possa acontecer alguma desordem (...)”.<sup>221</sup>

As desordens, os tumultos, eram acontecimentos que não agradavam aos moradores da província do Rio de Janeiro, como também aos da freguesia de Neves, pois, as revoltas, muitas vezes tinham como consequências fugas de escravos. Esses acontecimentos geravam atitudes enérgicas e violentas por parte dos capitães e de alguns membros do Exército quando iam prender ou perseguir os cativos desordeiros ou fugitivos como podemos ver abaixo.

Manuel Joaquim Figueiredo, proprietário da fazenda da Ponte da Alfândega desta Freguesia<sup>222</sup>, segundo Alberto Lamego, no ano de 1820, foi nomeado para ser capitão-mor da recriação do Corpo de Ordenança na Vila de Macaé e lhe mandaram um destacamento de 5 praças do 1º regimento do Exército. João Luiz Pereira Viana, quando era capitão das ordenanças, entrava nos quilombos com o intuito de prender escravos fugitivos e conseguiu aprisionar mais de sessenta fugitivos, e isso fez com que fosse nomeado a sargento-mor da mesma Ordenança e mais tarde foi promovido a tenente-coronel da 2ª Linha e Comandante do batalhão do distrito, em janeiro de 1823, foi reformado no posto de coronel. João Luiz era enérgico e violento, sua prepotência causou muitos descontentamentos dos moradores, que foram se queixar na Câmara.<sup>223</sup>

Sheila do Castro Faria menciona que, a extrema violência usada pelas forças policiais era comum no período colonial e no imperial, para controlar distúrbios, atos de rebeldia e os quilombos escravos. A autora afirma que a repressão às agitações com muita violência, provocou diversas mortes de escravos, velhos, novos, homens e mulheres. A sociedade imperial da primeira metade do século XIX temia os distúrbios, atos de rebeldia e, até mesmo, massacres, pelo motivo da entrada maciça de africanos naquele período. Na história do tráfico atlântico, nunca se viu tantos escravos da África entrarem no Brasil.<sup>224</sup>

<sup>220</sup> SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização...*

<sup>221</sup> Marques de Aguiar para Conde dos Arcos, 6 de junho de 1814, BNRJ Ms. 33,34,29. *apud* SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização...*

<sup>222</sup> AINSNM. Livro 1 de Óbitos (1809 -1849).

<sup>223</sup> LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. Macaé à luz de documentos inéditos... p. 80.

<sup>224</sup> FARIA, Sheila do Castro. *Cotidiano dos Negros...* p. 33.

Portanto, podemos constatar que a sociedade macaense e da freguesia de Neves, querendo ou não, conviveu com vários problemas sociais e que, para além da difícil convivência entre as pessoas da elite agrária e as pessoas que se refugiavam nos quilombos, também, havia outras questões sociais relacionadas com a convivência nas senzalas das escravarias, que deviam ser solucionadas.

Essas questões não foram solucionadas, pelo uso da repressão, da força, da proibição, e o uso extremo da violência, pois, não funcionavam e causava muitos descontentamentos aos moradores do Rio de Janeiro e de Neves. Algo deveria mudar na convivência entre a elite agrária, os escravos, e entre os próprios escravos para se solucionar essas questões. De acordo com Foucault, a sujeição de um corpo

só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo, corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência [...] pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir [...] sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física.<sup>225</sup>

Desse modo, o uso da violência, em que os escravos ficassem por um longo período de conflitos, não era lucrativo, pois, ficariam sem produzir para satisfazer o mercado, e isso não era bom para os senhores, por este motivo o uso de uma política de ganho, era um novo saber para vencer as forças dos conflitos, ou seja, faz-se uso de um novo mecanismo de poder, para um melhor controle das forças na organização e no funcionamento do trabalho.

Manolo Florentino e José Góes nos mostram o uso dessa política de ganho, e algumas soluções para resolver as questões de convivência entre os cativos nas senzalas. Os autores argumentam que existia uma convivência difícil entre os escravos, pois o fato de ser escravo não era suficiente para que os cativos deixassem de viver em conflitos e as senzalas contribuíram muito para acirrar as diferenças entre eles em diversos sentidos.<sup>226</sup> Para esses autores, era provável

até que o cativo muito contribuisse para exasperar as diferenças que os constituíam, em mais de um sentido. Por que não? A escravidão, afinal, não devia ser um meio muito propício ao acalento de sentimentos mais tolerantes. A verdade é que um plantel não era, em princípio, a tradução de um nós. Reunião forçada e penosa de singularidades e de dessemelhanças, é como melhor se poderia caracterizá-lo.<sup>227</sup>

<sup>225</sup> FOUCAUT, Michel. *Vigiar e Punir...* p. 29.

<sup>226</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...*p. 35.

<sup>227</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...*p. 35.

Faria assegura que os autores seguiam uma linha de pensamento de que existia uma política de ganho em que os senhores, ao manter os cativos das várias nações no cativeiro, era uma “maneira consciente e mantê-los em estado de guerra, posto que, então, dificilmente se uniriam contra eles.”<sup>228</sup> Entretanto, os escravos permanecendo em circunstâncias de luta constante, os impossibilitaria de trabalharem de maneira satisfatória e ordenada. “Daí que a formação de famílias e de parentelas, estimulada pelos senhores ou por escolha dos próprios escravos, não importa, teria agido no sentido de instituir a paz das senzalas, minimizando os conflitos.”<sup>229</sup>

Manolo e Goés afirmam que o tráfico atlântico incorporava uma constante condição de guerra no cativeiro, pertencendo à família a fundamental importância para manter a paz nas senzalas.<sup>230</sup> Percebe-se, dessa maneira, que a teoria de manter os escravos em estado de guerra era um mecanismo que não funcionava, pois eram efeitos do poder engendrados pela repressão, e que seria mais viável usar a teoria de induzir os cativos a formarem famílias, usar um mecanismo de poder que produzia efeitos, coisas e induzia ao prazer,<sup>231</sup> para manter a paz nas senzalas.

Pois, através da paz, eles poderiam enfrentar seu senhor e para essa sociedade injustiçada obter o sucesso nesse enfrentamento, não havia muitas necessidades. “Comida, descanso, um pouco de sossego e, se possível, roçados, alguns dias livres, divertimentos e famílias. Uma estratégia para fazer aliados era fazer parentes”. De diversas maneiras era necessário se arranjar no período da escravidão um parente.<sup>232</sup>

Para os cativos, era necessário e interessante formar família. A família permitia a condição de possibilidade de o casal escravo viver em uma morada separada, e distante dos conflitos que poderiam existir na senzala. Slenes salienta que, nas alianças familiares estabelecidas pelos escravos, havia muitos ganhos como um lugar para morar separado da senzala, a ampliação de autonomia ampliada, provavelmente uma continuação de práticas africanas, e até poderem programar os projetos de suas vidas.<sup>233</sup>

Além disso, poderia haver outros lucros para os cativos quando ampliavam suas ligações parentais. As alianças familiares dos escravos também abrangiam os senhores e outros habitantes da freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé, as provas dessa afirmação se

<sup>228</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso em 16 jun. 2019. p. 125.

<sup>229</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. Identidade e comunidade escrava ...p. 125.

<sup>230</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...*p. 37.

<sup>231</sup> Ver in. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder...* p, 8.

<sup>232</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas ...*p. 173.

<sup>233</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...* p. 208.

encontram nas anotações dos vigários, observadas nos registros de batismo e de casamento da Igreja dessa freguesia. De acordo com Karasch, havia uma grande possibilidade de os escravos envolverem livres e senhores em seus laços familiares<sup>234</sup>. Segundo Vitória Schettini:

As relações sócio-parentais empreendidas por pais, padrinhos, batizando e senhores escravistas, a partir da celebração do batismo, davam condições de solidificar convivências mais íntimas entre todos os segmentos sociais, por isso era aspirado por diversos indivíduos, dando inclusive a possibilidade de apreender esse escravo como agente histórico observado a partir das anotações feitas pelos vigários.<sup>235</sup>

Podemos fazer uma analogia entre as relações “sócio-parentais”, citada por Vitória Fernanda Schettini, com as relações entre os cativos, seus senhores ou outros proprietários da freguesia pesquisada, nas quais a partir da celebração do batismo de escravos pareciam solidificar convivências mais íntimas, ampliavam suas ligações parentais e lhes proporcionavam certos lucros. Um exemplo desses ganhos pode ser visto em Mary Del Priore, pois, a autora assegura que escravas, para obter liberdade para si ou para seus filhos, mantinham relações sexuais com seus senhores ou outros proprietários. Segundo a autora:

Essa realidade pode ser constatada em testamentos, registros de batismo e em diversos tipos de documentos onde senhores afirmavam ou reconheciam a paternidade. Alguns destes documentos traziam à tona os relacionamentos entre esses indivíduos e, em alguns casos, os senhores declaravam a alforria de um filho. Um exemplo: no dia 14 de junho de 1809, na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé – hoje apenas Macaé (RJ) – foi batizado Valdevino, pardo, filho de Custódia, escrava de José Ferreira Maya. Ora, o sacerdote declarou naquele ato católico que José Ferreira Maya era viúvo e que dava liberdade a Valdevino, pois a dita criança era seu filho, o qual reconhecia e dava plena liberdade como se tivesse nascido de ventre livre. No fim do registro de batismo, o senhor Maya assinou junto com o pároco alforriando Valdevino.<sup>236</sup>

Pelo visto, havia muitos ganhos para os cativos quando se casavam, batizavam filhos e arranjavam padrinhos, era extremamente útil, necessário e vantajoso para eles valorizar os sacramentos católicos, principalmente, o do batismo e do casamento. Ao observarmos as anotações feitas pelos vigários nos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé, entre os anos de 1809 a 1822, vimos como senhores e escravos tinham acesso aos sacramentos dos batizados, dos casamentos e dos óbitos.

<sup>234</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...* p. 389.

<sup>235</sup> ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamento...* p. 14.

<sup>236</sup> DEL PRIORE, Mary. *Histórias da Gente Brasileira: Império* (vol.2). São Paulo. Editora LeYa, 2016, p. 415.

No segundo capítulo, iremos aprofundar nossa pesquisa nesses laços parentais, nessas redes de sociabilidades e no perfil populacional de Neves, que são perceptíveis nos assentos de batismos casamentos e óbitos; analisando-os a fim de entender o perfil populacional da freguesia, incluindo escravos e proprietários.

## CAPÍTULO II – OS ASSENTOS PAROQUIAIS

### 2.1 As fontes e suas possibilidades - os livros de assentos paroquiais da freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé

Os registros paroquiais da freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé, entre os anos de 1809 a 1822, são documentos de fundamental importância para pesquisar a demografia daquela região. Eles são as fontes primárias e principais utilizadas nesta pesquisa. E para uma melhor articulação teórica sobre a importância dos registros paroquiais neste capítulo, entendemos ser necessário analisar as origens dessa documentação.

Segundo Maria Luiza Marcílio, com o aparecimento da Contra Reforma, na Europa, fez-se necessária procurar um aparelho que apontasse e “controlasse cada um dos membros da Igreja Católica”.<sup>237</sup> Esse advento fez surgir os títulos de “protestantes, e a Igreja Católica precisava conhecer, claramente, quais eram seus fiéis.”<sup>238</sup> A melhor forma de obter esse conhecimento seria através dos registros individuais de cada católico.”<sup>239</sup> A demanda de a Igreja Católica ter que controlar seus fiéis era extremamente necessária e ao ser levada ao Concílio de Trento (1545-1563), chegaram a conclusão “que cada Cura passaria a ser responsável pelo registro de cada Batismo e de cada Matrimônio celebrado em sua Paróquia.”<sup>240</sup>

Após esse episódio, a Igreja notou “que era preciso registrar igualmente as mortes de seus fiéis para evitar abusos de toda sorte, como por exemplo, o da bigamia, quando um dos esposos migrava sozinho para regiões distantes e lá se casava novamente, como se pela primeira vez fosse”.<sup>241</sup> Ou seja, os registros da Igreja Católica eram um instrumento de controle e distinção de seus membros de forma obrigatória, fossem os religiosos ou fiéis leigos.

Maria Silvia Bassanezi assegura que a prática obrigatória, adotada pela Igreja Católica, produziu nos registros a “universalidade, representatividade, um caráter serial e cronológico”.<sup>242</sup> Marcílio argumenta que a “cobertura universal da população nos Registros Paroquiais brasileiros é, pois, a primeira grande característica positiva dessa documentação serial”.<sup>243</sup>

A segunda característica exclusiva e singular “é o seu caráter individual e coletivo a um tempo. Cada indivíduo é registrado com suas características pessoais e em cada momento vital

<sup>237</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais... p. 15-16.

<sup>238</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais... p. 15-16.

<sup>239</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais... p. 15-16.

<sup>240</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais... p. 15-16.

<sup>241</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais... p. 15-16.

<sup>242</sup>BASSANEZI, Maria Silvia. Os Eventos Vitais na Reconstituição da História. In: PINSKY, Carla, Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 13-20.

<sup>243</sup>BASSANEZI, Maria Silvia, Os Eventos Vitais... p. 13-20.

de sua existência; e cada um deles integra uma série cronológica de eventos, guardados em livros” específicos e que encobrem uma região fisicamente bem definida “a paróquia”.<sup>244</sup>

Engendrou-se nessa documentação uma dupla qualidade, já que, ao mesmo tempo em que ela é uma fonte individual, ela é também coletiva. Portanto, a obrigatoriedade dos registros permitiu que se instalasse um mecanismo de controle da população católica e a “condição de possibilidade”<sup>245</sup> de conhecimento dessa população. As informações que estão contidas nos registros paroquiais são:

documentos de primeira ordem, para a reconstrução da história social e cultural das populações católicas e a potencialidade de explorações que permitem, para desvendar o passado em várias direções. Pobres e ricos, plebeus e nobres, brancos, negros e índios, homens e mulheres, todos sem exceção, quando batizados, casados ou falecidos tinham esses fatos vitais registrados em livros especiais, que eram conservados pela Igreja.<sup>246</sup>

Em Portugal, os registros dos batismos, casamentos e óbitos eram obrigatórios e foi instituído pela Constituição de Coimbra (1591) que todas as paróquias do país deveriam ter um livro separado para os batismos, para os casamentos e também para os óbitos. Essa obrigatoriedade foi estendida aos domínios Ultramarinos Portugueses. No Brasil, os registros paroquiais adotaram as resoluções “de Portugal até serem localmente regulamentados na sua Constituição Primeira do Arcebispado da Bahia, de 1707. As regras e as fórmulas não se modificaram; seguiam sempre as determinações de Trento”.<sup>247</sup> Assim, em todas as paróquias do Brasil, também incluindo Macaé e a freguesia de Neves, poder-se-ia encontrar registros paroquiais de batismo, de casamento e de óbito.

Ao observarmos os registros paroquiais de batizados, casamentos ou óbitos de Neves, fizemos um estudo detalhado dos nascimentos, dos enlaces e da mortalidade nessa região por meio de uma metodologia na qual a reconstituição de famílias dos senhores e dos escravos aparece, diacronicamente, dentro dos livros de assentos da paróquia. De acordo com Maria Norberta Amorim,

Reconstituir paróquias significa primeiro organizar os dados dos registros de nascimentos, casamentos e óbitos em fichas de famílias e depois cruzar informações de forma a acompanhar, em encadeamento genealógico, a história de vida de cada residente, tenha ele nascido na paróquia, entrado nela

<sup>244</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais... p, 16.

<sup>245</sup> Condição de possibilidade é um conceito muito usado por Foucault “que define as condições de possibilidades de todo o saber” em determinado momento histórico. – FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8 ed. Tradução Salma T. Muchail. Editora Martins Fontes São Paulo. SP. 1999. p,230. Foucault além de filósofo era também historiador.

<sup>246</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais... p. 15-16.

<sup>247</sup>MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais... p. 16.

pelo casamento ou simplesmente nela ter falecido. Por outras palavras, reconstituir paróquias é formar, em larga diacronia, uma "base de dados" com fichas biográficas de residentes em que se projecta marcar um início e um fim de observação, com as combinações possíveis entre nascimento ou imigração, por um lado, e falecimento ou emigração, por outro.<sup>248</sup>

Esses registros paroquiais confirmam muitas histórias de vida dos senhores e escravos que habitavam a freguesia de Neves, além disso, eles ratificavam a entrada desses ao catolicismo. Os proprietários e os mancípios de Neves tinham acesso aos sacramentos dos batizados, dos casamentos e dos óbitos no período recortado, como consta nos registros feitos pelos Vigários da paróquia João Bernardo da Costa Rezende e Manoel Valente de Rezende.

Em conformidade com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, era obrigatoriedade de todas as paróquias terem os livros dos três sacramentos nos quais era ordenado se fazer os assentos com o nome e os dados necessários, segundo as normas estabelecidas. Roberto Guedes salienta que, “para cada tipo de registro paroquial, havia recomendações da Igreja católica”<sup>249</sup> e para que o nome dos fregueses constasse nos livros de assentos, eles deveriam receber esses sacramentos.<sup>250</sup> O registro paroquial funcionava como um documento que provava e reconhecia a existência dos fregueses não só em Neves, mas também por todo o mundo católico e o Estado, pois, havia um consócio entre a Igreja e o Estado.

A aliança do Estado com a Igreja surgiu historicamente de um caráter espiritual em que aconteceu a ação da Igreja, porém, essa ação não se manteve apenas no seu caráter espiritual, ela se sustentou também no seu caráter ideológico. Carlos Augusto Ferreira, de Oliveira, partindo do surgimento de um modelo eclesial no século IV de nossa era, analisou historicamente como o Estado e a Igreja Cristã foram construindo um modelo de legitimação da sociedade, em que a Igreja fez o papel de aparelho ideológico do Estado até o século XIX,<sup>251</sup> segundo Carlos Augusto Ferreira de Oliveira:

[...] do século IV ao século XIX, período histórico de duração da Cristandade, os exemplos se sucedem na eficácia de um sistema de controle social que encontrou na vontade de Deus a última instância de manutenção desse mundo. [...] A Cristandade era a materialização de um Estado totalitário. [...] Cristandade enquanto relação de proximidade entre Igreja e Estado, mediada

<sup>248</sup> AMORIM, Maria Norberta. Uma metodologia de reconstituição de paroquiais desenvolvida sobre registros portugueses. Boletins de la Asociacion de Demografia Histórica, IX.1, 7-25, 1991. Disponível em: [www.variahistoria.org](http://www.variahistoria.org) Acesso: 01 mar. 2019. p. 94.

<sup>249</sup> GUEDES, Roberto. Macaé Em Fontes Paroquiais. In *Povoamento, Catolicismo e escravidão na antiga Macaé. (séculos XVII ao XIX)* Ed. Apicuri. Rio de Janeiro, RJ. 2011, p.123.

<sup>250</sup> Constituições Primeiras da Bahia Título X nº33.

<sup>251</sup> OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. *A cristandade: um modelo eclesial de poder*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 21, n. 4/6, abr./jun. Disponível em: [seer.pucgoias.edu.br](http://seer.pucgoias.edu.br) > 2011. Acesso:12 jul. 2019, p. 307.

na relação igreja-sociedade civil, refletiu os interesses dos grupos dominantes.<sup>252</sup>

A Igreja Cristã Católica buscou sustentar a “ordem social” e igualmente solidificar os seus mecanismos de poder como “uma instituição centralizadora que mediante aliança com o Estado”, em suas mais diferentes formas históricas.<sup>253</sup> Como vimos, existia a união do Estado com a Igreja. E, no Brasil a ação da Igreja

cabia ao clero, além de seu papel de mediador do sagrado, uma função burocrática na existência das pessoas no mundo luso brasileiro. Padres, transformados em pouco mais que funcionários públicos, faziam as vezes de escrivães cartoriais, dando assento às notas de batismo, que funcionavam como verdadeiros registros do nascimento de mais um freguês desta ou daquela freguesia.<sup>254</sup>

Somente com o Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888, se fez cessar os efeitos civis dos registros eclesiásticos e seria obrigatório no Brasil o Registro Civil, incluindo o registro de nascidos vivos.<sup>255</sup> Assim, até a República, o assento de batismo era o primeiro documento das pessoas, o que dava o reconhecimento de sua existência, ou seja, era um documento que conferia o nome e provava sua existência para o mundo e para Deus.

Estado e Igreja permaneceram com a aliança por um longo período, ficando a Igreja responsável pelo aparelho burocrático por muitos anos, pois, lhe faltava este mecanismo de controle. O Estado conheceu e manteve o controle da população por meio dos registros paroquiais, guardados nas Igrejas do Rio de Janeiro, por meio dos quais, podemos conhecer de que regiões vieram muitos escravos.

Flávio Gomes analisou os registros de batizados, casamentos e óbitos nas Igrejas do Rio de Janeiro, o autor abordou o aparecimento “de padrões de classificações e nomeações que sugerem pensar diversos mecanismos de identificação/identidade de escravos africanos e daqueles nascidos na colônia, especialmente nas primeiras gerações”. Realizou associações “sobre as origens dos africanos no Brasil entre os séculos XVII e XIX a partir de fontes seriais”.<sup>256</sup>

<sup>252</sup> OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. *A cristandade...* p. 314.

<sup>253</sup> OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. *A cristandade...* p. 315.

<sup>254</sup> ENGEMANN, Carlos. Sacralizando os profanos: escravidão, clero e vida sacramental católica no Brasil (séculos XVIII e XIX). *Revista do Dpto. de Teologia da PUC-Rio / Brasil Atualidade Teológica*. 2010 Disponível em: [www.maxwell.vrac.puc-rio.br](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br) Acesso: 09 mai. 2019. p. 200.

<sup>255</sup> DECRETO Nº 9.886, DE 7 DE MARÇO DE 1888 - Publicação Original. Disponível em: [www.2camara.leg.br/.../decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-505](http://www.2camara.leg.br/.../decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-505). Acesso: 09 mai. 2019.

<sup>256</sup> GOMES, Flávio. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso: 15 jan. de 2019. p. 83.

Com a intenção de identificar as origens e as datas de nascimento das crianças escravas, analisamos os registros de batismo da freguesia de Neves e observamos que muitas crianças filhas de famílias escravas eram batizadas alguns dias ou meses após o seu nascimento e também escravos adultos que não haviam recebido o sacramento anteriormente.<sup>257</sup> Provavelmente, como veremos a seguir, os escravos adultos eram de origem africana e muitos escravos adultos e crianças também eram batizados nos portos de África.

Alexandre Almeida Marcussi assegura que, no início do tráfico transatlântico, os cativos podiam ser batizados nos navios “em 1516 [...] foi emitida ordem régia para regularizar o recém-autorizado batismo a bordo dos navios”<sup>258</sup> de cativos que vinham da África para o Brasil, porém, “isso não afastava o risco de os escravos morrerem pagãos durante a travessia oceânica. Por conta disso, o local prioritário para o batismo foi gradualmente se transferindo para os portos africanos de origem”.<sup>259</sup>

Quando os escravos eram capturados na África, eram levados em navios para o Brasil em longas jornadas marítimas.<sup>260</sup> Esses africanos, retirados de seu cotidiano, de seus costumes e religião, eram batizados separadamente ou em série como vimos nos livros de batismo. A autora Katia Mattoso de Queiros, afirma que, “para os africanos adultos batizados em série, o padrinho é um desconhecido, imposto como o próprio batismo”.<sup>261</sup> Assim, eles eram batizados antes ou depois de sua longa jornada para o Brasil, sejam individualmente, sejam em grupos.

Além de observarmos os nascimentos, casamentos e os óbitos dos escravos da freguesia de Neves, também verificamos a presença, a formação e a construção da família escrava, muito embora saibamos que poderiam existir escravos que não recebiam os Santos óleos, o sacramento do matrimônio e a extrema unção. Entendemos que esses escravos não deixavam de estabelecer laços familiares, sejam eles consanguíneos ou não.

De acordo com Sheila de Castro Faria, as fontes eclesiásticas são muito trabalhadas por historiadores da família no Brasil. Sua utilização permite observar, em alguns casos, a construção de famílias, conforme a demografia francesa de Louis Henry, embora haja descontinuidade e precariedade nos documentos brasileiros. Possuir uma série completa e longa

<sup>257</sup> Ver in. AINSNM. Livro 1 de Batismo e Óbitos (1809-1849).

<sup>258</sup> MARCUSSI, Alexandre Almeida. *A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII*. Disponível em: [www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/artigos/v01n02a06.pdf](http://www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/artigos/v01n02a06.pdf). Acesso: 11 jun. 2019. p,73.

<sup>259</sup> MARCUSSI, Alexandre Almeida. *A evangelização dos escravos...* p,74.

<sup>260</sup> Ver in. KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...* p. 29.

<sup>261</sup> MATTOSO, Katia M. de Queiros. *Ser Escravo no Brasil...* p. 132.

é de importância fundamental para chegar-se a um resultado proeminente. Na percepção da autora, são raros os municípios que contam com essa série em condições ideais.<sup>262</sup>

Ao verificarmos a elaboração dos assentos paroquiais nas duas primeiras décadas do século XIX em Neves, constatamos que são fontes seriais eclesiásticas muito prejudicadas pelo tempo. Porém, como afirma Roberto Guedes, esses registros são “um conjunto de fontes composto por assentos paroquiais de batismo, casamento e óbito” que “ainda resiste à deterioração provocada pelo descaso e pelo impiedoso passar de tempo”.<sup>263</sup> Esperando pacientemente por pesquisadores que “contem, a partir dele, histórias”.<sup>264</sup>

Há historiadores que fazem menção “a milhares de personagens que mofam em páginas amareladas”<sup>265</sup> como nas páginas dos livros de assentos da Igreja Matriz da freguesia de Neves. Para narrarmos essas histórias, se fez necessário uma pesquisa metódica, trabalhosa e detalhada junto aos assentos. Para esse estudo, foram selecionados os livros: I de batismos (1808-1849), o livro sem número de casamentos (1808-1822) e o livro I de óbitos (1808-1847).

A metodologia utilizada nessa pesquisa é baseada em levantamentos dos assentos que seguem uma padronização em todo montante. Acompanhamos por um ângulo quantitativo em que foram analisadas as três fontes. Primeiramente, foi construído um banco de dados colhidos junto às fontes dos registros de batismo na freguesia de Neves, entre os anos de 1809 a 1822<sup>266</sup> e no mesmo molde foram construídos outros dois bancos de dados junto aos registros de casamentos e óbitos dessa mesma freguesia.<sup>267</sup>

Nos registros de batismos, catalogamos o nome da Paróquia, o número e o nome do livro, a data limite, o nome da pessoa batizada, a data do batizado, o nome do pai, o nome da mãe, o estado jurídico, os padrinhos e o proprietário. Nos registros de casamento, catalogamos o nome da Paróquia, o número e o nome do livro, a data limite, o nome da noiva, o nome do noivo, a data do casamento, o nome do pai da noiva, o nome da mãe da noiva, o nome do pai do noivo, o nome da mãe do noivo, estado jurídico dessas pessoas, os testemunhos e o proprietário. Nos registros de óbitos, catalogamos o nome da Paróquia, o número e o nome do livro, a data limite, o nome do falecido, o nome do pai, o nome da mãe, estado civil, o proprietário, a causa da morte e se teve ou não sacramentos. Em todos eles foram destacadas

<sup>262</sup> FARIA, Sheila de Castro. Família e Estabilidade – O Paradoxo do Movimento. In: *A Colônia em Movimento* ... p. 39.

<sup>263</sup> GUEDES, Roberto. Macaé Em Fontes Paroquiais... p. 123.

<sup>264</sup> GUEDES, Roberto. Macaé Em Fontes Paroquiais... p. 123.

<sup>265</sup> GUEDES, Roberto. Macaé Em Fontes Paroquiais... p. 123.

<sup>266</sup> Agradecimentos ao mestre Fábio Francisco dos Santos por nos ceder as planilhas no Excel.

<sup>267</sup> As fontes digitalizadas foram fornecidas pelo banco de dados da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO e pelo Solar dos Melos de Macaé foi digitalizado pelo projeto em Macaé que pertence tanto ao arquivo físico como o digital.

algumas observações, caso houvesse e a residência daquele que era levado para receber o sacramento.

Por intermédio da análise dessas fontes, observamos a presença da família escrava na freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé de 1809 a 1822 e notamos certo valor dado pelos escravos para a constituição familiar e para os sacramentos e a sua inclusão para o catolicismo. Como afirma Jonis Freire:

A família escrava foi de vital importância para a vida cotidiana de seus membros. Por meio dela, tiveram a oportunidade de manter e redefinir suas raízes africanas. Poderiam também contar com uma instituição forte que lhes possibilitava auferir ganhos (sociais, econômicos e políticos), constituir espaços de sociabilidade e solidariedade.<sup>268</sup>

Muitos casais escravos recebiam os sacramentos do casamento da mesma forma, muitos também não o recebiam. Quando esses casais tinham filhos, esses eram chamados de naturais ou de ilegítimos, ou seja, nos registros de batismo do livro I (um) e o de óbito do livro I (um) da Freguesia de Neves, a denominação “filho legítimo” significava que os pais eram casados legalmente pelo catolicismo, à denominação “filho natural” significava que um dos pais era solteiro. Vitória Schettini assegura que para “a criança ser considerada legítima, os pais teriam de ser casados em uma união reconhecida pela Igreja”.<sup>269</sup>

Segundo Tarcísio Botelho, a família escrava “não se referia apenas aquelas legitimadas constituídas. Mas também a mães e pais solteiros convivendo com seus filhos, viúvos com seus filhos e outros arranjos”.<sup>270</sup> Mesmo havendo filhos ilegítimos, eles eram obrigados a ser batizados conforme as leis canônicas. Se eram ilegítimos o nome do pai não é notificado no assento dos livros de registros pelo responsável em redigir o registro, neste caso, o vigário da paróquia. Ao fazermos uma análise nos registros paroquiais da freguesia pesquisada, verificamos que eles sancionavam a entrada dos escravos ao catolicismo e cada um era assentado pelos Vigários de acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (lei que ditava as normas de nossas fontes).

Quando incluído o nome do escravo no livro de batismo,<sup>271</sup> o cativo ganhava o *status* de cristão. Esse *status* era muito importante e de grande valor para ele, era uma garantia de

<sup>268</sup> FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Ed. Alameda. São Paulo. S, p. 164.

<sup>269</sup> ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamento...* p. 84-85.

<sup>270</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação (mestrado em História) – FELCH/USP, São Paulo, 1994, p. 229.

<sup>271</sup> O batismo deveria ser o primeiro e obrigatório dos sacramentos. Ver in. *Constituições Primeiras da Bahia Título XIV nº50*.

alargamento de parentesco. Tarcísio Rodrigues Botelho destaca que uma das principais origens do parentesco fictício no Brasil é o batismo. O batismo seria uma forma de utilização dos escravos para o estabelecimento de relações sociais na batalha pela (re)construção de suas vidas comunitárias. A garantia da extensão dos laços de parentesco por meio do apadrinhamento e do compadrio era utilizada pelos escravos. O batismo era, portanto, o momento que seus filhos adquiriam o *status* de cristãos e, com isso, garantia-se a expansão desses laços.<sup>272</sup> O batismo além de ser o primeiro sacramento e obrigatório, era um documento que comprovava a existência do batizando no mundo, por este motivo esse sacramento católico era muito cobiçado.

A fim de tornar mais sólidas as análises ora apresentadas, a seguir traremos os registros paroquiais de batismo para que se possa entender o perfil populacional da freguesia, incluindo os escravos e seus proprietários.

## 2.2 O livro de assentos de batismo da freguesia de Neves

O batismo cristão era desejado não somente pelos escravos, mas também por todos os grupos sociais. Na concepção de Roberto Guedes, os assentos de batismo expressam algumas características de extrema importância “dos que recebem os santos óleos: o nascer para o mundo de Deus e dos homens. Homens, mulheres, inocentes, adultos, crioulos, africanos, escravos, livres, forros, brancos, pardos, pretos, mulatos, etc.”<sup>273</sup> Jonis Freire afirma que, na esfera da sociedade brasileira, o batismo cristão aparece como uma poderosa instituição cobiçada por todas as camadas da população, a entrada do pagão era significada no seio da Igreja Católica por esse sacramento. Para os escravos não foi diferente, quando buscaram o batismo, constituíam a partir dele um relacionamento recíproco e solidário em que se uniam por mediação do compadrio “(parentesco fictício)”. “Para além de seu significado católico, os laços estabelecidos pelos cativos e seus padrinhos perante a Igreja Católica extrapolaram o âmbito da Igreja e mostraram-se presentes em toda a sociedade”.<sup>274</sup>

Para Tânia Maria Gomes Nery Kjerfve e Sílvia Maria Jardim Brugger, o apadrinhamento e o compadrio formavam laços que colaboravam com a substituição ou

<sup>272</sup> BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. LOCUS: revista de história. Juiz de Fora, vol. 3, n. 1. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20443>. Acesso: 01 mar. 2019. p. 109.

<sup>273</sup> GUEDES, Roberto. Macaé Em Fontes Paroquiais... p.123.

<sup>274</sup> FREIRE, Jonis. Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888). Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Mestre em História pela Unesp/Franca; doutorando pela Unicamp, Disponível em: [www.abep.org.br](http://www.abep.org.br) Acesso: 04 abr. 2019.p. 2.

ampliação da família escrava no desenvolvimento de uma comunidade negra no Novo Mundo.<sup>275</sup> Acreditamos que as tradições europeias de costumes do apadrinhamento e do compadrio católico influenciaram a sociedade da freguesia de Neves no recorte abordado e provavelmente em toda sociedade brasileira.<sup>276</sup>

Entendemos que as relações pessoais e afetivas dos cativos são de extrema necessidade para preservar um bom relacionamento nas senzalas e, o compadrio é para, além disso, uma tática, consciente ou inconsciente de emergir socialmente na freguesia por meio do catolicismo. Robert Slenes comenta que não concorda que a família escrava possa ser avaliada como algo construído e organizado na sustentação e

[...] reprodução do escravismo [...]. Segundo Florentino e Góes, as “relações parentais” introduziram a “paz” na senzala, isto é, criaram uma nova sociabilidade entre pessoas de procedências diversas, [...] dando-lhes certo interesse em “tocar” adiante sua vida, sem arriscar confrontos com a casa-grande. De fato, ao formarem tais laços, os escravos aumentaram ainda mais sua vulnerabilidade, transformando-se em “reféns”, tanto de seus proprietários quanto de seus próprios anseios e projetos de vida familiar. Isto não quer dizer, no entanto, que foram necessariamente impedidos de criar uma comunidade de interesses e sentimentos e virar um perigo para os senhores. Ao contrário, o refém normalmente tem motivos para identificar-se com outros na sua situação; e não faltam casos, na história, de outros grupos subalternos — também, em certa medida, “reféns” dos poderosos — que encontraram o caminho da solidariedade.<sup>277</sup>

Faria afirma que os grandes senhores incentivavam e permitiam o casamento, legalizado na Igreja Católica, entre escravos. Apostavam nesse relacionamento como um fator fundamental para organização do trabalho.<sup>278</sup> Florentino e Góes avaliam como os escravos são capazes de manter a paz nas senzalas. Os autores fazem uma ruptura na maneira de pensar de que não havia relações estáveis entre os escravos. E asseguram que: “Havia um amplo reconhecimento social destes laços, em particular daqueles de base consanguínea, inclusive pelos escravos ou livres que não faziam parte daquele grupo.”<sup>279</sup>

Florentino e Góes analisam como as relações familiares eram concebidas pelos escravos e por seus senhores. A família escrava era adotada pelos cativos e também pelos senhores. O

<sup>275</sup> KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery & BRUGGER, Sílvia Maria Jardim, “Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754 – 1766)”. *Estudos Afro-Ásiáticos*, 20, Jun. 1991. Disponível em: repositorio.unicamp.br Acesso: 10 jan. de 2019. p. 234.

<sup>276</sup>Sobre questões que envolvem a historiografia da família escrava e sua importância no Brasil, historiadores têm buscado algumas afirmações por meio da análise de fontes. Pesquisadores como Robert W. Slenes, Manolo Florentino, Sheila de Castro Faria e outros observaram a atuação dos senhores e dos escravos como produtores de relações sociais, ainda que conflitantes, em que a adequação e ajustes são aceitos e necessários.

<sup>277</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...*p, 59 e 60.

<sup>278</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *Família e Morte entre Escravos...* p. 327.

<sup>279</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p, 80 e 81.

casamento e os laços de compadrio para o cativo era uma forma de reconhecimento social. “A família escrava se abria, pois, no contexto específico da escravidão, tal abertura tinha sentido eminentemente político.”<sup>280</sup> Era uma política puramente econômica, de organização e produção do trabalho escravo, uma política que se enquadrava em avaliar a família como algo que colaborava para haver paz nas senzalas e/ou encontrar “o caminho da solidariedade,”<sup>281</sup> como afirmou Slenes acima, nesse ponto os pensamentos de Florentino, Goés e Slenes se assemelham.

Essa influência teve em sua base um discurso católico que deu apoio à construção e à ampliação de diversas famílias na escravidão. Na paróquia de Nossa Senhora das Neves, desta freguesia, observamos a ampliação, a construção e a inclusão das famílias escravas e não escravas nos seus livros de registros. Os sacramentos seguiam normas e em uma das normas das Constituições afirma-se que:

O Baptismo é o primeiro de todos os Sacramentos, é a porta por onde se entra na Igreja Católica, e se faz, o que o recebe capaz dos mais Sacramentos, sem o qual nenhum dos mais fará nele o seu efeito. Consiste este Sacramento na externa ablução do corpo feita com água natural, e com as palavras, que Cristo nosso Senhor instituiu por sua forma. A matéria deste Sacramento é a água natural, ou elementar, por cuja razão as outras águas artificiares não são matéria capaz, para com elas se fazer o Baptismo.<sup>282</sup>

Roberto Guedes comenta que havia recomendações da Igreja católica e se determinava uma redação específica para os assentos de batismo que deveriam obedecer a uma padronização.<sup>283</sup> Carlos Engemann assegura que havia uma norma das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que:

rezava que todos os que recebessem os sacramentos que marcam de forma única a existência do cristão católico – batismo, matrimônio e rituais preparatórios para boa morte – fossem assentados no livro do respectivo sacramento para os livres, se assim o fosse, ou no livro destinado ao registro do dito sacramento para escravos, se tal fosse a sua condição. Assim, resistem ainda hoje, em condições cada vez piores, para desespero daqueles que estudam estes momentos singulares das vidas de populações passadas – nascimento, casamento e morte – livros de batismos, matrimônios e óbitos de livres e escravos nos arquivos das paróquias e cúrias do Brasil inteiro.<sup>284</sup>

Era regra, todos os que recebessem os sacramentos católicos de batismo, matrimônio e/ou a extrema unção, fossem assentados em um livro de acordo com o seu sacramento. Deveria

<sup>280</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 90.

<sup>281</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...* p. 59 e 60.

<sup>282</sup> Constituições Primeiras da Bahia Título X, n° 33 – p. 12.

<sup>283</sup> GUEDES, Roberto. *Macaé Em Fontes Paroquiais...* p.128-129.

<sup>284</sup> ENGEMANN, Carlos. *Sacralizando os profanos...*p. 199.

haver para cada sacramento, um livro de assentos para os livres e um livro de assentos para os escravos, caso fossem católicos. Porém, na freguesia de Neves certas regras eram elaboradas tal qual afirmou Engemann acima, e entre os livros registros paroquiais da freguesia de Neves, encontramos um livro de batismo, um de casamento e outro de óbito em que se registravam os livres e escravos no mesmo livro e não um livro respectivo para livres e outro para escravos.

Pelas normas das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia todos os membros que já haviam recebido o sacramento do batismo na Igreja Católica tinham por direito receber o sacramento do casamento e o da extrema unção. Pelo fato de o batismo ser o primeiro de todos os sacramentos e representar a porta de entrada para Igreja Católica, sendo permitido por meio dele alcançar os demais sacramentos, como afirma acima as Constituições Primeiras, entendemos que havia um grande interesse de escravos e de seus proprietários nos ganhos que o registro de batismo poderia lhes proporcionar.

De acordo com Jonis Freire, os cativos e seus proprietários desejavam o batismo, pois, para além de significar uma entrada para Igreja Católica e servir para constituir laços parentais, esse sacramento também era de interesse dos proprietários de escravos. O que mais interessava aos senhores era a declaração contida no registro de batismo dos inocentes cativos no qual estava inserido o nome do seu proprietário, o que concretizava a sua posse.<sup>285</sup> O registro de batismo servia para os senhores como uma declaração de posse de crianças e adultos. Carolina Perpétuo Corrêa assegura que “os registros de batismo de adultos também serviam para confirmar a posse, já que no assento constava o nome do senhor, sendo tais documentos aceitos como prova em processos judiciais”.<sup>286</sup>

Pelo visto, a elaboração dos registros de batismo nesse período tinha uma fundamental importância, ou seja, eles são como uma escritura pública na qual, com o batismo, o proprietário assegurava o cativo como de seu domínio. “Desta forma, o registro de batismo de um adulto”<sup>287</sup> e também de um inocente, em “Neves podia significar [...] a posse ‘legal’ daquela propriedade escrava”.<sup>288</sup> Para o nosso estudo, esses registros são fontes seriais eclesiásticas de importância fundamental, pois, além de servirem como um documento legal no qual declarava seus

<sup>285</sup> FREIRE, Jonis. Senhor Bom Jesus Do Rio Pardo: Ocupação, Povoamento e Escravidão na Zona da Mata Mineira “Sul”, Século XIX. In. *História de Minas Gerais – As Várias Faces de Minas Gerais: Traços Regionais* – Organizadores ANDRADE, Vitória Shettini de. LAMAS, Fernando Gaudereto. SILVA, Rodrigo Fialho. Belo Horizonte, MG: Ed EMG, 2017, p. 292.

<sup>286</sup> CORRÊA, Carolina Perpétuo. Comércio de escravos... p. 2.

<sup>287</sup> FREIRE, Jonis. Tráfico Ilícito e Batismo de Escravos Adultos em Macaé. In. R454 *Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]*. – Vol. 9, n. 1 (out 2013), Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral. Disponível em: <http://www.ufmt.br/ndihr/revista/> Acesso 15 mai. 2019 p. 40.

<sup>288</sup> FREIRE, Jonis. Tráfico Ilícito... p. 40.

proprietários e onde eram as fazendas que os mantinham em cativeiro, serviam também para saber de onde imigravam ou migravam os escravos.

Ao se observar os assentos no livro I de batismo da freguesia de Neves, analisaremos as categorias etárias dos escravos. Douglas Cole Libby e Tarcísio R. Botelho asseguram que quando os registros de batismo indicavam escravos adultos, significava que esses eram cativos recém-chegados da África.<sup>289</sup> Jorge Prata Sousa e Jonis Freire afirmam que muitos escravos adultos que foram batizados na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé eram africanos,<sup>290</sup> como visto acima pelos resultados colhidos junto aos registros de batismo, podemos vislumbrar esse índice de faixa etária de toda população batizada na freguesia entre os anos de 1809 a 1822. Vejamos esse índice na tabela 2.

Tabela 2: Índice de faixa etária da população da freguesia de Neves (1809-1822)

Condição Social	Inocente	%	Adulto	%	NID <sup>291</sup>	%	Total	%
Escravo	438	54,89	205	25,68	2	0,25	645	80,83%
Livre (branco)	99	12,40					99	12,40%
Livre (índio)	10	1,25					10	1,25%
Forro	44	5,51					44	5,52%
Total	591	74,05	205	25,68	2	0,25	798	100%

**Fonte:** Registro de batismos da Paróquia Nossa Senhora das Neves Livro I (1809 – 1849).

Como podemos identificar na tabela acima, há um número considerável de batismos de escravos adultos, assim como também há um número significativo de batismos de inocentes escravos, índios, livres e forros. Porém, o que mais nos chama atenção é a proporção muito superior de escravos sendo batizados em relação aos livres, principalmente de escravos adultos, o que nos leva a supor que eles eram recém-chegados da África. Percebemos ao longo da nossa pesquisa, que a população escrava era bem mais ampla do que a população de livres e libertos

<sup>289</sup> LIBBY, Douglas Cole & BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus: batismo de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712 – 1810. *Varia História. Belo Horizonte*, v. 31, 2004. Disponível em: [periodicos.pucminas.br](http://periodicos.pucminas.br) Acesso: 09 jul. 2019. p. 70.

<sup>290</sup> FREIRE, Jonis. & SOUSA, Jorge Prata de. O Tráfico Ilícito no Litoral Norte Fluminense, C. 1831 – C. 1851. *Revista Eletrônica – Documento e Monumento*. Universidade Federal do Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional- NDIHR. Disponível em: [www.ufmt.br/ndihr/revista](http://www.ufmt.br/ndihr/revista). Acesso em 15 mai. 2019. p. 30 e 38.

<sup>291</sup> NID – Não identificados.

na freguesia de Neves, por diversos motivos, conforme iremos discorrer no decorrer do trabalho.

Observamos, anteriormente, com Manolo Florentino que de 1811 a 1830 o número de entrada de africanos no porto do Rio de Janeiro foi maior em relação aos outros portos do Brasil. Também vimos que, a partir de 1810 o número de africanos chegando ao Rio de Janeiro cresceu significativamente. Ademais, observamos nos registros paroquiais que neste período, o número de cativos cresceu amplamente nas onze fazendas da região na freguesia de Neves.

Desse modo, pelo que foi observado, junto a autores renomados e nos assentos paroquiais pesquisados, podemos perceber que a população escrava era maior em relação ao grupo dos livres e liberto, conforme as tabelas 3 e 4.

Tabela 3 - Quadro 1.4: Estimativas Populacionais para Campos dos Goitacazes em 1799<sup>292</sup>

	LIVRES						ESCRAVOS						TOTAL <sup>293</sup>			
São Salvador	3.184	72,4	890	20,02	323	7,3	4.397	100	5.082	83,7	990	16,3	6.072	100	10.469	58,0
Freguesias	Brancos	%	Mulatos	%	Pretos	%	#livres	%	Pretos	%	Mulatos	%	#escravos	%		%escravos
São Gonçalo	3.054	77,4	728	18,5	163	4,1	3.945	100	4.318	83,6	846	16,4	5.127	100	9.102	56,7
Santo Antônio Guarulhos	465	40,9	575	33,0	298	26,2	1.138	100	1.812	87,9	249	12,1	2.061	100	3.199	64,4
N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> Desterro Capivari	395	39,3	594	59,1	16	1,6	1.005	100	714	77,4	209	22,6	923	100	1.928	47,9
N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> Neves	1.073	62,5	214	12,7	404	23,9	1.691	100	3.200	87,9	440	12,1	3.640	100	5.331	68,3
São João da Barra	1.935	85,2	291	12,8	45	2,0	2.271	100	879	72,9	326	27,1	1.205	100	3.476	34,7
Soma	10.106	70,0	3.092	21,4	1.249	8,6	14.447	100	15.998	83,9	3.060	16,1	19.058	100	33.505	56,9

Fonte: APC – Coleção Alberto Lamego – 19-69 – rolo 3. Mapas Relativos às Vilas da Capitania da Paraíba do Sul, um trazendo os nomes das ruas e número de casas de São Salvador e São João da Barra no ano de 1799; outro, a população, fábricas e escravos das diferentes freguesias de São Salvador dos Campos dos Goitacases no mesmo ano.

Na tabela 3 acima, podemos observar que na freguesia de Nossa Senhora das Neves em 1799, havia 1.691 livres para 5.331 escravos, ou seja, 68,28% da população eram de cativos. Dados que confirmam essa superioridade de escravos. Até o momento neste trabalho, autores vêm afirmando que após a chegada da corte portuguesa ao Brasil, a população escrava cresceu

<sup>292</sup> Em 1799, a freguesia de Nossa Senhora das Neves pertencia a Campos dos Goitacazes.

<sup>293</sup> A tabela é uma cópia fiel da Fonte: APC – Coleção Alberto Lamego – 19-69 – rolo 3. Mapas Relativos às Vilas da Capitania da Paraíba do Sul, um trazendo os nomes das ruas e número de casas de São Salvador e São João da Barra no ano de 1799; outro, a população, fábricas e escravos das diferentes freguesias de São Salvador dos Campos dos Goitacases no mesmo ano.

demograficamente em todo o Rio de Janeiro e também na freguesia de Neves. Por intermédio de nossa análise nos dados da tabela 3, podemos observar o crescimento demográfico em Neves.

Pelo motivo de não termos tido acesso a alguma estatística populacional no período por nós estipulado, faremos uma análise comparativa do período entre 1799 com os dados da tabela 3 e o período de 1844 com os dados da tabela 4 abaixo, para termos uma proporção da porcentagem da população de cativos e de livres que moravam em Macaé e em Neves.

Tabela 4 - Estatística populacional de Macaé – 1844

Livres			Cativos		
Branco	Homens	1385	Branco	Homens	0
Branco	Mulheres	1104	Branco	Mulheres	0
Indígena	Homens	110	Indígena	Homens	0
Indígena	Mulheres	97	Indígena	Mulheres	0
Pardo	Homens	508	Pardo	Homens	187
Pardo	Mulheres	525	Pardo	Mulheres	151
Pardo	Homens	71	Pardo	Homens	3331
Pardo	Mulheres	72	Pardo	Mulheres	2522
Subtotal		3880	Subtotal		6173
Total					10051

Fonte: Mapa Populacional da Província do Rio de Janeiro de 1844, considerando o município de Macaé - Arquivo Nacional – COD.0.808, v02

Conforme a tabela acima, Macaé em 1844, vinte e dois (22) anos posteriores ao recorte temporal analisado, apresentava 6173 habitantes escravos, contra 3880 livres, ou seja, 62,85 % da população eram de escravos enquanto 37,15% eram de livres. Por esses dados, também notamos uma população escrava bem mais ampla do que a de livres. Como a freguesia de Neves pertencia a Macaé e localizava-se em uma zona rural com muitas fazendas, levamos em conta que nessas propriedades havia mais necessidade da mão de obra cativa do que na zona urbana de Macaé.

Essa proporção muito superior de escravos em relação aos livres também foi percebida em nossa pesquisa no livro I (um) de batismo na freguesia de Nossa Senhora das Neves, no período recortado. Somando os inocentes e os adultos observamos um total de 80,57% de batismos de escravos e 12,40% de livres, ou seja, 643 batizados realizados eram escravos, num

total geral de 798 celebrações, para apenas 99 batizados de livres. Entre os forros e índios, a proporção ficava no valor de 5,51% e 1,25%, respectivamente.

Cristiany Miranda Rocha menciona que, existem sinais de desequilíbrio numérico entre os sexos em relação aos casamentos entre os cativos, ocasionado pelo tráfico transatlântico. Segundo a autora, esse fator dificultou a procura dos homens por suas companheiras.<sup>294</sup> Para Jonis Freire e Jorge Prata Sousa:

Nota-se uma supremacia dos adultos em relação às adultas que se justifica pelo peso que o sexo tinha na composição das escravarias. Em geral, se preferiam homens em idade produtiva para o trabalho. Esses batizando adultos podiam ser comprados pelos senhores que, via de regra, preferiam os do sexo masculino. Assim, é natural encontrar entre os adultos essa supremacia dos homens em relação às mulheres.<sup>295</sup>

Mary Del Priore informa que, “essa enxurrada desigual de homens escravizados levou a um alto desequilíbrio entre o número de homens e de mulheres, e mexeu, entre outras coisas, com os relacionamentos sexuais, a formação de famílias e os casamentos no Brasil imperial”.<sup>296</sup> No livro I de assentos de batismo da freguesia, examinamos o número de celebrações formalizadas pela Igreja Católica e observamos a desigualdade sexual e sua influência na valorização que os cativos davam para esse sacramento católico.

Tabela 5: Índice de legitimidade da população da freguesia de Neves

Condição Social	Legítimo	%	Natural	%	NID <sup>297</sup>	%	Total	%
Escravo	460	57,65	98	12,29	87	10,90	645	80,83%
Livre (branco)	92	11,54	7	0,87			99	12,40%
Livre (índio)	9	1,13	1	0,13			10	1,25%
Forro	27	3,39	17	2,13			44	5,52%
Total	588	75,69	123	15,42	87	8,89	798	100%

**Fonte:** Registro de batismos da Paróquia Nossa Senhora das Neves Livro I (1809-1849)

Observamos assim, um predomínio de casamentos escravos em comparação aos casamentos dos livres, índios e libertos. Entendemos que mesmo havendo filhos ilegítimos, todos os fregueses eram obrigados a serem batizados, conforme as leis das Constituições

<sup>294</sup> ROCHA, Cristiany Miranda. Na Trilha do Parentesco e da Liberdade: Os Caminhos e Atalhos Percorridos Pelos Escravos na Campinas Oitocentista. In: Orgs. RIBEIRO, Gladys Sabina; FREIRE, Jonis; ABREU, Martha Campos & CHALHOUB, Sidnei. *Escravidão e Cultura Afro-Brasileira – Temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Editora Unicamp – Campinas, SP. 2016, p. 157.

<sup>295</sup> FREIRE, Jonis & SOUSA, Jorge Prata. *Tráfico Ilícito e Batismo...* p. 40.

<sup>296</sup> DEL PRIORE, Mary. *“Histórias da Gente Brasileira...”* p. 415.

<sup>297</sup> NID – Não identificados.

Primeira do Arcebispado da Bahia. Além disso, havia neste período na freguesia de Neves, uma porcentagem de população que não estava anotada nos assentos paroquiais, principalmente nos batismos, por motivo de migrarem ou imigrarem de outras regiões ou mesmo por desleixo dos vigários. Entretanto, acreditamos ser uma porcentagem tão insignificante, que não influenciará no nosso entendimento.

O número de casamentos escravos legalizados presentes no livro de casamento está diretamente ligado ao número de batismos legítimos e naturais presentes no livro de batismo, conforme verificado na tabela acima. Notamos que havia escravas para se casar, por esse motivo somado ao incentivo dos senhores, o resultado foi o amplo número de legitimidade.

Identificamos nos livros de batismos,<sup>298</sup> uma predominância de escravos legítimos em comparação aos escravos nascidos de mães naturais. Esses números perpassam também o perfil dos brancos, índios e forros. Em todas as variáveis, houve uma predominância de 57,65% de filhos de escravos legítimos, que são levados ao sacramento do batismo. Dados que cruzamos com a análise feita junto ao livro de casamento, e que veremos a seguir.

Pelo observado, os cativos pareciam estar preocupados em formar famílias, criar e estreitar laços parentais de forma institucionalizada, valorizando os casamentos sacramentados pela Igreja. Vitória Fernanda Schettini afirma que, dependendo da localidade e do período, o casamento legalizado pela Igreja não era rigorosamente adotado, havia as uniões informais e os escravos procuravam ratificar seus laços familiares e se enquadrarem em um plano de equilíbrio dessas famílias.<sup>299</sup>

Como vemos, o casamento legitimado foi à variável que mais se destacava nos assentos paroquiais de Neves, independentemente da categoria social, porém com uma predominância para os escravos (57,65%), seguido de brancos (11,54%), forros (3,39%) e índios (1,13%). Os dados nos levam a acreditar que a união católica era extremamente valorizada pelos escravos que viviam na freguesia. Mesmo havendo o tráfico transatlântico, com escravos de origens, culturas e religiões diferentes, recém chegados e que não conheciam o ‘pecado original’, inseridos na população da freguesia de Neves, os novos cativos pareciam se adaptar rapidamente as normas da religião Católica e não praticavam atos ilegais. Embora existissem

<sup>298</sup> Se havia algum outro Livro de Batismo na Paróquia de Nossa Senhora das Neves ou algum outro livro somente para livres nesse mesmo período, não temos informação sobre eles, nem pela Igreja ou por historiadores e, se eles existissem haveria alguma informação.

<sup>299</sup> ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamento...* p. 70.

casamentos não formalizados, o que era considerado como uma “prática relacionada à luxúria,”

<sup>300</sup> Márcio Soares observou que,

as práticas relacionadas a Luxúria fossem severamente combatidas pela Igreja, os “tratos ilícitos” grassavam na Colônia e no Império em decorrência da “fragilidade humana”, conforme admitiam muitos testadores ao ajustarem suas contas com o Criador. Pecados da carne, cujo rastro mais visível eram, sem dúvida, os filhos ilegítimos.<sup>301</sup>

Pelo visto, sabemos que havia uniões não formalizadas de escravos com filhos ilegítimos, os mencionados como filhos naturais pelos vigários nos registros paroquiais de Neves,<sup>302</sup> porém, em uma quantidade bem inferior à de filho legítimos. Sobre os filhos naturais, Eliane Cristina Lopes afirma que:

a filiação ilegítima se desdobrava em cinco variantes: a) Naturais – filhos de pais solteiros sem impedimentos matrimoniais; b) Espúrios – filhos de pais solteiros com algum impedimento matrimonial; c) Sacrilegos – frutos da união de um sacerdote (regular ou secular) com um leigo ou religiosos entre si; d) Adulterinos – quando ambos ou um dos pais era casado; e) Incestuosos – resultantes da união entre parentes consanguíneos ou afins até o quarto grau de parentesco.<sup>303</sup>

Encontramos nos registros paroquiais da Igreja de Nossa Senhora das Neves, referências somente a filhos naturais. Não encontramos nesses registros alguma menção a espúrios, sacrílegos, adulterinos e incestuosos. Um detalhe interessante da fonte que consultamos e, que nos chamou a atenção, foi uma denúncia feita por Custódio José, sócio e administrador do Engenho Atalaia, contra o padre João Bernardo da Costa Rezende, por concubinato com uma pessoa solteira chamada Joana. Porém, testemunhas da freguesia deram o abono ao vigário e o caso foi encerrado.<sup>304</sup> No assento de batismo do dia 26 de abril de 1810, encontramos Jorgracia,

<sup>300</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *Presença Africana e Arranjos Matrimoniais entre Escravos em Campos dos Goitacazes (1790 – 1831)*. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/24110> Acesso: 01 mai. 2019. p. 92.

<sup>301</sup> SOARES, Márcio de Souza. *Presença Africana...* p. 92.

<sup>302</sup> Registro de batismos da Paróquia Nossa Senhora das Neves Livro I (1809-1849)

<sup>303</sup> LOPES, Eliane Cristina. O Revelar do Pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. SP, Annablurne. 1998, p. 76. *Apud*, SOARES, Márcio de Sousa. *Presença Africana e Arranjos Matrimoniais entre Escravos em Campos dos Goitacazes (1790 – 1831)*. Disponível em:

<sup>304</sup> Arquivo Nacional (AN). Mesa da Consciência e Ordens. Códice 26, vol.5, no. 332: Consulta sobre da oposição da Igreja Nossa Senhora das Neves do Rio Macaé deste Bispado: Consulta da Igreja Nossa Senhora das Neves do Rio Macaé deste Bispado.

filha da escrava Joana<sup>305</sup> residente na fazenda da Atalaia. Nesse assento consta o nome do escravo João como o pai<sup>306</sup>.

Isis Menezes de Rodrigues, em seu trabalho sobre Mariana no final do século XVIII, realizou uma análise sobre as devassas, chamando a atenção que os processos como o concubinato, que atacavam as relações ilícitas entre homens e mulheres eram os que mais ocorriam.<sup>307</sup> Uma razão plausível aponta para tentativa da Igreja de difundir os sacramentos, avaliados como a única maneira “para o seguimento de uma boa conduta cristã. O casamento foi constantemente defendido como condição básica para a formação de uma família seguidora dos preceitos religiosos e seio para a criação de filhos descentes”.<sup>308</sup>

De acordo com Silvia Maria Jardim Brugger, em Minas Gerais, durante o longo período escravista dos séculos XVIII e XIX, trabalhos de história da família apontam para a superioridade de um comportamento matrimonial no qual o casamento legal não era a norma. Pesquisas demográficas, com base nos registros paroquiais ou em mapas da população, têm indicado índices baixos de nupcialidade e taxas altas de ilegitimidade dos batizados.<sup>309</sup> Vitória Schettini afirma que, no início do terceiro quarto do século XIX, a freguesia de São Paulo do Muriaé na Zona da Mata Mineira, mesmo existindo um “certo equilíbrio” entre os sexos, havia superioridade de nascimentos de filhos ilegítimos.<sup>310</sup>

Porém, João Lucas Rodrigues esclarece que no sul de Minas, no “período de 1811 a 1843, os escravos do Alferes Maia aparecem nos assentos batismais 41 vezes; deste montante, 39 eram relativos a crianças declaradas como filhas legítimas e apenas dois eram de recém-nascidos descritos como filhos naturais”.<sup>311</sup> Observamos que a análise de João Lucas, se baseia apenas em uma escravaria e não no cômputo total das escravarias. Soares afirma que:

Sheila de Castro Faria talvez tenha sido a primeira a chamar atenção para o fato de que nas áreas rurais a realidade era diferente, tanto para as pessoas livres quanto para os escravos.

Conforme demonstrou a referida historiadora, Campos dos Goitacases apresentou índices de legitimidade expressivamente elevados no século XVIII: 89,6% entre os livres e 46,4% entre os cativos batizados na Freguesia de São Salvador. Comprovou ainda não se tratar de uma exceção ao comparar

<sup>305</sup> Entre 1809 a 1822, o nome Joana aparece somente uma vez no Livro 1 de batismo (1809-1849).

<sup>306</sup> AINSNM. Livro 1 de batismo (1809-1849).

<sup>307</sup> RODRIGUES, Isis Menezes de. *Visitações eclesiásticas em Mariana – século XVIII. Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 9 n. 2, Jul.-Dez. 2007. p.78. Disponível em: [www.ufjf.br](http://www.ufjf.br). Acesso: 15 mai. 2019.

<sup>308</sup> RODRIGUES, Isis Menezes de. *Visitações eclesiásticas em Mariana...*

<sup>309</sup> BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Legitimidade, casamento e Relações ditas Ilícitas em São João Del Rei (1730 - 1859). IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Diamantina, 2000. Disponível em: [repositorio.usp.br](http://repositorio.usp.br). Acesso em 11 jun. 2019. p. 37.

<sup>310</sup> ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamento...* p. 84-85.

<sup>311</sup> RODRIGUES, João Lucas. *O parentesco escravo nas terras da família Maia: Sul de Minas, 1811 a 1860*. Disponível em: [periodicos.pucminas.br](http://periodicos.pucminas.br). Acesso em 20 de jun. 2019.

esses índices com outras áreas rurais da Capitania do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde a legitimidade entre livres e escravos também se mostrou expressiva. Pelo que pude apurar, a situação alterou-se muito pouco em Campos, nas três primeiras décadas do século XIX, pois os índices de legitimidade permaneceram bastante elevados. Das 10.517 crianças livres batizadas naquela igreja matriz, entre 1799 e 1830, 72,9% eram legítimas, 19,6% eram filhos naturais e 7,5% foi a proporção de inocentes enjeitados.<sup>312</sup>

Temos assim um amplo índice de nupcialidade e taxas altas de legitimidade dos batizados. Embora esses dados não corroborem com os dados da pesquisa de Sílvia Brügger e de Vitória Schettini, podemos observar que no século XIX o casamento católico legalizado não era uma norma, não seguindo o mesmo modelo para Neves.

Com intuito de discutir mais profundamente essa temática, analisaremos a seguir os registros paroquiais de casamento para entender o perfil populacional da freguesia, incluindo escravos e senhores.

### **2.3 O livro dos assentos de casamento da freguesia de Neves**

No livro sem número dos assentos de matrimônio da freguesia, verificamos a quantidade de celebrações formalizadas pela Igreja Católica para tentar entender se os cativos adotavam o matrimônio legitimado e se os dados apresentados corroboram com os resultados apresentados nos batismos. Sobre esse assunto, Manolo Florentino e José Roberto Góes afirmam que entre os cativos, no momento da efetivação da união dos Santos óleos ou da confirmação da união consensual, formavam, ampliavam e solidificavam seus laços familiares<sup>313</sup>. Essas pessoas, mesmo nas difíceis circunstâncias de suas vidas de escravidão, criavam e estreitavam laços em uma aliança. Para Florentino e Góes, a vontade dos cativos de criarem laços parentais parecia evidente.<sup>314</sup>

Para esses autores, havia diversas dificuldades para saciar os desejos dos escravos em criar laços parentais pelos casamentos católicos, porém, não deixavam de desejá-los. Além do mais, sabemos que muitos deles não o faziam, preferindo viver numa relação não institucionalizada pela Igreja. Outro fator que pode pesar neste perfil é que parecia extremamente difícil para o escravo de sexo masculino conseguir uma parceira para se relacionar, ter filhos e, conseqüentemente, sacramentar seu matrimônio e batizar seus filhos.

<sup>312</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento...* p. 52, 55 e 58. *apud*, SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 108.

<sup>313</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 173-174.

<sup>314</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 173-174.

Porém, notamos estratégias por parte desses escravos em criar laços e efetuarem relações parentais, constituir famílias e ter certa estabilidade social.

Durante alguns anos, historiadores como Jacob Gorender comentaram que a demografia escrava se regulou na preferência dos senhores por pessoas do sexo masculino, por pensarem que escravos eram capazes de realizar trabalhos mais rudes e pesados do que as escravas nas grandes propriedades<sup>315</sup>. A afirmação desse historiador parece gerar uma grande polêmica e muitas dúvidas. Sobre essa teoria de Gorender lançamos questões: Será que as mulheres não trabalham como os homens? O que Gorender responderia sobre o fato de uma mãe cuidar de um filho e trabalhar para o senhor do engenho ao mesmo tempo? Mariana Libânio de Resende Dantas afirma que as mulheres trabalhavam com muito esforço. A autora enfatiza que:

Durante o século XVIII, um número significativo de mulheres negras alcançaram a transição da escravidão para a liberdade, acumularam através do seu trabalho e esforço empreendedor bens que lhes permitiram viver com algum conforto material, e criaram filhos que, ao contrário delas, não carregavam necessariamente as marcas da experiência do cativo. Os seus sucessos não impediram, porém, que a elas fossem negados, por causa de sua descendência africana, tratamento, oportunidades e direitos disponíveis a outros grupos sociais.<sup>316</sup>

De acordo com Ygor Olinto Rocha Cavalcante e Patrícia Melo Sampaio, “desde finais do século XVII, homens e mulheres embarcados em África atravessaram o Atlântico para trabalhar, em geral, nas atividades agrícolas, nos serviços urbanos e nas atividades ligadas à extração dos produtos da floresta.”<sup>317</sup> Os autores reforçam a ideia de que no século XIX, tanto os homens como as mulheres trabalhavam em diversas atividades e não um homem em uma atividade e uma mulher em outra atividade, “homens e mulheres embarcados em diferentes portos africanos formaram as escravarias de senhores [...] até o início do século XIX e atuaram em atividades diversas, tais como lavouras [...] agricultura, pecuária e nas atividades domésticas”.<sup>318</sup> Pelo visto o trabalho escravo não poupava ninguém.

O que Manolo Florentino comenta sobre a “lógica empresarial” de Jacob Gorender, é que a “preferência senhorial por cativos do sexo masculino, mais adequados às rudes tarefas exigidas pelo funcionamento da grande propriedade agroexportadora [...] também deriva a

<sup>315</sup> GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. Editora Ática. São Paulo, SP. 1978, p. 323-324.

<sup>316</sup> DANTAS, Mariana Libânio de Resende. *Mulheres e Mães Negras: Mobilidade social e estratégias sucessórias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII*. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso: 11 jun. 2019 p. 101.

<sup>317</sup> CALVALCANTE, Ygor Olinto Rocha e SAMPAIO, Patrícia Melo. *Histórias Joaquinas: mulheres, escravidão e liberdade (Brasil, Amazonas: séc. XIX)*. 2012 Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso: 10 mai, 2019, p. 98.

<sup>318</sup> CALVALCANTE, Ygor Olinto Rocha e SAMPAIO, Patrícia Melo. *Histórias Joaquinas...* p. 99.

necessidade de estarem imediatamente aptos no processo produtivo”.<sup>319</sup> Isso acontece pelo motivo de existir “a possibilidade oferecida pelo tráfico, de substituição imediata e a preços baixos da mão de obra cativa”<sup>320</sup>. Para os autores, essa lógica “seria inequívoca em 1850”,<sup>321</sup> quando houve “o aumento geral dos preços dos cativos após a abolição do tráfico de africanos e que os senhores brasileiros buscariam efetivamente prolongar a vida útil de seus escravos”<sup>322</sup>.

De acordo com Paul Lovejoy, a oferta de compra do tráfico Atlântico, era de homens, pois, as mulheres eram colocadas nos haréns,<sup>323</sup> esses fatores contribuem de maneira crucial para a institucionalização da escravidão na África, a “abertura do Atlântico ao comércio marcou uma ruptura radical na história da África, especialmente porque este comércio envolvia milhões de escravos”.<sup>324</sup> No mundo islâmico:

Os homens importantes tinham muitas esposas, algumas das quais eram escravas, e essa distribuição desigual das mulheres dentro da sociedade era um elemento de controle social, principalmente porque as mulheres eram muitas vezes as principais trabalhadoras da agricultura, bem como as reprodutoras da família. O controle das mulheres permitia a dominação da produção e da reprodução. Esse aspecto do escravismo teve um importante impacto no comércio de exportação. Os europeus queriam trabalhadores para o campo e para as minas. Na verdade, não se importavam muito com o sexo deles, embora talvez tivessem uma ligeira preferência por escravos do sexo masculino. Os africanos queriam mulheres e crianças. Daí surgiu uma divisão natural da população escrava, com os comerciantes europeus comprando aproximadamente dois homens para cada mulher, por vezes uma proporção ainda maior de homens [...] Os mulçumanos também queriam mulheres, não homens como se evidenciava nos preços mais altos cobrados pelas mulheres.<sup>325</sup>

Pelos motivos de não haver muita oferta de compra para mulheres, e por elas serem as trabalhadoras de fundamental importância para agricultura africana e, além disso, o preço da mulher ser mais alto, deve-se pensar na razão de haver mais escravos de sexo masculino em relação aos de sexo feminino. Florentino e Goés questionam esses motivos, afirmando que no período entre 1790 a 1835 no Rio de Janeiro, os homens eram mais caros que as mulheres. Segundo esses autores:

<sup>319</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 53.

<sup>320</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 53.

<sup>321</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 54.

<sup>322</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 54.

<sup>323</sup> LOVEJOY, Paul. *A Escravidão na África: uma História de Suas Transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 48.

<sup>324</sup> LOVEJOY, Paul. *A Escravidão na África...* p. 52.

<sup>325</sup> LOVEJOY, Paul. *A Escravidão na África...* p. 53.

Naturalmente o reflexo dessa situação seria a maior cotação das escravas africanas no próprio mercado brasileiro. Entretanto, não é exatamente isso o que flui dos inventários post-mortem do meio rural do Rio de Janeiro entre 1790 e 1835. Observando aqueles cativos que tivessem entre 12 e 55 anos de idade, constata-se que os homens africanos tendiam a ser 9% a 25% mais caros do que as africanas.<sup>326</sup>

Florentino e Goés reforçam a ideia da lógica demográfica empresarial de Gorender, afirmando que os senhores de escravos do Brasil tinham um número mais amplo de homens do que de mulheres em suas propriedades, por serem mais baratos. Já Lovejoy nos levou a entender que a oferta pela venda de homens era maior pelo motivo das mulheres terem a preferência dos senhores de escravos no mundo Islâmico. Diante dos diferentes pressupostos, afirmamos que, a condição de possibilidade de se importar homens da África para o Brasil era bem maior do que de se importar mulheres. Por isso, Florentino afirma que “no campo fluminense, de seis a sete escravos entre cada dez eram homens”.<sup>327</sup>

O excedente de escravos masculinos da freguesia poderia fazer com que houvesse uma disputa entre os escravos do sexo masculino por esposas e dificuldades para eles formarem uma rede de laços socioparentais neste período. Junto à ideia de caracterizar a região por um número grande de escravos do sexo masculino, somava-se o fato de possuir um grande contingente de africanos e conseqüentemente de variadas culturas, o que poderia dificultar o bom relacionamento entre eles.

Embora faltem muitas páginas e muitas estarem danificadas no livro (sem nome) de assentos da freguesia de Nossa Senhora das Neves, conseguimos contabilizar 178 casamentos, assim descritos: 6 pardos forros x 6 pardas forras; 1 forro x 1 escrava, 1 índio x 1 parda; 1 índio x 1 forra; 1 índio x 1 escrava; 1 não identificado (NID) x 1 escrava; 13 brancos x 13 brancas e 152 escravos x 152 escravas em um período de 13 anos.<sup>328</sup> Casaram-se ao todo, 304 (86,96%) escravos com escravas no total de 352 celebrações. Como vemos, em Macaé, as dificuldades dos escravos encontrarem escravas, não impediram que eles se casassem de acordo com as normas estabelecidas. Conforme podemos verificar na tabela abaixo:

<sup>326</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 60-61.

<sup>327</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 55.

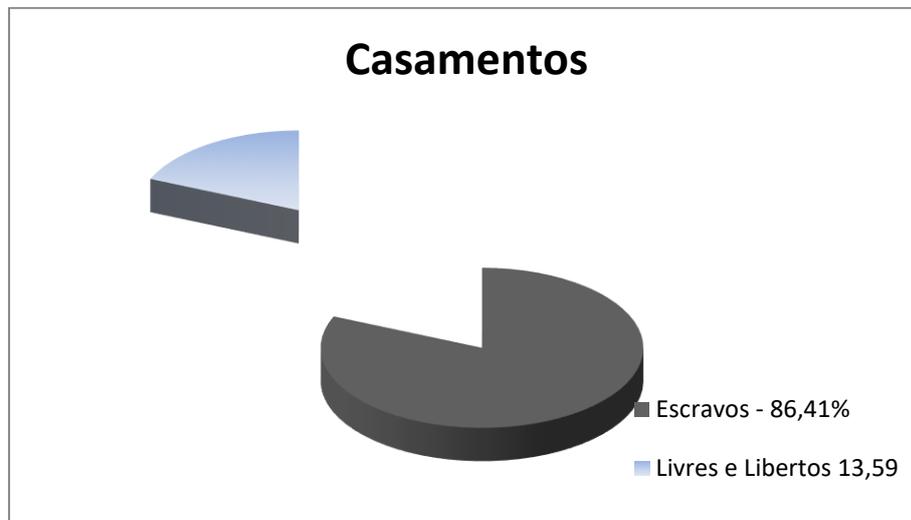
<sup>328</sup> AINSNM. Livro (sem número) de Casamentos (1809-1822).

Tabela 6: Casamentos realizados na Paróquia da Freguesia de Neves (1809 – 1822)

Condição Social		Condição Social		Total	%
Pardo Forro	6	Parda Forra	6	12	3,41
Forro	1	Escrava	1	2	0,56
Índio (livre)	1	Parda	1	2	0,56
Índio (livre)	1	Forra	1	2	0,56
Índio (livre)	1	Escrava	1	2	0,56
NID	1	Escrava	1	2	0,56
Branco (livre)	13	Branca (livre)	13	26	7,38
Escravo	152	Escrava	152	304	86,41
Total Geral				352	100,00

**Fonte:** Registro de casamentos da Paróquia Nossa Senhora das Neves Livro (sem número) de 1809 a 1822.

Gráfico 2: Casamentos na Igreja da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1809-1822



**Fonte:** Registro de casamentos da Paróquia Nossa Senhora das Neves- Livro (sem número) de 1809 a 1822.

Verificamos, até o momento, um amplo número de casamentos escravos legais em comparação aos realizados por brancos, índios e libertos, resultado do próprio perfil populacional que tinha na sua composição demográfica, a maioria escrava. Podemos afirmar que, o comportamento matrimonial dos escravos na freguesia tendeu pela preferência do casamento legal.

É necessário ressaltar que, anteriormente, realizamos uma pesquisa sobre legitimidade nos registros da freguesia das Neves e relacionamos com outra análise feita sobre os registros de casamentos dessa mesma freguesia. Sheila de Castro Faria relaciona a legitimidade e os casamentos legalizados com a atividade comercial. A extração da madeira era fundamental para a atividade comercial de Macaé e de Neves, e por incrível que pareça essa atividade tem uma relação intrínseca com o amplo número de legítimos e casamentos formalizados legalmente pela Igreja Católica.

Sheila de Castro Faria afirma que a atividade de extrair madeira motivou o amplo número de casamentos escravos legalizados pela Igreja em Neves. O cativo para fazer essa

atividade teria que se locomover para um lugar longe da fazenda onde pudesse encontrar as árvores para a extração, e com isso poderia haver fugas. Assim, para que não houvesse fugas de escravos, seus proprietários permitiam que formassem famílias, estabelecessem laços afetivos e se tornassem dóceis.<sup>329</sup> Os cativos, ao formarem famílias, teriam que seguir as normas da Igreja, casando-se legalmente, e, como consequência, batizavam seus filhos legalmente, como assegura Faria.

A autora, ao pesquisar a freguesia, fez uma análise sobre as relações familiares da população escrava nesse período, e afirma crer:

ter sido justamente a extração da madeira a responsável pelo grande número de casais escravos legalmente constituídos, com 86,8% dos cativos batizados, filhos de pais casados. Sendo uma atividade móvel, ou seja, que dependia de trabalho itinerante, seria muito difícil controlar e alimentar escravos longe das sedes. Permitindo-se lhes estabelecer famílias, senhores buscavam impedir fugas e minimizar o trabalho com alimentação e tratamento de enfermos. Pessoas com laços familiares são mais estáveis e menos propensas a mudanças. Homens sozinhos migravam mais do que acompanhados de família.<sup>330</sup>

A autora pressupõe que os cativos que possuíam famílias, tinham mais dificuldades em migrarem do que os escravos sem famílias. “Os laços familiares tendiam a estabilizar o indivíduo e, com isso, contavam com os senhores, ao reconhecer, socialmente, por meio do casamento legal, casais escravos”.<sup>331</sup> A autora também assegura que havia interesse por parte dos senhores de escravos da freguesia de Neves em inibir as evasões dos cativos, ajustá-los “ao cativeiro e ao trabalho, estabilizá-los na região e torná-los dóceis”.<sup>332</sup> Diante disso, entende-se que havia interesse dos cativos e de seus proprietários pelo casamento legal de casais escravos.

As informações e estudos, apresentados por Faria para a freguesia de Neves, são relativas ao final do século XVIII, essas informações estão de acordo com os estudos por nós realizados na primeira metade do século XIX. Ao analisar os registros de batismo de escravos de Neves entre 1798 a 1809, a autora encontrou 13,2% de filhos ilegítimos e 86,8% de legítimos.<sup>333</sup> Conforme demonstrado na tabela abaixo:

<sup>329</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*p. 327.

<sup>330</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*p. 327.

<sup>331</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*p. 327.

<sup>332</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*p. 327.

<sup>333</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*p. 327.

Tabela 7 - Quadro V.14  
Legitimidade nas Freguesias Rurais do Rio de Janeiro Séculos XVII e XVIII

	Período	Ilegítimos	Legítimos	Número de Registros Analisados
São Salvador	1753 – 1800	53,6%	46,4%	8.284
São Gonçalo *	1771 – 1786	54,1%	45,9%	1.314
N. Sra. Neves	1798 – 1809	13,2%	86,8%	395
São Gonçalo **	1645 – 1668	52,5%	47,5%	996
Marapicu ***	1760 - 1765	16,1%	83,9%	87
	1767 – 1768	40,0%	60,0%	70
Jacarepaguá	1754 – 1755	58,0%	42,0%	119
	1784	62,5%	37,5%	48
	1796 – 1799	59,9%	40,1%	254
	1804	47,8%	52,3%	23

\* Paróquia de São Gonçalo de Campos dos Goitacases \*\* Paróquia de São Gonçalo do recôncavo da Guanabara  
\*\*\* Nossa Senhora da Conceição de Marapicu (Nova Iguaçu)

Fonte: Sheila de Castro Faria. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.<sup>334</sup>

Esse estudo propiciou uma sequência na análise de Faria e acrescenta, “no quadro de legitimidade de crianças em diversas áreas brasileiras no período colonial. N. Sra. Neves (Macaé) de 1789 – 1813 apresenta livre legítimo 119 (90,8 %) e escrava legítima 385 (86,8 %) – livre e escrava média de legitimidade 88,8 %.”<sup>335</sup> Assim como a autora, observamos um número superior nas percentagens de legitimidade em relação à porcentagem de ilegitimidade. Entre 1809 a 1822, houve 71,32% de registros de filhos legítimos contra 28,68% dos apontados pelos vigários como naturais e indeterminados. Uma proporção apontando para a ampla de legitimidade entre a população cativa. A legitimidade permanece superior aos naturais.

Faria informa que em outras regiões do norte fluminense, a situação era diferente, o escravo quase abandonou o casamento religioso. “Uma única exceção foi à freguesia de São Salvador”,<sup>336</sup> na qual, em 1870, houve um aumento de legitimidade nos grandes engenhos de São Salvador. Nesse ano, o padrão de crescimento de filhos legítimos na população cativa aumentou e passou de 66% os casos de pais casados, quase à metade da população.<sup>337</sup> Compreendemos que, na freguesia de São Salvador, os cativos não deixaram de ter acesso ao casamento religioso como afirmou a autora, outrossim na freguesia de Neves, os escravos tinham ampla ascensão aos casamentos legalizados pela Igreja, mesmo sabendo que em outras freguesias do norte fluminense poderia haver uma baixa incidência de casamentos e nas regiões urbanas também.

Mary C. Karash mencionou, ao analisar a escravidão urbana do Rio de Janeiro, que a baixa incidência de casamentos tinha como motivo os senhores não confiarem na “reprodução

<sup>334</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*p. 325.

<sup>335</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*p. 57.

<sup>336</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*p. 340.

<sup>337</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...*p. 340.

natural para aumentar a população escrava”.<sup>338</sup> Afirmou também que, a desnutrição, particularmente, no momento da gravidez, somado ao trabalho duro das escravas e suas péssimas condições de vida, também contribuíram para os abortos.<sup>339</sup> Na freguesia de Neves, observamos que embora houvesse um vasto número de mortalidade infantil, a incidência de casamentos escravos realizados na Igreja Católica era ampla.

Para o escravo que vivia em Neves, o perfil da família escrava que não era legitimada e valorizada aos olhos da Igreja, poderia não dar a ele a garantia de estabilidade e moradia, enquanto que um modelo de família valorizado pela Igreja Católica lhe daria segurança, permanência e moradia. Em todos os registros de casamentos escravos que observamos, os casais tinham suas moradias<sup>340</sup> nas propriedades de seus senhores.<sup>341</sup>

Embora, em nossa análise as fontes paroquiais de batismo e óbito, apresentem-nos casais escravos que moravam na mesma propriedade, acreditamos que poderiam existir casais africanos que tinham relações conjugais não regularizadas e também não moraram sob o mesmo fogo, porém, não encontramos fontes que corroboram com essa afirmação, e se houve, era uma porcentagem insignificante. A população escrava de Neves, era assentada nos registros da Paróquia, por vigários que mencionavam a morada de cada um, esses clérigos estavam de acordo com os preceitos das Constituições Primeiras da Bahia.<sup>342</sup>

Os escravos da freguesia de Neves tinham o local dos fogos assentados nos registros paroquiais, sendo que não encontramos qualquer menção dos vigários nesses registros, sobre casais em que um dos cônjuges morasse em local diferente do outro cônjuge. Robert Slenes afirmou que “o fogo doméstico dos escravos, além de esquentar, secar e iluminar o interior de suas “moradias”, afastar insetos e estender a vida útil de suas coberturas [...] também lhes servia como arma na formação de uma identidade compartilhada”.<sup>343</sup> Ademais, complementou a ideia de que o escravo se casava para ter uma morada separada, visto que, essa condição, somada a ganhos obtidos, o cativo, (poderia ampliar ou ampliava) sua autonomia, pois poderiam utilizar de algumas práticas das culturas africanas e colocar em prática seus projetos de vida, o que também não deixaria de ser uma forma de ascensão social.<sup>344</sup> Assim, os escravos se casavam, moravam no mesmo fogo, batizavam seus filhos e ampliavam a família por meio do compadrio espiritual.

<sup>338</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...* p. 167.

<sup>339</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...* p. 167.

<sup>340</sup> Todos os casamentos do Livro (sem número) de Casamento, vem notificados com as moradas dos cativos.

<sup>341</sup> AINSNM. Livro (sem número) de Casamentos (1809-1822).

<sup>342</sup> Ver in. Constituições Primeiras da Bahia Título XIV nº50.

<sup>343</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...* p. 256.

<sup>344</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...* p.131-208.

É inegável que esse modelo de família se fez presente na formação social dessa freguesia, embora não seguissem o mesmo molde de outras regiões. Florentino e Góes mostram que “até quando enlaçados pela norma eclesiástica, os cônjuges não escaparam do poder senhorial, ficando à mercê da separação”.<sup>345</sup> Sobre a separação, consta nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que os senhores podiam vender os escravos casados para um local próximo, onde suas esposas pudessem visitá-los.<sup>346</sup>

No período analisado, não tivemos acesso a qualquer documento que comprove que os senhores separavam os casais escravos, e também nossas fontes não permitiam esse tipo de busca. Acreditamos que, as Constituições Primeiras do Arcebispado influenciavam para a incidência de casamentos de escravos sacramentados pela Igreja nessa freguesia. Como visto no capítulo II, no livro I (um) de Batismo da Paróquia da Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé, encontramos um amplo número de crianças escravas legítimas nesse período, embora haja um número considerável de crianças ilegítimas. Esses números são indícios de que nessa freguesia os escravos pareciam valorizar e procurar o casamento legal e as uniões informais, como também é evidenciado no casamento.

As palavras dos autores Manolo Florentino e José Roberto Góes são extremamente apropriadas para falarmos sobre o valor e as vantagens que os escravos da freguesia davam quando sacramentavam o casamento católico, ao afirmarem que “ao contrário do que disseram muitos e ainda afirmam alguns, os cativos buscavam procriar. Casavam-se para gerar filhos”,<sup>347</sup> mesmo entendendo que em outras freguesias nem todos usavam desse método para procriar e ter filhos, preferindo viver na informalidade, sem passar pela celebração matrimonial.

Acreditamos que existiam algumas vantagens para os escravos na freguesia pesquisada, em relação às uniões sacramentadas pela Igreja que poderiam estar no ganho de morar juntos, de formar e constituir suas famílias com o casamento, ser bem aceito socialmente e, conseqüentemente, ampliar a família com o compadrio espiritual.

Sobre esse item fizemos uma análise da formação da família escrava, baseados nos registros de casamentos na tentativa de entender a valorização que os escravos davam para suas uniões na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé, entre os anos de 1809 a 1822. Confirmou-se que os escravos davam preferência aos casamentos formalizados pela Igreja Católica, e não deixavam de valorizar as uniões informais, mesmo que em menor número. Faria aponta sobre as altas taxas de legitimidade encontradas em Nossa Senhora das Neves da

<sup>345</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 105.

<sup>346</sup> Constituições Primeiras da Bahia Título LXXI. nº 303.

<sup>347</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 105.

Aldeia de Macaé, na virada do século XVIII e no século XIX, já iniciando suas atividades açucareiras.<sup>348</sup> A autora, baseada nos registros paroquiais de batismo, afirmou que os senhores além de permitir o casamento escravo legalizado pela Igreja Católica também o incentivavam, por saberem que as relações matrimoniais eram necessárias para coordenação do trabalho.<sup>349</sup>

Podemos concluir a partir dos dados apresentados que, a freguesia de Neves manteve a mesma dinâmica de casamentos. Muitos dos escravos que viveram na freguesia no período que recortamos, casaram-se e formaram suas famílias, de acordo com as normas do catolicismo, alguns poucos extrapolavam essas normas e estabeleciam uniões informais. Diante do exposto, na próxima sessão, analisaremos os registros paroquiais de óbitos para entender o perfil dos sepultamentos da freguesia, incluindo escravos e senhores.

## 2.4 O livro de assentos de óbito da freguesia de Neves

Após trabalhar com os assentos de batismos e de casamentos no período de 1809 a 1822, nosso foco será observar os assentos de óbitos do mesmo período na freguesia. Sobre os registros de óbitos é interessante ressaltar que a obrigatoriedade de registrar os óbitos foi desdobrada pelo papa Paulo V, em 1614, “através do *Rituale Romanum* estende [...] a obrigatoriedade do registro aos óbitos, além de impor o *Liber Status Animarum*, uma espécie de censo [...] das paróquias, com o levantamento nominal e por família, de seus membros e agregados maiores de 7 anos”.<sup>350</sup> No manual litúrgico *Rituale Romanum* e para estes registros as normas não eram tão rígidas e idênticas. “Bastava registrar a data do falecimento, o nome do morto, seu estado civil. No caso de solteiros, dever-se-ia nomear os pais, ou o fato de ter sido exposto ou ser ilegítimo. No caso dos casados e dos viúvos (as)”<sup>351</sup> também era indispensável informar “o nome do esposo (a)”.<sup>352</sup> Em diversas paróquias indicava-se a idade, a localidade onde nasceu o morto, “e atividade que exerceu. Em alguns casos [...] a causa da morte e se o morto havia deixado testamento. As condições do enterramento vinham por vezes mencionadas: tipo e cor da mortalha ou do caixão (século XIX) e local do enterramento”.<sup>353</sup>

Os assentos de óbitos da freguesia pesquisada registram à morte de homens, mulheres, inocentes, adultos, crioulos, africanos, escravos, livres, forros, brancos, índios, pardos, pretos e mulatos. Segundo Roberto Guedes Ferreira, os óbitos da Igreja de Nossa Senhora das Neves

<sup>348</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...* p.51.

<sup>349</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *Família e Morte entre Escravos...* p. 327.

<sup>350</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Os registros paroquiais...* p. 14.

<sup>351</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Os registros paroquiais...* p. 15.

<sup>352</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Os registros paroquiais...* p. 15.

<sup>353</sup> MARCÍLIO, Maria Luiza. *Os registros paroquiais...* p. 15.

formam um precioso acervo, constando em boa parte do século XIX de oitenta anos de uma sequência temporal quase sem lacunas. Eles contribuem para análise de um período de mudanças e isso é mais do que especial.<sup>354</sup> Tal motivo levou-nos a fazer uma pesquisa laboriosa e uma observação detalhada nesses assentos.

Durante essa observação, verificamos que em muito dos assentos de óbitos da freguesia pesquisada havia pedidos de missas de corpo presente, uso de mortalhas nos funerais e outros preparativos antes da morte das pessoas que viviam na região. Nesse sentido, Claudia Rodrigues comenta que:

As pessoas se preparavam para morrer, com alguma antecedência, escrevendo testamentos que instruíam sobre a mortalha que devia cobrir seus cadáveres, os padres, pobres e irmandades que deveriam acompanhar seus funerais, o local de sepultura, o número e tipo de missas a serem rezadas e outras providências que acreditavam ser necessárias a salvação de suas almas. Mesmo os indivíduos mais pobres, e até escravos, se não tinham como fazer seus testamentos por escrito, recomendavam oralmente como queriam enfrentar a derradeira viagem, protegidos com os recursos rituais e simbólicos que seus recursos materiais permitissem.<sup>355</sup>

Rodrigues também comenta que, no momento da morte, surgia uma ocasião fundamental para a “Igreja convencer os fiéis a respeito das consequências, no além túmulo, de suas atitudes em vida. Para tal convencimento, a instituição fez bastante uso da pedagogia do medo”. A morte era a ocasião dos fiéis colocarem em prática o que aprenderam nessa “pedagogia” do catolicismo, para esses fiéis foi ensinado que havia uma necessidade de se prepararem para morte e protegerem suas almas para não irem para o inferno. Segundo Rodrigues, “a morte era o momento em que os fiéis se viam mais próximos da possibilidade de salvarem ou não sua alma e de irem ou não para o inferno, de acordo com as pregações que a Igreja repetira, insistentemente, ao longo de suas vidas”.<sup>356</sup>

Pelo que observamos em nossas análises, os escravos tinham seus rituais funerários celebrados de acordo com as normas católicas, embora não houvesse uma preocupação em anotar a causa morte dos escravos e de outros fregueses. Seguindo a linha de pensamento de Claudia Rodrigues, nesse período, era certo que Deus um dia iria julgar as almas após a morte, mas não se sabia quando e o porquê isso se dava. De acordo com a autora, “Afiml como se dizia na época, seu momento era incerto”, havia uma “preocupação em garantir a salvação de

<sup>354</sup> GUEDES, Roberto. Macaé Em Fontes Paroquiais... p. 128-129.

<sup>355</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*- Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. 1997, p. 12.

<sup>356</sup> RODRIGUES, Claudia. *Nas Fronteiras do além...*p. 39.

sua alma” os fregueses mostravam-se com medo “diante da morte por ser infalível e incerta”, ou seja, havia bastante preocupação “em garantir para si uma ‘boa morte’[...] buscando os sacramentos da Igreja [...] medidas que segundo a Igreja deveriam ser cumpridas pelos fiéis” para salvarem suas almas.<sup>357</sup>

No entendimento de Silmei Sant’Ana Petiz, o óbito tinha uma importância essencial, pois se o batismo era a porta de entrada de um novo cristão para o universo do cristianismo, o óbito e os seus rituais representavam a entrada ao universo celestial.<sup>358</sup> Rodrigues assegurou que todas as fatias das sociedades que habitavam as freguesias no Rio de Janeiro neste período dever-se-ia seguir os ensinamentos “da morte católica”, os católicos elegiam “uma morte segundo os parâmetros desta fé”,<sup>359</sup> para que as portas do “outro mundo” se abrissem para acolher suas almas.

Assim, para a maioria das sociedades com uma cosmovisão religiosa, a integração do morto ao "outro mundo" somente é reconhecida como acontecida após a realização das cerimônias fúnebres, ou quando o princípio de existência da pessoa tiver sido ritualmente conduzido a sua nova morada, no Além-túmulo, e lá for aceita pela comunidade dos mortos. Com efeito, para o homem religioso, a passagem da vida à existência post-mortem nunca é instantânea, é um trajeto, um percurso de provas e incertezas, cujo término se dá ao fim da celebração dos rituais funerários. Por isso a morte é identificada como a passagem de uma forma de vida social a uma outra, de modo que ela não é o fim da existência, mas o começo de uma nova vida.<sup>360</sup>

Diversas civilizações estabelecem mitos com relação ao que pode ocorrer com o sujeito depois da morte. Porém, a sua preocupação constitui-se em observar alguns “aspectos das construções do Além-túmulo nas religiões africanas e cristã, por considerá-las os sistemas religiosos majoritários na sociedade urbana do Brasil escravista do Oitocentos”. A princípio, pelos negros africanos representarem “suas tradições religiosas que aqui se fizeram presentes, provenientes do tráfico de escravos” e depois “a religião oficial do Estado - seja português ou brasileiro - e a religião predominante entre grande parte da população”. As duas organizações “religiosas se encontraram em muitos momentos, resultando as práticas fúnebres, muitas vezes, do imbricamento das suas respectivas concepções escatológicas”.<sup>361</sup> Na visão de Rodrigues,

<sup>357</sup> RODRIGUES, Claudia. *Nas Fronteiras do além...* 34 e 35.

<sup>358</sup> PETIZ, Silmei Sant’Ana. *Enfermidades de escravos: contribuições metodológicas para estimativas da mortalidade (Rio Grande de São Pedro, 1790-1865). Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas.* (Organização de Ângela Porto). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007 Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso: 15 jun. 2019, p. 8.

<sup>359</sup> RODRIGUES, Claudia. *Nas Fronteiras do além...* p. 38.

<sup>360</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos...* p. 149-150.

<sup>361</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos...* p. p. 150.

temos assim duas tradições religiosas, ligando-se estreitamente no entendimento sobre as últimas situações que devem acontecer antes do fim da vida, que é a celebração dos rituais funerários.

Alguns senhores puseram em prática o que aprenderam no catolicismo com relação ao fato de salvarem sua própria alma e/ou de seus parentes, mas parece que não colocavam em prática o que lhe ensinaram com relação à alma de seus escravos, ou não se preocupavam em aplicar-lhes essa “pedagogia do medo”. Na concepção de Sheila de Castro Faria,

A população livre/liberta tendia a procurar as formas e ritos funerários católicos para seus parentes e amigos com maior frequência do que a escrava. Apesar disto, a proporção de escravos enterrados segundo os rituais da religião ocidental era expressiva, no século XVIII, tendendo a uma diminuição, no século XIX, com a crescente e impressionante entrada de africanos nas primeiras décadas do século, em todas as Regiões do Sudeste.<sup>362</sup>

Embora fosse norma da Igreja Católica oferecer os devidos sacramentos e registrar todos os membros nos livros de óbitos, Sheila de Castro assegura que nos registros de óbitos das Freguesias de São Salvador dos Campos dos Goitacazes e de Santo Antônio de Guarulhos, do fim do século XVIII até meados do século XIX, muitas pessoas escravas “que morreram ‘sem sacramentos’ mesmo ‘por não procurarem’ tiveram seus óbitos anotados”<sup>363</sup>. A autora afirma que “não pediam” sacramentos para um grande número de cativos<sup>364</sup>. Nos livros de óbitos da freguesia de Nossa Senhora das Neves, muitos cativos morreram sem receber sacramentos pela falta de cuidados de seus senhores ou por não pedirem, como se pode ver no assento abaixo,

Aos vinte e dois de agosto de mil oitocentos e treze nesta Paroquial Igreja de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé encomendei no Cemitério desta mesma dei a sepultura a Páscoa adulta escrava do Capitão Manuel Ferreira Maya da Fazenda da Carreira Cumprida sem sacramentos por incúria do senhor idade setenta e cinco anos do que para constar fiz este assente na et. Supra.

Vigário João Bernardo da Costa e Resende.<sup>365</sup>

Assentos como esse acima, em que aparecia a frase “sem sacramentos”, foram encontrados em 15,99% no total de registros paroquiais de homens, mulheres, inocentes, adultos, crioulos, dentre africanos, escravos, livres, forros, índios, brancos, pardos, pretos e mulatos, no livro I (um) de óbito de Neves de 1809 a 1822. Isso nos levou a entender que os

<sup>362</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. Família e Morte entre Escravos... p, 1283 e 1284.

<sup>363</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. Família e Morte entre Escravos... p, 1285-1286.

<sup>364</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. Família e Morte entre Escravos... p. 1286.

<sup>365</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. Família e Morte entre Escravos... p. 1286.

senhores por relaxamento<sup>366</sup> sepultavam seus cativos sem sacramentos paroquiais. Em alguns assentos verificamos na redação do vigário que o escravo morreu com os sacramentos da penitência e da extrema unção, em outros, observamos que o cativo morreu somente com o sacramento da penitência. Nos assentos datados de 17/12/1818 até 10/02/1822, não encontramos redação alguma do vigário mencionando se o morto recebeu ou não sacramentos. Notamos, também, uma mudança na maneira do vigário em fazer suas redações nos assentos, pois as informações se tornaram mais restritas e, possivelmente, omitidas com relação aos óbitos dos falecidos, por algum motivo notificar o morto não era bem visto como notificar os vivos.

Registrar o óbito no livro de assentos da paróquia era uma forma de confirmação para Igreja Católica de que os vigários estavam seguindo as normas estabelecidas. Entretanto, vimos que alguns senhores não seguiam essas regras. Em vez de sepultarem seus escravos em um local sagrado, enterravam seus escravos em outros locais como no campo ou no mato para não pagarem uma esmola referente ao local da sepultura, como se faz notar nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,<sup>367</sup> registrado abaixo,

E porque na visita que temos feito de todo nosso arcebispado achamos (com muito grande mágoa de nosso coração) que algumas pessoas, esquecidas não só da alheia, mas da própria humanidade, mandam enterrar seus escravos no campo e mato como se foram brutos animais, sobre o que, desejando Nós prover e atalhar esta impiedade, mandamos, sob pena de excomunhão maior ipso facto incurrenda e de cinquenta cruzados pagos do aljube, aplicados para o acusador e sufrágios do escravo defunto, que nenhuma pessoa, de qualquer estado, condição e qualidade que seja, enterre ou mande enterrar fora do sagrado defunto algum sendo cristão batizado, ao qual, conforme a direito, se deve dar sepultura eclesiástica, não se verificando nele algum impedimento.<sup>368</sup>

De acordo com as Constituições Primeiras, os senhores dos escravos eram os responsáveis por suas informações. Os motivos para deixarem de pagar a esmola referente ao local sagrado da sepultura poderiam ser vários, mas a Igreja, pelo visto, não aceitava desculpas e aplicava penas e multas aos senhores, quando chegava a seu conhecimento. Os visitantes enviados pelo arcebispado e os párocos da região ao saberem que os escravos foram sepultados em outro lugar que não os locais adequados, deveriam inquirir o proprietário e aplicar-lhe a multa que lhe cabia.<sup>369</sup> Sheila de Castro argumentou que na região sudeste: “mesmo que a

<sup>366</sup> Neste sentido o termo relaxamento significa desleixamento ou por desleixo.

<sup>367</sup> Constituições Primeiras da Bahia Título. XLIX nº831.

<sup>368</sup> Constituições Primeiras da Bahia Título LI nº844.

<sup>369</sup> Constituições Primeiras da Bahia Título XLIX nº 844.

tendência da Igreja fosse no sentido de impedir tal procedimento, na realidade ela não tinha condições de fiscalizar todos que morriam em áreas rurais e distantes do olhar eclesiástico”.<sup>370</sup> Essa prática parecia ser comum na região. Segundo Sheila de Castro,

Dos registros paroquiais, os de óbito são, por certo, os menos confiáveis, já que a morte não precisava, necessariamente, ser assistida por padres, elemento fundamental em batizados e casamentos. Moribundos e seus familiares poderiam, simplesmente, prescindir da sua presença. Era, na realidade, uma escolha. Pode-se imaginar que muitas pessoas, em particular escravas, morreram e foram enterradas sem conhecimento dos párocos.<sup>371</sup>

Na realidade, os registros de óbito parecem que são os menos confiáveis como afirmou Sheila de Castro acima, porém, essas fontes, se lidas minuciosamente, permite-nos conjecturar um universo muito maior do que a princípio pode se deduzir. As informações contidas no livro I (um) de óbitos da freguesia eram extremamente restritas e com diversas mudanças, bem como havia falta de uniformidade nas redações. Sheila de Castro assegura que a “falta de uniformidade permitiu que se vislumbrasse com certa clareza costumes e práticas locais”.<sup>372</sup>

Ao fazermos uma comparação entre anotações dos vigários nos assentos de óbitos em um período correspondente a 13 anos, percebemos que houve muitas mudanças nas expressões usadas por eles. No primeiro assento do livro I de óbitos feito pelo vigário o João Bernardo da Costa Rezende, podemos ler: “Aos quinze de junho de 1809 faleceu de vida presente Antonio Jose adulto escravo de Manoel Joaquim Figueiredo e Companhia morador na Sapucaia Jaz no Adro desta mesma Freguesia de que para constar fiz este termo na et. Supra”.<sup>373</sup> A seguir temos outro assento feito pelo mesmo vigário em que também podemos ler,

Aos dez de Dezembro de 1813, nesta Paroquial Igreja de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé, encomendei no Simeterio da mesma Dei Sepultura a Josefa Adulta escrava de Custodio Gomes Braga e Companhia Setenta e trez annos do que para constar fiz este assento na et. Supra.

Vigário João Bernardo da Costa Resende.<sup>374</sup>

Observa-se acima que no primeiro exemplo, datado de 1809, contém a frase: “faleceu de vida presente” e, no segundo exemplo, em 1813, a frase não é identificada. No período entre 1809 a 1822, analisamos as mudanças nas expressões dos vigários, a frase “faleceu de vida

<sup>370</sup>FARIA, Sheila S. de Castro. Família e Morte entre Escravos... p. 1283.

<sup>371</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. Família e Morte entre Escravos... p. 1285-1286.

<sup>372</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. Família e Morte entre Escravos... p. 1275.

<sup>373</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

<sup>374</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

presente” foi retirada do livro de assentos de óbitos após quatro anos da data do primeiro assento e não foi mais mencionada até o final desse mesmo livro. Também notamos que foi incluído o nome da Paróquia e a palavra “assento”, como também começou a ser notificado o local de residência e as idades dos falecidos.

Percebemos que os vigários não mantinham um padrão específico na grafia e na maneira de redigir os registros no mesmo livro. Também conferimos que, em alguns casos, o pároco colocava o nome do senhor do escravo com o endereço de sua fazenda e em outros registros esta informação é ocultada. Fatos que dificultam a pesquisa de alguns dados, como o local de moradia das pessoas que vieram a falecer neste período. Porém, não nos impedem de investigá-los com mais profundidade, analisá-los e concluirmos que são documentos extremamente restritos e ao mesmo tempo muito ricos de informações.

O motivo de tais documentos serem tão restritos é um fato que deve ser pesquisado mais detalhadamente. Sheila de Castro Faria comentou que um grande número de áreas agrícolas do interior fluminense carece de arquivos, com uma documentação deteriorada pelo tempo e por outras causas. Faria afirma que: “Sem dinheiro, estes municípios, muitos desaparecidos, não puderam (ou não quiseram) guardar coisas passadas”.<sup>375</sup> E assegura que: “Uma das freguesias que desapareceu foi a de Nossa Senhora das Neves, no Norte Fluminense, situada no atual município de Macaé, RJ”.<sup>376</sup> Ou seja, a freguesia que pesquisamos foi uma das áreas em que a documentação desapareceu. Sheila de Castro afirmou que teve acesso a um livro conjugado de batizados, casamentos e óbitos por suas próprias vias e muitos livros como este está em posse de particulares e privados ao pesquisador.<sup>377</sup>

Franco argumenta justamente o contrário. A freguesia de N. S. das Neves não desapareceu e perdurou durante todo o século XIX, conforme demonstrado no Capítulo I, dessa dissertação, perpassando o Império brasileiro até o início do período republicano.<sup>378</sup>

Apesar das dificuldades quanto à falta de informações, não nos inibimos em fazer algumas análises, pois os dados quantitativos e seriais nos permitem conjecturar o quadro social dos escravos que morriam. Observamos que em alguns assentos os vigários começaram a mencionar a palavra “*adulta*” e em outros assentos a idade, vimos também que muitos registros não trazem anotações sobre a etnia (origem) do escravo ou o seu estado civil. Além disso, havia poucas informações a respeito das mortes e suas causas. O nosso maior desafio foi encontrar nas fontes eclesiásticas redações claras e legíveis.

<sup>375</sup> FÁRIA, Sheila S. de Castro. *A Colônia em Movimento...* p. 57.

<sup>376</sup> FÁRIA, Sheila S. de Castro. *A Colônia em Movimento...* p. 57.

<sup>377</sup> FÁRIA, Sheila S. de Castro. *A Colônia em Movimento...* p. 57-58.

<sup>378</sup> Ver In: FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte contra a vida...* pp, 21- 65.

Michele Helena Peixoto da Silva assegura que o registro de óbito “por ser um [...] documento redigido [...] pelo vigário da paróquia ou seu coadjutor [...] responsáveis por anotar as informações apresentadas pelos familiares ou conhecidos do falecido [...] devia ser do próprio pároco a decisão do que [...] seria necessário escrever”.<sup>379</sup> Embora a Igreja oferecesse padrões exclusivos para se redigir os registros nas paróquias “como se verifica na legislação eclesiástica da época expressa nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, extensiva a toda a América portuguesa a partir de 1720 –, a falta de zelo de alguns sacerdotes, era um dos grandes problemas declarados pelos visitantes”.<sup>380</sup> Esses visitantes eram mandados por clérigos que estão no topo da pirâmide hierárquica da Igreja Católica, para fiscalizar o “funcionamento das paróquias e o estado da respectiva igreja matriz, das capelas particulares dos engenhos, prestar informações sobre as irmandades existentes nas freguesias, etc. Este costuma ser o caso dos assentos de óbitos dos escravos.”<sup>381</sup>

Conforme as Constituições, todos, escravos ou não, quando chegasse a hora de seu óbito, tinham o direito de ter registrado sua morte no livro de óbitos na paróquia de sua freguesia, muito embora saibamos que em muitos assentos esse direito não era realizado, conforme observamos nos registros paroquiais de óbito da Igreja de Nossa Senhora das Neves. De acordo com Silva, perante a “uma sociedade hierarquizada como a da América portuguesa [...] para um escravo ter o nome incluído nos livros de óbitos já seria um grande privilégio” especialmente, se o registro tiver sido anotado “na forma estabelecida pelas leis eclesiásticas”.<sup>382</sup>

Com relação a datas e horários dos falecimentos na Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé, entre 1809 a 1822, acreditamos que muitos óbitos não eram notificados na data do falecimento, devido às dificuldades de se chegar a notificação até um vigário ou a uma Igreja. Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, era norma que em todas as igrejas paroquiais deveriam possuir livros em que se assentassem os nomes das pessoas que morriam, e cada pároco, no dia do óbito ou ao mais tardar os três primeiros meses seguintes, deveria fazer o registro da morte do falecido,<sup>383</sup> da seguinte maneira:

<sup>379</sup> SILVA, Michele Helena Peixoto, *Morte, escravidão e hierarquias na freguesia de Irajá: um estudo sobre os funerais e sepultamentos dos escravos (1730-1808)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH Programa de Pósgraduação em História – PPGH. 2017, p. 103.

<sup>380</sup> SILVA, Michele Helena Peixoto, *Morte, escravidão e hierarquias...* p. 103.

<sup>381</sup> SILVA, Michele Helena Peixoto, *Morte, escravidão e hierarquias...* p. 103.

<sup>382</sup> SILVA, Michele Helena Peixoto. Os registros de óbitos dos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá do Rio de Janeiro no século XVIII: suas especificidades e comparações. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2017*. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais> Acesso: 09 jul. 2019. p. 1.

<sup>383</sup> Ver in: *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Título XLIX nº 831.

Aos tantos (2) dias de tal mez, e de tal anno falleceu da vida presente N. Sacerdote, Diácono ou Subdiácono, ou N. marido ou mulher de N., ou viúvo ou viúva de N., ou filho ou filha de N., do lugar de N., freguês desta ou de tal igreja, ou forasteiro, de idade de tantos anos (se commodamente se puder saber) com todos ou tal sacramento, ou sem eles: foi sepultado nesta ou em tal igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tantas missas por sua alma, e que se fizessem tantos officios, ou morreu ab intestado, ou era notoriamente pobre, e, portanto se lhe fez o enterro sem se lhe levar esmola.<sup>384</sup>

Podemos notar na citação acima que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia exigiam que se devesse constar o dia, o mês e o ano do falecido, e também constar se foi sepultado com todos ou qual sacramento, ou sem nenhum sacramento. Porém, nem sempre os vigários na paróquia da Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé faziam seus registros dessa maneira, pois encontramos diversas anotações em que os vigários não mencionavam a palavra “*sacramento*” e também anotações de dois ou mais óbitos no mesmo dia, na mesma fazenda, mês e ano e do mesmo proprietário. Esse dado nos leva a crer que o pároco anotava os óbitos em uma folha para depois anotá-los nos livros paroquiais.

Notamos que os vigários, em suas anotações, fazem somente menção às palavras, inocentes e adultos nos assentos que pesquisamos. Observamos, também, que a maneira como os vigários usavam para definir a idade como sendo de um inocente ou de um adulto estava ligada à realidade da época e do lugar em que as pessoas foram assentadas. Ao analisarmos os assentos de óbito do livro I (um), observamos nas anotações dos vigários uma maneira particular para definir o tempo de vida dos fregueses em seus assentos. Em muitos registros, não consta a idade do escravo, mas, somente a palavra “inocente” ou “adulta”. Em outros momentos, a idade está devidamente assentada.

Nos assentos de óbitos da freguesia de Neves, constam categorias etárias designadas pelos vigários, exemplificadas a seguir, como o assento de dezesseis de março de 1814, no qual João é designado pelo vigário como inocente com nove anos de idade. Sheila Faria afirma que a idade do inocente poderia dilatar um pouco mais.<sup>388</sup> Ao analisarmos o assento de óbito de João, notamos que na designação a idade se ampliou como propõe a autora. Esse assento se encontra no acervo digital da UNIVERSO e está localizado no livro I de Óbito (1809-1849) nas folhas digitalizadas: DSC07956 e DSC07956. Pode-se observar o registro paroquial abaixo:

Aos dezesseis de Março de mil oitocentos e quatorze nesta Paroquial Igreja de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio de Macaé encomendei no adentro da mesma dei sepultura a João inocente filho legítimo de João Moreira e Rosa moradores na Povoação do Corrego

<sup>384</sup> Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Título XLIX nº 831.

Morto enterrado junto a porta principal tendo idade nove annos do que consta fiz este assento na et Supra.

Vigário João Bernardo da Costa Rezende.<sup>385</sup>

O exemplo das idades que vimos anotadas nesses assentos parece-nos apenas pequenos detalhes ou indícios, conforme relata Carlo Ginzburg, de que conseguimos configurá-los nessa etapa da pesquisa, chegamos à conclusão de que eles nos oferecem muitas possibilidades para o desenvolvimento de uma busca dedicada a descobrir em cada detalhe sutil, um grande cenário, coberto de significados e características.<sup>386</sup>

Os registros de óbitos na Matriz da Igreja de Nossa Senhora das Neves, da freguesia de Macaé no Livro I (1809 – 1822), servirão como informações norteadoras para montar a nossa tabela sobre a categoria etária de acordo com a maioria das anotações do vigário e nos permitirá analisar os dados apresentados. Em apenas uma anotação, temos menção a um inocente com mais de 40 anos e em outros assentos o vigário mencionou a palavra “adulto” para 17 e 18 anos, isso indica 0,58% do total de 514 assentos de óbitos computados em nossa planilha de óbitos, uma quantidade insignificante. Reafirmamos que o vigário se confundiu ou se equivocou como vimos no Capítulo I e montamos a tabela 8.

Tabela 8: Índice de faixa etária de óbitos freguesia de Neves

	Inocente	%	Adulto	%	IND	%	Total	%
<b>Escravo</b>	240	57,70	150	36,06	26	6,25	416	100,0
<b>Livre</b>	44	57,15	30	39,96	3	3,9	77	100,0
<b>Forro</b>	13	65,0	7	35,0	0	0	20	100,0
<b>Total</b>	397	77,39	187	36,45	29	5,7	513	100,0

**Fonte:** Registro de óbitos da Paróquia Nossa Senhora das Neves Livro 1 de 13/06/1809 a 10/02/1822

Podemos observar pela tabela anterior que o número de óbitos de escravos prevaleceu amplamente na freguesia de Macaé entre 1809 e 1822, em relação aos óbitos de livres e forros. Embora houvesse uma superioridade no índice de óbitos de inocentes escravas, livres e forras, 77,39% da população total e de 60,46% de óbitos de crianças escravas da população total de inocentes. Chamou-nos atenção o número de óbitos de crianças elevado, contudo, o número de óbitos de inocentes escravas é bem mais amplo, pelo menos nesse período, acreditamos que os motivos estejam ligados diretamente ao trabalho duro e por muitas horas, de higiene, e não terem tempo para cuidar de seus filhos, como afirma Karasch a seguir.

<sup>385</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

<sup>386</sup> GINZBURG, Carlo. 1939 – Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história /Carlo Ginzburg: tradução: Frederico Carotti. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.145.

Para a autora, na cidade do Rio de Janeiro, nesse período, a desnutrição, o trabalho duro e as condições ruins de vida, em especial quando à mulher escrava estava grávida, interrompiam a gestação e mesmo que ela conseguisse conceber e parir, as condições sociais não favoreciam a criação de bebês saudáveis. A fim de garantir a sobrevivência deles, as escravas os amamentavam por até três anos, o que também ajudava a limitar o número de filhos.<sup>387</sup> Em Neves, poderíamos verificar que as condições naturais também não favoreciam a criação dos inocentes.

Notamos também um número maior de homens adultos a morrerem em relação as mulheres no período. São elementos que nos permitem entender esse perfil social da freguesia. De acordo com o livro analisado, notamos a presença de escravos adultos, conforme a tabela 9.

Tabela 9: Índice de óbitos de escravos adultos na freguesia de Neves. 1809-1822

Escravo Adulto	Total de óbitos	0/0
Masculino	112	74,7
Feminino	38	25,3
Total geral de óbitos	150	100%

**Fonte:** AINSNM - Livro 1 de óbitos (1809-1849).

Na tabela acima, observamos um amplo número de óbitos de escravos adultos do sexo masculino em relação ao número de óbitos de escravos adultos do sexo feminino. Os dados descritos nos fazem pensar na hipótese de a região se situar no norte fluminense, uma zona rural, os senhores optavam pela mão de obra escrava na lavoura, mas, somente encontraram uma única oferta de compra: os homens, pois, faltavam mulheres para venda no mercado africano.

O caso é que, os homens eram em maior proporção que as mulheres. Tanto os homens como as mulheres, não suportavam os trabalhos que lhes eram exigidos na zona rural, mas como era mais ampla a população masculina, esses adoeciam e morriam em maior número do que as mulheres. Na verdade, a escravidão não poupava nem homens, nem mulheres; segue a definição de escravidão, segundo Paul E. Lovejoy

A escravidão era uma forma de exploração. Suas características específicas incluíam a ideia de que os escravos eram uma propriedade; que eles eram estrangeiros, alienados pela origem ou dos quais, por sanções judiciais ou outras, se retirara a herança social que lhes coubera ao nascer; que a coerção podia ser usada à vontade; que sua força de trabalho estava à completa disposição do senhor; que eles não tinham à sua própria sexualidade e, por extensão, às suas próprias capacidades reprodutivas; e que a condição de

<sup>387</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos...* p. 162.

escravo era herdada, a não ser que fosse tomada alguma medida para modificar essa situação.<sup>388</sup>

É evidente, que homens em maior proporção morriam em maior número do que as mulheres. É uma característica que deriva do tráfico de escravos africanos em grande parte das áreas agrícolas do Brasil. De acordo com Júlio César Medeiros Pereira, “tal característica possui suas raízes no tráfico negreiro que alimentou as lavouras durante muito tempo, de braços masculinos devido a necessidade premente de mão de obra”.<sup>389</sup> Ademais, os preços dos escravos também nesse período eram bem acessíveis para os senhores. No entanto, essa realidade se alterou com o decorrer dos anos, Florentino e Goés comentam que houve um acentuado aumento de preço nas décadas de 20,<sup>390</sup> fato ligado diretamente a política mercantil que envolvia Portugal e Inglaterra e ao fim do tráfico, como frisado no capítulo I.

Para facilitar o entendimento da análise sobre o número de óbitos de escravos adultos do sexo masculino da freguesia, devemos considerar algumas características do contingente humano que chegou à freguesia de diversas maneiras, não nos esquecendo de que esses escravos eram importados ou descendentes de africanos, sendo que, boa parte deles trabalhava nas atividades rurais nas fazendas de Neves. Acreditamos que a maioria dos trabalhos mais rudimentares realizados nessas fazendas ficava a cargo dos escravos adultos do sexo masculino, pois, representavam a maioria.

Ao avaliarmos a tabela 8, equivalente ao índice de óbitos de escravos por sexo, observamos 65,7% de óbitos estavam ligados a escravos adultos do sexo masculinos em relação a 34,3% de óbitos de escravos adultos do sexo feminino. Como visto anteriormente, a oferta de compra na África era por escravos do sexo masculino e que eles por ser a maioria morriam mais que às mulheres em trabalhos pesados. Florentino nos assegura que dessa afirmação se deriva “a necessidade de estarem os cativos imediatamente aptos à integração no processo produtivo, pelo que eles deveriam ser adultos ou não tão jovens e/ou idoso ao ponto de não poderem trabalhar”.<sup>391</sup>

Vimos também, mais especificamente no capítulo I desta dissertação, que o recorte temporal se dá no momento em que o tráfico negreiro era liberado e por um preço extremamente acessível e que Florentino assegura que esse tráfico oferecia a condição de troca rápida e barata

<sup>388</sup> LOVEJOY, Paul. *Escravidão na África: uma História de Suas Transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 29-30.

<sup>389</sup> PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: a sociedade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, na segunda metade do século XIX* – Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 114.

<sup>390</sup> Sobre a alta exagerada dos preços dos escravos. Ver in. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas...* p. 67-71.

<sup>391</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 53.

nos preços do trabalho escravo, por esse motivo era muito adequado o custo benéfico do escravo para os senhores, fazendo com que eles aumentassem as horas do trabalho.<sup>392</sup> Parecia ser bastante vantajoso para os proprietários terem escravos que tivessem força para aguentar uma intensa jornada de trabalho e, quando já não aguentavam mais trabalhar pesado, eram substituídos rapidamente por um custo extremamente barato.

Porém, à intensificação da jornada de trabalho escravo teria suas consequências. Segundo Florentino, uma das consequências foi à redução “do tempo de vida útil do conjunto dos escravos. Para lógica empresarial, o desperdício” da mão de obra cativa era ilusório, “pois a velocidade de amortização do investimento inicial da compra do escravo seria maior, com o benefício e o reinvestimento sendo realizados em menos tempo”.<sup>393</sup> Conforme a linha de raciocínio desses autores, os cativos trabalhavam muito e também morriam em grande quantidade, porém, era uma morte que não causava uma perda significativa para os senhores, pois, o trabalho produzido gerava um lucro que cobria as despesas para compra de um escravo novamente.

Acreditamos que essa lógica empresarial do sistema escravista tenha intrínseca ligação com o grande número de óbitos de escravos masculinos adultos da freguesia de Neves, uma lógica em que os escravos eram exigidos para prestarem trabalhos mais rústicos e com jornadas mais longas. Assim, estaria evidente para nós que haveria mais facilidade desses cativos adoecerem e morrerem.

Mary Karasch explica que, no século XIX, os cativos morriam devido a uma correlação complexa entre descaso físico, maus tratos, dieta inadequada e doença. A falta de alimentação, roupas, moradias apropriadas, em combinação com os castigos, os enfraqueciam e os preparavam para serem liquidados por vírus, bacilos, bactérias e parasitas. As ações intencionais ou não dos senhores contribuíam diretamente para o impacto de doenças específicas ou criavam indiretamente às condições nas quais uma moléstia contagiosa espalhava-se, rapidamente, pela população escrava.<sup>394</sup>

A pesquisadora Ângela Pôrto evidencia, em seu estudo sobre a saúde dos escravos, que apesar desta ser precondição na fixação do seu valor, soluções baratas adotadas pelos proprietários de escravos no fornecimento de moradia, alimentos, roupas ou remédios, fizeram proliferar doenças entre eles. sendo as mais comuns às decorrentes dos maus tratos físicos ou

<sup>392</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 53-54.

<sup>393</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p, 54.

<sup>394</sup> KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, p. 207.

do trabalho fatigante.<sup>395</sup> Segundo Florentino, os dados “impõe uma conclusão: os escravos eram mercadorias socialmente barata”,<sup>396</sup> no recorte abordado. Depois desse período, sabe-se que houve uma elevação substancial no preço.

Florentino ainda assegura que o trabalho duro ao qual eram submetidos os cativos no cerne das empresas escravistas fazia com que houvesse o predomínio de doenças causadas por traumas físicos e que pelo motivo de seus proprietários adquirirem mão de obra escrava barata fazia um enorme descaso com suas condições de vida, submetendo-os a um intenso desgaste pelo uso da força no trabalho.<sup>397</sup> Pereira menciona diversos autores que narram sobre fatores que ocasionaram mortes em escravos na região sudeste do Brasil neste período, são eles: o trabalho, as condições de vida, a habitação a alimentação e saúde.<sup>398</sup>

Mas, de que morriam os escravos da freguesia que pesquisamos? Quais eram as causas de suas mortes? As afirmações dos autores mencionados nos conduzem a algumas questões. Será que na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé os cativos eram tratados com um enorme descaso sobre as suas condições de vida, sendo submetidos a um intenso desgaste pelo uso da força no trabalho, até morrerem? Será que havia preocupação com a morte por trabalho excessivo ou com a causa de sua morte? Júlio César Pereira assegura que “os diversos plantéis espalhados pelo Sudeste subsistiram em um cenário extremamente adversário marcado pelos maus tratos e todos os abusos permitidos à escravidão”.<sup>399</sup>

Dentre todos os assentos efetuados pelos vigários da paróquia de Nossa das Neves entre os anos de 1809 a 1822, há pouquíssimos deles em que é anotada a causa da morte. Encontramos apenas sete causas de mortes nos assentos pesquisados, três dessas mortes são escravos adultos do sexo masculino e uma de um inocente parto forro, como podemos ver abaixo.

Aos oito de Maio de mil oitocentos e onze nesta Paroquial Igreja de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio de Macaé encomendei no adentro da mesma dei sepultura a Domingos inocente Pardo forro filho natural de Antonia preta forra morreu de ceções tendo idade dezoito meses pouco mais ou menos e foi amortalhado em hábito branco do que consta fiz este assento na et Supra.<sup>400</sup>

<sup>395</sup> PÔRTO, Ângela. O Sistema de saúde do Escravo no Brasil do século XIX: *doenças, instituições e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006 Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso: 15 jun. 2019, p. 1022.

<sup>396</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 77 e 78.

<sup>397</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 57.

<sup>398</sup> Ver in. PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *Trabalho, folga e cuidados terapêuticos...* p. 118, 120, 121 e 127.

<sup>399</sup> Ver in. PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *Trabalho, folga e cuidados terapêuticos...* p. 134.

<sup>400</sup> Este assento de óbito do livro I, visto neste capítulo, em que o Vigário João Bernardo da Costa Rezende faz menção a Domingos, chama-nos atenção, pelo fato de observarmos a palavra sezões na citação de J. C. R. Millie de SAINT-ADOLPHE, segundo o autor, “O termo da freguezia d’Ipúca confronta, ao norte, com o de N. S. das Neves de Macahé, sobre o rio das Ostras; ao oeste, estende-se na cordilheira dos Aimorés até o de Nova Friburgo

Vigário João Bernardo da Costa Rezende.<sup>401</sup>

As escassas informações nos assentos paroquiais com relação às causas das mortes não nos deram condição ou possibilidade de fazer um estudo mais detalhado sobre essa fonte, no entanto, conseguimos aprofundar ao máximo no assunto como iremos ver mais adiante. Se há tão poucas causas de mortes de escravos adultos masculinos anotados no livro I (um) de óbitos de Macaé, o que podemos fazer é relacionar o amplo número de óbitos de escravos masculino (65,7%) com os argumentos dos autores citados até o momento neste trabalho, de que os escravos adultos do sexo masculino morriam por descaso de condições de vida, moradia, alimentação e saúde, e excesso de trabalho rústico.

Sérgio Odilon Nadalin esclarece que eram raros os registros trazerem anotações sobre a causa mortis.<sup>402</sup> O mesmo se percebe na paróquia analisada por nós, o que poderia ser um grande desafio para nossa pesquisa. Segundo Sheila de Castro, em relação a sua pesquisa na região norte fluminense, “a causa da morte foi um dos dados ausentes em praticamente todos os registros até agora citados”.<sup>403</sup> Para Nadalin, os registros de óbitos, dentre todos os registros paroquiais, são os que apresentam maiores problemas. Seu conteúdo varia muito nas atas, nas condições e possibilidades de identificação do falecido em função da época, do lugar, do vigário que fez o assento e assim por diante. O conteúdo das atas e as condições em que elas apresentam eram extremamente dependentes do capricho, da boa vontade e do cuidado do vigário que havia redigido.<sup>404</sup>

; ao sul, péga com os de Capivari e de Juturnabiba; e a léste, entestano Oceano. Avalia-se actualmente o numero de seus habitantes em 3,000, que são sujeitos ás sezões grande parte do anno por causa dos paúes que existem nas terras chans.” Ver In. SAINT-ADOLPHE, J. C R Milliet de... Diccionario Geographico, Histórico e Deschiptiyo do Império do Brazil. Paris. Em casa de J. P. Aillaud, Editor, 11, Quai Voltare. Volume II. 1845. p, 473. A palavra sezões, no dicionário Michaelis, significa malária. Ver In. MICHAELIS. Dicionário da língua... Acesso: 02 jan. 2020. Segundo Celso Eugenio dos Reis, acreditava-se que as amas escravas portadoras de malária eram responsáveis pelas altas taxas de mortalidade infantil. Ver In. REIS, Celso Eugenio dos. Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e em particular do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado – Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro: Oliveira e Silva, 1882. p, 25, 26 e 27. Porém, a malária é transmitida por vetor, Luiz Jacintho da Silva afirma que, “Convencionou-se no Brasil designar determinadas doenças, a maioria delas parasitárias ou transmitidas por vetor, como ‘endemias’, ‘grandes endemias’ ou ‘endemias rurais’. Essas doenças foram e são, a malária [...]” Ver In. SILVA, Luiz Jacintho da. O controle das endemias no Brasil e sua história. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso: 11 jan. de 2019. p, 44. Pelo que entendemos nas afirmações dos autores, a população moradora de Neves estava bem próxima da população que habitava a freguesia d’Ipúca, pois, eram freguesias vizinhas, e além disso, a malária é uma doença infectocontagiosa, causadora de endemias, como visto. Provavelmente, a população de Neves, também estava sujeita a doença em grande parte do ano, contudo, encontramos apenas um escravo com a causa morte de “cezões” mencionada pelo Vigário de Neves.

<sup>401</sup> AINSNM. Livro 1de Óbitos (1809-1849).

<sup>402</sup> NADALIN, Sergio Odilon. *História e Demografia: Elementos Para Um Diálogo. Fontes para um demografia do passado*. Campinas – São Paulo. Setembro de 2003 Disponível em: [www.abep.org.br](http://www.abep.org.br) Acesso: 15 jun. 2019, p. 61.

<sup>403</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. Família e Morte entre Escravos... p. 1276.

<sup>404</sup> NADALIN, Sergio Odilon. *História e Demografia: Elementos Para Um Diálogo...* p. 61.

Sheila de Castro Faria menciona que sobre a causa da morte somente “havia referência quando se morria por acidente, algumas vezes somente indicando o fato – ‘morte repentina’ – e, outras, o motivo – ‘um tiro de espingarda’, ‘afogamento’ etc”.<sup>405</sup> Notamos na pesquisa aqui efetuada uma situação bem parecida com relação à ausência de dados de óbitos de Neves.

As informações contidas nos registros paroquiais de Macaé são fundamentais para nossas análises, pois, temos como condição de possibilidade para estabelecê-las. Sheila de Castro Faria firmou que temos “que nos contentar com os registros religiosos e, a partir deles, tentar estabelecer as variadas possibilidades de análise”<sup>406</sup>. Em uma análise feita na primeira metade do século XIX, por Márcio de Sousa Soares, na freguesia de São Salvador, o autor afirmou que “os registros paroquiais não deixam a menor dúvida”, os africanos, cuja maior parte de sua origem não foi especificada nos inventários, podem ser encontrados nos assentos religiosos.<sup>407</sup> Isso nos mostra como são, importante, essas fontes e, ao pesquisarmos os registros da freguesia de Neves, podemos estabelecer diversas possibilidades para nossa análise.

Embora pudessem existir outras religiões na freguesia nesse período, Sheila de Castro Faria afirma que, não se pode negar que no reino português prevalecia sua religião oficial sobre as outras.<sup>408</sup>

Pela Igreja passava a História dos momentos rituais daquela sociedade – nascimento, casamento e óbito – e é através destes momentos, de que participavam escravos, forros, livres, pobres ou ricos, que se pode ter socializado o conhecimento sobre algumas atitudes [...] individualmente importantes e significativas, que representavam, na realidade, o estabelecimento de alianças, proteção, reciprocidade, enfim, de marcas específicas nos espaços sociais.<sup>409</sup>

Percebe-se aí que a religião católica prevalecia na freguesia de Neves, como sendo a que todos deveriam seguir e respeitar seus ensinamentos. Porém, quanto as cerimônias fúnebres acreditamos que os senhores acatavam de maneira um pouco displicente esses ensinamentos.

Entendemos que havia uma preocupação por parte de alguns proprietários com o batismo e o casamento de seus cativos. Contudo, não havia nenhuma preocupação dos senhores com as suas cerimônias fúnebres, o que era diferente por parte dos escravos em que havia muita preocupação com o batismo, com o casamento, com as cerimônias de extrema unção e com seu futuro familiar, pois, entendemos que os sacramentos católicos, atribuídos ao personagem do

<sup>405</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *Família e Morte entre Escravos...* p. 1276.

<sup>406</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *Família e Morte entre Escravos...*p. 1275.

<sup>407</sup> SOARES, Márcio de Souza. *Presença Africana...* p.77.

<sup>408</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *Família e Morte entre Escravos...* p. 1274.

<sup>409</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. *Família e Morte entre Escravos...* p. 1274.

escravo e o sentido produzido pela sua inclusão na religião oficial da sociedade da freguesia de Nossa Senhora das Neves, era de extrema vantagem para os cativos, pois como diz Silmei Sant'Ana Petiz, a morte e os seus cerimoniais ratificavam a entrada dos escravos no céu.<sup>410</sup>

Rodrigues afirma que a morte era vista nas sociedades de cultura cristã como um tempo de passagem na vida, em que essas sociedades “geralmente lhe atribuem a dimensão de "chave" de entrada na eternidade, enquanto tal chave pode ser vista como sinônimo de uma esperança escatológica”. Porém, os fregueses tinham medo da morte e havia uma preocupação “com o destino no Além-túmulo que se revestia de caráter apavorante, pois nem todos, apesar de esperarem e desejarem a Salvação, tinham a certeza de que ela [...] ocorreria, até porque se encontrava [...] relacionada com a [...] vida terrena”. O medo da morte permanecia unido a crença do dia do Juízo Final, dia em que Cristo voltaria para julgar a todos, “condenando para todo o sempre os maus e conduzindo os justos para o Céu, para a vida eterna”.<sup>411</sup>

Nesse capítulo, observamos que algumas questões nos levaram a ter uma maior atenção para os detalhes e as maneiras de como os vigários anotavam os batizados, casamentos e óbitos. As fontes eclesiásticas nos serviram como a base de informações sobre a sociedade do período que trabalhamos, elas foram de extrema importância para a compreensão da sociedade que pesquisamos. Terminamos por entender que os registros de batismos, casamento e óbito da Matriz da Igreja de Nossa Senhora das Neves, freguesia de Macaé, foram muito úteis e nos auxiliaram demasiadamente para entendimento da demografia da região no período recortado, bem como nos possibilitou entender as diversas redes instituídas via sacramento do batismo e casamento. Entendemos, também, o perfil dos óbitos e as dificuldades de se trabalhar com tais assentos. No próximo capítulo faremos uma análise das escravarias da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé.

<sup>410</sup> Ver in. PETIZ, Silmei Sant'Ana. *Enfermidades de escravos: contribuições metodológicas para estimativas da mortalidade* (Rio Grande de São Pedro, 1790-1865). *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*. (Organização de Ângela Porto). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007 Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso: 15 jun. 2019, p. 8.

<sup>411</sup> RODRIGUES, Cláudia. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos...* p. 150.

## CAPÍTULO III – AS ESCRAVARIAS E OS REGISTROS PAROQUIAIS

### 3.1 Análise das escravarias e as famílias escravas

Neste capítulo, com o auxílio dos dados colhidos nos registros paroquiais e outros documentos pesquisados, observamos as grandes e pequenas escravarias da freguesia de Nossa Senhora das Neves. Analisamos o número de senhores, suas fazendas, o tamanho do plantel e contabilizamos o número de escravos batizados, mortos e casados, que estão assentados nos livros da paróquia da freguesia de Neves no período de 1809 a 1822.

Márcio Soares chamava atenção para o crescimento do número de escravos da freguesia de Neves, no ano de 1799, em que “o crescimento absoluto fica por conta de [...] Neves cuja população em cativeiro saltou enormemente de 102 para 3.640 almas. Ao que parece [...] o mapeamento de 1799 flagrou o momento de instalação das grandes unidades produtivas naquela freguesia”.<sup>412</sup> Passados dez anos, a freguesia de Neves contava com grandes unidades produtivas já instaladas, observamos nos livros de registros paroquiais que em Neves havia uma ampla quantidade de escravarias com mais de 50 cativos, embora também houvesse algumas escravarias com um reduzido número de cativos, como veremos nesse trabalho. Stuart B. Schwartz afirma que:

Há algum tempo os estudiosos sabem que a grande maioria dos proprietários de escravos tinham posses pequenas. A propriedade de escravos era mais dispersa em áreas de produção voltada para o consumo interno e mais concentrada em áreas de plantação como as regiões açucareiras e cafeeicultoras. Não obstante, no Brasil, escravarias com mais de 50 cativos estavam longe de ser a regra mesmo nessas últimas áreas.<sup>413</sup>

Já vimos nesse trabalho que a Freguesia de Nossa Senhora das Neves era uma região açucareira e sabíamos que havia escravarias com grandes e pequenos plantéis. Usamos como referência para a definição de tamanhos dos plantéis, o modelo tomado por Márcio Soares utilizado para a classificação de Campos dos Goitacazes no período de 1750 a 1830, conforme o autor propôs na citação a seguir:

<sup>412</sup>SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativeiro...* p. 25.

<sup>413</sup> SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo: Vol. 13, Nº 1, jan-abr., 1983, pp.256-287. *apud*, MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Os Senhores de Poucos Escravos Em Minas Gerais: Escravarias e Tráfico Negro em São José do Rio das Mortes, 1795-1831. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan.-jul., 2017. Disponível em: [www.ppghis.com](http://www.ppghis.com) Acesso: 11 mar. 2019. p, 131.

a maior parte dos senhores exercia seu domínio sobre escravarias com no máximo até 49 escravos. Além disso, deve-se sublinhar que, ao longo do período estudado, a média mais elevada de escravos possuídos na faixa de tamanho de escravaria entre 20 e 49 foi de 32 cativos. Isso acarretava implicações cruciais na vida de ambos: os pequenos e médios senhores conheciam muito bem seus escravos e vice-versa.<sup>414</sup>

Desse modo, para conhecermos quantos cativos concentravam-se (moravam, habitavam) nas escravarias das fazendas de Neves, realizamos uma pesquisa e foram organizadas três tabelas, sendo em cada uma delas acrescentado um resumo sobre a participação dos senhores e as relações de seus escravos com as leis da Igreja Católica, seja pelo batismo, casamento ou óbito.

Os registros paroquiais eram utilizados como mecanismos de controle e de informações da Igreja, da Coroa e do mercado, servindo como uma base para informações sobre as escravarias e as famílias escravas da freguesia de Neves. Essas informações são consideradas de extremo valor para o campo de pesquisa da demografia histórica. No entanto, algumas informações sobre o escravo pareciam não serem importantes para os vigários de Neves, pelo motivo de omitirem ou fazerem pouco caso na redação desses registros.

Conforme o analisado, há uma enorme problemática com relação ao modo como os vigários da paróquia de Nossa Senhora das Neves na freguesia de Macaé redigiam seus assentos. O descaso dos vigários é um acontecimento muito corriqueiro para os proprietários dos cativos de Neves, como também o cativo era considerado um bem popular para esses senhores.<sup>415</sup>

Acreditamos que os vigários se preocupavam em anotar informações de cunho religioso, porém, como muitas anotações não interessavam ao mercado, eles não anotavam. Desse modo, essa questão não era somente de cunho religioso, era também uma questão econômica. O interesse nas informações era se o escravo já tinha mais de oito anos para trabalhar, e isso influenciava no seu valor de compra no mercado.

Para Douglas C. Libby, o escravo era um bem em comparação a outro bem “democrático”, a disponibilidade para sua aquisição foi grande nas diversas moradas de Minas Gerais e em média dois terços dos proprietários de escravos mineiros tinham posses inferiores

<sup>414</sup>SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p, 86.

<sup>415</sup> Vimos no capítulo I que o escravo, significava um homem que era posse de outro homem, o cativo era considerado como um bem ou uma propriedade, e quem o possuía simbolizava possuir prestígio na elite mercantil. MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império de Retrato...*p. 54.

a cinco trabalhadores mancípios.<sup>416</sup> O mesmo acontecia em Neves, pois, havia um comércio de homens na região, havia um comércio de escravos.

Existia uma elite mercantil, cujo escravo era considerado um bem em que os senhores deveriam se importar com suas vidas, pois, ele era considerado uma mercadoria, e a sua situação não era a mesma que a de outros homens livres. Sendo assim, por qual motivo se preocupar se os cativos carregavam ou não os nomes de seus ancestrais como os homens livres? Era muito raro alguém que fazia parte da elite mercantil se preocupar em saber qual a origem ou a língua que os cativos falavam e mais raro ainda saber qual o nome deles. Soares afirma que, os forros tinham como prática adotarem o sobrenome de seus senhores, mas, os negros escravizados não.<sup>417</sup> Dessa maneira, aos cativos se impunham nomes como: João, José, Maria. De acordo com Rogerio da Palma e Oswaldo Truzzi.

A imposição e a apropriação de nomes foram, aliás, questões presentes no processo de escravização desde a captura em solo africano. Os africanos que migraram forçados para a América não foram apenas [...] transformados em mercadorias, mas também estavam sujeitos ao poder e à lógica da burocracia montada em torno do seu comércio.<sup>418</sup>

Neves, na primeira metade do século XIX, enquadra-se em uma área geográfica com grande crescimento de dispersão ocupacional e social de escravos, conforme já mencionado no presente trabalho. Na freguesia havia grandes e pequenos plantéis de cativos morando em algumas fazendas, sítios e moradas que ficavam trabalhando na extração de madeira e na produção de açúcar e café. Nesse cenário, predominavam as grandes, médias e pequenas posses que garantiam a validade e a ampla jornada do trabalho obrigatório.

A fazenda da Atalaia é um exemplo desses cenários onde escravos trabalhavam em engenhos, no cultivo da cana-de-açúcar e do café. Sabemos que ela pertenceu a Amaro Velho da Silva. Muaze afirma que “em 1811, com a morte do tio Amaro Velho da Silva, os sobrinhos requereram para si a administração dos negócios da família”<sup>419</sup>. O sobrinho de Amaro Velho da Silva, e também, “Amaro Velho da Silva, passou a trabalhar como caixeiro na loja comercial e, em 1811, herdou os negócios do tio, após a morte dele [...] não se manteve [...] na atividade

<sup>416</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 124.

<sup>417</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 211.

<sup>418</sup> PALMA, Rogerio da e TRUZZI, Oswaldo. Renomear para Recomeçar: Lógicas Onomásticas no Pós-abolição. *Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 61, no 2. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br)* > scielo Acesso 09 mai. 2019. p, 314.

<sup>419</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa...* p. 21.

comercial, optando pela carreira de funcionário público [...] como tesoureiro da alfândega da corte”.<sup>420</sup>

Foi observado também, no Processo de Visconde de Mauá, que a “Fazenda de São Manoel de Atalaia termo de São João de Macahé” possuía duas mil braças de testada e uma légua de fundos com engenho de açúcar e mais pertences, um sítio de café, cana-de-açúcar e escravos<sup>421</sup>. Essa fazenda foi de muita importância para região, o Capitão Manuel Ferreira Maia que já foi seu proprietário é mencionado como “Senhor da Pedreira da Glória é o mais rico, e generoso povoador dos Sertões de Macaé”.<sup>422</sup>

De acordo com o Processo do Visconde de Mauá, a fazenda foi comprada pelo Capitão Custódio José Teixeira Pinto e sua esposa Dona Anna Francisca de Campos a “Manoel Ferreira Maia por escritura de vinte e quatro de Dezembro de mil oitocentos e três”.<sup>423</sup> Depois a “Amaro Velho da Silva” por escritura de seis de Novembro de mil oitocentos e vinte nove”.<sup>424</sup> Amaro Velho da Silva que vendeu a fazenda da Atalaia, além de ter sido o barão de Macaé foi o 1º visconde<sup>425</sup> com grandeza de Macaé, <sup>426</sup>ele foi sobrinho do falecido Amaro, que herdou os negócios do tio.

Para que tenhamos noção da extensa família Velho da Silva, utilizamos dos dados de Muaze para a elaboração do diagrama que se segue.

<sup>420</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa...* p,30.

<sup>421</sup> Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) em 22 de junho de 1875.

<sup>422</sup> ACMRJ / Visitas Pastorais / VP 12. Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812. Nossa Senhora das Neves de Macaé. Esta visitação foi escrita pelo padre José Luiz de Freitas. As visitas pastorais dessa época foram feitas pelo bispo do Rio de Janeiro de então. Cedido gentilmente pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Vilela Franco.

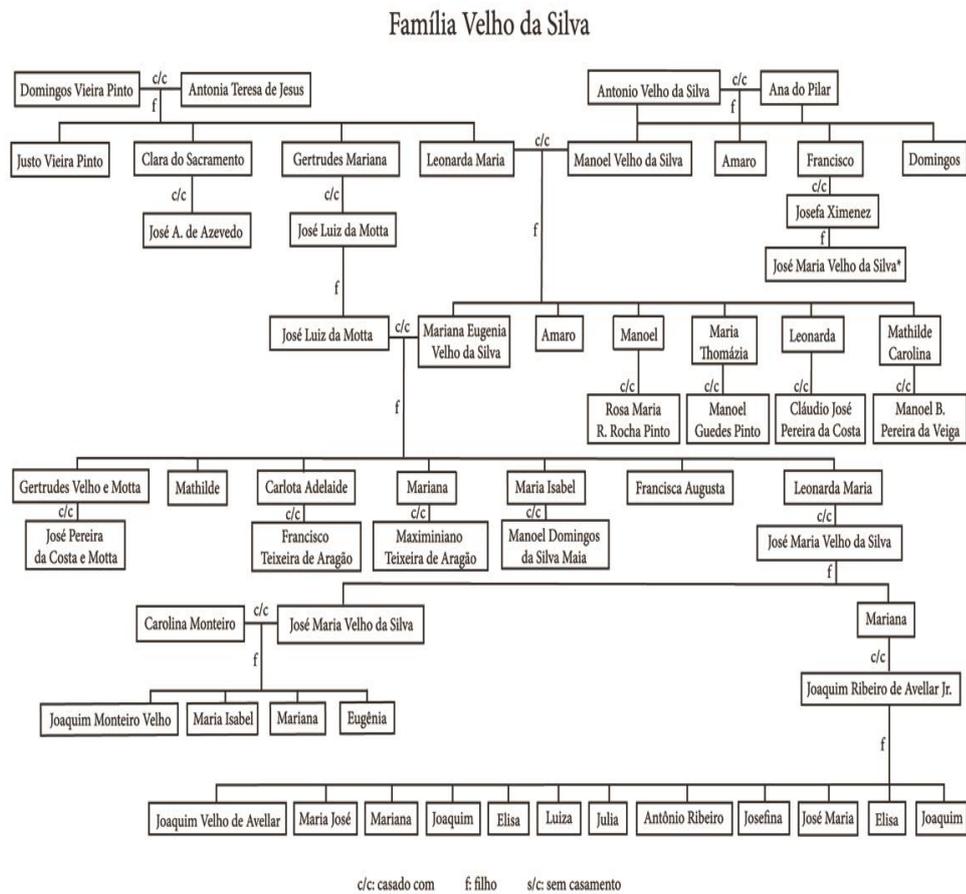
<sup>423</sup> Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) em 22 de junho de 1875.

<sup>424</sup> Idem.

<sup>425</sup> Visconde – título de nobreza superior ao de barão. MICHAELIS. Dicionário da língua portuguesa... Acesso: 02 jan. 2020.

<sup>426</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. - Amaro Velho da Silva - Brasão das Armas pintado por Guillobel em 1813.

Figura 4 -Diagrama II



\*O mesmo José Maria Velho da Silva aparece mais abaixo, casado com Leonarda Maria.

**Fonte:** Mariana de Aguiar Ferreira Muaze.<sup>427</sup>

Observamos no diagrama II, duas famílias: a Vieira Pinto e a Velho da Silva. Segundo Muaze,

o processo de ascensão social dos irmãos Amaro e Manoel Velho da Silva, foi o casamento deste último com Leonarda Maria da Conceição, filha de Dona Antonia Tereza de Jesus e Domingos Vieira Pinto negociante português e capitão de embarcações de escravos na nova Luanda – Rio de Janeiro.<sup>428</sup>

Percebemos, desse modo, que havia bastante interesse nos negócios do tráfico de escravos pelo Oceano Atlântico nessas duas famílias. Para se ter noção de como foi o processo de ascensão social da família Velho da Silva, teremos que extrapolar o recorte estabelecido nessa pesquisa, entretanto isso contribuirá para o melhor entendimento do todo. Muaze assegura

<sup>427</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa...* p. 21.

<sup>428</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império de Retrato...* p. 75.

que José Maria Velho da Silva foi Barão de Capivary<sup>429</sup> e Mariana Velho da Silva foi casada com Joaquim Ribeiro de Avelar Jr. também Barão de Capivary em 1847<sup>430</sup> e como o observado no quadro acima, Mariana e José Ribeiro tiveram 12 filhos e assim formaram a família Velho de Avelar.

Segundo a autora, no diagrama 1, observamos às extensas famílias de proprietários de grandes posses da freguesia de Neves, eles eram senhores que faziam parte do topo da hierarquia, eram a elite da sociedade macaense, como Capitão Manuel Gomes Braga vereador da Câmara da Vila de Macaé em 1814 e o Manoel Joaquim de Figueiredo, capitão-mor do Corpo de Ordenança na Vila de Macaé em 1818. Famílias proprietárias de fazendas e de muitos escravos.

Ademais, pesquisamos os assentos de batismos dos escravos para contabilizarmos o quantitativo de cativos inocentes batizados que tinham nascidos nas fazendas da freguesia de Nossa Senhora das Neves e haviam sido registrados no livro I de Batizado. Convém atentarmos para o fato que os filhos de mães escravas também eram tidos como escravos, de acordo com Jonis Freire “os registros paroquiais de batismos de escravos para o período no qual à criança ainda seguia a condição da mãe (partus sequitur ventrem)”.<sup>431</sup> Nesse caso se a mãe tinha a condição social escrava, o seu filho, ao nascer, iria ter a condição social escravo, e para conhecermos a quantidade de escravos batizados em cada fazenda da freguesia de Neves, montamos a tabela 10 a seguir.

<sup>429</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império de Retrato...*p. 240.

<sup>430</sup> MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império de Retrato...* p. 138.

<sup>431</sup> FREIRE, Jonis. Alforrias e tamanho das posses possibilidades de liberdade em pequenas, médias e grandes propriedades do sudeste escravista (século XIX). 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso: 09 jun. 2019 p. 213.

Tabela 10 - Batismos de escravos nas fazendas da freguesia de Neves – 1809-1822

<b>Nome dos Proprietários</b>	<b>Número de Batismos</b>	<b>%</b>
Álvaro Pinto Cunha José Ferreira Maya João José Firmino – Lírio	22	4,35
Antonio José Lopez de Araújo & Manoel José de Araújo – Nova do Rio São Pedro	126	23,53
Manuel Gomes Braga & Custódio Gomes Braga – Morro da Onça	89	17,12
Amaro Velho da Silva – Atalaia Custódio José T. Pinto & Luiz Antonio Pires – Atalaia	113	21,32
Francisco José de Paula Coroa	10	1,45
Manoel Ferreira Maia & D. Anna Joaquina de São José – Carreira Cumprida	57	11,18
Lourenço Antonio Ferreira – Bonsucesso	23	4,55
Manoel Joaquim de Figueiredo & Esmericianna Dantas e Cunha – Alfândega & Papucaia	87	16,50
<b>Total:</b>	<b>505</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Registros Paroquias de batismo – freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1822).

Dos 645 batizados escravos anotados na tabela 2, presente no capítulo II, encontramos duas moradas não determinadas de escravos, quatro moradas de escravos pertencentes a pequenos produtores com um a três cativos no máximo, ou seja, havia uma parcela muito pequena desses produtores.<sup>432</sup> Esses quatorze senhores possuíam no total, 505 escravos distribuídos em 8 moradas nas fazendas de Neves. Sobre o crescimento do número de fogos na freguesia de Neves, Soares comenta:

Embora nesse intervalo de quase dez anos tenham sido edificados mais 70 estabelecimentos, em São Gonçalo a quantidade foi reduzida de 67 para 60 unidades enquanto que em Santo Antônio dos Guarulhos a diminuição foi ainda mais acentuada: de 93 para 52 engenhos. Por outro lado, em São Salvador saltou-se de 132 para 221; Capivari de cinco para 15; Neves de dois para 13 e, por fim, São João da Barra de nove para 17. Há diversas explicações para isso. Anos antes, em 1778, o Mestre de Campo José Caetano de Barcelos informava a existência de nove fogos mortos, uns por falta de lenhas, outros por terem sido os escravos arrematados em razão das dívidas de seus senhores.<sup>433</sup>

Na tabela 10, observamos Amaro Velho da Silva, em um período 13 de junho de 1809 a 24 de junho de 1810, apresenta-se como senhor de 11 escravos batizados, Custódio José Teixeira Pinto, de 14 de junho de 1809 a 10 de janeiro de 1822, é observado como senhor de

<sup>432</sup> Tabela 9 - Batismos de escravos nas fazendas da freguesia de Nossa Senhora Das Neves.

<sup>433</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 23.

98 escravos batizados e Luiz Antonio Pires, de 04 de outubro de 1819 a 08 de setembro de 1822, é visto como proprietário de 4 escravos. Os três senhores somam, em treze anos na fazenda da Atalaia, ao todo 113 escravos, registrados nas paróquias de batismo na freguesia de Neves. Cabe atentarmos para o fato de que Luiz Antonio Pires não era o proprietário da fazenda Atalaia, ele era o marido de Esmerenciana Francisca de Campos, sobrinha de Custódio José Teixeira Pinto, o proprietário da fazenda.

Encontramos nesse mesmo Livro de Batismo, Manoel Joaquim de Figueiredo como proprietário de onze escravos batizados e moradores na fazenda da Sapucaia entre o período de 20 de junho de 1811 a 09 de julho de 1812; e de sessenta escravos batizados na fazenda da Ponte da Alfândega desta Freguesia, ambos anotados nos registros paroquiais da freguesia de Neves. O referido Manoel de Figueiredo foi dono das fazendas da Sapucaia e da Ponte da Alfândega, conforme encontrado nos registros paroquiais. D. Emereciana Dantas Cunha também aparece como proprietária de 16 escravos batizados na fazenda da Ponte da Alfândega da freguesia aos quais se encontram anotados nesses mesmos registros paroquiais. As fazendas da Sapucaia e da Ponte da Alfândega somam em seu total 87 escravos. A fazenda que maior número de escravos batizados apresenta, foi a fazenda Nova do Rio São Pedro de propriedade de Antonio José Lopes de Araújo e Manoel José de Araújo com 126 escravos ao todo. Na tabela abaixo contabilizamos o número de escravos casados e registrados em cada fazenda da freguesia.

Tabela 11 - Casamentos escravos nas fazendas da freguesia de Neves – 1809-1822

<b>Nome dos Proprietários</b>	<b>Casamentos</b>	<b>%</b>
Francisco José de Paula Coroa	2	1,88
José Ferreira Maya João José Firmino - Lírio Álvaro Pinto Cunha	5	4,05
Manoel Joaquim de Figueiredo – Alfândega	8	7,20
Manoel Lopez da Cruz – Deitado	11	9,09
Antonio José Lopez de Araújo & Manoel José de Araújo – Nova do Rio São Pedro	15	13,61
Manuel Gomes Braga Custódio Gomes Braga – Morro da Onça	16	14,41
Lourenço Antonio Ferreira – Bonsucesso	17	15,31
Antonio Velho da Silva - Atalaia Custódio José T. Pinto & Luiz Antonio Pires – Atalaia	18	16,41
Manoel Ferreira Maia & D. Anna Joaquina de São José – Carreira Cumprida	19	17,32
<b>Total:</b>	<b>111</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Registros Paróquias de Casamentos da Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809- 1822)

De acordo com a tabela 11, observamos 111 casamentos, ou seja, 222 escravos se casaram e moraram nas fazendas da freguesia de Neves nesse período.<sup>434</sup> O Tenente Antonio Velho da Silva, pai de Amaro Velho da Silva,<sup>435</sup> consta nas anotações do Livro de casamentos, na data de 07 de junho de 1810, como senhor dos escravos Antonio e Maria. Amaro Velho não apareceu em nenhum dos assentos de casamento. Não encontramos dona Esmericianna Dantas e Cunha no Livro de casamentos pesquisado. Podemos observar nesse mesmo livro de assentos, dona Anna Joaquina de São José, notificada como proprietária da Fazenda Carreira Cumprido, viúva de Manoel Ferreira Maia em 24 de abril de 1818 a 17 de julho de 1821. Encontra-se também nesses registros, Álvaro Pinho da Cunha como proprietário de dois casais escravos em 20 de maio de 1814 na fazenda do Nova Rio São Pedro. Antonio José Lopes de Araújo e Manoel José de Araújo apareceram como proprietários de 13 casais escravos, na mesma propriedade de Álvaro Pinho da Cunha.

Abrimos espaço para analisar os sepultamentos nessas grandes unidades produtivas de Neves, com o intuito de evidenciarmos o número de escravos mortos e registrados em cada fazenda de Neves durante o período analisado, trouxemos na tabela abaixo os dados que torna evidente tais óbitos.

Tabela 12 – Óbitos de escravos em grandes unidades produtivas na Freguesia de Neves – 1809-1822

Nome dos Proprietários	Número de Óbitos	%
Francisco José de Paula & Esmericianna Dantas e Cunha - Coroa	15	4,13
Lourenço Antonio Ferreira – Bonsucesso	20	5,51
Manoel Joaquim de Figueiredo & Antonio Francisco Figueiredo & Esmerianna Dantas e Cunha – Alfândega & Sapucaia	31	8,54
Manoel Ferreira Maia & D. Anna Joaquina de São José – Carreira Cumprida	37	10,19
Álvaro Pinto Cunha José Ferreira Maya João José Ferreira – Lírio	38	10,47
Antonio José Lopez de Araújo & Manoel José de Araújo – Nova do Rio São Pedro	39	10,74
Manuel Gomes Braga & Custódio Gomes Braga – Morro da Onça	61	16,80
Amaro Velho da Silva – Atalaia Custódio José T. Pinto & Luiz Antonio Pires – Atalaia	115	31,15
<b>Total:</b>	<b>356</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Registros Paroquias de Óbitos – Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1822).

<sup>434</sup> Não encontramos nenhum matrimônio anotado no livro sem número de casamento, de escravos que morassem em lugares que não sejam as fazendas que estão computadas.

<sup>435</sup> Ver diagrama de MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa...* p. 21.

De acordo com a tabela 7, presente no capítulo II, encontramos 416 óbitos de escravos e na tabela 12 acima, analisamos 356 óbitos de escravos pertencentes aos senhores na freguesia de Neves. Encontramos os outros 53 escravos nos assentos de óbito do Livro I, pertencentes a pequenos ou não produtores da freguesia com 1 a 2 cativos, também encontramos Manoel Lopez da Cruz na fazenda do Deitado e da Onça com 6 escravos de sua propriedade e Justiniano Florencio Flores na fazenda do frade 3 escravos de sua propriedade, por este motivo não colocamos os dados desses senhores na tabela 7.

Observamos Dona Esmerecianna Dantas e Cunha nos assentos de óbitos como proprietária de cinco escravos na Fazenda Ponte da Alfândega e quatro escravos na propriedade da Coroa. Esmerecianna foi proprietária de escravos em duas fazendas, e possuiu a todo nove escravos. Manoel Ferreira Maya, senhor da Carreira Cumprida, também se faz presente no livro de óbito. Ele tinha sido visto pela última vez, como proprietário de escravos em cinco de janeiro de 1816, após essa data, pode-se observar nos registros paroquiais de óbito desta freguesia que dona Anna Joaquina de São José passa ser a proprietária de trinta e dois escravos, ao todo o casal soma trinta e sete escravos.

Manuel Joaquim de Figueiredo consta no Livro de Óbito da freguesia de Neves, como senhor de seis escravos de 20 de dezembro de 1809 a 01 de abril de 1819 na Fazenda Ponte da Alfândega. Também consta no mesmo Livro o Sargento Mor Antonio Francisco Figueiredo como senhor de três escravos de 10 de dezembro de 1820 a 02 de junho de 1821 na mesma propriedade da Ponte da Alfândega.

Na tabela 13, procuramos cruzar os dados dos três registros paroquiais dos escravos assentados no Livro de Batismo, no Livro de Casamentos e no Livro de Óbito da freguesia de Nossa Senhora das Neves, com o objetivo de constatar os quantos escravos nasceram, casaram e morreram em cada uma das propriedades de Neves.

Tabela 13 - Batismos, óbitos e casamentos de escravos nas fazendas da freguesia de Neves – 1809-1822<sup>436</sup>

Nome dos Proprietários	Número de Batismos	Número de Noivos e noivas	Número de Óbitos	Total	%
Álvaro Pinto Cunha José Ferreira Maya João José Firmino – Lírio	22	10	38	70	6,21
Antonio José Lopez de Araújo & Manoel José de Araújo – Nova do Rio São Pedro	126	30	39	195	17,30
Manuel Gomes Braga & Custódio Gomes Braga – Morro da Onça	89	32	61	182	16,14
Amaro Velho da Silva – Atalaia Custódio José T. Pinto & Luiz Antonio Pires - Atalaia	113	36	115	264	24,42
Francisco José de Paula Coroa	10	4	15	29	2,57
Manoel Ferreira Maia & D. Anna Joaquina de São José – Carreira Cumprida	57	38	37	132	11,71
Lourenço Antonio Ferreira – Bonsucesso	23	34	20	77	6,83
Manoel Joaquim de Figueiredo & Esmericianna Dantas e Cunha – Alfândega & Sapucaia	87	16	31	134	11,89
Manoel Lopez da Cruz – Deitado	9	22	6	37	3,28
Justiniano Florencio Flores – Frade	4		3	7	0,62
<b>Total:</b>	<b>540</b>	<b>222</b>	<b>363</b>	<b>1.127</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Registros Paroquiais de batismo –Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809- 1849)

Nos Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812, na Matriz de Nossa Senhora das Neves de Macaé, padre José Luiz de Freitas afirmou que: “a povoação talvez não chegue ainda a 1.500 almas, composta principalmente de dez, ou onze Fazendas, sendo a maior a da Atalaia, que tem duzentos escravos.”<sup>437</sup> Na tabela 13, encontramos 1.127 escravos registrados no livro de Batismo, no livro de Casamento e no livro de Óbitos. Se em 1811-1812 a população da freguesia de Neves não chegava a 1.500 habitantes, conforme demonstrado nas visitas do pároco José Luiz de Freitas e em nossos registros paroquiais encontramos 1.127 escravos, podemos deduzir que a população de cativos era maior em relação ao número total da população de Neves.

Ainda na tabela 13, observamos que as fazendas com o maior número de registros de escravos foram: Atalaia com 264;<sup>438</sup> Nova do Rio São Pedro com 195; Morro da Onça 182; Alfândega e Sapucaia com 134; Carreira Comprida com 132. Observamos nos registros paroquiais, apenas duas fazendas com o número de assentos abaixo de 30 escravos, ou seja, nove das onze fazendas de Neves possuíam mais de 30 escravos, isso significa que 81,81% dos

<sup>436</sup> Para esclarecimento do leitor colocamos os dados de escravos pertencentes a senhores com mais de três escravos e de senhores proprietários de fazendas ou de senhores que possuíam escravos nas 11 fazendas da freguesia de Nossa Senhora das Neves.

<sup>437</sup> ACMRJ / Visitas Pastorais / VP 12. Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812. Nossa Senhora das Neves de Macaé. Esta visitação foi escrita pelo padre José Luiz de Freitas. As visitas pastorais foram feitas pelo bispo do Rio de Janeiro dessa época. Cedido gentilmente pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Vilela Franco.

<sup>438</sup> Nos Apontamentos Secretos sobre a Visita Pastorais de 1811 e 1812, a Matriz de Nossa Senhora das Neves de Macaé padre José Luiz de Freitas Atalaia possuía 200 escravos, comparando esses dados com os nossos, a população de escravos cresceu 32%. Ver In. ACMRJ / Visitas Pastorais / VP 12. Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812. Nossa Senhora das Neves de Macaé. Esta visitação foi escrita pelo padre José Luiz de Freitas. As visitas pastorais foram feitas pelo bispo do Rio de Janeiro dessa época. Cedido gentilmente pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Vilela Franco.

senhores de escravos da freguesia possuíam uma maior população cativa em proporção às outras propriedades da região. Segundo Soares,

nas freguesias onde os canaviais avançavam [...] detinham os maiores contingentes de escravos [...] a proporção de escravos elevou-se, chegando à beira dos 57,0% da população total [...] a quantidade de escravos cresceu em todas as freguesias os números proporcionais evidenciam um crescimento em São Salvador, N S<sup>a</sup> das Neves e São João da Barra.<sup>439</sup>

Como visto no capítulo I, no início de século XIX, o comércio dos produtos agrícolas na freguesia de Neves, estava sendo estimulado pela chegada da corte ao Rio de Janeiro e o crescimento das fazendas da região acompanhou esse estímulo. O braço da família escrava foi à força que abancou a agricultura de abastecimento interno de Neves e da coroa portuguesa, e todas essas atividades eram ligadas ao redor trabalho escravo. Logo, a família escrava tinha uma relação intrínseca com os proprietários das fazendas.

Para analisar a relação das famílias escravas com os senhores das fazendas se faz uma pesquisa nos registros paroquiais que funcionam como aparelhos capitais. Sobre a importância de uma análise nos registros paroquiais, observamos a citação abaixo de Engemann que nos faz referência aos registros de batismo:

O caso é que dispomos de alguns dados sobre os batismos de escravos em algumas das fazendas que analisamos [...] É o caso dos registros de batismo da Matriz de Nossa Senhora do Loreto. [...] Sendo [...] o que vemos surgir das pilhas de papel velho e mal conservado [...] uma rede ampla de relações amistosas e de parentesco forjadas entre as bênçãos que emanam da pia batismal.<sup>440</sup>

Além disso, pelos registros de casamento podemos coletar dados extremamente importantes e que não se encontram em outras fontes. Segundo os historiadores Afonso de Alencastro Graça Filho, Fábio Carlos Vieira Pinto e Carlos de Oliveira Malaquias, os “matrimônios legitimados pela Igreja, que o escrivão se esqueceu de registrar os maridos por se tratar de viuvez ou de cônjuge forro [...] fora [...] dos inventariados [...] é sabido pela historiografia e nos mostram os registros de casamento”.<sup>441</sup>

Pelos registros de óbitos, podemos colher dados que nos mostram as origens dos cativos, suas famílias, a idade de seus falecimentos e as moradas que estavam no momento dos

<sup>439</sup>SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 22-23.

<sup>440</sup>ENGEMANN, Carlos. *Comunidade escrava e grandes escravarias no sudeste do século XIX*. Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social –UFRJ. Disponível em: [www.abphe.org.br](http://www.abphe.org.br) > 2020, Acesso: 12 jan. 2019.

<sup>441</sup>GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. PINTO, Fábio Carlos Vieira. MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento...* p. 189.

falecimentos. Enfim, em todos os registros paroquiais da freguesia de Neves analisados, coletamos os dados disponíveis para sabermos como se formaram as famílias escravas no período.

Filho, Pinto e Malaquias asseguram que a “formação de famílias escravas permitiria a socialização dos africanos nas senzalas e [...] estabilidade do plantel, ainda que acentuasse as diferenças e a conseqüente ampliação da riqueza dos senhores, beneficiada pela reprodução das escravarias”.<sup>442</sup> Baseado na afirmação desses autores pensamos nos relacionamentos entre os cativos das diversas Nações africanas nas senzalas de Neves e pesquisamos sobre suas origens nos assentos paroquiais da freguesia de Neves.

### **3.2 As origens dos escravos da freguesia de Nossa Senhora das Neves**

Os vigários da Paróquia da freguesia de Nossa Senhora das Neves muitas vezes não anotavam nos assentos da Paróquia desta freguesia se os escravos que chegaram à região eram africanos ou crioulos. Por este motivo ficamos sem condições de saber quais eram as nações de todos os africanos e também conhecer o número de todos os crioulos que foram registrados nos livros paroquiais no período. Encontramos uma quantidade muito pequena de assentos paroquiais de Neves que mencionavam o termo ‘crioulo’ para o total dos escravos computados. Em relação ao termo “crioulo”, Douglas Cole Libby e Zephyr Frank,

De qualquer forma, mais uma vez, nas Minas a definição de ‘crioulo’ era bastante clara, pelo menos ao longo do período enfocado aqui: referia-se aos negros nascidos no Brasil, independente da origem dos pais – africana, nativa ou ambas – e sem implicações quanto à condição legal.<sup>443</sup>

Os vigários que faziam os assentos se preocupavam em anotar as idades dos escravos, mas, mesmo que saibamos que todos os escravos adultos batizados no livro I de Batismo de Neves eram de origem africana, pelos assentos do Livro (sem número) de Casamento e no Livro I de Óbitos, não conseguimos saber qual a origem étnica de cada escravo, pois, um número muito pequeno de escravos teve suas nações mencionadas nesses assentos paroquiais. Notamos também mudanças nas anotações dos vigários nos registros de Batismo da freguesia de Neves, de acordo com o estado jurídico do batizando. Os padres mencionavam as idades e as filiações, e também se eram filhos naturais ou legítimos. Com relação aos pais e aos padrinhos, eles

<sup>442</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. PINTO, Fábio Carlos Vieira. MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento... p. 188.

<sup>443</sup> LIBBY, Douglas Cole e FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial... p. 388.

citavam à condição legal: escravos ou forros libertos, o local onde morava, o estado civil, e às vezes a origem, a cor e a etnia. Quando não havia anotações de que eram escravos ou libertos, consideramos esses assentos de livres. Em alguns casos, observamos que havia a possibilidade de saber a genealogia do batizando, pelos nomes e sobrenomes de seus avós paternos e maternos que estavam anotados nesses registros, mas, como lhes impunham os nomes, não levamos em conta

O assento abaixo nos aponta possibilidades de conhecer a ascendência de livres na freguesia.

Aos vinte e oito de maio de mil oito centos e vinte hum, nesta Igreja Parochial de Nossa Senhora das Neves do Sertão Rio Macaé, baptizei solenemente e pus os santos olios na innocente Anna, filha legítima de José Nunes e Josefa Maria, neta paterna de Manuel Nunes e Joana Nunes, natural de Carapebus e materna de Ignácio Quintanilha e Izabel Rosa, moradores nesta freguesia = Padrinho Custódio José Teixeira Pinto e sua mulher D. Anna Francisca de Campos, do que para constar, fiz este assento.

Vigário João Bernardo da Costa Rezende.<sup>444</sup>

Também nos assentos de batismo de Neves era muito raro se observar a cor branca designada. Entretanto, conseguimos encontrar em um registro de Batismo de Neves uma menção do vigário a um escravo branco. Soares comenta sobre a ausência da designação a essa cor. De acordo com o autor,

Convém esclarecer que, nos registros paroquiais de batizados, casamentos e óbitos da região de Campos, a cor branca era a única que não vinha especificada. Logo, a ausência de designação de cor nesse tipo de documentação sugere que os protagonistas desses rituais católicos eram socialmente considerados como pessoas brancas.<sup>445</sup>

Em outro registro, no Livro I de Batismo, datado em 06 de junho de 1815, o pároco, João Bernardo da Costa Resende apresentou informações mais detalhadas. Foi assentado por este vigário, Manuel branco, filho de João Ignácio, branco, escravo, casado com Francisca da Conceição, branca, livre, Ignácio foi escravo de Manuel Gomes Braga proprietário da fazenda Morro da Onça.

Os vigários de Neves fizeram menção a algumas cores de pele em suas anotações. Porém, não temos condições de fazer uma análise com as poucas informações sobre as origens dos pais dos noivos escravos, que eram assentados nos registros de casamento em Neves. Em

<sup>444</sup> Livro I de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves (1809 - 1849).

<sup>445</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 322.

uma porcentagem insignificante, encontramos menção sobre origem dos pais e/ou a cor e o estatuto jurídico deles. Soares observou “alguns casos de registros de casamentos de pardos ou de batizados de filhos de pardos nos quais a cor preta, a origem africana e a condição escrava ou forra dos pais dos noivos ou dos avós dos batizados não eram mencionadas”.<sup>446</sup>

Como vimos, não podemos saber às nações de origens de todos os cativos assentados no livro de casamentos de Neves. Embora, esses assentos fossem elaborados conforme as normas das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, e neles se encontram alguns casos de escravos com origens étnicas diferentes, deparamo-nos com a falta de informações, sobre a nação de origem dos escravos, Douglas Cole Libby e Zephyr Frank nos asseguram que,

Em potencial, os assentos de batismo poderiam ser bastante elaborados. Além das informações essenciais relativas ao sacramento e ao próprio batizando (data, nome, legitimidade ou não, enfeitamento), os assentos, às vezes, incluíam anotações acerca da condição legal e da designação étnica/origem de um extenso grupo de pessoas.<sup>447</sup>

Entre os 799 registros de batismo de 1809 a 1822 da freguesia de Neves, em pouquíssimas vezes, os vigários anotaram o nome e um sobrenome indicando a nação de origem dos cativos.<sup>448</sup> Encontramos os seguintes escravos: no dia 01/04/1812 foi batizado José, filho de Francisco Luiz e Maria Congo, escravos do senhor Cap. Manuel Ferreira Maia; no dia 15/01/1815 foi batizado André, filho de Francisco Congo e Gertrudes, escravos do senhor Cap. Manuel Ferreira Maia Fazenda da Carreira Cumprida; no dia 07/02/1819 foi batizado Lourenço, filho de Francisco Congo e Gertrudes, escravos do senhor Cap. Manuel Ferreira Maia da Fazenda da Carreira Cumprida. Ressaltamos que André nasceu em 1815 e Lourenço nasceu em 1819, ou seja, houve um espaço de quatro anos entre um nascimento e outro, período suficiente de gestação para uma mãe ter outro filho, existe a possibilidade de André e Lourenço serem irmãos, pois, os pais apresentam os mesmos nomes, Francisco Congo e Gertrudes são escravos do mesmo senhor; e, além disso, moram na mesma fazenda.

No dia 20/01/1818, recebeu os santos óleos um escravo de nome não identificado, filho de João Congo e Laurencia, escravos do senhor Cap. Lourenço Antônio Ferreira, da fazenda Bom Sucesso; no dia 22/09/1820 foi batizada Fortunata, filha de João Congo e Laurencia, escravos do senhor Cap. Lourenço Antônio Ferreira. O escravo de nome não identificado

<sup>446</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 322.

<sup>447</sup> LIBBY, Douglas Cole e FRANK, Zephyr. *Voltando aos registros paroquiais de minas colonial...* p. 392.

<sup>448</sup> Menos 0,1% dos escravos registrados no Livro I de Batismo apresentam o sobrenome trazendo sua etnia.

nasceu em 1818 e Fortunada nasceu em 1820, ou seja, houve um espaço de três anos entre um nascimento e outro, período suficiente de gestação para uma mãe ter outro filho.

Acreditamos que existia a possibilidade do escravo de nome não identificado e Fortunata serem irmãos, pois, os pais apresentam os nomes de João Congo e Laurencia, casal escravo que pertenciam ao mesmo senhor. Os dois moravam na mesma fazenda e o intervalo entre um filho e outro é de três anos. Sobre a possibilidade de serem irmãos, temos uma resposta com Vitória Schettini que atenta para o intervalo entre as gestações de escravos, em São Paulo do Muriaé. De acordo com a autora, a “resposta ao fato de aparecer apenas Sophia registrada no livro de batismo, dá-se pelo fato de todos os intervalos genésicos entre os três primeiros filhos serem de um ano. O nascimento de Sophia é o único que há um intervalo de dois anos”.<sup>449</sup> Estamos fazendo uma comparação do caso de Sophia, com o do cativo de nome não identificado e de Fortunata, pelo motivo de três anos de intervalo genésico não ser muito amplo, levando em consideração o período de amamentação.

Nos 184 Registros de Casamento analisados, encontramos os seguintes escravos com o nome e um sobrenome indicando sua nação de origem: no dia 25/06/1815 se uniram matrimonialmente Manoel Capella Crioulo com Suprianna Crioula, escravos de Manoel Gomes Braga da fazenda Morro da Onça; no dia 05/08/1817 Domingos Crioulo se casou com Maria Crioula, escravos de Custódio José Teixeira Pinto da fazenda da Atalaia; no dia 10/02/1818 se uniu matrimonialmente José Cabinda com Candida, escravos do Sargento Mor Manoel Lopes da Cruz da fazenda do deitado; no dia 24/04/1818 casaram-se José Benguela com Rosauva, escravos de d. Anna Joaquina de São José da fazenda da Carreira Cumprida; no dia 25/04/1818 se casaram Antonio Benguela com Antonia, escravos ambos pertenciam a d. Anna Joaquina de São José da fazenda da Carreira Cumprida; no dia 11/07/1821 Pedro Congo se uniu matrimonialmente com Gongonha, escravos de d. Anna Joaquina de São José da fazenda da Carreira Cumprida. Encontramos casais escravos de Moçambique e de Benguela, mas, fora do nosso recorte, são datados de 07/03/1823.

Os cônjuges escravos citados, Manoel Capella Crioulo e Suprianna Crioula, como também Domingos Crioulo e Maria Crioula formam dois casais que são da mesma etnia. Com relação aos outros casais não podemos afirmar se pertencem ao mesmo grupo étnico ou não, pois, apenas 1,63% dos escravos registrados no livro de casamento exibem essa informação. Libby e Frank asseguram que “pessoas encarregadas de fazer registros nem sempre se

<sup>449</sup> ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamento...* p. 113 - 114.

preocupavam com a designação de etnia ou de condição legal, talvez porque tal informação não era considerada de importância [...] ou porque era dada como de conhecimento comum.”<sup>450</sup>

Dos 513 registros de óbitos analisados, encontramos escravos com o nome e um sobrenome indicando suas nações de origem e o nome de seus proprietários. Custódio José Teixeira Pinto, senhor dos cativos Francisco Cabinda, pai de Maria, falecida em 12/11/1812, Antonio Crioulo falecido em 12/01/1814, e José Benguela que morreu em 28/08/1820. Simão Congo e Maria Conga eram pais de Domingos que foi a óbito em 07/11/1812, escravos de propriedade de Antonio José Lopez de Araújo. Anna Angola, mãe de Danilo, que morreu em 10/07/1813, o proprietário era Álvaro Pinto.

Em 27/03/1813 faleceu Ritta Boçal,<sup>451</sup> seu senhor era Capitão Lourenso Antonio Ferreira. O escravo Francisco Congo faleceu em 26/08/1815, seu proprietário era Capitão Manoel Ferreira Maya. Em 02/10/1815 quem morreu foi Maria Conga, escrava pertencente a Francisco José de Paula e Companhia. Francisco Boçal, foi a óbito em 24/03/1816, seu proprietário era Justiano Florencio. Em 23/03/1820, faleceu Antonio Congo, seu senhor era Custódio Gomes Braga. No dia não identificado/07/1821, morreu Francisco Cabiúna, não foi notificado pelo vigário a quem pertencia. Antonio Benguela foi a óbito em 14/01/1820, sua proprietária era Dona Anna Joaquina de São José.

Florentino e Goés asseguram que quase todos os escravos que chegaram da África para o Brasil entre os anos de 1790 e 1830 falavam a língua Bantu, sendo originários de áreas do Congo-Angolano e de Moçambique.<sup>452</sup> Denílson de Cássio Silva também afirmou que a região sudeste recebeu escravos, advindos, em sua maioria, da África central, de uma região em que a maioria faz parte da etnia Bantu.<sup>453</sup> De acordo com as afirmações, tudo indica que o casal escravo, Simão Congo e Maria Conga, citados no parágrafo anterior são da mesma etnia e vieram da região do Congo-Angolano ou de Moçambique. Contudo, não podemos afirmar se todos os escravos adultos assentados no livro de óbitos de Neves são da região Bantu, ou de qualquer outra região do continente africano, pois, de apenas 1,16% dos escravos registrados no livro apresentavam o sobrenome indicando a região de origem.

Foi visto no capítulo I, uma denúncia feita pelo sócio e administrador do Engenho Atalaia, acusando o padre João Bernardo da Costa Rezende, por concubinato com uma pessoa solteira chamada Joana. O nome de Joana, que está presente nos registros do Livro I de Batismo

<sup>450</sup> LIBBY, Douglas Cole e FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de minas colonial... p. 387.

<sup>451</sup> Dizia-se de escravo negro recém-chegado da África que ainda não falava o português. Ver in. MICHAELIS... Acesso: 04 jun. 2020.

<sup>452</sup> FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das Senzalas...* pag.171.

<sup>453</sup> SILVA, Denílson de Cássio. *O Drama Social da Abolição*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2011, p. 33.

(1809-1849), pode ser uma pista, um sinal ou um indício<sup>454</sup> de que seja a mesma pessoa citada na denúncia feita pelo sócio e administrador da Atalaia de concubinato. Esse acontecimento, nos leva a entender que muitas escravas para obterem regalias e liberdade para si próprias ou seus filhos, mantinham relações sexuais com seus senhores ou outros proprietários, como no caso de Valdevino, pardo, filho de Custódia, escrava que pertencia a José Ferreira Maya proprietário da fazenda do Lírio, citado por Mary Del Priore acima.<sup>455</sup> De acordo com Sandra da Silva Conceição.

Os laços de parentesco entre senhor e escravo se dão por meio da consanguinidade, aonde senhores de escravos desposaram suas cativas às quais engravidaram, estes assumiram os filhos de ventre cativo como seus filhos legítimos. Sendo que na maioria dos casos alguns senhores para além de reconhecerem a paternidade dos filhos que tiveram com as cativas, também se casou com as mesmas formando famílias.<sup>456</sup>

No livro de óbito observamos um assento de novembro de 1820, que menciona o falecimento de Emerencianna, escrava de 30 anos, casada com Joaquim Figueiredo, ambos moradores na fazenda Sapucáia de propriedade de Manoel Joaquim Figueiredo, capitão-mor do Corpo de Ordenança na Vila de Macaé. No que diz respeito a Joaquim Figueiredo, não consta nenhuma menção se ele era negro ou escravo. Acreditamos que Joaquim era um alforriado, casado com uma escrava, pelo motivo do sobrenome composto Joaquim Figueiredo pertencer a Manoel Joaquim Figueiredo, proprietário da fazenda Sapucaia, Soares afirma que,

a prática recorrente entre os forros, no Brasil de adotar voluntariamente o sobrenome do senhor. A opinião de que negros escravizados costumavam adotar o sobrenome de seus respectivos senhores foi amplamente divulgada por Gilberto Freyre. Contudo, as fontes disponíveis não corroboram semelhante assertiva, pois ela é válida apenas em relação aos libertos.<sup>457</sup>

Os casos citados acima nos instigaram a observar as formas de reprodução das escravarias utilizadas pelas famílias da elite agrária das fazendas de Neves, ou seja, iremos fazer uma análise dos senhores de escravos que optavam pela reprodução natural ou pela reprodução via tráfico Atlântico para a manutenção ou ampliação de suas escravarias, para isso, analisamos o perfil dos casamentos escravos dessa região.

<sup>454</sup> Utilizando os termos de Ginzburg presentes em: GINZBURG, Carlo. *Sinais - Raízes de um Paradigma Indiciário*. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 143-179.

<sup>455</sup> DEL PRIORE, Mary. *Histórias da Gente Brasileira...* p. 415.

<sup>456</sup> CONCEIÇÃO, Sandra da Silva. *Os laços de Parentesco entre Senhores e Escravos em Santo Estevão do Jacuípe e Nossa Senhora do Resgate 1839-1864*. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org > resources > anais>. Acesso em 08 mai. 2019. p. 1.

<sup>457</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 211.

### 3.3 O perfil dos casamentos escravos

Com o objetivo de analisar as formas de reprodução das escravarias utilizadas pelas famílias da elite agrária das fazendas de Neves, temos à intenção de observar nessas fazendas o impacto sofrido na manutenção das posses cativas, seja pela reprodução dos escravos via importação transatlântica, seja pela reprodução natural. Contudo, também consideramos os desejos dos escravos na escolha de seus parceiros. Soares afirma que, “para além dos limites impostos pela demografia e pela vontade senhorial, deve-se também levar em conta as preferências dos escravos. Refiro-me, especificamente, à fortíssima tendência para a endogamia conforme as procedências”.<sup>458</sup>

Para tanto, procuramos cruzar nossas três fontes principais: 1) Livro I de Batismo; 2) Livros (sem nome) de Casamento; 3) Livros I de Óbito, e assim analisarmos as formas de reprodução nas escravarias por etnia e classe social. Essa análise pode trazer a luz se havia uma preferência dos escravos por parceiros de suas nações, como também em relação à escolha dos senhores pelo tipo de reprodução para ampliar e manter o número de cativos em suas fazendas. Para analisarmos esses grandes, médios e pequenos plantéis nas escravarias de Neves usaremos como referência o modelo tomado por Douglas Libby e Clotilde Paiva: “As grandes posses (mais de 30 escravos) [...] as propriedades pequenas entre 5 e 9 escravos [...] as médias (de 10 a 30 mancípios), por plantel.”<sup>459</sup>

Com relação à reprodução natural entre os escravos de nações diferentes, Soares acredita que, “em matéria de casamento, africanos e africanas nutriam um forte desprezo contra os escravos nascidos no Brasil [...] Embora a recíproca também fosse verdadeira, os ‘crioulos’ tinham menos dificuldades para aparar suas arestas com os africanos”.<sup>460</sup>

Sabemos que, em Neves, a primeira metade do século XIX foi um período no qual se enquadraram as propriedades de grandes, médios e pequenos planteis, e as escravarias tendiam a serem compostas, sobretudo, por crianças, adultos e velhos,<sup>461</sup> crioulos e africanos. Soares analisou o número de escravos africanos de acordo com o tamanho das escravarias de Campos dos Goitacazes afirmando que:

<sup>458</sup>SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 83.

<sup>459</sup> LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho: em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX*. São Paulo. Brasiliense, 1988. PAIVA, Clotilde A. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. apud, GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. PINTO, Fábio Carlos Vieira. MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento ...*p. 189.

<sup>460</sup>SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...*p. 85-86.

<sup>461</sup> O termo velho aparece nos registros paroquiais aludindo a uma idade descritiva.

nas escravarias de pequeno e grande porte [...] a presença de dois ou três cativos de origem africana nas escravarias de menor porte era suficiente para projetar o percentual de adultos a níveis bastante elevados. Já no caso das grandes unidades produtivas, voltadas para agroexportação, a elevada proporção de adultos estava diretamente vinculada à carência sempre e cada vez maior de braços para manutenção e/ou ampliação de suas atividades.<sup>462</sup>

Durante a presente pesquisa, no Livro de Batismo, observamos o número de escravos crioulos<sup>463</sup> e africanos que moravam nas grandes e médias escravarias e seus proprietários.<sup>464</sup> Conforme os dados da tabela 9 apresentados acima, computamos: Álvaro Pinto Cunha, José Ferreira Maya e João José Firmino, senhores da propriedade do Lírio e possuidores de 22 cativos; Antonio José Lopez de Araújo & Manoel José de Araújo, proprietários da fazenda Nova do Rio São Pedro que detinham 126 escravos; Manuel Gomes Braga e Custódio Gomes Braga donos da propriedade do Morro da Onça, senhores de 89 escravos.

Também, encontramos Amaro Velho da Silva, Custódio José T. Pinto proprietários da fazenda da Atalaia e Luiz Antonio Pires na Atalaia, possuidores de 113 mancípios; Francisco José de Paula, senhor da propriedade da Coroa e que tinha 10 mancípios; Manoel Ferreira Maia e D. Anna Joaquina de São José, donos da fazenda da Carreira Cumprida e senhores de 57 escravos inocentes; Lourenço Antonio Ferreira, proprietários da fazenda de Bonsucesso e de 23 escravos; Manoel Joaquim de Figueiredo e Esmericianna Dantas e Cunha, que possuíam na fazenda da Alfândega e na fazenda Sapucaia 87 cativos.

<sup>462</sup>SOARES, Márcio de Sousa. A remissão do cativo...p. 74.

<sup>463</sup> Vimos no capítulo III com Libby e Frank, que o termo —crioulol era usado para designar os negros nascidos no Brasil, Ver In. LIBBY, Douglas Cole e FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, n° 58, p. 383-415 – 2009. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso em 16 jun. 2019. p. 388. Francisco Silveira Bueno afirma que crioulos são “os filhos de escravos; pretos nascidos na senzala; mestiços, mulatos”. Ver In. BUENO, Francisco da Silveira. Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: FAE, 1986, p. 312. Ou seja, para Bueno, no período por nós recortado o termo crioulo era usado para os filhos de escravos pretos ou pardos que nasciam no Brasil, e eles não eram considerados como brasileiros. Ricardo Corrêa Peixoto afirma que, “Crioulo, que é derivado da palavra ‘crea’, como era escrita no Império à palavra ‘cria’, tratava-se de ‘pessoas criadas na terra’, ou seja, a pergunta que todos fazem é: Mas crioulo já não é preto?, não há no seu título um pleonasmo?, em absoluto, todos nós somos crioulos, gostemos ou não, pois somos cria dessa terra, mas nosso objeto de pesquisa se limita aos crioulos pretos, que são aqueles que de certa forma foram banidos para as sarjetas de nossa civilização.” Ver In. PEIXOTO, Ricardo Corrêa, “Crioulos Pretos”: de propriedade dos outros a proprietários de si mesmos. Disponível em: [www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11](http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11) Acesso em 16 jun. 2019. p. 3. Para que o leitor não fique confuso usaremos a definição de “crioulo” para os filhos de escravos pretos nascidos no Brasil.

<sup>464</sup> Para que o leitor entenda, estamos usaremos como referência o modelo usado por Douglas Libby e Clotilde Paiva: onde as pequenas detém, entre 5 e 9 escravos, às médias de 10 a 30 e as grandes posses mais de 30 escravos, mancípios, por plantel. Ver In. LIBBY, Douglas C. Transformação e trabalho... PAIVA, Clotilde A. População e economia nas Minas Gerais do século XIX; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais. apud*, GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. PINTO, Fábio Carlos Vieira. MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento... p. 189.

Como sabemos, nesse período, a facilidade de compra de escravos africanos permitia aos senhores adquirirem mão de obra relativamente barata, para manter e/ou ampliar suas posses.<sup>465</sup> Mas, também, a reprodução natural nas escravarias poderia permitir aos senhores a manutenção e a ampliação de suas posses. Ao analisar os batismos de Neves, observamos muitos escravos inocentes. Acreditamos que eram batizados antes de chegar à idade adulta, pois, além do registro de batismo servir como um documento no qual provava que o escravo pertencia ao senhor, e ele não desejava pagar a multa estipulada pela Igreja por não batizar seu cativo, muitos mancípios morriam poucos meses ou anos após nascerem. Soares assegura que a

Igreja recomendava que o batizado de inocentes fosse realizado o mais rápido possível, sobretudo porque era grande o número de crianças que faleciam em tenra idade. Em Campos dos Goitacases, a maior parte dos batizados de escravos inocentes era feita geralmente poucos dias ou semanas após o nascimento.<sup>466</sup>

Se a maior parte dos cativos inocentes era batizada em Campos dos Goitacases em poucos dias ou semanas depois de nascerem, podemos assegurar que eles eram nascidos no Brasil, conforme nos esclarece Soares. O autor ao afirmar que os “nascidos no Brasil, nas primeiras três décadas do século XIX, os crioulos, pardos, mulatos e cabras passaram a valer mais do que os africanos”<sup>467</sup>, leva-nos a entender que o termo “crioulo” era usado para designar os nascidos no Brasil. Baseado nas afirmações de Soares, entende-se que os inocentes eram nascidos no Brasil (crioulos) e os escravos adultos eram africanos, visto no capítulo I. Para saber a quantidade de escravos africanos (adultos) e de crioulos (inocentes nascidos em Neves)<sup>468</sup> que constam nos assentos de batismo e que os proprietários adquiriram por ofertas elásticas

<sup>465</sup> Ver. In. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo. SP. Editora Unesp. 2014, p. 53-54 .

<sup>466</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do Cativo...* p. 120.

<sup>467</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do Cativo...* p. 161.

<sup>468</sup> Os cativos inocentes, que constam nos assentos de batismo, eram nascidos em Neves pelos seguintes motivos: a maior parte deles era batizada dias ou semanas após nascerem como Soares afirmou sobre os inocentes batizados em Campos dos Goitacazes; também no período do recorte temporal por nós estipulado uma viagem da África para o Rio de Janeiro durava meses. Segundo Jaime Rodrigues, “tripulantes e africanos faziam juntos a travessia dos oceanos por um tempo que, no século XIX, podia variar de sessenta a noventa dias (considerando viagens de Angola e Moçambique, respectivamente, para o Rio de Janeiro) se tudo transcorresse normalmente” ver In. RODRIGUES, Jaime. *Cultura marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil (sécs. XVIII E XIX)*. Disponível em: [www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo) Acesso: 12 jan. 2019. p. 35. Embora houvesse em Neves inocentes batizados, alguns anos após o nascimento, como foi visto no capítulo II, eles eram gerados em Neves. Marcussi afirma que para os escravos não morrerem pagãos durante a viagem via Atlântico eram batizados os portos africanos de origem. Ver In. MARCUSSI, Alexandre Almeida. *A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII*. Disponível em: [www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/artigos/v01n02a06.pdf](http://www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/artigos/v01n02a06.pdf). Acesso: 11 jun. 2019. p. 74. Esses acontecimentos tornam evidente, que inocentes por nós observados, eram nascidos, batizados e assentados pelos vigários nos livros de registros paroquiais da freguesia de Nossa Senhora

de escravos africanos ou obtinham pela reprodução natural nas escravarias – pela tabela 14 computamos o número dos cativos que eram nascidos em Neves e o número de cativos nascidos no continente africano.

Tabela 14- Batismos de escravos crioulos e africanos nas fazendas da freguesia de Neves 1809-1822

Nome dos Proprietários	Número de Africanos	Número de Crioulos	Total	%
Álvaro Pinto Cunha José Ferreira Maya João José Firmino – Lírio	6	16	22	4,19 %
Antonio José Lopez de Araújo & Manoel José de Araújo – Nova do Rio São Pedro	71	55	126	23,95%
Manuel Gomes Braga & Custódio Gomes Braga – Morro da Onça	66	23	89	16,97%
Amaro Velho da Silva – Atalaia Custódio José T. Pinto & Luiz Antonio Pires - Atalaia	1	112	113	21,24%
Francisco José de Paula Coroa	10	0	10	1,9%
Manoel Ferreira Maia & D. Anna Joaquina de São José – Carreira Cumprida	55	2	57	10,89%
Lourenço Antonio Ferreira – Bonsucesso	19	4	23	4,36%
Manoel Joaquim de Figueiredo & Esmericianna Dantas e Cunha – Alfândega & Sapucaia	20	67	87	16,50%
<b>Total:</b>	248	279	527	100%
%	47,05%	52,95%	100%	100%

**Fonte:** Registros Paroquiais de batismo – Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé (1809-1822).

Como os vigários não atentavam em anotar as origens e o nome dos cativos, elaboramos a tabela 14 apresentada acima. Para montá-la, colhemos os dados que essa fonte paroquial poderia nos proporcionar. A partir dos dados colhidos observamos (52,95%) 279 escravos nascidos no Brasil e (47,05%) 248 escravos importados via tráfico de africanos, ficamos sabendo que o número de escravos africanos era um pouco inferior ao de crioulos.<sup>469</sup>

das Neves. Nossa afirmação é baseada em uma análise feita nos registros paroquiais de Neves, das idades e do local onde eram batizados os escravos inocentes, pelas afirmações de Márcio Soares, de Jaime Rodrigues e de Alexandre Almeida Marcussi. Por meio dessa análise, podemos assegurar que os cativos inocentes eram nascidos em Neves, eram crioulos. E se havia inocentes em Neves importados do continente africano, deveria ser uma quantidade insignificante.

<sup>469</sup>Sabemos, que neste período, imigrou uma ampla quantidade de escravos importados em Macaé como o observado na introdução, contudo, pelos dados que observamos nos registros paroquiais de Neves, constatamos que eles eram de idade adulta, e se havia inocentes cativos importados na região que não estavam assentados nos livros paroquiais, era uma quantidade muito insignificante como o visto.

Um fato curioso, observado na tabela acima, refere-se à fazenda da Atalaia, a qual já havia pertencido à família Velho, continha apenas 1 escravo africano<sup>470</sup> e 112 escravos nascidos no Brasil, o que nos permitiu deduzir que a família Velho e os novos proprietários da fazenda optaram pela reprodução natural em sua escravaria e não pela reprodução via tráfico Atlântico para manter e/ou aumentar o plantel em sua fazenda.<sup>471</sup> Pensando nisso, notamos que havia cinco fazendas em Neves que deram preferência pela reprodução natural para manter ou aumentar seu plantel, e outras 2 fazendas optaram por manter seus plantéis pela reprodução via tráfico Atlântico. Mas, por qual motivo a maioria dos grandes e médios proprietários das fazendas de Neves optou pela reprodução natural e uma pequena minoria optou pela reprodução via tráfico Atlântico?

Após a observação acima, aprofundamos a nossa pesquisa e obtivemos respostas acerca dos questionamentos feitos. Sabemos que muitos escravos adultos poderiam ter sido batizados nos portos de África ou também nos navios negreiros, como visto. Com relação aos pequenos proprietários, algo tem em comum com afirmação de Soares:

Durante a fase de expansão do tráfico (1809 a 1825) os pequenos senhores aumentaram um pouco sua participação no mercado de escravos. Aqueles que possuíam até nove cativos (61,7%) eram donos de 17,2% do total das escravarias. Pelos passaportes expedidos pela Intendência de Polícia da Corte, nesse período haviam sido remetidos 7.876 escravos novos para Campos.<sup>472</sup>

Na tabela 14, notamos que alguns senhores tinham preferência pela reprodução via tráfico Atlântico, mas, ficamos surpresos por mais de 50% dos senhores de escravos de Neves, incluindo os proprietários de grande porte, optarem pela reprodução natural em suas escravarias, pelo menos no período recortado. Em períodos posteriores, houve dificuldade para repor os planteis com cativos importados do continente africano. Soares afirmou para a região de Campos que:

Foi durante a crise da oferta de mão-de-obra de origem africana, entre 1826 a 1831, que o nível de concentração da posse de escravos atingiu seu nível mais elevado. Dada à iminência da extinção oficial do tráfico atlântico, as incertezas do futuro e dependência estrutural de escravos novos para a

<sup>470</sup> Amaro Velho da Silva aparece no Livro I de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves proprietário de 11 escravos sendo apenas 1 adulto e 10 inocentes.

<sup>471</sup> Vale lembrar que nos assentos de batismo de Neves encontramos 438 escravos inocentes e 205 escravos adultos, e somente encontramos 1 escrava adulta de nome Maria batizada em 09/06/1810 e ela pertencia a Amaro Velho da Silva e também lembrar que nessa data Amaro foi visto pela última vez nos assentos de batismo do livro I da freguesia de Nossa Senhora das Neves, talvez seu sobrinho, não estava interessado em fazer mais seus investimentos na fazenda da Atalaia, já que seu tio faleceu em 1811.

<sup>472</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do Cativo*... p. 70.

reprodução ampliada das atividades açucareiras, os grandes produtores locais praticamente absorveram a maior parte da oferta disponível.<sup>473</sup>

Para confirmarmos se a maioria dos fazendeiros de Neves optou pela reprodução natural, ou não, pesquisamos outro autor, além dos assentos paroquiais. Lembramos ao leitor o que Sheila de Castro Faria, assegura no capítulo II sobre a ampla a proporção de filhos legítimos em Neves,<sup>474</sup> e afirma que, na freguesia de São Salvador dos Campos dos Goitacazes, “as ligações matrimoniais, - sancionadas pela Igreja – e a família eram fundamentais para o funcionamento e reprodução de unidades produtivas.”<sup>475</sup> Assim, se havia uma ampla maioria de filhos legítimos e se os matrimônios eram de suma importância para reprodução nas propriedades que produziam alimentos, cremos que uma das opções desses proprietários, para o aumento populacional de cativos nos planteis, era pela reprodução natural, aprovada pela Igreja Católica.

Observamos, dessa maneira, que o papel da Igreja era legitimar os casamentos e a formação das famílias escravas. A Igreja Católica acolhia o casamento e o batismo dos escravos, de acordo com a citação bíblica: “Sede, pois, fecundos e multiplicai-vos, e espalhai-vos sobre a terra abundantemente.”<sup>476</sup> Esse fato nos levou a uma questão: Será que alguns dos senhores de escravos seguidores do catolicismo e frequentadores assíduos da Igreja, ao ouvir essa citação do vigário, aceitavam que seus cativos se multiplicassem e se reproduzissem?

Alguns desses proprietários podem ter apoiado seus escravos que se multiplicassem e se espalhassem abundantemente nas terras de suas fazendas, justamente por este motivo. Uma parcela dos senhores de Neves, podem ter ouvido e seguido às palavras de Nosso Senhor Jesus Cristo, mencionadas pelos vigários nas missas, nos oratórios de suas fazendas, ou na Igreja da freguesia de Nossa Senhora das Neves. Além do mais, a Bíblia Sagrada era lida no Brasil diariamente pelos vigários, como afirma Hugo Fragoso.<sup>477</sup>

Pode ser que, alguns dos senhores de escravos de Neves fossem muito cristãos e seguissem as palavras de Jesus Cristo, afinal como já vimos o catolicismo era a religião oficial no Brasil. No entanto, também, entendemos que eles estavam reproduzindo mão de obra escrava, ou seja, o fato desses senhores apoiarem o casamento e os nascimentos de crianças escravas significaria que poderiam recorrer ao tráfico transatlântico com menos intensidade, é

<sup>473</sup>SOARES, Márcio de Sousa. A remissão do Cativo... p. 70.

<sup>474</sup>FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...* p. 51.

<sup>475</sup>FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...* p. 52.

<sup>476</sup>Bíblia Sagrada. Editora Ave-Maria. São Paulo, SP- Brasil. Gênesis 9:10 -7. Disponível em: [www.avemaria.com.br](http://www.avemaria.com.br) Acesso: 01 jun. 2019 p. 56.

<sup>477</sup>FRAGOSO, Hugo. “O Protestantismo no Brasil Imperial” IN: HAUCK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; et alii. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis-RJ: Vozes, 1992. p. 238.

uma lógica econômica. Existe uma questão econômica mais forte que a religiosa na reprodução natural.

Um acontecimento que liga a questão do catolicismo a questão econômica, levou-nos a entender o motivo pelo qual os proprietários ao optarem por batizar um conjunto de cativos, também escolhiam por legalizar perante a Igreja a reprodução desse coletivo em suas escravarias. Os vigários, ao anotarem os nomes dos escravos e de seus senhores, ao batizarem mais de um cativo de uma só vez, faziam com que os senhores apresentassem um documento de propriedade do conjunto com mais ligeireza, a dificuldade de locomoção do vigário também proporcionou isso.

Soares afirma que em Campos do Goitacazes: “os batizados coletivos de adultos já se faziam notar antes da crise da oferta de mão de obra, tornaram-se avassaladores após 1826, agregando expressivas quantidades de escravos de um mesmo senhor numa única cerimônia”.<sup>478</sup> A afirmação do autor deixou-nos surpresos, pois o acontecimento mencionado era comum de ser realizado pelos Vigários de Neves, os quais, desde antes de 1826, realizavam celebrações coletivas de batismos, tanto de adultos quanto de inocentes.

Essa constatação levou-nos a entender que essa prática era comum na freguesia em análise. Acreditamos que os proprietários de escravos da localidade, talvez ainda não tivessem conhecimento de que haveria uma crise na oferta de mão de obra, e o que eles buscavam com essa prática, era realizar o maior número de batismo possível em seu plantel, visto que os registros de batismo serviam como um documento prova de que o conjunto de cativos era de sua propriedade.

Os fortes laços parentais entre as famílias Ferreira Maia, Campos e Teixeira Pinto, constituíram os motivos que nos levaram a acreditar que esses senhores faziam uso dessa prática de batismo coletivo, para repor legalmente expressivas quantidades de escravos, conforme o afirmado por Soares. Lembramos ao leitor que Bárbara Alexandrina Francisca de Campos, esposa do Capitão José Ferreira Maia, tem como avós paternos Luis Teixeira Maia e Maria Luisa, da Villa de Macaé natural de Macaé, e avós maternos José Francisco Campos e Francisca, natural de Macaé e moradores em São Salvador, Campos dos Goitacazes.<sup>479</sup>

Para que o leitor entenda com mais clareza o que essas duas famílias têm em comum com a reprodução Natural, percebemos que, os modos de reposição de escravos nas freguesias de Neves e de São Salvador dependiam do modo como os senhores se organizavam para produzir e/ou reproduzir em suas fazendas. E, devido à proximidade das duas freguesias e os

<sup>478</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 71.

<sup>479</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 71.

graus de parentesco entre os Maia e os Teixeira Pinto, acreditamos que existia um movimento de trocas de informações entre essas duas famílias e também de outros proprietários de escravos, com o objetivo de realizarem o sacramento do batismo em seus escravos o mais rápido possível, para ampliação de seus plantéis.

Soares assegura que: “antes de falecer [...] o capitão Jerônimo Martins Ferreira batizou 22 adultos e sua mulher prosseguiu adquirindo mais escravos, tendo batizado 45 adultos, entre setembro de 1819 e fevereiro de 1829, pouco tempo antes de morrer”.<sup>480</sup> Como podemos observar o capitão Jerônimo Martins Ferreira, sabendo da crise de mão de obra que viria, optou para repor sua escravaria por uma reprodução via Atlântico <sup>481</sup>, pois, ele os adquiriu já adultos, e em Neves uma grande parte dos fazendeiros fez uma maior opção pela reprodução natural, contudo, não deixaram de optar via tráfico Atlântico, como nos mostra a tabela 14.

Como demonstrado, os acontecimentos ocorridos na freguesia em análise eram parecidos com os de outras localidades. Sendo exposto que em Neves, os senhores pareciam ter interesses em apoiar as uniões conjugais entre seus escravos, a fim de evitar possíveis conflitos entre eles, mesmo que, ainda com essa atitude, ocorressem alguns acontecimentos vistos pelos senhores como desagradáveis. Entendemos que também ajudava os senhores a se beneficiarem pela reprodução natural de seus escravos nas suas fazendas. Os proprietários de escravos da freguesia de Neves agiam de maneira parecida como os senhores das freguesias de São Gonçalo e de São Salvador, embora discordassem em alguns pontos. Soares afirma que:

Não obstante a antiguidade da ocupação da freguesia de São Gonçalo - e até mesmo a de São Salvador - e a quantidade expressiva de crioulos nas grandes unidades produtivas, a escravidão em Campos foi predominantemente, adulta, masculina e africana. Todas as faixas de tamanho de escravarias sempre se mostraram, entre adultos e velhos, enormemente africanizadas. Assim sendo, aquela expressiva presença de crianças - que equilibra a proporção entre africanos e nascidos no Brasil na contabilização geral - de modo algum sugere que houvesse uma reprodução natural da população escrava, na medida em que grande parte delas não chegava à idade adulta. O ritmo acelerado de

<sup>480</sup>SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do Cativo...* p. 70.

<sup>481</sup>Vimos com historiadores, os registros de batismo que indicavam escravos adultos, tratavam-se, de cativos recém chegados da África, para a reprodução de mão de obra nas escravarias. Foi visto por nós, que muitos escravos adultos foram batizados na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé. e também vimos neste capítulo que pelo motivo de muitos mancipios morrerem poucos meses ou anos após nascerem, eles eram batizados antes de chegar à idade adulta, pois, o senhor não desejava pagar a multa estipulada pela Igreja por não os batizar. Ver In. CORRÊA, Carolina Perpétuo. Comércio de escravos... p. 2. LIBBY, Douglas Cole & BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus: batismo de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712 – 1810. *Varia História. Belo Horizonte*, v. 31, 2004. Disponível em: [periodicos.pucminas.br](http://periodicos.pucminas.br) Acesso: 09 jul. 2019. p. 70. LIBBY, Douglas Cole & BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus... p. 70. FREIRE, Jonis. & SOUSA, Jorge Prata de. O Tráfico Ilícito no Litoral Norte Fluminense... p. 30 e 38.

expansão da produção açucareira exigia sempre, e cada vez, mais braços de africanos adultos.<sup>482</sup>

A citação acima nos levou a deduzir que, em Neves a situação de repor os planteis das escravarias era parecida do que o autor afirma, porém, não era igual. Os proprietários de Neves discordavam em alguns pontos de vista dos da freguesia de São Gonçalo e de São Salvador. Sabemos pelo visto nos registros paroquiais e com as afirmações de Sheila de Castro Faria neste capítulo, que os senhores de Neves valorizavam as uniões conjugais e a reprodução natural. Para entendermos o que estamos afirmando montamos a tabela 15 abaixo:<sup>483</sup>

Tabela 15 – Índice de Batismo e de Óbitos de escravos na Freguesia de Neves (1809-1822)

<b>Batizados Escravos</b>	<b>Tabela 2</b>	<b>%</b>	<b>Óbitos Escravos</b>	<b>Tabela 7</b>	<b>%</b>
<b>Inocentes</b>	438	68,77%	<b>Inocentes</b>	240	61,53
<b>Adultos</b>	205	31,33%	<b>Adultos</b>	150	38,47%
<b>Total</b>	643	100%	<b>Total</b>	390	100%

**Fonte:** Registro de Batismo e Óbitos da Paróquia Nossa Senhora das Neves Livro 1 de 13/06/1809 a 10/02/1822

Se os inocentes escravos eram crioulos, como já afirmamos e se eles eram reproduzidos nas fazendas ou pelo menos em algumas delas, como já observamos, isso indica que eles não vinham do tráfico e sim das mães escravas. Observamos na tabela 15 que os senhores de Neves davam prioridade pela reprodução natural, mas não desprezavam a reprodução via tráfico Atlântico.<sup>484</sup> Analisando a tabela 2 presente no capítulo II, do total de 643 escravos, encontramos 438 (68,77%) que eram inocentes batizados e 205 (31,33%) adultos batizados. Analisando a tabela 7, do total de 390 escravos, 240 (61,53%) eram inocentes e 150 (38,47%) adultos, sendo que ambos falecidos.

Fazendo uma análise comparativa da tabela 2 com a tabela 7, observamos que no livro de óbitos, morreram 240 crianças e 150 adultos ( $240 - 150 = 90$ ); e de acordo com o livro de batismo nasceram 438 crianças e 205 adultos ( $438 - 205 = 233$ ). Logo, vimos que houve 90 óbitos a mais de crianças em relação a adultos nos assentos de óbitos, além de terem nascidas 233 crianças a mais do número dos escravos escritos nos assentos de óbitos.

<sup>482</sup> SOARES, Márcio de Sousa. A remissão do Cativo... p. 76.

<sup>483</sup> Descartamos os escravos não identificados (NID) da tabela 2 e 7.

<sup>484</sup> Vimos com historiadores, que os registros de batismo indicavam escravos adultos, tratavam-se, de cativos recém-chegados da África, para a reprodução de mão de obra nas escravarias. E vimos também, que muitos escravos adultos foram batizados na freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé. Ver In. CORRÊA, Carolina Perpétuo. Comércio de escravos em Minas Gerais... p. 2. LIBBY, Douglas Cole & BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus... p. 70 FREIRE, Jonis. & SOUSA, Jorge Prata de. O Tráfico Ilícito no Litoral Norte Fluminense... p. 30 e 38.

Percentualmente, eram batizadas 7,24% crianças a mais do que morriam, e também eram batizados 7,14% adultos a menos em relação aos óbitos dos adultos, ou seja, a porcentagem de 14,38% do número de crianças a mais do que a de adultos. Mesmo com a morte de tantos inocentes, percebeu-se que em Neves a proporção de escravos inocentes era maior que a de adultos. Com relação ao batismo de adultos, Flávio Gomes afirma que:

Não se conhecem em detalhes a regularidade e os padrões de batizados de africanos recém-chegados, se eram feitos nas feitorias africanas, nos navios negreiros ou somente nas regiões de desembarques. Tais padrões podem ter variado conforme as regiões de embarque do tráfico atlântico, os fluxos do tráfico e os períodos. Não podemos descartar a hipótese de que muitos africanos acabavam sendo batizados antes da travessia atlântica. Havia inclusive uma ordem régia de 1719 tanto para que as autoridades eclesiásticas em Angola providenciassem os batismos como os padres de Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro o realizassem, pois “havendo casos em que o cabido e o bispo de Angola possam não ter batizado os negros, antes de embarcarem” era necessário no Brasil “batizar os que aportarem nos navios e sem demora para não morrerem em falta deste sacramento.”<sup>485</sup>

Por meio da citação acima, podemos observar mais uma vez que era indispensável batizar o mais breve possível os cativos adultos recém-importados da África. E é evidente que escravos adultos eram batizados assim que chegassem a Neves. Esse número de africanos era menor em relação às crianças crioulas reproduzidas naturalmente em Neves para renovar e abastecer as escravarias, conforme o observado na tabela 15.

Em um período anterior ao analisado nesse trabalho, Faria enfatizou que entre 1748 e 1798 o índice de crianças da freguesia de Nossa Senhora das Neves já era maior do que a de São Salvador<sup>486</sup>, a afirmação da autora corrobora com nossos dados acima que mostram que índice de crianças era maior do que o de adultos. E, além do índice de crianças ser maior do que o de adultos, muitas delas já tinham a idade entre sete e doze anos, como o observado nos registros de óbito. Sendo assim, por qual motivo elas não trabalhavam e não eram utilizadas pelos senhores na produção agrícola em suas fazendas?

Acreditamos que em Neves muitas crianças viviam até chegar à idade adulta, e existia uma reprodução natural. Também, entendemos que as crianças escravas antes de chegar à idade adulta já trabalhavam como os adultos nas escravarias, como afirma Katia Mattoso:

<sup>485</sup> VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História antiga das Minas Gerais (1703-1720)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. v.2. p.245-246. (Biblioteca Popular Brasileira, n.24). 1948. *Apud* GOMES, Flávio. A demografia atlântica dos africanos...p.81.

<sup>486</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...* p. 57.

Por volta dos sete para os 8 anos, a criança não terá mais direito de acompanhar sua mãe brincando, ela deverá prestar serviços regulares para fazer jus às despesas que ocasiona a seu senhor [...] A idade de sua vida vai dos sete aos doze anos, não é mais uma idade de sua infância, porque sua força de trabalho é explorada ao máximo.<sup>487</sup>

As crianças escravas trabalhavam duro como os escravos adultos em Neves e, os senhores fizeram essa opção para explorar o máximo suas forças. Entretanto, não poderia haver essa opção de exploração da força de trabalho, se não houvesse crianças e, para existir inocentes teria que haver uma boa relação entre casais escravos. Acreditamos que sem um bom relacionamento, paz e organização entre os casais escravos, eles não poderiam se reproduzir. Assim, é evidente que os senhores se beneficiavam com a paz e a organização de seus escravos nas senzalas, mesmo que eles fossem de origens diferentes.

Graça Filho afirma que, a organização “de famílias escravas permitiria a socialização dos africanos nas senzalas e colaboraria na estabilidade do plantel [...] e a consequente ampliação da riqueza dos senhores, beneficiada pela reprodução das escravarias”.<sup>488</sup> Nós corroboramos com a afirmação do autor, pois, a socialização entre os cativos, contribuiria para que houvesse calma e estabilidade entre eles para se reproduzirem, e consequentemente aumentar a fortuna dos fazendeiros. Porém, Gorender garante que não havia estabilidade no plantel de escravos e sim uma instabilidade e promiscuidade entre eles.<sup>489</sup> Graça Filho nos assegura que:

Ao contrário de [...] Jacob Gorender e outros autores que ressaltaram as dificuldades para a construção dos laços familiares no cativo, enfatizando a instabilidade dessas famílias perpassadas pela ameaça da venda dos cônjuges e pela promiscuidade, os nossos resultados de pesquisa apontam para a consistência desses matrimônios, com a manutenção visivelmente majoritária dos casais após o momento da partilha dos bens entre herdeiros.<sup>490</sup>

Assim como Graça Filho, também discordam de Gorender: Robert Slenes; Sheila Faria; Stuart Schwartz; Silvia Brügger; Manolo Florentino e Roberto Góes.<sup>491</sup> Esses historiadores

<sup>487</sup> MATTOSO, Katia M. de Queiros. *O Filho da escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre)*. 1988. Disponível em: <https://www.anpuh.org> Acesso: 02 jun. 2019. p. 52.

<sup>488</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. PINTO, Fábio Carlos Vieira. MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Famílias escravas em Minas Gerais...* p, 188.

<sup>489</sup> GORENDER, Jacob. *Escravidão. Entrevista a Jacob Gorender. Liberalismo e Escravidão. Estudos Avançados 16 (46)*, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br> > pdf Acesso: 04 jun. 2019. p. 215

<sup>490</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. PINTO, Fábio Carlos Vieira. MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Famílias escravas em Minas Gerais...* p, 188.

<sup>491</sup> Ver. Neste trabalho In. FLORENTINO, M. e GÓES, J.R. *A paz das senzalas*; SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor*; FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia. Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.23, dez. 1992 e SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Edusc, 2001. Para as discussões sobre o apadrinhamento de escravos. BRÜGGER, S. M. J. *Legitimidade,*

afirmam que, os laços de parentesco e de compadrio serviam para que houvesse uma estabilidade entre as famílias escravas. Esses laços funcionavam como uma aliança estabelecida pelos cativos para se protegerem entre si ou com outros de diferentes condições sociais. Portanto, havendo a paz e a organização de escravos nas senzalas haveria também uma solidariedade, estabilidade nos laços afetivos e um aumento no número das relações sexuais e como consequência o aumento de cativos na escravaria.

Em uma análise realizada no território da Zona da Mata mineira, Jonis Freire observou, nesse mesmo período, que: “as duas opções para o aumento do número de cativos – reprodução natural e tráfico de escravos – parecem não ter sido excludentes na referida localidade, mas complementares”.<sup>492</sup> Pelo o que analisamos em Neves, também não podemos excluir essas duas opções, embora observassem predominância de uma reprodução natural.

Pelo visto, em Neves, as duas opções não foram excludentes. No período que recortamos, quantificamos amostras dos plantéis das fazendas de Neves avaliando as aparições de crioulos e de africanos nos registros paroquiais. Essa análise está relacionada a esses dados e tem como objetivo perceber alguma mudança nos plantéis que compõem as escravarias das fazendas de Neves onde se pode haver uma maior capacidade para renovação dos plantéis.

Mas, se eles se casavam e se reproduziam como ocorriam as escolhas dos escravos pelos seus cônjuges? Essa questão nos fez refletir sobre as escolhas entre os cativos, se havia entre eles escolhas por parceiros da mesma etnia ou se não tinham opções de escolha. Embora se encontrem nos assentos paroquiais de Neves alguns casamentos endogâmicos e/ou casamentos exogâmicos por etnia, e mesmo se tentássemos criar condições de possibilidades para sabermos a quantidade dos casamentos endogâmicos e exogâmicos por cor e condição social isso seria impossível, pois, segundo Jonis Freire:

Baseando-nos na historiografia, consideramos casamentos endogâmicos aqueles ocorridos entre cativos “iguais”, dentro de seu próprio grupo, no que diz respeito à origem ou à cor, crioulo com crioula, pardo com parda, africano com africana; no caso desses últimos, consideramos também relações endogâmicas as ocorridas entre mina e mina, rebole e rebole etc. Os casamentos exogâmicos são os que ocorreram fora do grupo, entre os “desiguais”, também em relação à origem e à cor, ou seja, africano com crioula, crioulo com parda, no caso dos africanos, aquelas relações ocorridas

casamento e relações ditas ilícitas em São João Del Rei (1730-1850). In: LIBBY, D. C. e PAIVA, C. A. (orgs.) *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira*. v.2. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 2002.

<sup>492</sup> FREIRE, Jonis. *Escravidão e Família na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Ed. Alameda. São Paulo. SP, p. 159.

entre mina e cassange, angola e moçambique também são consideradas exogâmicas.<sup>493</sup>

Para que, a pesquisa avançasse, procuramos identificar qual o perfil das uniões matrimoniais da população escrava de Neves, ou seja, saber se crioulas eram casadas com crioulos, ou se crioulas foram casadas com africanos, ou se africanos tinham sido casados com africanas ou vice versa. Também, observamos, se havia outros tipos de uniões entre os escravos, como por exemplo: africanas com pardos, ou índios, ou brancos, e vice versa, a partir dessa observação avançamos e nos aprofundamos em nossas análises nos registros paroquiais da freguesia de Neves relativos às duas primeiras décadas do século XIX.

Na análise desenvolvida por Slenes no município de Campinas, as escolhas de escravos, por casamentos com outros escravos da mesma etnia, não podem ser interpretadas como uma intensa tensão étnica dentro do cativo. Slenes assegurou em sua pesquisa em Campinas a confirmação de uma intenção dos mancipios pelas uniões endogâmicas.<sup>494</sup> Esses dados podem estar de acordo com os dados de nossa pesquisa em Neves. Porém, como falamos, não temos como obter muitas informações sobre a etnia dos escravos nos registros paroquiais de Neves, embora saibamos que, ligado a uniões de mesma etnia, existia também na paróquia um número de relações exogâmicas, ou seja, uniões entre indivíduos de etnias diferentes.

A disposição da endogamia por etnia nas relações matrimoniais estabelecidas pelos escravos, também foi pesquisada por Sheila de Castro Faria em seu trabalho na região de Campos dos Goitacazes. Contudo, a autora observou que, dentre os crioulos, as uniões exogâmicas eram mais comuns, apesar de também preferirem relações endogâmicas.<sup>495</sup> Florentino e Góes também observaram a mesma preferência por relações endogâmicas entre os escravos do senhor Manoel Aguiar Vallim, proprietário da fazenda Resgate (Bananal – São Paulo), onde as uniões compostas entre africanos com crioulas e entre crioulos e africanos também se deram.<sup>496</sup>

A nossa dificuldade em saber a preferência dos escravos de Neves pela etnia, parece a mesma de Jonis Freire, o autor nos mostra que: “Os registros apontam várias pessoas descritas pelo pároco com apenas um nome, indicativo, quem sabe, de sua condição cativa, visto que se fossem livres, mesmo que pobres, possivelmente teriam seu sobrenome indicado”.<sup>497</sup>

<sup>493</sup> FREIRE, Jonis. Família, Parentesco Espiritual e Estabilidade Familiar entre Cativos Pertencentes a Grandes Posses de Minas Gerais – In, MORENO, Bruno. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso: 08 mai. 2013 p. 37-38.

<sup>494</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor...* p. 79.

<sup>495</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento...* p. 327.

<sup>496</sup> FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras...* p. 152.

<sup>497</sup> FREIRE, Jonis. Família, Parentesco Espiritual... p. 13.

Somente pela análise dos registros paroquiais de Neves não podemos afirmar se havia ou não preferências por casamentos entre crioulos e africanos e tampouco se existiam preferências por uniões endogâmicas entre os cativos da freguesia de Neves, entende-se ser necessário realizar uma maior profundidade nas análises. Pela análise, o que observamos foi mesmo se todos os crioulos e todos os africanos em que a origem não foi conhecida por nós, tivessem nascidos em outras regiões, eles eram escravos que migraram para a freguesia de Nossa Senhora das Neves. Com menos de 2% dos registros de batismo, casamento e óbito nos revelando a origem étnica dos noivos, não podemos perceber, em nossa pesquisa, a predominância de uniões endogâmicas entre os crioulos com africanos, e/ou pardos, e/ou índios e/ou brancos e vice versa. Os quadros abaixo nos permitem saber a porcentagem desse contingente populacional que migrou e/ou por ali nasceu.

De acordo com a tabela, presente no capítulo II, conseguimos colher os dados dos inocentes batizados na Paróquia da freguesia de Neves que estão assentados no excluir de batismo. Nessa tabela conseguimos os dados de 798 batizando, sendo: 54,89% inocentes escravos crioulos; 12,40 % inocentes livres nascidos no Brasil; 1,25% Índios; 5,51% de forros; 25,68% adultos africanos; e 0,25% de não identificados. Entretanto, para detectarmos em qual condição social e cor de pele havia no maior número de casamentos, analisamos o contingente populacional de pais e mães com filhos batizados, conforme demonstrado na tabela abaixo.<sup>498</sup>

Tabela 16 – População de pais e mães com filhos batizados na freguesia de Neves (1809-1822)

<b>Casamentos</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>		<b>Total</b>	<b>%</b>
Negro escravo	321	76,98	Negra escrava	321	76,14
Negro escravo	2	0,47	Parda forra	2	0,47
Pardo forro	3	0,71	Parda forra	3	0,71
Pardo forro	1	0,23	Negra escrava	1	0,23
Branco escravo <sup>499</sup>	1	0,23	Branca livre	1	0,23
Branco livre	89	21,38	Branca livre	89	21,38
<b>Total</b>	<b>417</b>	<b>100</b>		<b>417</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Registros Paroquias de Batismos de Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé - (1809- 1822).

Observamos na tabela acima, um amplo número de casamentos na condição social escrava,<sup>500</sup> como também dois casamentos exogâmicos, 1 negro escravo com uma parda forra e 1 pardo forro com 1 negra escrava. Nessa tabela, encontrou-se João Ignácio, branco, escravo e

<sup>498</sup> Pelo motivo dos escravos adultos serem africanos não colocamos seus dados de seus pais na tabela 14.

<sup>499</sup> Pelo motivo do vigário no Livro I de Batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves fazer menção a um branco escravo, colocamos nas tabelas deste trabalho a condição social e a designação da qualidade da população, por exemplo, branco ou índio entre parênteses.

<sup>500</sup> Foi observado por nós, que não há predomínio de africanos e sim de crioulos, nem todos os negros escravos eram africanos.

casado com Francisca da Conceição, branca e livre, os quais citamos anteriormente. De acordo com Soares, em uma “escala ascendente alguns pardos e mulatos embranqueciam, do mesmo modo que, no sentido inverso, certos brancos casados com descendentes de escravos podiam se tomar pardos, e [...] pardos havia que viravam pretos, caso desposassem africanos ou crioulos”.<sup>501</sup> Concluimos que, Manuel, filho de João Ignácio, além de ser considerado como branco, também se tornou livre.

Sobre os outros matrimônios da tabela 16, não temos condições de afirmar se constituem de casamentos endogâmicos ou exogâmicos, o que podemos afirmar é que, a maioria dos negros escravos se casou com negras escravas; também a maioria de brancos livres com brancas livres; uma pequena parte de pardos forros com pardas forras; seguidos na escala decrescente de negros escravos com pardas forras; por último, nessa escala, pardo forro com negra escrava e branco escravo com branca livre. Segundo Soares, “Todos esses matizes relativos à população escrava de origem africana são importantes, na medida em que se transformam em variáveis que precisam ser levadas em conta ao se avaliar o perfil dos alforriados”.<sup>502</sup> Se for pararmos para pensar, podemos afirmar que pela tonalidade da pele sabemos quais da população poderiam ter se casado com outro de origem ou não africana.

No entanto, encontramos uma porcentagem insignificante de dados indicando as nações de origem dos casais escravos nos livros de batismo. Jonis Freire, em sua pesquisa com a utilização de Listas Nominativas, em Minas, encontrou o mesmo problema com relação aos nomes e sobrenomes: “Entretanto, nas Listas Nominativas não existem menções aos nomes dos cônjuges, o que não nos permitiu saber quem eram eles. Esse limite nos impediu de traçar considerações sobre as possíveis relações endogâmicas e exogâmicas daqueles indivíduos”.<sup>503</sup>

Nesse capítulo, ao extraímos os dados no livro de casamentos da freguesia de Nossa Senhora das Neves. Ficamos sem poder considerar se todos os pardos são forros ou são escravos. Contudo, como o visto, podemos afirmar que seis pardos forros se casaram com seis pardas forras, um índio se casou com uma escrava e um índio se casou com uma parda. De acordo com esses dados, encontramos oito casamentos exogâmicos, embora em uma porcentagem bem insignificante. Isso significa que houve uma possibilidade de escolha entre esses casais. Várias pesquisas assinalam para a preferência dos escravos a pessoas livres na ocasião da escolha.<sup>504</sup> Pelos registros do Livro de Casamento, podemos afirmar que houve um amplo número de casamentos de escravos com escravas.

<sup>501</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 322.

<sup>502</sup> SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo...* p. 120.

<sup>503</sup> FREIRE, Jonis. *Família, Parentesco Espiritual e Estabilidade Familiar...* p. 13

<sup>504</sup> Ver in. FREIRE, Jonis. *Compadrio em uma freguesia escravista...* p. 17.

Baseado nos dados do livro de óbitos já mencionados, organizamos a tabela 17 para saber em qual condição social e cor de pele havia maior número de casamentos de pais com filhos falecidos em Neves.

Tabela 17 - Casamentos de pais e mães com filhos falecidos na freguesia de Neves (1809-1822)

Casamentos	Total	%		Total	%
Negro escravo	207	80,65	Negra escrava	207	80,55
Negro forro	2	0,77	Negra forra	2	0,77
Pardo forro	2	0,77	Parda forra	2	0,77
Índio	2	0,77	Índia	2	0,77
Branco livre	38	17,14	Branca livre	38	17,14
<b>Total</b>	<b>257</b>	<b>100</b>		<b>257</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Registros de Óbitos da Paróquias de Freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão do Rio Macaé - (1809- 1822).

Pelo observado na tabela, há um amplo número de casamentos de pais e mães na condição social escrava, e de cor negra, com filhos que foram a óbito em Neves. Dos 257 casamentos observados, 207 (80,55%) casais são da condição social escrava e com 207 filhos que foram a óbito. No que diz respeito à etnia, encontramos dois casais de índios e dois casais de pardos forros, os outros trinta e oito casamentos de casais de brancos e dois casais de pretos forros com pretas forras, vale lembrar que nem todos os pretos, pardos e brancos podem ser considerados da mesma etnia, e nem os índios, só se forem da mesma tribo.

Entendemos por família conjugal ou nuclear um grupo que reúne o marido, a esposa com um ou mais filhos. Segundo Slenes, “trabalhos demográficos têm focalizado especialmente o Oeste paulista no século XIX”<sup>505</sup> e apontam para uma ampla taxa de “masculinidade entre os escravos ao longo do século, junto com altas taxas de casamento formal, feito na Igreja, entre homens e mulheres, em propriedades com 10 ou mais cativos (nas quais estava a maioria dos escravos).”<sup>506</sup> Esses estudos mostraram que nessas propriedades havia “uma estabilidade [...] nas famílias conjugais constituídas (isto é, entre cônjuges e na convivência entre pais e filhos menores de 10 anos) [...] O quadro demográfico para o Oeste paulista parece ser válido para a outra região”<sup>507</sup> do Sudeste como as do Vale Paraíba, como a região de Campos.<sup>508</sup>

Nesse trabalho, também observamos uma ampla taxa de masculinidade entre os escravos no período recortado por nós, e com elevadas percentagens de casamentos legalizados pela Igreja nas fazendas. Vimos na tabela acima, 207 casais escravos convivendo com seus filhos, sendo que 195 desses casais conviveram com filhos menores de 10 anos, 1 casal

<sup>505</sup>SLENES, Robert W e FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho... p,2

<sup>506</sup>SLENES, Robert W e FARIA, Sheila de Castro. Família escrava... p,2

<sup>507</sup>SLENES, Robert W e FARIA, Sheila de Castro. Família escrava... p,2

<sup>508</sup>SLENES, Robert W e FARIA, Sheila de Castro. Família escrava... p,2

conviveu com 1 filho de 10 anos, 5 casais conviveram com filhos de 12 anos, 1 casal conviveu com 1 filho de 13 anos, 2 casais conviveram com filhos de 15 anos, 2 casais conviveram com filhos de 18 anos, e 1 casal conviveu com 1 filho de 20 anos.

Embora em Neves exista a possibilidade de existência de famílias conjugais/nucleares, com o pai e mãe presentes na vida do filho, as fontes paroquiais pesquisadas não nos permitem saber se o casal escravo teve mais de um filho, e se este filho teve mais parentes. Além disso, não temos como afirmar se algumas dessas famílias eram extensas, contando com a presença de três gerações e a convivência entre irmãos adultos e seus respectivos filhos, tios, sobrinhos, primos e outros.

Por todos os dados que levantamos, chegamos à conclusão de que o número de casamentos, envolvendo pessoas de mesma cor e condição social, foi extremamente mais ampla do que os casamentos, envolvendo pessoas de diferentes cores e classes sociais. Segundo Maria Regina Celestino de Almeida, do “século XIX aos nossos dias, inúmeros povos indígenas deixaram de existir como etnias diferenciadas”.<sup>509</sup> Acreditamos também que os inúmeros povos de origem africana que vieram para o Brasil, formaram suas famílias e contribuíram para o crescimento dessa enorme população de negros nascidos no Brasil, ou crioulos pretos, ao longo da nossa história.

Contudo, existia um paradoxo sobre o que era a ‘liberdade’ dos escravos para batizar seus filhos, para escolha de parceiros em seus matrimônios, e para enterrar seus parentes como alguns leitores podem pensar. O que parece estar relacionado com uma livre escolha dos cativos, para se casar, batizar seus filhos e fazer a extrema unção de seus entes queridos, na verdade, isto tudo não acontecia sem o consentimento do senhor, ou seja, nada acontecia sem que ele permitisse.

Desse modo, a formação de uma família escrava institucionalizada ou não pela Igreja, deveria passar, primeiramente, pelo conhecimento de seu proprietário. Se o senhor não desejasse que seus cativos formassem suas famílias, ele iria fazer o possível para que eles não efetivassem o casamento sacramentado, mesmo que possuíssem família sem reconhecê-la. Sendo assim, a aceitação para que seus mancipios tivessem os sacramentos católicos era de acordo com a vontade de seu proprietário e, não dos escravos que tinham a falsa ilusão de que haviam encontrado a ‘liberdade’ para realizar os sacramentos de batismos e/ou casamentos e/ou óbitos.

<sup>509</sup> ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. 2010. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org> > Acesso: 05 mai. 2019. p. 36.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou observar as relações familiares estabelecidas pelos cativos da freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé entre os anos de 1809 a 1822. Contando com as fontes principais dos registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, procuramos pesquisar as relações sociais firmadas por meio dos sacramentos católicos. Acreditamos que nossa pesquisa contribuiu para o conhecimento da trajetória das famílias escravas e dos fazendeiros da freguesia de Neves. Adentramos, na medida do possível, no universo familiar dos cativos e dos fazendeiros da freguesia.

A princípio, na finalidade de conhecer com mais clareza o lugar no qual as famílias escravas estavam implantadas, exibimos as fundamentais características demográficas e econômicas da freguesia de Neves no início do século XIX. Por intermédio de nossa análise nos registros paroquiais que se encontram na Igreja dessa freguesia, observamos que ela fez parte do processo de ampliação da população e das áreas do norte fluminense, voltada para o seu abastecimento e da coroa portuguesa.

A ocupação nos espaços da freguesia de Neves colaborou para acomodar a expansão social e econômica que caracterizou o processo de povoamento de Neves quando contava com a presença da Coroa portuguesa para incrementar o seu desenvolvimento. A administração do príncipe regente tornou intenso o tráfico de escravos. A mão de obra escrava foi de extrema importância no processo de atividades produtivas, na ocupação de terras e no estabelecimento das pessoas cujos nomes podem ser encontrados nos registros de batizado, casamento e óbito encontrados na Paróquia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé.

Algumas questões nos levaram a ter uma maior atenção para os detalhes, como, a maneira como os vigários usavam para anotar as datas dos batizados, casamentos e óbitos. Essas fontes eclesiais nos serviram como base de informações sobre a sociedade da época, sendo de extrema importância para a compreensão da sociedade. Terminamos por entender que as fontes usadas: os registros de batismos, casamento e óbito da Matriz da Igreja de Nossa Senhora das Neves, freguesia de Macaé; e, nossas observações nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia auxiliaram demasiadamente no entendimento da demografia da região no período recortado.

Assim, fizemos uma análise na formação da família escrava na tentativa de entender a valorização que os escravos davam aos sacramentos e as suas uniões conjugais na freguesia de Neves. Notamos que, muitos escravos batizavam seus filhos e davam preferência aos casamentos formalizados pela Igreja Católica, porém não deixavam de valorizar as uniões informais. Podemos afirmar que uma ampla quantidade de escravos que se encontravam na

freguesia de Neves no período que recortamos, batizou, casou-se e formou suas famílias, e enterrou seus parentes, de acordo com as normas do catolicismo, embora alguns poucos extrapolassem essas normas e estabelecessem uniões informais.

Observamos que havia muitos ganhos para os cativos quando se casavam, batizavam filhos e arranjavam padrinhos. Era extremamente útil, necessário e vantajoso para os cativos valorizar os sacramentos católicos, principalmente, o do batismo e do casamento. Constatamos essa valorização por nossas observações nas anotações feitas pelos vigários nos registros paroquiais da Freguesia de Neves.

Também constatamos que o casamento formal, sacramentado pela Igreja, foi uma preferência dos senhores e dos escravos e também uma opção para os cativos se manterem em paz e harmonia no seu dia a dia no cativeiro. Mesmo existindo barreiras de acesso ao matrimônio, como um número reduzido de escravos do sexo masculino, que resultou no desequilíbrio entre os sexos alimentado pelo tráfico transatlântico.

Percebemos nos assentos paroquiais a falta de informações dos vigários sobre a origem étnica dos escravos, e algumas anotações se encontravam sem menção à cor de pele e à condição jurídica; e em outras anotações encontramos somente menção à condição social, esse acontecimento também fez com que ficássemos sem informações, se todos os pardos são forros ou são escravos. Encontramos nos assentos paroquiais de Neves apenas oito casamentos exogâmicos, uma porcentagem extremamente insignificante. O que pode caracterizar haver uma possibilidade de escolha entre os casais escravos da mesma etnia, porém, não podemos afirmar qual a origem étnica dos cativos.

Com a nossa análise nos registros do Livro I de Batismo, do Livro (sem número) de Casamento e do Livro I de Óbito da freguesia de Nossa Senhora das Neves no período de 1809 a 1822, concluímos não só haver um amplo quantitativo de batizados escravos crioulos, como também um amplo de casamentos de escravos com escravas em que a maior parte dos senhores dava preferência pela reprodução natural, e um amplo número de óbitos de escravos crioulos, que formaram suas famílias. Portanto, quando o escravo tinha condições físicas e idade para trabalhar forçadamente, colaborava com seus braços para o desenvolvimento social e econômico dessa freguesia que, na sua história houve questões sobre o controle de terras, de riquezas e de homens, constantes durante o seu crescimento e seu povoamento. Pelos cativos colaborarem com seu trabalho forçado, tinham pouco ganho ou nenhum, e o lucro de seus proprietários eram extremamente alto, tendo a população escrava crescida demasiadamente.

Por fim, com relação aos personagens dessa história, como: D. João VI; Amaro Velho da Silva e outros traficantes de escravos; alguns senhores de escravos e alguns vigários, que faziam parte da elite, importavam-se com os cativos enquanto tivessem braços fortes para o

trabalho pesado, e para lhes proporcionar muitos lucros. Acreditamos que para esses proprietários de escravos que faziam parte da elite agrária do Rio de Janeiro, Macaé e a freguesia de Nossa Senhora das Neves do Sertão de Macaé, às vidas dos negros importavam, elas importavam em função do trabalho, importavam se os negros fossem saudáveis, fortes, dóceis, e estivessem sempre à disposição para satisfazerem seus desejos, era uma lógica puramente econômica.

Sabemos que os escravos eram submissos e subordinados às ordens de um senhor, porém, não podemos nos esquecer de que os escravos também tinham desejos, e muitas vezes, eles não aceitavam os senhores determinarem o seu cotidiano, seja no trabalho, seja no lazer, seja no poder sobre o corpo, como nas relações amorosas, familiares, na gravidez e outros. Por isso, também acreditamos que os cativos faziam espertamente uma espécie de “contrato” com a elite agrária. E, assim, se permitia circular os efeitos de poder, em que o importante não seria somente proibir, somente repreender. Não era um poder que só sabia dizer não, senão jamais seria obedecido,<sup>510</sup> totalmente, pois, haveria muitas revoltas e muitos conflitos entre os escravos, e também deles com a elite agrária.

As famílias do Velhos da Silva, Campos, Maias, Teixeira Pinto e outras observadas nos registros paroquiais, que fizeram parte da elite agrária da freguesia de Neves, eram formadas por, pais, filhos, netos, tios, sobrinhos, primos, padrinhos, afilhados, nelas se reuniram mais de duas gerações. Para além disso, os patriarcas das famílias, eram homens muitos ricos e influentes, e alguns fizeram parte da nobreza do Rio de Janeiro e Brasil. Tudo isso influi para ampliação da família ou a grande família patriarcal do século XIX.

Sendo assim, não podemos ser levianos a ponto de falar que esse tipo de família não existia, por motivo de acreditarmos que uma ou outra teoria de um intelectual seja irrefutável. Se pensarmos, assim, criaremos um “muro” que irá ser impossível de ser atravessado, e impediremos o “conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra,”<sup>511</sup> e não permitiremos a evolução da ciência. Não podemos permitir a estagnação ou o atraso das pesquisas científicas, pois, a ciência deve seguir um fluxo em que uma nova teoria surge para refutar a outra e vice versa.

<sup>510</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder...* p, 8.

<sup>511</sup> Ver in. DELEUZE, Gilles. Os Intelectuais e o Poder. in. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder...* p, 41.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes Utilizadas

ACMRJ. Breve Apostólico. 321.1799 *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida: setenciamento, assassinatos e sepulturas na construção da memória no município de Macaé* (Rio de Janeiro, 1855 – 1910). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, 2009.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL VOL. 104. 1984 - RIO DE JANEIRO – 1987.

Arquivo Nacional (AN). Mesa da Consciência e Ordens. Códice 26, vol.5, no. 332: Consulta sobre da oposição da Igreja Nossa Senhora das Neves do Rio Macaé deste Bispado: Consulta da Igreja Nossa Senhora das Neves do Rio Macaé deste Bispado.

Bíblia Sagrada. Editora Ave-Maria. São Paulo, SP- Brasil. Gênesis 9:10 -7. Disponível em: [www.avemaria.com.br](http://www.avemaria.com.br) Acesso: 01 jun. 2019.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia (vol. 79... *livraria. senado. leg.br/constituicoes-primeiras-do-arcebispado-da-bahia.html*

DECRETO Nº 9.886, DE 7 DE MARÇO DE 1888 - Disponível em: [www2.camara.leg.br/.../decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-505](http://www2.camara.leg.br/.../decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-505). Acesso 09 mai. 2019.

Estações Ferroviárias do Estado do Rio de Janeiro. Mapa de Macaé século XIX. Disponível em: [estacoesferroviarias.com.br](http://estacoesferroviarias.com.br). Acesso: 15 jun. de 2019.

Marques de Aguiar para Conde dos Arcos, 6 de junho de 1814, BNRJ Ms. 33,34,29. *apud* SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial*. Rio de Janeiro, 1808-1821. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > [scielo](http://www.scielo.org). 2008. Acesso 09 mai. 2019.

NUNES, Gerson. Mapa: Representação espacial da região da Freguesia de Nossa Senhora das Neves em 1798. 18 – Mapa produzido pela Prefeitura de Macaé em 2007 - Acervo Gerson Nunes. *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida: setenciamento, assassinatos e sepulturas na construção da memória no município de Macaé* (Rio de Janeiro, 1855 – 1910). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, 2009.

SAINT-ADOLPHE, J. C R Milliet de --- Dicionario Geographico, Histórico e Descriptiyo do Império do Brazil. Paris. Em casa de J. P. Aillaud, Editor, 11, Quai Voltare. Volume II. 1845.

SERAFIM LEITE. S. I. História da Companhia de Jesus no Brasil. Belo Horizonte: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portugália, 1945, t. VI, livro 1, cap. p. 1, p. 130. *apud*,

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Secretaria Geral de Planejamento Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Rio de Janeiro 1997-2001. Disponível em: [www.cide.rj.gov.br/cidinho](http://www.cide.rj.gov.br/cidinho) Acesso: 02 jan. 2019.

Le Orand Propriétaire de toutes choses, très utile et profitable pour lenir íe corps en saruê, por B. de Glanville, traduzido para o francês por Jean Corbiçhem, 1556. *apud*, ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Tradução de Dora Flaksman. 2º ed. Segunda edição. Editora Guanabara. Rio de Janeiro. RJ. 1981.

### Fontes Manuscritas

ARQUIVO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES DE MACAÉ - AINSNM

- Livro de Batismo nº 1 (1809-1822)
- Livro de Casamento sem número (1809-1822)
- Livro de Óbitos nº 1 (1809-1822)

ACMRJ / VISITAS PASTORAIS / VP 12. Apontamentos Secretos sobre a Visita de 1811 e 1812. Nossa Senhora das Neves de Macaé. Esta visitação foi escrita pelo padre José Luiz de Freitas. As visitas pastorais dessa época foram feitas pelo bispo do Rio de Janeiro de então. Cedido gentilmente pela Prof.ª Dr.ª Maria da Conceição Vilela Franco.

ACERVO COLLECÇÃO DONA ROSA JOAQUINA/MACAÉ (doravante ACDRJ/Macaé) – Manuscrito do Visconde de Araruama (Cópia de Documento Inédito). Caderno I, período de 1788-1811 (mimeo). Cedido gentilmente pela Prof.ª Dr.ª Maria da Conceição Vilela Franco.

Processo de Visconde de Mauá (José Antonio de Oliveira e outros) Cidade de São João de Macahé em 22 de junho de 1875. Cedido gentilmente pela Prof.ª Dr.ª Maria da Conceição Vilela Franco.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAMS, Roger D. Singing the master: the emergence of African American culture in the plantation South. New York: Pantheon, 1992. *apud* MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios, Revista do PPG de Artes visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ, p. 132, dez. 2016.

ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. 2010. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org> > Acesso: 05 mai. 2019.

AMANTINO, Márcia. Macaé Nos Séculos XVII e XVIII: Catolicismo e Povoamento. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMAN|N, Carlos; FREIRE, Jonis (Orgs.). *Povoamento, Catolicismo e escravidão na antiga Macaé. (séculos XVII ao XIX)* ed. apicuri. Rio de Janeiro, RJ. 2011.

\_\_\_\_\_. Quilombos em Macaé no século XIX. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007.

AMORIM, Maria Norberta. Uma metodologia de reconstituição de paroquiais desenvolvida sobre registros portugueses. Boletins de la Asociacion de Demografia Histórica, IX.1, 7-25, 1991. Disponível em: [www.variahistoria.org](http://www.variahistoria.org) > edies Acesso em 01 mar. 2019.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. *Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas*. São Paulo do Muriaé, 1852-1888. Dissertação de Mestrado. Vassouras: USS, 2006.

ARAÚJO, José de Souza Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, vol. 5, p.125. *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida: setenciamento, assassinatos e sepulturas na construção da memória no município de Macaé* (Rio de Janeiro, 1855 – 1910). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, 2009. p,23

\_\_\_\_\_. José de Souza Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 1820: Imprensa Nacional, 1946, vol. 2.

\_\_\_\_\_. José de Souza Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. 1820: Imprensa Nacional, 1946, vol. 2.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução de Dora Flaksman. 2º ed. Segunda edição. Editora Guanabara. Rio de Janeiro. RJ. 1981.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 14, n. 1. 2008. Disponível em: [repositorio.usp.br](http://repositorio.usp.br). Acesso em 11 jun. 2019.

BASSANEZI, Maria Silvia, Os Eventos Vitais na Reconstituição da História. In: PINSKY, Carla, Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino (1712)*. São Paulo: USP, p. 264, verbete “traficante”; Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 15 jan. de 2019.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação (mestrado em História) – FELCH/USP, São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Locus: revista de história, Juiz de Fora*, vol 3, n.1, Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20443>. Acesso em 01 mar. 2019. P, 108 a 115.

BOXER, Charles R. *A Igreja e a expansão Ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 98-101; TORRES-LONDOÑO, Fernando. *Op. Cit.*, p. 55; SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (coord.). *Nova História da Expansão Portuguesa: O império Luso-Brasileiro (1750-1822)*. Lisboa: Editora Estampa, 1986, vol. VIII, *Apud* FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte contra a vida: setenciamento, assassinatos e sepulturas como elementos de construção de memória macaense (1855 – 1910)*. Niterói: Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO 2009 (Dissertação de Mestrado).

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Legitimidade, casamento e Relações ditas Ilícitas em São João Del Rei (1730 - 1859)*. IX Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina, 2000. Disponível em: [repositorio.usp.br](http://repositorio.usp.br) . Acesso em 11 jun. 2019.

\_\_\_\_\_, Silvia M. Jardim. *Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del-Rei Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

BUENO, Francisco da Silveira. *Dicionário da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

CARDOSO, Lino de Almeida, *O Som social – Música, poder e sociedade no Brasil (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX)*. 1ª edição São Paulo. Edição do autor 2011.

CALVALCANTE, Ygor Olinto Rocha e SAMPAIO, Patrícia Melo. *Histórias Joaquinas: mulheres, escravidão e liberdade (Brasil, Amazonas: séc. XIX)*. 2012, Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso: 10 mai, 2019.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. A construção do Brasil: projetos de integração da América Portuguesa. *Rev. hist. [online]*. 2002, Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18945>. Acesso em 10 mai. 2019.

CHAHON, Sérgio. *Aos pés do Altar e do Trono: as irmandades e o poder régio no Brasil: 1808-1822*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP, 1996.

CONCEIÇÃO, Sandra da Silva. *Os laços de Parentesco entre Senhores e Escravos em Santo Estevão do Jacuípe e Nossa Senhora do Resgate 1839-1864*. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais>. Acesso em 08 mai. 2019.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. *Comércio de Escravos em Minas Gerais no Século XIX: O Que Podem nos Ensinar os Assentos de Batismo de Escravos Adultos*. Disponível em: <https://ideas.repec.org/h/cdp/diam06/003.html>. Acesso em 10 mai. 2019.

DANTAS, Mariana Libânio de Resende. *Mulheres e Mães Negras: Mobilidade social e estratégias sucessórias em Minas Gerais na segunda metade do século XVIII*. Disponível em: <http://www.scielo.br> Acesso: 11 jun. 2019 p. 101.

DELEUZE, Gilles. Os Intelectuais e o Poder. in. FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal LTDA. 15ª Edição. 2009.

DEL PRIORE, Mary - “*Histórias da Gente Brasileira: Império (vol.2)*”. São Paulo. Editora LeYa, 2016.

ENGEMANN, Carlos. Sacralizando os profanos: escravidão, clero e vida sacramental católica no Brasil (séculos XVIII e XIX). *Revista do Dpto. de Teologia da PUC-Rio / Brasil Atualidade Teológica*. 2010. Disponível em: [www.maxwell.vrac.puc-rio.br](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br) Acesso: 09 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. *Comunidade escrava e grandes escravarias no sudeste do século XIX*. Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social – UFRJ. Disponível em: [www.abphe.org.br](http://www.abphe.org.br) > 2020, Acesso: 12 jan. 2019.

FARIA, Sheila S. de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Família e Estabilidade – O Paradoxo do Movimento In A Colônia em Movimento* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Cotidiano dos Negros no Brasil Escravista*. Disponível em: [www.larramendies.>centenario>grupo](http://www.larramendies.>centenario>grupo). Acesso em 11 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Família e Morte entre Escravos. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. 2016. Disponível em: [www.abep.org.br](http://www.abep.org.br) Acesso: 01 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso em 16 jun. 2019.

FERREIRA, Ana Lúcia Nunes. *Op. cit.*, pp. 14-31 *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. A morte conta a vida: setenciamento, assassinatos e sepulturas na construção da memória no município de Macaé (Rio de Janeiro, 1855 – 1910). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, 2009.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo. SP. Editora Unesp. 2014.

\_\_\_\_\_; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*”. 8 ed. Tradução Salma T. Muchail. Editora Martins Fontes São Paulo. SP. 1999.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal LTDA. 15ª Edição. 2009.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete 20ª Edição. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ. 1987.

FRAGOSO, Hugo. “O Protestantismo no Brasil Imperial” IN: HAUCK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; et alii. *História da Igreja no Brasil*. Tomo II/2. Petrópolis-RJ: Vozes, 1992.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRANCO, Maria da Conceição Vilela. A Antiga Macaé – Ocupação e Povoamento. [www.macaerj.gov.br](http://www.macaerj.gov.br), 2018.

\_\_\_\_\_. *A morte conta a vida: setenciamento, assassinatos e sepulturas na construção da memória no município de Macaé (Rio de Janeiro, 1855 – 1910)*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2003.

FREIRE, Jonis. Senhor Bom Jesus Do Rio Pardo: Ocupação, Povoamento e Escravidão na Zona da Mata Mineira “Sul”, Século XIX. In. *História de Minas Gerais – As Várias Faces de Minas Gerais: Traços Regionais* – Organizadores ANDRADE, Vitória Shettini de. LAMAS, Fernando Gaudereto. SILVA, Rodrigo Fialho. Belo Horizonte, MG: Ed EMG, 2017.

\_\_\_\_\_. Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888). *Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004. Mestre em História pela Unesp/Franca; doutorando pela Unicamp, Disponível em: [www.abep.org.br](http://www.abep.org.br) Acesso: 04 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e Família Escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. Ed. Alameda. São Paulo. SP.

\_\_\_\_\_. Família, Parentesco Espiritual e Estabilidade Familiar entre Cativos Pertencentes a Grandes Posses de Minas Gerais – In, MORENO, Bruno. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso: 08 mai. 2013

\_\_\_\_\_. Tráfico Ilícito e Batismo de Escravos Adultos em Macaé. In. R454 *Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]*. – Vol. 9, n. 1 (out 2013), Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009-Semestral. Disponível em: <http://www.ufmt.br/ndihr/revista/> Acesso 15 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Senhor Bom Jesus Do Rio Pardo: Ocupação, Povoamento e Escravidão na Zona da Mata Mineira “Sul”, Século XIX. In. *História de Minas Gerais – As Várias Faces de Minas Gerais: Traços Regionais* – Organizadores ANDRADE, Vitória Shettini de. LAMAS, Fernando Gaudereto. SILVA, Rodrigo Fialho. Belo Horizonte, MG: Ed EMG, 2017.

\_\_\_\_\_. & SOUSA, Jorge Prata de. O Tráfico Ilícito no Litoral Norte Fluminense, C. 1831 – C. 1851. *Revista Eletrônica – Documento e Monumento*. Universidade Federal de Mato Grosso Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR. Disponível em: [www.ufmt.br/ndihr/revista](http://www.ufmt.br/ndihr/revista). Acesso em 15 mai. 2019.

GOMES, Flávio. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso: 15 jan. de 2019.

GEREMEK, Bronislaw. Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia. 1400/1700. São Paulo: Cia das Letras, 1995. *apud*, SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Pobreza no Brasil Colonial: Representação Social e Expressões da Desigualdade na Sociedade Brasileira. *História – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, 2009. Disponível em: [www.historica.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br) Acesso: 10 mai. 2019.

GINZBURG, Carlo. Sinais - Raízes de um Paradigma Indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 GINZBURG, Carlo. Sinais - Raízes de um Paradigma Indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GOULART, Maurício. A escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico. São Paulo: Alfa-Ômega. 1975. p,67. ELTIS, David. The rise of african slavery in the Americas. Cambridge: Cambridge University Press. 2000. P, 224 – 257. KARASCH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850. São Paulo: Companhia das Letras. 2000. p, 35. *Apud*, FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo. SP. Editora Unesp, 2014.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva, *O império das províncias: Rio de Janeiro 1822 - 1889*. Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira. 2008.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. Editora Ática. São Paulo, SP. 1978.

\_\_\_\_\_.Escravidão. *Entrevista a Jacob Gorender. Liberalismo e Escravidão. Estudos Avançados 16 (46)*, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br> > pdf Acesso: 04 jun. 2019.

GUEDES, Roberto. Macaé Em Fontes Paroquiais. *In Povoamento, Catolicismo e escravidão na antiga Macaé. (séculos XVII ao XIX)* Ed. Apicuri. Rio de Janeiro, RJ. 2011.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. PINTO, Fábio Carlos Vieira. MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. *Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento - o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850*. Departamento de História –UFSJ Campus Dom Bosco, Praça Dom Helvécio 134, São João del Rei- Minas, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.184-207. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > Jan/Jun 2007. Acesso: 10 mai. 2019.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens Uma Breve História da Humanidade*, Tradução Janaína Marcoantonio – 49 ed. Porto Alegre, RS. L&PM, 2019, p. 341.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*, 3, ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. *Monções*, Editora Brasiliense Ltda. São Paulo. SP. 2000.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KJERFVE, Tânia Maria Gomes Nery & BRUGGER, Sílvia Maria Jardim, “Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754 – 1766)”. *Estudos Afro-Ásiáticos*, 20, Jun. 1991. Disponível em: [repositorio.unicamp.br](http://repositorio.unicamp.br) Acesso: 10 jan. de 2019.

KNAUSS, Paulo. Macaé: História e Memória. Macaé: *Prefeitura Municipal de Macaé, Fundação Macaé de Cultura*. 2001.

LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. Macaé à luz de documentos inéditos. *Anuário Geográfico do estado do Rio de Janeiro*, nº 11, 1958.

LAMEGO FILHO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Serviço Gráfico do I. B. G. E. Rio de Janeiro. RJ. 1945.

LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória*; tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIBBY, Douglas Cole & BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus: batismo de crianças legítimas e naturais na Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712 – 1810. *Varia História. Belo Horizonte*, v. 31, 2004. Disponível em: [periodicos.pucminas.br](http://periodicos.pucminas.br) Acesso: 09 jul. 2019.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIBBY, Douglas C. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. PAIVA, C. A. População e economia nas Minas Gerais do século XIX; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. apud, GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. PINTO, Fábio Carlos Vieira. MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento - o caso de São José dos Rio das Mortes, 1743-1850. Departamento de História –UFSJ Campus Dom Bosco, Praça Dom Helvécio 134, São João del Rei- Minas Gerais *Varia historia*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.184-207, Jan/Jun 2007. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso em: 10 mai. 2019.

LIBBY, Douglas Cole e FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, nº 58, p. 383-415 – 2009. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso em 16 jun. 2019.

LIMA, Ana Maria Nogales Vasconcelos David Duarte. A Qualidade das Estatísticas de Óbitos no Brasil 1998. Disponível em: [www.est.unb.br](http://www.est.unb.br) >Acesso em 15 jan de 2019.

LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (3ª Ed.)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

LIMA, Renata Azevedo. *A Questão da Terra no Noroeste Fluminense da Primeira Décadas do Século XIX*. Disponível em: [www.encontro2012.rj.anpuh.org/.../1338479007\\_ARQUIVO\\_ANPUH2012final.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/.../1338479007_ARQUIVO_ANPUH2012final.pdf). Acesso em 18 abr. 2019.

LOVEJOY, Paul. *A Escravidão na África: uma História de Suas Transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios, Revista do PPG de Artes visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ*, n. 32, dez. 2016.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. 161 p. ISBN: 978-85-7982-070-0. Available from SciELO Books. p, 80.

PALMA, Rogério da e TRUZZI, Oswaldo. Renomear para Recomeçar: Lógicas Onomásticas no Pós-abolição. *Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro*, vol. 61, no 2. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > scielo Acesso 09 mai. 2019.

PEIXOTO, Ricardo Corrêa, “Crioulos Pretos”: de propriedade dos outros a proprietários de si mesmos. Disponível em: [www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11](http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11) Acesso em 16 jun. 2019.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a História do Brasil. *Varia historia*, nº 31. Janeiro 2004 Disponível em: [static1.squarespace.com](http://static1.squarespace.com) . Acesso em 01 mar. 2019.

MARCUSSI, Alexandre Almeida. *A evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII*. Disponível em: [www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/artigos/v01n02a06.pdf](http://www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/artigos/v01n02a06.pdf). Acesso em 11 jun. 2019.

MATTOS, Hebe María. *A Cor Inexistente. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

MATTOSO, Katia M. de Queiros. *O Filho da escrava (Em torno da Lei do Ventre Livre)*. 1988. Disponível em: <https://www.anpuh.org> Acesso: 02 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. *Ser Escravo no Brasil: Século XVI-XIX*; tradução de Sonia Furhmann - Petrópolis, RJ; Vozes, 2016.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores-gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MELLO, Luiz José de Carvalho de – Monsenhor Miranda – Por despacho da Mesa do Desembargo do Paço de vinte nove de setembro de mil oitocentos e treze. *apud*, LAMEGO, Alberto Frederico de Moraes. Macaé à luz de documentos inéditos. *Anuário Geográfico do estado do Rio de Janeiro*, nº 11, 1958.

MICHAELIS. Dicionário da língua portuguesa. Disponível em: [michaelis.vol.com.br](http://michaelis.vol.com.br) > busca 2020. Acesso: 02 jan. 2020.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. “Fronteiras internas no Brasil do século XIX”. In: *Revista Vivência*. Nº 33, 2008.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *As Memórias da Viscondessa – Família e Poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro. RJ. Jorge Zahar ed. 2008.

\_\_\_\_\_. *O Império de Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840 – 1889)*. Tese apresentada ao Programa de Pós graduação em História da Universidade Federal Fluminense – UFF. 2006.

NADALIN, Sergio Odilon. *História e Demografia: Elementos Para Um Diálogo. Fontes para um demografia do passado*. Campinas – São Paulo. Setembro de 2003. Disponível em: [www.abep.org.br](http://www.abep.org.br) Acesso: 15 jun. 2019.

OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. *A cristandade: um modelo eclesial de poder*. Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 21, n. 4/6, abr./jun. Disponível em: [ser.pucgoias.edu.br](http://ser.pucgoias.edu.br) > 2011. Acesso em 12 jul. 2019.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Entre o local e o provincial: os Conselhos Gerais de Províncias e as Câmaras Municipais, São Paulo e Minas Gerais (1828-1834). *Almanack*. Guarulhos, n.09, p.92-102, abril de 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320150907>. Acessado em 09/02/2019 *apud*: FRANCO, M. Conceição V. *De Campo santo a necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2019 (Tese de Doutorado);

PENHA, Ana Lúcia Nunes. A Pesquisa Histórica e Sua Contribuição Para Construção da Memória Macaense. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis (Orgs.). *Povoamento, Catolicismo e escravidão na antiga Macaé. (séculos XVII ao XIX) p.80 (séculos XVII ao XIX)* ed. Apicuri. Rio de Janeiro, RJ. 2011.

\_\_\_\_\_. Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre*. 2001. Dissertação Mestrado - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001.

\_\_\_\_\_. Ana Lucia Nunes. *O município de Macaé: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre*. 2001. Dissertação Mestrado - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001. apud FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A Antiga Macaé – Ocupação e Povoamento*. [www.macaee.rj.gov.br](http://www.macaee.rj.gov.br), 2018.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *Trabalho, folga e cuidados terapêuticos: a sociedade escrava na Imperial Fazenda Santa Cruz, na segunda metade do século XIX* – Curitiba: Editora Prismas, 2016.

PETIZ, Silmei Sant’Ana. *Enfermidades de escravos: contribuições metodológicas para estimativas da mortalidade (Rio Grande de São Pedro, 1790-1865). Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas*. (Organização de Ângela Porto). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007 Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso: 15 jun. 2019.

PÔRTO, Ângela. *O Sistema de saúde do Escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006 Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) Acesso: 15 jun. 2019.

REYS, Manoel Martinz do Couto. *Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, Coleção Fluminense.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Na Trilha do Parentesco e da Liberdade: Os Caminhos e Atalhos Percorridos Pelos Escravos na Campinas Oitocentista*. In: Orgs. RIBEIRO, Gladys Sabina; FREIRE, Jonis; ABREU, Martha Campos & CHALHOUB, Sidnei. *Escravidão e Cultura Afro-Brasileira – Temas e problemas em torno da obra de Robert Slenes*. Editora Unicamp – Campinas, SP. 2016.

RODRIGUES, Cláudia & FRANCO, Maria da Conceição. *Notas Sobre a Presença e a Atuação da Igreja Católica na Antiga Macaé*. In: AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia; ENGEMANN, Carlos; FREIRE, Jonis (Orgs.). *Povoamento, Catolicismo e escravidão na antiga Macaé. (séculos XVII ao XIX)* ed. apicuri. Rio de Janeiro, RJ. 2011.

\_\_\_\_\_. *Nas Fronteiras do além: secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 2005.

\_\_\_\_\_. *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro* - Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração. 1997.

RODRIGUES, Isis Menezes de. *Visitações eclesiásticas em Mariana – século XVIII*. *Revista Eletrônica de História do Brasil*, v. 9 n. 2, Jul.-Dez. 2007. p,78. Disponível em: [www.ufjf.br](http://www.ufjf.br). Acesso: 15 mai. 2019.

RODRIGUES, João Lucas. *O parentesco escravo nas terras da família Maia: Sul de Minas, 1811 a 1860*. Disponível em: [periodicos.pucminas.br](http://periodicos.pucminas.br) >

ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. Coleção Primeiros Passos. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

RUPERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)*. Rio Grande do Sul: Editora Pallotti, 1988, vol. III, p. 110. *apud*, FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *A morte conta a vida: setenciamento, assassinatos e sepulturas na construção da memória no município de Macaé* (Rio de Janeiro, 1855 – 1910). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO Campus Niterói, 2009.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANTOS, Vilson Pereira dos. *Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista*. Enciclopédia biosfera - Centro Científico Conhecer – Goiânia: v.9, n.16. 2013, p. 2393-2408, *apud*: FRANCO. M. Conceição V. *De Campo santo a necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2019 (Tese de Doutorado).

SCOTT, Ana Silvia Volpi. *A reconstituição de Famílias à reconstrução de comunidades históricas: um exemplo do Noroeste de Portugal*. [http://historia\\_demografia.tripod.com/bhd26/asv.pdf](http://historia_demografia.tripod.com/bhd26/asv.pdf).

SILVA, Denílson de Cássio. *O Drama Social da Abolição*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2011.

SILVA, Luiz Jacintho da. O controle das endemias no Brasil e sua história. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso: 11 jan. de 2019.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo; Editora Unesp, 2005.

SILVA, Michele Helena Peixoto. *Morte, escravidão e hierarquias na freguesia de Irajá: um estudo sobre os funerais e sepultamentos dos escravos (1730-1808)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH Programa de Pósgraduação em História – PPGH. 2017.

\_\_\_\_\_. Os registros de óbitos dos escravos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá do Rio de Janeiro no século XVIII: suas especificidades e comparações. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2017*. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/site/anais> Acesso: 09 jul. 2019.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Pobreza no Brasil Colonial: Representação Social e Expressões da Desigualdade na Sociedade Brasileira. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, n.34, 2009. Disponível em: [www.historica.arquivoestado.sp.gov.br](http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br) Acesso: 10 mai. 2019.

SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_ e FARIA, Sheila de Castro. Família escrava e trabalho. Disponível em: [www.historia.uff.br](http://www.historia.uff.br) > tempo > artigos\_dossie > artg6-4 Acesso: 20 jun. 2019.

SOARES, Márcio de Sousa. *Presença Africana e Arranjos Matrimoniais entre Escravos em Campos dos Goitacazes (1790 – 1831)*. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/24110> Acesso: 01 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. A REMISSÃO DO CATIVEIRO alforrias e liberdades nos Campos dos Goitacases, c 1750 - e. 1830. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*. São Paulo: Vol. 13, Nº 1, jan-abr., 1983, pp.256-287. *apud*, MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Os Senhores de Poucos Escravos Em Minas Gerais: Escravarias e Tráfico Negroiro em São José do Rio das Mortes, 1795-1831. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 10, n. 1, jan.-jul., 2017. Disponível em: [www.ppghis.com](http://www.ppghis.com) Acesso: 11 mar. 2019.

SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821*. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > scielo. 2008. Acesso: 27 jan. 2019.

VASCONCELOS, Diogo Luiz de Almeida Pereira de. *História antiga das Minas Gerais (1703-1720)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. v.2. p.245-246. (Biblioteca Popular Brasileira, n.24). 1948. *Apud* GOMES, Flávio. A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiásticos. *História, Ciências, Saúde –Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.81- Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) 2012, Acesso: 27 jan. 2019.

VIANA, Paulo Fernandes. Representação, 24 de novembro de 1816, f11, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios do Brasil (referido a partir daqui como ANJR MNB), caixa 6J 83. *apud*, SCHULTZ, Kirsten. *Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821*. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) > scielo. 2008, p. 16. Acesso: 27 jan. 2019.